

# Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973)

Renato da Silva Della Vechia



**ORIGEM E EVOLUÇÃO DO  
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO  
(1967-1973)**

**Renato da Silva Della Vechia**



Renato da Silva Della Vechia

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DO  
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO  
(1967-1973)**

1ª edição

**LUTAS ANTICAPITAL**

Marília/SP – 2022

**Editora LUTAS ANTICAPITAL**

**Editor:** Julio Hideyshi Okumura

**Conselho Editorial:** Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

**Foto da Capa:** Arquivo nacional: BRASIL. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã, PH FOT 04125.019

**Capa:** Marília Brandão Amaro da Silveira

**Revisão:** Amílcar Oliveira

**Impressão:** Renovagraf

---

D357o Della Vechia, Renato da Silva.  
Origem e evolução do Partido Comunista Brasileiro  
Revolucionário (1967-1973) / Renato da Silva Della Vechia. –  
Marília : Lutas Anticapital, 2022.  
423 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-65-9

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Partido Comunista  
Brasileiro Revolucionário. 3. Comunismo – Brasil – 1967-1973. 4.  
Brasil - História. I. Título.

CDD 324.281075

---

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno  
CBR 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: outubro de 2022

**Editora Lutas Anticapital**

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

# Agradecimentos

É costume que de modo geral os trabalhos sejam dedicados àquelas pessoas que de uma forma ou outra auxiliaram seu autor, seja na elaboração e digitação, seja nas críticas e relações pessoais. Nesse caso, também sou devedor de agradecimentos a muitas pessoas que contribuíram de alguma maneira. Por menor que possa parecer cada contribuição, com certeza foi importante no resultado final. E, com certeza, sou muito grato a cada um individualmente. Se fosse citar um a um, correria o risco de esquecer nomes e cometer injustiça. Preciso fazer uma exceção à Solaine Gotardo (minha companheira Mana) e a meus filhos (Shana, Theo e Thais), que durante muito tempo, mesmo que de forma intercalada, tiveram de suportar minha falta de tempo para programas mais coletivos durante férias e fins de semanas. A todos(as) os(as) demais que colaboraram com este trabalho, saibam de minha gratidão.

No entanto, dedico este trabalho àqueles que são a própria razão da sua existência. Aqueles que de um modo ou de outro foram o próprio objeto de estudo em questão. Considero que não só eu, mas que minha geração possui uma dívida de gratidão com aqueles que enfrentaram o autoritarismo e o obscurantismo, defendendo ideais humanistas, com isso colocando suas próprias vidas em risco.

Aos que sobreviveram à dor de enfrentar o suplício físico, bem como a dor de conhecer a degradação da condição humana. Talvez pior do que a dor física seja a dor de sabermos que pessoas podem chegar a perder a condição humana e embrutecer-se de tal maneira que os animais, mesmo que irracionais, colocam-se em uma situação superior. Como Rousseau já pensava, a partir de seu conceito do “bom selvagem”, a racionalidade que diferencia os homens dos animais leva o homem a se corromper, o que não acontece no mundo animal.

Aos que morreram de forma brutal, mas com dignidade, nas prisões clandestinas ou nas chamadas “casas da morte”. Que entre a vida e a integridade preferiram a segunda, pois, segundo Mário Alves, “o delator pode ganhar a vida, mas perde a razão de viver”.

Aos que se separaram dos entes queridos, separações doloridas e muitas vezes definitivas. Que colocaram os ideais coletivos muito acima das vontades e desejos próprios.

Aos que ficaram mutilados física e mentalmente, mas que, ainda hoje, teimam em buscar um sentido positivo para a militância social, em resgatar a essência da vida.

Aos que resistiram de modos diversos. Que, embora não concordassem com a opção da luta armada, mesmo assim arriscaram suas vidas, empregos e famílias para ajudar a proteger aqueles que não tinham onde se refugiar.

Aos que fraquejaram e muitas vezes não conseguiram desempenhar o papel idealizado que os outros e eles próprios esperavam. Há de se entender que em geral enfrentava-se muito mais do que a condição humana podia aceitar. Pois os homens foram feitos para a vida e a liberdade, não para a dor e o suplício.

Aos que lutaram e lutam hoje para a construção de uma sociedade fraterna, justa e igualitária.

Aos que não têm certeza quanto à validade de suas ações ou aos que têm dúvidas se valeu a pena, não se esqueçam das palavras de Antônio Prestes de Paula, poucos dias antes de sua morte:

Eu abandonei tudo pela minha causa, joguei a família para cima, emprego, joguei tudo, mas não me arrependi porque eu acho que as pessoas não devem se arrepender daquilo que fazem, no sentido de que eu não lutei por nada que não fosse digno e sacrifiquei tudo no altar do patriotismo, da revolução, da transformação social, da construção de uma nova sociedade. (PAULA, 2004)

Aos que utilizaram seus espaços de atuação enquanto instrumentos de denúncia deste passado de violência e terror (que alguns querem retomar nesse momento). Em especial, quero fazer uma homenagem à Enrique Serra Padrós, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), falecido

recentemente e que fez a apresentação (prefácio) deste trabalho. Padrós foi responsável por um grande incentivo a toda uma geração de novos pesquisadores e historiadores que dedicaram seus estudos aos mais diversos enfoques relacionados ao período da ditadura civil-militar. A sua morte prematura, e este prefácio escrito alguns anos antes, fez com que me compromettesse a dar encaminhamento a um projeto que vinha adiando, qual seja, o de publicar esse trabalho.

Outra pessoa que preciso citar é Bruno Maranhão, não só pela insistência com que durante sua vida continuou mantendo acesa a perspectiva de que é possível a organização de um novo tipo de sociedade, como também por abrir espaços e informações (muitas vezes não públicas) que contribuíram muito com a formatação dessa pesquisa.

Esse livro, portanto, é dedicado a todos/as que lutaram e lutam pela manutenção da democracia e que buscam a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. E é o resultado de um grande esforço coletivo a partir de incontáveis conversas, entrevistas, críticas, comentários, que permitiram que eu pudesse sistematizar minimamente essa enorme quantidade de informações.



# Sumário

Apresentação **11**

Introdução **17**

Capítulo I | Partidos Políticos **31**

Capítulo II | O Surgimento e o Papel do PCB na História Política Brasileira **49**

Capítulo III | O Golpe de 1964: Algumas Possibilidades de Explicação Sobre seu Significado Histórico **63**

Capítulo IV | A Cisão do Partido Comunista Brasileiro e o Surgimento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário **85**

Capítulo V | PCBR: História e Estórias **93**

Capítulo VI | O PCBR e a Questão de Gênero **231**

Conclusão **241**

Nota Sobre Infiltrações e ou Delações no PCBR **247**

Abreviaturas e Siglas **257**

Referências **261**

Anexo I | Cronologia das Ações Vinculadas ao PCBR **303**

Anexo II | Nomes Vinculados ao PCBR – Identificados Pelo SNI e Outras Fontes **320**

Anexo III | Pronunciamento do PCBR Sobre a Invasão da Tchecoslováquia **353**

Anexo IV | A Organização Independente da Massa (OIMs) **357**

Anexo V   Militantes do PCBR Assassinados	<b>362</b>
Anexo VI   Às Mulheres Brasileiras	<b>363</b>
ANEXO VII   Transcrição da carta de Gersino às autoridades militares	<b>365</b>
Anexo VIII   Documento do PCBR Estabelecendo as Diferenças com o Coletivo de São Paulo da Corrente Revolucionária que Irá Criar a ALN	<b>368</b>
Anexo IX   Carta de Dilma Alves para a Mulher do Cônsul Aluísio Gomide Sequestrado pelos Tuparamos no Uruguai	<b>370</b>
Anexo X   Número de Processos Envolvendo Organizações de Esquerda entre 1969 a 1972 e do PCBR por Estados	<b>372</b>
Anexo XI   Linha Política do PCBR (ABRIL/1968)	<b>374</b>
Relação de Fotografias de Ex-Militantes do PCBR	<b>397</b>

# Apresentação

Em uma época marcada por revisionismos historiográficos, tergiversações conceituais e revisitações do passado orientadas por pragmatismos presentistas, é muito oportuna a publicação do livro do cientista político Renato Della Vecchia. O mesmo se constitui em uma bela contribuição para o resgate da história e do protagonismo do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Inegavelmente, seu estudo se contrapõe àqueles resultantes de avaliações que carecem de maior profundidade e de conclusões efêmeras fruto de abordagens superficiais no tratamento das fontes ou de leituras acríticas de processos, contextos e protagonismos concretos.

Profundo conhecedor da trajetória da esquerda brasileira, o autor calibra o foco da análise sobre uma das organizações políticas mais importantes daquelas surgidas sob os influxos das terríveis condições impostas pelo Golpe de 1964 e que implantaram uma ditadura que buscou destruir toda tentativa de estruturação da resistência.

O estudo está centrado em fontes documentais do próprio partido e em depoimentos de mais de 30 ex-militantes. O apurado cuidado no tratamento dos temas políticos centrais não inviabiliza o destaque dado à dimensão humana do drama e das decisões tomadas. Assim, a narrativa do texto destaca o papel nevrálgico dos grandes referentes, como Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, dentre outros. Contudo, o relato cuidadoso evita que a centralidade desses dirigentes ofusque o leitor e impeça de que suas sombras escondam outras lideranças, quadros intermediários e militantes anônimos ou periféricos. Estes adquirem contorno, corpo e voz através das histórias que vão sendo alinhavadas no tecido do complexo emaranhado de ações, debates e embates internos que compõem a entidade partidária. Antônio Prestes de Paula, Salatiel Teixeira

Rolim, Miguel Batista dos Santos, Bruno Maranhão, Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Augusto Henrique Maria D`Aurelie Olivier, Jover Telles, Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque são alguns dos que recebem destaque a partir da militância concreta, mas também das suas divergências e rupturas em relação à direção da entidade.

A história do PCBR é resgatada dentro de uma dupla perspectiva: primeiro, como tentativa de articulação e atuação política que permitisse aglutinar voluntarismos capazes de demarcar, disciplinadamente, um espaço de oposição diante do recrudescimento repressivo, cada vez mais abrangente, envolvente e violento; segundo, como proposição de ação política a partir da crítica à tradição e às diretrizes do *Partidão*, cuja diretriz de acumulação de forças através de meios pacíficos era associada à passividade e complacência. Dentro dessa perspectiva, o PCBR, assim como outros grupos dissidentes, acabou transitando o caminho da cisão da grande matriz comunista, diante da incapacidade desta de oferecer alternativas de luta aos setores mais radicalizados, os quais consideravam inadequadas e insuficiente suas orientações para enfrentar os desafios daquela conjuntura.

Com argúcia, Della Vechia destaca, a partir da análise do conteúdo programático e dos mecanismos de articulação e de mobilização subterrânea junto à sociedade, como esta proposta pretendeu ser alternativa de resistência em tempos de acentuada interdição das liberdades e violência repressiva estatal, procurando realizar trabalho político junto aos movimentos sociais - mas sem abrir mão da possibilidade de participar da luta armada. Portanto, o autor reconhece que o PCBR se ofereceu como opção de atuação e questionamento ao regime, em um cenário de profundo refluxo da esquerda partidária e de retração das mobilizações populares. Contudo, o desejo de criar uma ferramenta de atuação que aglutinasse descontentamentos e propulsasse novas formas de ação política fracassou, e sua experiência faz parte das derrotas sistemáticas que a ditadura brasileira impôs às organizações sociais, partidárias e armadas. Entretanto, pouco sabemos, ainda, sobre a forma como isso ocorreu e o nome dos algozes e dos seus

superiores. Só para lembrar, estas são parte das informações que têm sido insistentemente sonegadas à sociedade brasileira por todos os governos constituídos no período pós-ditadura.

Na obra, com conhecimento acurado, o autor circula por temas áridos e controversos. No exame da categoria partido político, a partir de uma base interpretativa marxista, percorre-se um caminho por onde vão sendo resgatadas, contrastadas, cotejadas, assumidas ou rejeitadas perspectivas fundamentadas por Lênin, Rosa Luxemburgo, Stalin, Cerroni, Duverger, Gramsci e Trotsky, entre outros. O debate sobre a teoria do partido leva-o a perscrutar os conceitos de *partido do novo tipo*, *partido operário*, *centralismo democrático*, *partido de vanguarda*, *clandestinidade versus secretismo*, *violência política*, *revolução*, *reforma* e *autonomia sindical*, entre tantos outros.

Della Vechia não deixa margem para divagações, no resgate de uma história onde o político está profundamente imbricado com o contexto que lhe dá sentido. Ao historiar os fatos essenciais da constituição da primeira experiência partidária pela esquerda (o PCB), assim como suas limitações e contradições -, realça e avalia situações como a adesão de Luís Carlos Prestes e os tenentes, a constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Levante de 1935, a luta pela legalidade, o debate sino-soviético e as crises que culminaram na irrupção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Adentrando na conjuntura do golpe e da implementação da ditadura, as divergências e polêmicas que cindiram a esquerda vão sendo explicitadas e delas decorre o fortalecimento da tendência revolucionária e a pulverização do *Partidão* em pequenas organizações com estruturas, programas e direções próprias. Casos do próprio PCBR, mas também da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Dissidência da Guanabara (DI-GB), do Partido Operário Comunista (POC) ou do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Divergências sobre o caráter da revolução, o papel do partido, a aliança de classes e a concepção militar fazem parte do núcleo duro do conjunto de teses que tornaram a ruptura irreconciliável.

No esforço pela reconstituição da história do PCBR, Della Vechia mergulha na avaliação da essência das discussões

programáticas que pautavam sua agenda interna: a relação com as experiências socialistas existentes (URSS, China e Cuba), a polêmica opção política X opção armada - com o partido defendendo a simultaneidade da luta armada com um trabalho consequente de massas -, a autonomia dos movimentos sociais e o limite da sua arregimentação pelas estruturas partidárias, as dificuldades de reposição de militantes e de conselhos diretivos ante a ofensiva repressiva, entre outras questões significativas.

O texto ganha dinamicidade vertiginosa na medida em que começa a resgatar casos e histórias desconhecidas, nebulosas, escondidas pela versão oficial da ditadura ou pela névoa das memórias dos sobreviventes. A humanização dos casos apresentados confere outra possibilidade de leitura sobre as experiências de resistência em condições tão adversas, ações até questionáveis, considerando-se a conjuntura da época. Della Vecchia reconhece a conduta moral do revolucionário, a fidelidade às decisões partidárias, a postura idealista e a crença de muitos quadros e dirigentes na justiça da luta; mas também registra, a partir de seus depoentes e documentos, alusões a comportamentos controversos de certos militantes, que ficaram emoldurados na penumbra das quedas, vacilações e recuos individuais. De forma cuidadosa, visa elucidar e compreender tais situações, retirando o foco da pressão dos fatos conjunturais, e analisando-as, cotejando-as desde um distanciamento temporal que permite abrir o ângulo da imagem.

No resgate da história do PCBR, Della Vecchia reconstitui as fracassadas tentativas de criar bases rurais para a guerrilha no Paraná, Goiás, Sergipe; recupera, ainda, informações esclarecedoras sobre ações de expropriação em João pessoa, Fortaleza, Maranguape, Recife e a ousada tentativa de explodir o palanque das autoridades no Recife durante o desfile alusivo ao 7 de setembro, em 1969. Merece destaque, ademais, os acontecimentos relacionados com Jorge Medeiros do Valle, o *bom burguês* - no esquema de desvio de dinheiro do Banco do Brasil para financiamento de grupos armados -, assim como o traumático justicamento de Salatiel Teixeira Rolim, responsável pela ligação entre aquele e a direção partidária. Nas palavras de

Della Vecchia, a morte de Salatiel perdura como trauma e controvérsia para vários dos depoentes ouvidos. Por detrás de tais situações trazidas ao público a partir de um quebra-cabeça de indícios e informações fornecidos pelos militantes entrevistados, transparecem como constante os relatos sobre as dificuldades e condições dramáticas para a montagem de infraestrutura mínima, bem como a preparação, treinamento e cobertura de militantes.

A necessidade de recuo tático visando à retirada para o exterior dos quadros e dirigentes mais visados possibilitou, no exílio, a autocrítica sobre a atuação da organização. O autor expõe o delicado debate sobre a viabilidade e continuidade da luta, tese defendida por aqueles que permaneciam no Brasil - *melhor morrer com dignidade dentro do país a sair* -, e os que defendiam o contrário, majoritariamente localizados fora de fronteiras - os chamados *desbundados*. Tal disputa explicita terrível dilema, gerado por sensível e contraditório sentimento: a percepção racional da derrota ante a obrigação de solidariedade com os que continuavam na luta ou o compromisso com os caídos.

Finalmente, menção à parte merece o esforço implícito no livro, de tentar mapear a sequência interminável de quedas, como as sofridas no Paraná (Curitiba, Londrina e Maringá), São Paulo e Rio de Janeiro, e desvendar as mortes dos militantes. Della Vecchia traça um percurso cronológico para tentar esclarecer esses eventos, indicando as formas fraudulentas utilizadas pela ditadura para esconder a sua responsabilidade nos fatos. Não foram poucas as situações em que o regime montou verdadeiros “teatros” diversionistas, metodologia que, combinada com a impunidade garantida pela interpretação dada à lei de Anistia, garantiu que durante muitos anos pouco ou quase nada se soubesse sobre tais acontecimentos.

Por tudo isso, o estudo de Renato Della Vecchia é instigante e merecedor das maiores recomendações. Cumpre rigorosamente com os cânones de cientificidade exigidos pela pesquisa acadêmica, mantendo o olhar atento de quem pretende contribuir no resgate do passado recente tão traumático, escrutinando e dando inteligibilidade ao seu particular objeto de

estudo. Poucos são os trabalhos que possuem a coragem de analisar o comportamento dos protagonistas do campo da esquerda e, independente do reconhecimento pela sua generosa disposição frente a uma luta tão desigual, atentam a identificar e compreender suas contradições, limitações e equívocos. Nesse sentido, o estudo se constitui em uma obra de referência, a contrapêlo de trabalhos meramente descritivos ou de análises muito em voga e que desqualificam a luta de resistência e oposição contra a ditadura com o argumento de que as ações das esquerdas armadas foram tão violentas quanto o terror de Estado vigente. Della Vechia, desta forma, mostra-se respeitoso diante das opções e dilemas enfrentados por “outros homens e mulheres”, em um contexto marcado por condições muito particulares. Ele sabe o quão essencial é resgatar e socializar essa experiência particular, como tantas outras ainda pouco conhecidas. E, como pesquisador, assume com muita dignidade a mesma postura consequente que tem marcado sua dilatada e intensa trajetória como intelectual orgânico e ativista social coerente e semeador de consciências, de compromissos éticos e de posições cidadãs realmente democráticas.

Boa leitura.

***Enrique Serra Padrós***

# Introdução

Esse trabalho é resultado de um processo de pesquisa que ocorreu em dois momentos. Inicialmente, o trabalho foi elaborado com o objetivo de produzir uma dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), defendida em 2005. O orientador foi o Professor Doutor Marcello Baquero. A dissertação foi fruto de aproximadamente 30 entrevistas com ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da busca de documentos junto ao Arquivo Público do Estado do Paraná; documentação do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco; Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro; Arquivo Brasil Nunca Mais (UNICAMP/SP); Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (RN); Arquivo Público do Rio de Janeiro e Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul. Todas as pesquisas nestes locais, bem como as entrevistas, foram feitas de forma presencial, pois na época não existiam as condições atuais de entrevistas e pesquisas on-line (ao menos, não de forma popularizada). A partir desses contatos, conseguimos localizar documentos, livros e notícias de jornais da época, o que possibilitou a montagem de um conjunto de informações que foram, aos poucos, construindo uma “linha do tempo” da atuação do PCBR.

A pesquisa serviu a seu propósito, qual seja, o de apresentar uma dissertação de mestrado. No entanto, havia lacunas ainda não identificadas, fatos que precisavam ser melhor elucidados e documentos ainda não localizados. Essa é uma das razões pelas quais este trabalho não foi publicado anteriormente. De alguma forma, ele circulou entre alguns ex-militantes e pesquisadores da temática sobre ditadura militar, em alguns casos contribuindo com trabalhos importantes

produzidos posteriormente, que abordavam a atuação do PCBR em algumas regiões, memórias de ex-militantes ou até mesmo análises das concepções provenientes do PCBR em confronto com outras organizações. Todas essas contribuições, (ao menos aquelas a que eu tive acesso), acrescentaram informações e aprimoraram o desenvolvimento deste trabalho. Outras fontes importantes foram as Comissões Estaduais da Verdade (principalmente as de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Paraíba), bem como o aprofundamento que a Comissão Nacional da Verdade trouxe aos casos de assassinatos de ex-militantes do PCBR.

Podemos classificar as produções que de alguma forma referiam-se ao PCBR de diferentes maneiras (a maioria é posterior ao ano de 2005, portanto, anteriores à construção da dissertação), quais sejam: trabalhos que de alguma forma adentram as questões teóricas e concepções políticas do PCBR (REIS, 1985; ALMEIDA, 1991; RIDENTI, 1993; GORENDER, 1988; FARIA, 2008; FERREIRA, 2014); trabalhos que abordam questões específicas, como presos em Itamaracá, assalto a banco, fuga de Theodomiro Romero dos Santos, etc. (ESCARIZ, 1980; CÔRTEZ, 2015; TORREZ, 2017; FERRAZ, 2021); diversos trabalhos autobiográficos ou biografias produzidas a respeito de ex-militantes (CARVALHO, 1997; COSTA, 2008; FALCÓN, 2008; MARTINS, 2009; CARVALHO, 2012; NETO, 2014; SILVEIRA, 2016; PONTES, 2018; DIÓGENES, 2021); por fim, também analisamos trabalhos que retratavam de forma específica a atuação de militantes do PCBR em uma região ou determinado estado, como na Bahia (SOUZA, 2013; PONTES, 2018), no Paraná (HELLER, 1988; OLIVEIRA, 2014), Rio de Janeiro (CALDAS, 1991; BARBOSA, 2020), Ceará (FARIAS, 2007; JUNIOR, 2008) e em Pernambuco (FERREIRA, 2014).

Nesse sentido, o conjunto de novas informações criou as condições de “amadurecimento” do trabalho, permitindo que ele viesse a público neste momento. Provavelmente ocorram imprecisões ou talvez alguns enfoques não agradem a todas as pessoas que viveram aquele período histórico. Não poderia ser diferente, na medida em que muitos casos relatados e/ou

analisados partem de diferentes abordagens e olhares da parte dos entrevistados e, de certa forma, do próprio autor.

Uma lacuna deste trabalho é não aprofundar o estudo das linhas teóricas e políticas que embasaram os documentos do PCBR. Uma análise mais específica das concepções políticas que nortearam a atuação de seus militantes exigiria outro estudo, talvez de maior fôlego, na medida em que existem dezenas de documentos produzidos ao longo do tempo (como pode ser observado nas referências). Essa análise já foi feita, não só do PCBR, como de outras organizações (como identificamos acima), mas acreditamos que ainda existe espaço para serem aprofundadas.

O objetivo maior desta publicação foi construir um estudo que apresentasse um panorama mais amplo do PCBR, em uma continuidade histórica que pode ser sintetizada no cronograma em anexo ao trabalho, quando integrasse diferentes experiências ocorridas de forma particularizada em determinadas regiões. Em geral, os ex-militantes possuem uma visão parcial do processo, seja em função da região geográfica em que atuavam, seja pelo período de militância (em alguns casos, interrompidos por troca de organização ou em função de longos períodos de prisão).

O presente estudo sobre o PCBR visa a resgatar a origem, trajetória, concepções políticas e ação prática dessa organização. Um resgate que não leve em conta apenas as definições e “linhas oficiais”, mas que também se proponha a analisar as contradições inerentes a um tipo de organização que buscou romper o autoritarismo presente no projeto da grande maioria das organizações de esquerda (notadamente, o autoritarismo proveniente daquele período denominado stalinista). Como sabemos, todo o processo de rompimento também conserva algo daquilo que busca superar. Desse modo, queremos identificar até que ponto o rompimento teórico gerou uma nova cultura nas relações internas e na relação dessa organização com os demais movimentos sociais.

Gostaríamos de fazer uma ressalva que nos parece importante. Quando falamos em autoritarismo nas organizações de esquerda, precisamos não confundir com disciplina. Hoje,

torna-se corrente confundir, muitas vezes, uma atitude com outra. No entanto, durante períodos de repressão política, a falta de disciplina por parte dos militantes pode significar, em alguns casos, sua própria vida, bem como a de outras pessoas a eles ligadas. Quando falamos em autoritarismo, referimo-nos fundamentalmente a uma relação de dominação que frequentemente ocorria entre direção e base das organizações, bem como entre estas e os movimentos sociais e de massas. Todavia, procuramos ter o cuidado de contextualizar a época para avaliarmos até que ponto a centralização era fruto de uma relação autoritária ou se era uma necessidade de sobrevivência política.

Nesse contexto, insere-se um conjunto de debates bastante ricos no período examinado. Por exemplo, chama atenção a discussão sobre o direito à maternidade por parte das mulheres que viviam em uma situação de clandestinidade e, conseqüentemente, em condições bastante precárias. Até que ponto a necessidade de preservação dos militantes de uma organização política poderia se sobrepor a uma vontade individual (no caso, a de ser mãe). Até que ponto a opção pela clandestinidade era uma necessidade ou uma forma de os militantes se autoafirmarem? Nas entrevistas, identificamos também situações em que não havia necessidade da clandestinidade, mas um certo “status” dentro das organizações levou alguns jovens a buscá-la.

Este trabalho busca contribuir também para o resgate de uma parte ainda não conhecida de nossa história, bem como refletir sobre a questão da democracia nas organizações políticas, tema atual e relevante, frente a inúmeros problemas dessa ordem, os quais se multiplicam em diversos tipos de organizações políticas, sejam elas partidárias, sindicais ou organizações não-governamentais.

Entendemos que, para além do resgate histórico, por si só importante, certas questões não estão definitivamente resolvidas em nossa sociedade.

A América Latina é um continente que se caracterizou, principalmente no século XX, por sucessivas intervenções militares nos governos constituídos. Via de regra, patrocinadas

por governos dos Estados Unidos a partir de interesses econômicos muito bem definidos. No século passado, tivemos mais de 100 golpes militares desse tipo em nosso continente. Nada nos diz que esse ciclo tenha acabado. Ao contrário, sabemos que, mais do que nunca, a Amazônia torna-se alvo de cobiça do capital transnacional. A “preocupação” com o narcotráfico colombiano, por parte de um país que exporta, sem restrições, éter e produtos químicos para o refino da coca é, no mínimo, suspeita. O deslocamento de tropas norte-americanas para os países amazônicos também é um dado preocupante, bem como a generalização dos processos de intervenção externa que possuem objetivos claros de controle das riquezas dos países latino-americanos por parte dos grandes grupos internacionais, como o caso da extração do petróleo brasileiro através do pré-sal.

Paralelamente a essa situação, percebemos um crescente autoritarismo por parte dos governos constituídos em nosso continente. Na realidade, verdadeiros “golpes brancos”, em que questões constitucionais são deixadas de lado em função de interesses de grupos que detêm o poder. A corrupção alastra-se de forma rápida, sem que a sociedade consiga controlá-la. Este processo todo tem como pano de fundo a dinâmica da globalização, na qual somente o capital é globalizado, gerando com isso uma violenta concentração de renda. O Brasil, neste contexto, possui um dos maiores índices de desigualdade de renda e salário do mundo. Segundo dados da própria ONU, 1/3 de nossa população encontra-se abaixo da linha de pobreza, com uma renda *per capita* inferior a um dólar/dia. Há em nosso país, portanto, um verdadeiro exército de miseráveis (POCHMANN, 2003)<sup>1</sup>.

Esse conjunto de fatores faz com que as preocupações com os períodos autoritários do passado não possam ser consideradas superadas. Ao contrário, um país onde os partidos políticos nacionais, ao longo de sua história, têm pouco mais de

---

<sup>1</sup> Embora estes dados sejam de 2003, não houve transformações estruturais que modificassem na essência essa realidade, principalmente no quadro de crise do período pós golpe que derrubou a presidenta Dilma Rouseff.

30 anos de vida legal sem os entraves das ditaduras, não pode ser considerado um país com democracia consolidada. Nesse aspecto, diferenciamos-nos muito de países como Argentina, Chile e Uruguai, que possuem uma estrutura partidária de mais de um século e uma população que ainda se identifica partidariamente. Embora se constate que, na última década, a identidade partidária venha se reduzindo significativamente nesses países, ainda são superiores ao caso brasileiro (BAQUERO, 2000).

Se no Brasil o período da ditadura foi “varrido para baixo do tapete”, o mesmo não aconteceu em outras nações. Na Argentina, os ditadores foram condenados e enviados para a prisão. No Chile, presenciamos todos os conflitos que envolveram a sociedade chilena na polêmica relacionada à prisão de Pinochet. No entanto, no Brasil, somente a partir dos governos Lula e Dilma os familiares de desaparecidos políticos e estudiosos do tema puderam ter melhores condições de acesso à documentos produzidos pelo Exército e pelos órgãos repressivos (embora ainda controlados).

Para contribuir com a ampliação de nossa memória histórica é que este trabalho sistematizou informações a respeito do tema em foco. Exploramos um conjunto de documentos que o PCBR elaborou ao longo de sua vida partidária, como também entrevistamos 30 ex-militantes desse agrupamento. A partir das entrevistas e de outros materiais impressos, constituímos uma lista de quase quinhentos nomes de ex-militantes e/ou simpatizantes do partido que tiveram algum papel no processo de organização do PCBR. Selecionamos uma quantidade significativa de material bibliográfico (textos, revistas, artigos, livros, etc.), o que nos possibilitou encontrar valiosos dados para o desenvolvimento da problemática proposta. Paradoxalmente, esse enorme volume de informações também trouxe problemas ao estudo, na medida em que dificultou a seleção do que era mais relevante.

Essa pesquisa situa-se no marco da organização de documentos e dados que se encontravam dispersos. Da mesma forma, a maioria dos ex-militantes, que tiveram um papel destacado nesse período, já se encontram em idade relativa-

mente avançada, o que dificulta a reconstituição oral baseada apenas na memória dos envolvidos. Em função da vida clandestina, muitas informações nunca foram anotadas, como, por exemplo, os nomes de pessoas que compuseram as direções políticas das organizações<sup>2</sup>. As entrevistas, portanto, tiveram uma grande contribuição, no sentido do resgate histórico de muitas situações e acontecimentos que não eram até então de conhecimento público e, de algum modo, constituem parcela fundamental do passado recente desta nação. Ao que nos consta, quando a versão inicial da dissertação foi apresentada, em 2005, foi o primeiro trabalho específico sobre essa organização política (PCBR), a qual buscava, dentro do marxismo, situar-se entre os “leninistas” e os “autonomistas”.

Cabe abordarmos os critérios utilizados para a realização das entrevistas. A partir de informações públicas sobre a história da esquerda no Brasil, identificamos

---

<sup>2</sup> No livro *Por que Ele?* (2016), de Éder da Silva Silveira, existe uma crítica a uma afirmação que fiz por ocasião da produção da dissertação de mestrado sobre o PCBR, quando afirmei que “não existem documentos com nomes, nem mesmo de nomes frios, a reconstituição das direções depende da memória de ex-militantes vivos”. Contrapõe essa afirmação com a apresentação de informações existentes no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Embora ele esteja correto sobre essa observação, se analisada no momento atual, é preciso considerar que a defesa da dissertação foi em 2005, com informações buscadas entre o final dos anos 1990 e esta data. Lembro, por exemplo, que quando fui a Recife pesquisar dados que há pouco tempo haviam sido disponibilizados para pesquisa pública, tive de preencher um documento com meus dados pessoais, o que iria pesquisar, o motivo, além de outras informações. Após esse procedimento tive de ir a um cartório registrar firma de minha assinatura e voltar ao local que estavam disponíveis os documentos. Por uma lei da época (atualmente extinta), precisaria da autorização de familiares para poder acessar qualquer documento que envolvesse algum nome em especial (depoimentos prestados à polícia, etc.). Como ficaria pouco tempo na cidade e não tinha a mínima noção de quem seriam os familiares e onde poderia encontrá-los, não consegui acessar a imensa maioria das informações. Tive dificuldades também em buscá-las em outros locais, como Curitiba e Rio de Janeiro. Hoje existem milhões de páginas digitalizadas, que são facilmente encontradas. Além disso, diversos dados da polícia política da época são confusos sobre datas, nomes verdadeiros ou codinomes, etc. Hoje, com parte considerável desses documentos on-line, a partir da Comissão Nacional da Verdade, as condições de pesquisa são muito melhores, o que permitiu a publicação nesse momento.

personagens centrais na construção do PCBR. Algumas, já falecidas. Em relação a alguns dos nomes que identificamos, não tínhamos o mínimo conhecimento sobre a situação em que se encontravam (se estavam vivos, onde moravam, etc.). Em relação a outros identificados, alguns eram conhecidos, como Apolônio de Carvalho (fundador do PT – inscrição número 1 - e pessoa bastante destacada no Rio de Janeiro); Jacob Gorender (escritor que vinha publicando livros regularmente, conhecido nos meios acadêmicos) e Bruno Maranhão (membro da Direção Nacional do PT). Outros ainda eram identificados através de bibliografia sobre o período, mas não sabíamos onde encontrá-los (é o caso de Álvaro Caldas, que tinha publicado um livro sobre sua experiência dentro do PCBR, e de Elinor Brito, líder estudantil em 1968, no Rio de Janeiro). Esses nomes foram localizados por meio dos sistemas de busca na Internet (na época, as redes sociais ainda eram muito limitadas). Outros nomes foram identificados mediante documentos encontrados no DOPS/PE; no Arquivo Brasil Nunca Mais (Unicamp) e no Arquivo Público do Paraná. Conforme os novos nomes eram relacionados à história do PCBR, através de documentos e/ou de ex-militantes que foram sendo contatados e que, por sua vez, revelavam outros dados e contatos, continuávamos a busca de informações em direção a novos personagens.

Inicialmente, cerca de 150 pessoas foram mapeadas ou listadas, sendo que posteriormente, ao retomarmos essa pesquisa, e já em melhores condições, chegamos a mais de 500 nomes de militantes ou simpatizantes da organização. Alguns nomes importantes foram identificados, mas não tivemos condições de entrevistá-los. Seja porque não responderam aos e-mails enviados, seja porque, quando estivemos nos estados onde moravam, não conseguimos contatá-los (alguns estavam viajando, outros hospitalizados, etc.). Ou até mesmo por avaliarmos que as informações que poderiam fornecer já haviam sido apresentadas no relato de outros/as ex-militantes. Constatou-se que, a partir do exílio, alguns fixaram residência no exterior. Outros ainda estavam morando em estados e/ou municípios para os quais não tivemos condições de

deslocamento (Ceará, Mato Grosso, Mossoró/RN, Jequié/BA, interior do Paraná, interior de São Paulo etc.)<sup>3</sup>.

Além das 30 entrevistas realizadas diretamente com ex-militantes, também nos valem de entrevistas que os mesmos deram para outras pessoas e ou órgãos de imprensa e livros (Theodomiro Romeiro dos Santos, Rubens Alves, Nancy Mangabeira, Romeu Bertol, Jorge Medeiros do Valle e outros).

Mesmo junto aos ex-militantes que entrevistamos diretamente, também nos municiamos de entrevistas que os mesmos deram a outras pessoas e/ou órgãos de imprensa em outros momentos (Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Prestes de Paula, Marcelo Mário de Mello, Bruno Maranhão, etc.).

Como não possuíamos as condições financeiras ideais para deslocamentos, alguns nomes importantes não foram entrevistados, seja em função desse limite ou em vista de não termos conseguido localizá-los a tempo.

O roteiro das entrevistas era padronizado. Assim, era solicitado ao depoente que efetuasse um histórico de sua militância e da relação estabelecida com o PCBR. Também pedíamos uma avaliação final sobre a atuação no período e o modo como eles relacionavam o projeto inicial da organização ao desdobramento prático da luta política no período. Além dessas questões mais gerais, em cada caso procurávamos identificar as informações específicas sobre a atuação daquele ex-militante, quanto à região em que atuava, tipo de atuação e papel desempenhado dentro da organização.

Conforme o “quebra-cabeça” ia sendo montando, identificávamos a necessidade de novas informações ou incongruências a serem verificadas. Em alguns casos, conseguimos retomar contatos via internet ou telefonemas. Em outros, não. De qualquer forma, mesmo com o trabalho já concluído, ainda estamos descobrindo novos elementos que compõem a história

---

<sup>3</sup> Na época, não tínhamos acesso a instrumentos que possibilitassem a gravação de entrevistas via remota, por exemplo. O único acesso era através de e-mail e/ou, em alguns casos, por redes sociais, embrionárias naquele momento.

do PCBR, bem como contatos com pessoas que não tínhamos por ocasião da construção inicial deste trabalho.

Quanto à distribuição textual, para que pudéssemos alcançar os objetivos propostos, a dissertação ficou estruturada em um total de seis capítulos. Sendo que o Capítulo 1 desenvolve algumas concepções sobre a perspectiva pela qual os partidos políticos podem ser estudados. A partir dessa introdução geral, buscamos analisar o modelo ideológico de partido, notadamente a concepção marxista e o debate que se estabeleceu entre alguns de seus principais dirigentes internacionais no que diz respeito a concepções sobre esse tipo de agrupamento.

O Capítulo 2 aborda o papel que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) cumpriu na história política brasileira. Analisa suas vitórias e derrotas, acertos e equívocos que levaram a dissensões internas. Já o Capítulo 3 busca trazer algumas possíveis explicações sobre o significado histórico do golpe militar de 1964 e as suas consequências para as organizações de esquerda na época.

O Capítulo 4 aborda as diferentes cisões que surgiram no Brasil em relação ao PCB, as diferentes concepções de luta política que levarão à construção de diferentes formas organizativas e programas para enfrentar o estado militar que se instalou no Brasil. Trabalha, de forma particularizada, o surgimento do PCBR, motivo central deste trabalho. O Capítulo 5 é o mais extenso e busca reconstituir historicamente a trajetória do PCBR desde seu surgimento, em 1967, até 1973, momento em que sua direção é desarticulada e ele passa a não mais existir enquanto estrutura organizativa dentro do Brasil. Embora bastante longo, optamos em não o desdobrar, para evitar a fragmentação de seu conteúdo. O sexto e último capítulo, ainda que pareça um pouco “deslocado” do conjunto do trabalho, procura investigar as relações interpessoais entre os militantes. Notadamente quanto ao tratamento que era dado ao debate sobre gênero, além de pretender analisar outras questões, como relações afetivas dentro de um contexto de clandestinidade e relações familiares dentro de um ambiente adverso, fruto da forte repressão política e do desprendimento por parte dos militantes de esquerda nesse período.

Logo após a conclusão, não constituindo propriamente um capítulo, mas apresentadas como uma “nota”, trouxemos algumas informações a respeito de situações que foram determinantes para que o PCBR fosse desmantelado. Por fim, nos anexos, apresentamos um cronograma sintético das atividades envolvendo o PCBR e seus militantes e um mapeamento de militantes, simpatizantes ou pessoas que involuntariamente foram envolvidas com o partido. Também avaliamos que alguns documentos que julgamos importantes para a compreensão de alguns fatos e do projeto político do PCBR deveriam ser inseridos ao trabalho, somando-se ao final a reprodução de algumas fotografias de militantes que atuaram no período.

Por fim, consideramos relevante a publicação dessa pesquisa, sobretudo neste momento de crise política que estamos vivendo, pois as consequências do “apagão” de nossa memória e da impunidade relacionada aos crimes cometidos pelos agentes do Estado no período da ditadura civil-militar resultaram no contexto atual de nosso país, com um presidente da República que faz apologia a torturadores; manifestações públicas pedindo o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF); forte presença de milicianos nos aparelhos de Estado; cúpula das Forças Armadas referendando ameaças de golpe; aparelhamento da estrutura estatal a serviço de grupos privados e inclusive ameaças ao próprio processo eleitoral previsto para o final de 2022.

No entanto, embora estejamos vivendo um momento conturbado da conjuntura política e social, é importante percebermos que esses momentos são recorrentes no processo de luta de classes. Nunca houve conquistas sociais e humanitárias sem que houvesse reações, muitas vezes violentas, por parte das classes economicamente dominantes. Afinal, não devemos esquecer Karl Marx, que afirmava que “a violência é a parteira da história”. E podemos identificar que, por piores que sejam os períodos de violência e opressão, o que fica marcado na história são os avanços conquistados em diferentes épocas, e não a violência e retrocessos ocasionais. Fim da escravidão, substituição das monarquias absolutistas por Estados constitucionais, Declaração dos Direitos Humanos, emancipação

feminina, sufrágio universal, conquista de direitos trabalhistas e sociais são alguns dos avanços que a humanidade foi criando ao longo dos séculos, a despeito de períodos de violência e intolerância, como os fascismos e os diferentes tipos de reações que ao final entraram para aquilo que denominamos de “lixo da história”. Nessa perspectiva é que consideramos importante o estudo dos processos de luta pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil. O poema que Pedro Terra produziu em homenagem a Apolônio de Carvalho (o herói das três pátrias)<sup>4</sup>, por ocasião de sua morte sintetiza de forma muito bonita o espírito daquela época e a atualidade da luta pela utopia de um mundo mais justo:

### **Nessa hora de cinzas...**

Para Apolônio de Carvalho

Hoje, quando a primavera pública reclama  
teu corpo para manter acesa  
a explosão das flores e fecundar  
a vertiginosa aventura da vida,  
indago dos ipês deste setembro:  
“Vale a pena sonhar?”  
E recolho nas sombras da memória  
onde oculto meus fantasmas  
a urgente caligrafia dos relâmpagos  
com que você redigiu sua resposta:  
“Vale a pena sonhar.”  
Tardio, deixo sobre teu coração  
arado pelas batalhas do século,  
como a última folha

---

<sup>4</sup> Apolônio de Carvalho se vinculou à Aliança Nacional Libertadora em 1935, na luta contra o Estado Novo de Getúlio Vargas; na Guerra Civil Espanhola, contra o fascismo de Franco; na Resistência Francesa, contra a ocupação nazista. Na volta ao Brasil, participou da direção do PCB, rompendo em 1967 e se tornando um dos principais dirigentes do PCBR, posteriormente vinculando-se ao processo de luta pela redemocratização, sendo convidado a assinar a ficha número 1 de filiação ao Partido dos Trabalhadores em seu surgimento.

do inverno que se despede  
para ceder ao broto  
– lágrima de lua nova –  
destilada pelo tronco  
durante o vasto sono dos cerrados,  
um verso antigo, dito em voz baixa,  
diante da luz maravilhada dos teus olhos.  
Talvez já estivesse escrito  
– e não sabemos –  
pelas mãos invisíveis do poeta  
que nos habita o sangue,  
nos muros de uma cela na Rua da Relação;  
nas encostas do Vale do Ebro;  
numa esquina sombria de Toulouse ocupada;  
num calabouço da Barão de Mesquita  
ou nas páginas de um Livro da Atas, no Colégio  
Sion:  
“Nessa hora de cinzas e sonhos devastados,  
recolher nas mãos aquela estrela  
que entre as dobras da sombra  
se revela  
e acender a metade humana  
A estrela imperfeita  
que combate e combatendo recria,  
apaixonadamente,  
a utopia”.



# Capítulo I

## Partidos Políticos

### 1.1 Diferentes concepções sobre Partidos Políticos

Discutir a contribuição do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) à Ciência Política remete a um debate sobre conceituação de partidos políticos, democracia e marxismo. Por essa razão, os dados obtidos na pesquisa serão analisados ao longo desta obra a partir dessa perspectiva teórica.

A definição de partidos, por si só, já consiste num tema muito amplo. Diversas abordagens são feitas no que se refere a essa temática. Dentro de cada abordagem, identificam-se discussões e/ou definições variadas sobre partidos, as quais não podem ser consideradas falsas ou verdadeiras em si mesmas. Dependendo do que se busca explicar, uma ou outra abordagem poderá ser adequada e poderá produzir respostas mais abrangentes.

Em linhas gerais, poderíamos dizer que as principais concepções da Ciência Política também produzem elaborações sobre os partidos. As principais são: abordagem histórica (Cerroni, Duverger); estrutural-elitismo (Michels); behaviorismo; teoria estrutural-funcionalista (Almond e Powell) e teoria marxista ou ideológica (Lênin, Rosa Luxemburgo).

A abordagem histórica procura investigar o surgimento dos partidos e seu desenvolvimento à luz das condições históricas. Não se limita a analisar o partido apenas pelo que é na atualidade, mas busca compreender seus limites e potenciais

a partir das condições históricas em que está inserido, bem como procura entendê-lo, ao levar em conta seu nascimento e desenvolvimento. Possui diversas abordagens diferenciadas em seu interior, como a teoria institucional (Duverger); a teoria das crises dos partidos políticos, a teoria da modernização (Lipset) e a teoria psicológica dos partidos políticos.

O estrutural-elitismo, que tem como um de seus expoentes Robert Michels, procura investigar os partidos políticos a partir de sua estrutura e das formas pelas quais as direções se apropriam do partido para defender seus interesses pessoais. Michels analisa os partidos de esquerda e exclui automaticamente os de direita, porque estes já se constituem como partidos oligárquicos por natureza. No entanto, os partidos de esquerda ou, até mesmo, os de centro-esquerda, que buscam a construção de estruturas democráticas, com o passar do tempo também se tornam oligárquicos. Para Michels, existe uma contradição inerente aos partidos (que ele denomina de Lei de Ferro das Oligarquias), na qual os partidos que se preocupam em organizar-se de forma democrática e participativa reproduzem as velhas estruturas oligárquicas. Seu raciocínio é simples e embasado em experiências históricas. Um partido que procura constituir-se de modo democrático exige uma estrutura organizativa muito mais planejada e eficiente do que as demais máquinas partidárias.

A democracia exige, portanto, a especialização de funções. Esta, por sua vez, leva à especialização de tarefas, ou, em outras palavras, à divisão do trabalho. A divisão do trabalho, por seu turno, induz à especialização e ao controle das informações, o qual gera a separação entre os dirigidos e os dirigentes. E, com o tempo, os dirigentes baseiam-se cada vez mais em seus interesses particulares, ao tomar algum tipo de decisão, do que nos interesses coletivos do partido. Sendo assim, a conclusão de Michels é que os partidos democráticos de esquerda, com o tempo, também se tornam partidos oligárquicos.

O behaviorismo examina a relação Estado-Sociedade, desloca a abordagem do Estado para a sociedade civil. Incorpora o elemento quantitativo (sondagens de opinião pública –

*surveys*). Permite identificar a cultura política; a eficácia política; a socialização política, a identificação partidária, etc. Estuda como as pessoas internalizam normas e valores. Substitui ideias fragmentadas pela ideia de probabilidade de comportamentos políticos. Procura medir quantitativamente os comportamentos políticos e, por fim, não trabalha com explicações macroestruturais, mas com unidades micro.

O estrutural-funcionalismo preocupa-se basicamente com a ideia da relação contínua entre *inputs* (entradas) e *outputs* (saídas). É um tipo de abordagem que busca justificar e interpretar o sistema político da forma como ele se consolida hoje. Tendo sua origem nos EUA, na década de 1960, compara o sistema político a um sistema de computação. Existem demandas da população (*inputs*) que entram no sistema político, são processadas e saem (*outputs*) na forma de políticas públicas. Fazendo um paralelo com um sistema de computação, as informações são colocadas no sistema (*input*), processadas pelo aparelho e, em seguida, sai o resultado (*output*). Da mesma forma que um sistema de computação apresenta limites de dados que podem ser processados (sob pena de pane no sistema), as reivindicações da população também precisam ser previamente selecionadas e agrupadas para que as demandas não inviabilizem todo o sistema de representação.

Nesse sentido, os partidos políticos são os instrumentos que organizam, agrupam e defendem interesses de setores da população no sistema político. Os partidos são os agentes intermediários entre o Estado e a sociedade civil. Além disso, o estrutural-funcionalismo entende esses agentes como estruturas que são identificadas através da função que desempenham.

A análise de Marx e de alguns marxistas, por sua vez, não procura determinar o que são, como surgem ou qual a função dos partidos políticos. Parte da percepção clássica da permanente luta de classes na sociedade e dos mecanismos repressivos e ideológicos inerentes ao Estado. Nessa perspectiva, sua preocupação reside em como constituir partidos que se transformem em instrumentos eficazes de luta política, visando à destruição do chamado estado burguês (seja na forma que for) e à construção de um processo revolucionário.

Este estudo trabalhará com duas dessas abordagens. Em primeiro lugar, de forma mais sistemática, enfocaremos a análise marxista de partidos políticos. Dentro do marxismo, destacaremos as diversas opiniões sobre partido, particularmente, a concepção de Lênin e de Rosa Luxemburgo. Em um segundo momento, discutiremos a crise política que a ideia de partido único, implantada na União Soviética, sob inspiração de Josef Stálin, irá acarretar no pensamento de esquerda no mundo todo. Nesse segundo momento, trabalharemos com a abordagem estrutural-elitista.

Após essa análise, buscaremos situar o Brasil pós-64 com a generalização da repressão política, notadamente após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, e o surgimento da chamada “esquerda armada”. Principalmente o PCBR, que se consolidou como continuidade do Partido Comunista Brasileiro e, ao mesmo tempo, como negação de algumas de suas concepções, notadamente no que diz respeito à ideia de democracia. Nesse contexto, analisaremos o PCBR na condição de organização que buscou constituir uma nova matriz político-organizativa na esquerda brasileira.

## **1.2 Os Partidos Políticos em uma perspectiva marxista**

Marx, embora tenha sido um pensador fundamental na interpretação econômica, sociológica e histórica sobre os rumos da humanidade, deixou algumas lacunas no que diz respeito às formas organizativas para os trabalhadores atingirem o poder. Em suas primeiras obras, na chamada fase do jovem Marx, o autor ou ficava em formulações genéricas como “*o socialismo será obra dos próprios trabalhadores*”, ou falava sobre a necessidade de os revolucionários atuarem dentro dos partidos burgueses. Claro que a intervenção dentro desses partidos era fruto de um momento em que o voto ainda era censitário, ou seja, somente os mais ricos tinham direito ao voto e, conseqüentemente, só existiam partidos burgueses.

Em sua fase mais madura, começa a elaborar melhor a questão do partido. Em alguns documentos, como “*Crítica ao Programa de Gotha*”; no “*Manifesto Comunista*” ou na

“*Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*”, discute diversas questões ligadas ao programa a ser assumido pelos revolucionários para que fosse possível superar a sociedade capitalista e para que não ficassem limitados às bandeiras democráticas dos grupos políticos que propunham apenas reformas no capitalismo, sem a sua destruição. Chega a falar da necessidade da independência do partido operário em relação à burguesia e, até mesmo, da existência do que ele chama de grupos secretos. Esse período corresponde à sua atuação dentro da organização da Associação Internacional dos Trabalhadores (conhecida como I Internacional).

No entanto, ainda restam algumas indefinições sobre o problema do partido, as quais são decorrentes de um contexto em que ainda não existiam condições históricas concretas na Alemanha para que se desencadeasse algum tipo de revolução socialista vitoriosa. A fim de que a questão do tipo de partido necessário para organizar a luta revolucionária do proletariado tomasse corpo dentro do pensamento de esquerda, seria imprescindível que condições históricas concretas surgissem para que esse debate também ocorresse.

Em alguma medida, pelas limitações do pensamento de Marx sobre a questão do partido, mas principalmente fruto de uma visão dogmática e de uma leitura parcial do marxismo por parte de parcelas da esquerda brasileira, reproduziram-se, de forma muito comum em nosso país, duas grandes vertentes políticas por parte de setores que buscavam uma transformação da realidade social.

De um lado, aqueles que acreditavam que as transformações viriam lentamente, de acordo com o aumento do nível de consciência das massas. Não consideravam a necessidade de constituição de instrumentos políticos mais elaborados que pudessem auxiliar na construção das consciências políticas. Pensavam que o simples movimento de massas, no seu andar próprio, seria capaz de gerar uma consciência revolucionária.

Essas concepções, que têm sua origem no pensamento de Bernstein, dirigente do partido social democrata alemão, constituem-se como um tipo de “socialismo evolutivo” e irão

gerar o pensamento social-democrata em suas mais diversas variantes.

Não se pode esquecer que, no final do século XIX e início do século XX, a social-democracia representava o pensamento marxista revolucionário. Somente a partir do início da I Guerra Mundial surge a cisão dentro da II Internacional, formando-se, de um lado, a social-democracia como um projeto que apoiava a guerra (na Alemanha) e buscava melhorias para os trabalhadores dentro da ordem capitalista; e, de outro, os que irão se alinhar à III Internacional, criada em 1919, e irão constituir os chamados partidos comunistas.

Dentre as variações do pensamento social-democrata, o chamado “eurocomunismo” ampliará sua influência no Brasil a partir dos anos 80 do século XX. Irá influenciar e, inclusive, dar a direção ao pensamento do PCB naquele período, ao romper com o pensamento marxista e ao adotar uma variante da social-democracia europeia, embora sem aceitar essa definição em nenhum momento. Da mesma forma, setores sindicais que espontaneamente entraram em cena durante o fim do regime militar e ajudaram na fundação do PT, normalmente influenciados por setores da Igreja, também irão adotar uma variante dessa linha política.

De outro lado, aqueles que, embora tivessem clareza quanto à necessidade da teoria revolucionária como elemento imprescindível para todo e qualquer processo de transformação social, acreditavam que a atuação legal dentro dos partidos da ordem que representassem interesses de parcelas da burguesia nacional possibilitaria um avanço político rumo às transformações da sociedade brasileira. No Brasil, o Partido Comunista do Brasil talvez seja quem melhor representou essa concepção política, porque manteve seu discurso marxista e revolucionário, ao mesmo tempo em que buscava uma ampla coalizão política com setores da burguesia nacional com o propósito de derrotar o imperialismo.

Na medida em que Marx não criou o que poderia ser definido como uma teoria de partido, coube a Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução Russa, sistematizar o debate existente naquele período histórico sobre a questão do partido e

construir uma teoria do chamado “partido de novo tipo” ou “partido operário”, também conhecido (após sua morte) como “partido leninista”.

Algumas características desse tipo de organização são: a ideia de um partido de vanguarda, composto pelos “melhores combatentes da classe operária”; centralismo democrático; estruturas partidárias clandestinas, estruturas militares vinculadas à estrutura política, etc.

Talvez o debate a respeito do chamado centralismo democrático seja o mais importante, no que diz respeito à estrutura leninista de partido, pois, ao mesmo tempo em que é um tema relevante, também é um assunto muito controverso. Sua polêmica não envolve apenas os que são favoráveis ou contrários ao centralismo. Situa-se basicamente nas diferentes concepções sobre centralismo e na forma como as majorias e minorias se comportam dentro das organizações políticas. Dito de outra forma, pode-se identificar inúmeras modalidades de centralização, as quais dependem muito do tipo de estrutura política, objetivos, contexto histórico, etc. De outro lado, é possível perceber que as majorias sempre têm um maior apego à ideia de centralização (ao menos enquanto se constituem em maioria, porque muitas vezes, ao se tornarem minoria, passam a ter outro comportamento).

Aliás, essa questão já era enfrentada na fundação do Partido Operário Social Democrata Russo (P.O.S.D.R.). Lênin já identificava: “As lamentações da minoria que clama contra o centralismo e contra os estatutos quando está em minoria, e que mal se converte em maioria logo se apoia nos estatutos” (LÊNIN, 1978, p. 59).

Em linhas gerais, poderíamos dizer que o centralismo democrático constitui-se no encaminhamento solidário e coletivo das definições tomadas pela maioria dentro de algum tipo de estrutura organizativa de caráter político. A ideia básica é que a unidade de ação dos grupos políticos é determinante em sua força ou capacidade de implementar determinada política. Mais adiante serão vistos, de forma mais detalhada, alguns elementos centrais que definem o caráter democrático do centralismo e o diferenciam do burocratismo.

A sistematização da temática (não que outras formas de centralização não existissem antes) advém do contexto em que surgiu a Revolução Russa e do debate a respeito do chamado partido leninista. Na realidade, da discussão sobre a necessidade da constituição de um partido revolucionário na Rússia.

As condições históricas existentes na Rússia (sociedade semifeudal, violência do tzarismo contra os camponeses russos; grande índice de analfabetismo; miséria em grande escala, etc.) induziram ao surgimento, nesse país, de um grande número de círculos revolucionários (os *narodjnicks*). A forma de ação terrorista desses grupos políticos não conseguiu mobilizar e organizar o povo russo. Faltava, fundamentalmente, teoria para que a revolução pudesse acontecer naquele país. A partir da fuga de uma dirigente populista à Europa (Vera Zazulich), esta conheceu Engels e tomou contato com a teoria marxista. Com sua volta, os círculos revolucionários russos, com conhecimento da teoria marxista, buscaram organizar-se em partido. Inicialmente criaram a Liga Social Democrata (articulação de diversos agrupamentos políticos) e, posteriormente, operaram a unificação dessas organizações em um grande partido (o Partido Operário Social Democrata Russo - P.O.S.D.R.), em 1903. Não custa lembrar que nesse momento histórico, os social-democratas ainda eram os revolucionários, os que buscavam destruir a sociedade capitalista.

Entre os principais dirigentes desse partido se encontrava Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), que, já no Congresso de fundação (1903), polemizou na formulação dos estatutos partidários com suas teses sobre critérios para participação no partido e centralização. Enquanto alguns dirigentes defendiam a ideia de um partido mais solto, menos centralizado, Lênin preconizou um partido com uma rígida disciplina partidária. Em função da necessidade da clandestinidade, face à violência da monarquia russa, Lênin propôs a criação de um partido centralizado na sua ação e dividido em células partidárias, ou seja, pequenos agrupamentos, de três a sete membros, que atuariam de forma estanque, sem que os membros de uma célula conhecessem os membros das demais.

Todo o processo de debates e definições aconteceria a partir da circulação de documentos e da representação dos secretários políticos das células (um por coletivo), os quais seriam os pontos de contato com os membros da direção do partido. Para Lênin, somente poderia ser considerado membro do partido o militante que estivesse participando organicamente de alguma célula.

Essa concepção de partido tem origem na sua visão de Estado, (que, na realidade, é a reprodução da visão de Estado expressa por Marx), nas condições da violenta repressão russa.

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado ia adquirindo, cada vez mais, o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que marca um passo à frente na luta de classes, manifesta-se com aspectos cada vez mais acentuados, o caráter puramente repressivo do poder do Estado (MARX, apud IANNI, 1982, p. 203-204).

Lênin viveu em um contexto parecido com o de Marx, na medida em que tanto a sociedade alemã da época de Marx quanto a Rússia czarista eram estruturas sociais nas quais a sociedade civil praticamente não existia. A esfera estatal preponderava, através da coerção sobre o conjunto da população. Isso faz com que o conceito de Lênin seja o mesmo de Marx sobre a questão do Estado. Para este, As classes exploradoras precisam da dominação política para a manutenção da exploração, no interesse egoísta de uma ínfima minoria contra a imensa maioria do povo (LÊNIN, 1987, p. 31).

Para que a população oprimida conseguisse romper com o processo de dominação, era necessário que se organizasse de forma consciente, para destruir o estado burguês. Nesse contexto, a ideia da violência como elemento central do processo político aparece de forma muito nítida.

Se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, “afastando-se cada vez mais da sociedade”, é claro que a

libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante. (LÊNIN, 1987, p. 11)

É tão forte o pensamento de estado-força que o objetivo final é a própria dissolução do Estado, para que seja possível a constituição de uma sociedade sem classes.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo definimento. (LÊNIN, 1987, p. 27)

A violência não é uma vontade ou inovação trazida à política. Ao contrário, a política é que se constituiu na história como alternativa às guerras, como forma de resolução dos conflitos. No entanto, é o estudo da história que demonstra a Marx e aos marxistas que nunca as classes dominantes abriram mão de sua dominação. Sempre utilizaram a violência como estratégia para manter seus privilégios, quando ameaçados pelo avanço das lutas sociais. A formulação de Marx de que a violência é a parteira da história talvez sintetize o papel que ele atribuía à luta de classes (MARX, 1985).

Também não é nenhuma exclusividade da teoria marxista a ideia de dominação do Estado através da força. O clássico conceito de Max Weber de que o Estado é o detentor legítimo do uso da força em um determinado território, também deixa clara a ideia de dominação (WEBER, 1994).

Para Antônio Gramsci<sup>5</sup>, a dominação do Estado ocorre mediante dois mecanismos: coerção e hegemonia, ou, em outras palavras, o Estado é hegemonia revestida de coerção. Próximo a essa concepção, Saint-Pierre refere:

A violência é a substituição da fala no intento de impor a vontade a outro quando a persuasão é insuficiente. Nesse sentido, a violência é o limite expresso em que podemos pensar o político. Daí que para pensar a essência da política, procurando sua diferenciação específica, sejamos

---

<sup>5</sup> Filósofo marxista italiano, foi deputado e Secretário Geral do Partido Comunista Italiano, sendo preso durante o fascismo italiano de Mussolini, até sua morte.

obrigados a fazê-lo nesse limite, na sua extrema tensão conceitual. Assim, a violência não apenas pertence ao campo da política, mas constitui seu limite definicional (SAINT-PIERRE, 1999, p. 87-98).

Da mesma forma que a violência é percebida como elemento presente na luta política, o proletariado também é visto como a única classe capaz de levar a revolução até as suas últimas consequências.

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os exploradores na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente. (LÊNIN, 1987, p. 31)

Ou, então:

A derrocada da dominação da burguesia só é possível pelo proletariado, única classe cujas condições econômicas de existência a tornam capaz de preparar e realizar essa derrocada. (LÊNIN, 1987, p. 32)

Nesse contexto, a guerra assume conotação de disputa de classes, e a luta de classes se transforma em guerra de classes. Em tais condições, a luta política pela emancipação dos homens e pelo fim da sociedade capitalista era vista literalmente como uma guerra de classes. Para que fosse vitoriosa, a centralização passava a se constituir como um elemento central.

A ditadura do proletariado é necessária, e a vitória sobre a burguesia é impossível sem uma guerra prolongada, tenaz, desesperada, de vida ou de morte; uma guerra que exige tenacidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e unidade de vontade. (LÊNIN, 1980, p. 281)

A necessidade de centralização, no entanto, não é vista apenas como necessária ao processo de luta pela tomada do poder, mas também, e talvez fundamentalmente, na consolidação do poder operário.

Certamente, quase todo o mundo hoje vê que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, sem a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, do nosso partido. (LÊNIN, 1980, p. 280-281)

Lênin lembra, ainda, as condições necessárias à constituição de uma rígida disciplina dentro do partido bolchevique. Rompe com o voluntarismo dos que consideravam que uma simples definição pela centralização, por si só, já era suficiente para constituir essa cultura. E ressalta, finalmente, que o centralismo não pode se transformar em um dogma, mas que é apenas um instrumento necessário à constituição de um determinado tipo de partido, a partir das condições materiais concretas de uma dada estrutura social, em função dos objetivos que a organização tem.

Como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado?, como se controla?, como se reforça? Antes de mais nada, pela consciência da vanguarda proletária e pela sua fidelidade à revolução, pela sua firmeza, pelo seu espírito de sacrifício, pelo seu heroísmo. Em segundo lugar, pela capacidade de se ligar, de se aproximar e, até certo ponto, se o quereis, de se fundir com as mais amplas massas trabalhadoras, sobretudo com as massa proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Em terceiro lugar, pela justeza da direção política realizada por esta vanguarda, pelo acerto da sua estratégia e da sua tática política, com a condição de que as mais vastas massas se convençam disso por experiência própria. (LÊNIN, 1980, p. 281)

Para Lênin, é impensável a existência de um partido de combate político e ideológico ao mundo capitalista sem essas condições que, segundo seu pensamento, são as únicas possí-

veis para constituir uma rígida disciplina interna e uma organização com unidade de ação. Entende, também, que tais condições só se constroem a partir de um longo período de lutas e de experiências.

Mas, por outro lado, estas condições não podem surgir de improviso. Vão-se formando através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência – elaboração que se facilita com uma adequada teoria revolucionária, a qual, por sua vez, não é um dogma, mas que se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento realmente de massas e verdadeiramente revolucionário. (LÊNIN, 1980, p. 282)

Quem irá contrapor-se diretamente à concepção de Lênin sobre o partido é Rosa Luxemburgo, revolucionária alemã que irá denunciar o que ela considera como um “ultracentralismo”, o qual, ao invés de disciplina, está estabelecendo uma dominação da direção do partido sobre a base. Mais tarde, o grupo da Oposição Operária<sup>6</sup>, principalmente através de Alexandra Kollontai, irá promover esse debate no seio do partido bolchevique (até a expulsão do grupo). Trotski também irá denunciar aquilo que para ele irá se tornar o núcleo da dominação burocrática da direção do partido sobre a sociedade. No entanto, aqui é necessária uma observação importante. As denúncias de Trotski acontecem apenas em dois momentos. No início da constituição do partido, quando ainda não detinham o poder de Estado, e depois de ser expurgado do núcleo de poder soviético.

Em 1904, logo após o Congresso de 1903, no qual foi fundado o P.O.S.D.R., Trotski afirma:

Os métodos de Lênin levam a isso: a organização do partido substitui em primeiro lugar o partido como um todo; então o Comitê Central substitui a si mesmo na

---

<sup>6</sup> Corrente interna do partido Bolchevique na U.R.S.S. que defendia uma maior autonomia dos trabalhadores frente à estrutura do partido. Contrapôs-se à política de Lênin e foi duramente reprimida no período de Stálin.

organização e finalmente um único “ditador” substitui a si mesmo no Comitê Central. (TROTSKI, 1904 apud Tariq e Evans, 1980, p. 28)

Mas, nesse momento, Trotski pertencia à fração menchevique do partido e estava em oposição às teses de Lênin sobre o tipo de partido a se constituir. Defendia um partido menos centralizado e mais flexível em seus critérios de recrutamento. Martov, principal liderança dos mencheviques no Congresso, era contra um partido de revolucionários profissionais e preconizava um partido aberto a todos os que aceitassem o programa do partido, sem necessidade de militância orgânica em células partidárias. Posteriormente, Trotski muda de posição e adere incondicionalmente à estrutura do partido, formando com os bolcheviques, facção liderada por Lênin.

No episódio referente à relação dos sindicatos com o partido, fica evidente a posição intervencionista do Estado soviético, e Trotski aparece como um dos defensores mais duros da não autonomia dos sindicatos e da necessidade de uma postura autoritária do Estado sobre os sindicatos. Isaac Deutscher, em sua clássica biografia de Trotski, *O Profeta Armado*, refere-se ao debate interno no partido sobre a questão dos sindicatos.

Em termos gerais, [...] três atitudes se cristalizaram. A facção liderada por Trotski (e, mais tarde, por ele e Buckarin) queria privar os sindicatos de sua autonomia e absorvê-los pelo mecanismo do governo. Foi essa a conclusão final a que chegou Trotski, baseado em seus choques com os sindicatos. Dentro desse plano os líderes sindicais, como servidores do Estado, falariam pelo Estado aos trabalhadores, e não pelos trabalhadores ao Estado. Aumentariam a produtividade e manteriam a disciplina do trabalho; treinariam os trabalhadores para a administração industrial e participariam na direção econômica do país.

No outro extremo, a Oposição dos Trabalhadores (também conhecida como Oposição Operária), liderada por Shliapnikov e Kollontai, protestou contra a tutela do governo e

do partido em relação aos sindicatos. Denunciaram Trotski e Lênin como militarizadores do trabalho e promotores da desigualdade. De um modo quase sindicalista, exigiram que sindicatos, comitês de fábricas e um Congresso dos Produtores Nacionais assumisse o controle de toda a economia. Enquanto Trotski argumentava que os sindicatos não poderiam, logicamente, defender os trabalhadores contra o Estado deles, Shliapnikov e Kollontai já acusavam o estado soviético de ser um baluarte de uma nova burocracia privilegiada.

Entre esses dois extremos, Lênin e Zinoviev e Kamenev falaram pela maioria da opinião bolchevique e tentaram chegar a um acordo. Também eles insistiam em que era dever dos sindicatos conter os trabalhadores e cultivar neles um senso de responsabilidade pelo Estado e a economia nacionalizada. Ressaltavam o direito que tinha o partido de controlar os sindicatos. Mas também desejavam preservá-los como organizações de massa autônomas, capazes de exercer pressão sobre o governo e a administração industrial. (DEUTSCHER, 1968, p. 540-541)

Durante essa fase, Trotski, na condição de um dos principais dirigentes do Estado soviético, defendeu que o partido deveria deixar de ser “momentaneamente, o defensor e o praticante da democracia proletária, concentrando-se, em lugar disso, na criação de uma Democracia dos Produtores” (DEUSTCHER, 1968, p. 542).

De acordo com Deutscher, Trotski afirmava que

A Oposição dos Trabalhadores lançou palavras de ordem perigosas. Fez um fetiche dos princípios democráticos. Colocou o direito que tem os trabalhadores de eleger seus representantes acima do partido, por assim dizer como se o partido não tivesse o direito de afirmar sua ditadura, mesmo que ela se choque temporariamente com o estado de espírito passageiro da democracia dos trabalhadores. (DEUTSCHER, 1968, p. 542)

Já Rosa Luxemburgo (que morreu em 1919, logo após a Revolução Russa, e, portanto, não pôde acompanhar seus

desdobramentos, no que diz respeito à questão do partido) tinha uma posição distinta da de Lênin, em função de viver uma realidade radicalmente diversa. Enquanto os revolucionários russos se defrontavam com o problema da dispersão da vanguarda política e enfrentavam as duras condições da clandestinidade, os problemas na Alemanha eram de outra ordem, na época de Rosa. O Partido Social Democrata Alemão era um partido legal, com representação no parlamento, e estava vivendo um momento delicado, no qual suas direções tinham se dobrado aos interesses capitalistas e, inclusive, estavam apoiando a guerra imperialista que a Alemanha estava construindo. As bases partidárias não tinham peso nas definições políticas. A defesa de um partido menos centralizado significava a defesa da rebeldia das bases partidárias com sua direção reformista.

É relevante esse debate para percebermos que não existiu um único tipo de centralismo e, necessariamente, suas variações não estariam certas ou erradas. Isso dependia fundamentalmente do objetivo que tinham os defensores de um ou outro tipo de estrutura centralizada, do momento histórico e das características das sociedades em que cada um viveu.

A questão da clandestinidade também é fruto das condições históricas. Lênin propôs a criação de um partido com esse tipo de estrutura, porque todas as organizações políticas revolucionárias na Rússia já eram clandestinas, em função da violenta repressão policial. No entanto, Lênin também defendeu que, sempre que possível, era importante uma atuação legal, no sentido de dar visibilidade às massas da ideia de revolução. Além disso, é necessário separarmos clandestinidade de secretismo. A clandestinidade ocorre quando existe uma estrutura política que atua no meio da massa, trabalha publicamente a propaganda e a agitação política, sem que seus membros sejam identificados. O secretismo já é uma degeneração da ideia de clandestinidade, pois existe quando, além de seus membros serem clandestinos, as organizações também não conseguem ter qualquer tipo de influência sobre a massa ou nem mesmo buscam fazer um trabalho político em relação às mesmas.

No Brasil, quem primeiro irá organizar um partido nesses moldes (leninista) serão antigos anarco-sindicalistas que, em 1922, irão fundar o Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>7</sup>. Mais adiante, o PC do B e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) (1961) também irão criar estruturas nos moldes leninistas. Por fim, inúmeras organizações originárias da Corrente Revolucionária, dissidência do PCB, irão se estruturar em fins de 1967 a partir de uma concepção leninista, inclusive o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que iremos analisar neste trabalho.

---

<sup>7</sup> No Capítulo 2 será melhor explicitada a diferença entre as denominações de PCB e PC do B, bem como o significado de cada sigla em diferentes períodos.



## Capítulo II

# O Surgimento e o Papel do PCB na História Política Brasileira<sup>8</sup>

Sintetizar a atuação histórica do Partido Comunista Brasileiro em um artigo é algo muito difícil e não é o objetivo desse trabalho. Afinal, a existência de um partido que possui mais de um século de intervenção política em conjunturas muito díspares, sem falar no conjunto de elementos que poderiam ser abordados, (cultura política, visão estratégica, relações externas, vínculos internacionais entre diversas outras possibilidades), torna essa perspectiva quase que uma tarefa impossível.

Além disso, qualquer análise que aborde a atuação do PCB possui a tendência em apresentar algum tipo de crítica. Sejam elas externas e decorrentes de visões distintas sobre a política, sejam até mesmo decorrentes das divergências internas que sempre existiram dentro do partido. Entre os militantes e dirigentes históricos, (em suas memórias publicadas), invaria-

---

<sup>8</sup> Embora estejamos designando desde o início do artigo como Partido Comunista Brasileiro, é importante fazermos uma ressalva. Em seu surgimento, o nome originário nos estatutos era Partido Comunista do Brasil, mas a sigla era P.C.B. Apenas no início da década de 1960 é que esta organização assumiu o nome de Partido Comunista Brasileiro, fato este que juntamente com outros fatores levou a uma cisão que passou a designar-se como Partido Comunista do Brasil, sigla PC do B. No entanto, iremos designá-lo desde o início como Partido Comunista Brasileiro para evitar confusões que até hoje são bastante comuns.

velmente apresentam algum tipo de crítica às posições assumidas em algum momento pelo partido. Avaliações essas fruto da não concordância com eventuais resoluções; de autocríticas elaboradas posteriormente ou até mesmo da mudança da correlação de forças momentâneas.

As eventuais críticas, no entanto, não devem resultar em uma visão limitada e sectária que não considere a importância histórica e as contribuições que o Partido Comunista Brasileiro produziu ao longo da história de nosso país. Da mesma forma, as críticas produzidas, especialmente aos processos de burocratização de suas direções, não podem ser consideradas como infundadas ou provenientes de setores que estariam “traindo” ideais revolucionários. Nesta perspectiva é que as concepções que norteiam este artigo procuraram abordar alguns dos momentos históricos em que o P.C.B. e seus militantes tiveram um papel relevante.

O surgimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) remonta à própria conformação da sociedade industrial brasileira. O final da monarquia e o início da República coincidem com o fim da escravidão e o surgimento do trabalho assalariado, que, por sua vez, está associado às necessidades dos novos tempos. A implantação da indústria no País exigia, por um lado, um mercado consumidor ativo (o que a escravidão não ajudava a consolidar), e, por outro, uma mão-de-obra que estivesse mais adaptada à uma economia industrial que estava surgindo (o que também não era uma condição da mão de obra de origem africana e em certa medida até mesmo da portuguesa).

Nesse sentido, podemos perceber que o período em que surgem as diversas leis que vão lentamente dificultando o tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, etc.) coincide com o incentivo à imigração europeia ao Brasil. Não parece uma mera simultaneidade ocasional o fato de que muitos europeus (principalmente os italianos) fossem operários contratados no início da industrialização paulista.

Eles, que já tinham alguma familiaridade com o trabalho na indústria, se por um lado constituíam uma mão-de-obra adequada às exigências do período, por outro carregavam

também as experiências das lutas sindicais europeias, em função da constituição de direitos civis e trabalhistas.

Em contrapartida, não se pode negligenciar a existência de diversos grupos socialistas no Brasil desde o século anterior. Além disso, as grandes mobilizações de 1917 foram decisivas para o surgimento de diversos outros grupos comunistas e/ou anarquistas. Nesse período, não era muito clara a diferenciação entre os dois agrupamentos, na medida em que o debate internacional ainda não estava plenamente presente no Brasil.

O movimento anarco-sindicalista, importante para a criação dos primeiros sindicatos no País, incentivará a luta de classes e terá um peso decisivo no início do século, promovendo grandes mobilizações sociais que buscavam a garantia de direitos trabalhistas. Em 1917, uma greve geral em diversas partes do Brasil paralisou a cidade de São Paulo, em um movimento que envolveu 50 mil pessoas, número expressivo na época para essa capital.

Os resultados da Revolução Russa, quando, pela primeira vez na história, a classe operária ascendeu ao poder através da via revolucionária e conseguiu solidificar um novo tipo de Estado (excetuando-se a tentativa por ocasião da Comuna de Paris<sup>9</sup>, no século anterior), exercerá uma influência muito grande no mundo inteiro e, conseqüentemente, no Brasil. Essa influência esteve presente não só nas lutas sociais do

---

<sup>9</sup> A Comuna de Paris é considerada o primeiro governo popular da história, formada principalmente por operários e camponeses. Com o apoio da Guarda Nacional, os operários revoltaram-se, derrubaram o governo provisório que tinha surgido após a guerra contra a Prússia e tomaram o poder em Paris. Durou um período muito curto, de março a maio de 1871, no entanto, neste pouco tempo conseguiram propor e iniciar um conjunto muito grande de reformas políticas e sociais, que ia desde o sufrágio universal, passando pela abolição do exercito e sua substituição pelas milícias populares; interdição do acumulo de cargos; organização de conselhos operários nas fabricas abandonadas pelos patrões; redução da jornada de trabalho para 10 horas; eleição da direção das fabricas pelos trabalhadores, reforma do ensino entre outras. Pelo seu caráter revolucionário foi violentamente reprimida não só pelos representantes da burguesia francesa, mas com o apoio das demais nações europeias com medo de que esse movimento se espalhasse pela Europa.

período, mas também na criação e consolidação do P. C. B. No caso brasileiro, curiosamente o Partido Comunista foi fundado por muitos militantes oriundos do anarco-sindicalismo, os quais, por princípio, eram contrários à organização em partidos. Isso fará com que o próprio programa original do partido inicialmente seja uma mistura de posições comunistas e anarquistas.

A ideia central era a de que, já que a questão do partido foi determinante na luta política na Rússia, o mesmo teria de acontecer em outros locais. Ou seja, a ideia da “cientificidade” da revolução.

A debilidade das organizações da sociedade civil em nosso país, a fragilidade de um partido que estava iniciando com muitas dificuldades e o surgimento do movimento tenentista, que irá representar uma alternativa ao padrão político e econômico dominante, farão com que o PCB não consiga, imediatamente, consolidar-se como uma força política importante. De seu surgimento, em 1922, até o final dessa década, o partido não teve muita expressão no país. Com o início dos reflexos da crise de superprodução de café, e em função das “sementes” plantadas pelo movimento tenentista (nessa oportunidade, seus líderes já estavam exilados na Bolívia), há uma ascensão do movimento de massas em 1928, quando o PCB passou a ter um relevante papel na organização das lutas operárias e populares. Muito contribuiu para esse crescimento a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC), estrutura política que sustentava legalmente as candidaturas dos comunistas e de democratas que não necessariamente eram ligados ao PCB.

O próprio contexto do período pré-1930 já era um momento de muita polarização política. Luís Carlos Prestes, nessa época exilado na Argentina, não concordou em apoiar Getúlio Vargas na Revolução de 1930 por entender que o que estava em jogo eram interesses oligárquicos articulados com diferentes blocos econômicos internacionais (Inglaterra e EUA). Pouco depois, Prestes entrou no PCB (via PC Argentino) e foi convidado a ir à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

(U.R.S.S.), onde fez cursos de formação sobre o pensamento marxista.

Com a entrada de Prestes, muitos ex-tenentes que ainda seguiam sua liderança aderiram ao PCB, fato que irá fortalecer e, ao mesmo tempo, dar uma guinada militarista ao partido.

Nesta etapa estava começando o período da proletarização do partido, no qual os intelectuais eram considerados pequeno-burgueses e sofriam preconceito dentro do partido, em função de sua origem de classe. Intelectuais como Astrogildo Pereira e Leôncio Basbaun foram desligados da direção do partido, que deveria ser composta exclusivamente por operários. Era muito comum, na época, estudantes procurarem empregos em fábricas, usarem chinelos de dedo e fumarem cigarros dos mais baratos. Afinal, ser operário era algo que dava “status” dentro do partido.

Essa onda de proletarização coincide, no plano internacional, com o período de combate ao trotskismo<sup>10</sup>. Como uma grande parcela dos que criticavam Stálin e seus métodos eram intelectuais do mundo inteiro, a forma de combatê-los era criar preconceito contra os intelectuais, em função de sua origem de classe ou, independente desta, designá-los como portadores de desvios pequeno-burgueses.

Particularmente no Brasil, a cultura de “proletarização” dos militantes e o afastamento da intelectualidade da direção do partido contribuíram para fragilizar sua direção, no que se refere às orientações políticas e ideológicas. Alguns dos erros que o PCB cometeu foram originados por esse contexto.

Em 1935, os comunistas criaram a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esta sigla servia para aumentar a representa-

---

<sup>10</sup> Tanto o trotskismo como o stalinismo são correntes do pensamento de esquerda originários no contexto da Revolução Russa de 1917 e que representa os seguidores de León Trotsky (trotskismo) e Josef Stalin (stalinismo). Os dois foram dirigentes que participaram do processo originário da revolução e atuaram na consolidação do novo estado que estava sendo constituído. No entanto, a partir de divergências, Trotsky foi obrigado a fugir da União Soviética, morando em diversos países europeus até que radicou-se no México onde foi morto a mando de Stálin. Antes de sua morte já estava articulando internacionalmente uma nova organização internacional (a chamada IV Internacional).

tividade dos comunistas, na medida em que buscava ampliar o leque de apoios entre os democratas em geral e oportunizava à militância uma estrutura mais ampla que o PCB, ao mesmo tempo em que defendia ideias democráticas e nacionalistas frente ao governo Getúlio. O forte crescimento da ANL foi visto com preocupação pelo regime. Em poucos meses, o governo declarou sua ilegalidade, prendendo muitos de seus membros e fechando suas sedes. O pretexto para o fechamento da ANL foi um panfleto distribuído no dia 1º de maio de 1935 conclamando a militância para lutar contra o governo Getúlio. O panfleto era assinado por Luís Carlos Prestes<sup>11</sup>.

Sem alternativas legais e sem uma direção que pudesse analisar o quadro político com maior precisão, os comunistas resolveram organizar uma revolução no país. A tentativa de levante, conhecida como “Intentona Comunista”, denominação pejorativa dada pelo Exército Brasileiro, não passou de um mal sucedido golpe militar. A influência militar de ex-tenentistas, aliada à possibilidade de infiltração na direção do partido<sup>12</sup> e a uma visão equivocada da realidade, fez com que o PCB negligenciasse o papel das massas no processo político, confiando basicamente nas bases militares.

A derrota de 1935 não só levou o partido ao isolamento e a uma forte exposição à brutal violência policial-militar, como ainda serviu de pretexto para Getúlio criar o Estado Novo, a partir do Plano Cohen (plano forjado pela polícia como se fosse uma tentativa dos comunistas de tomar o poder de Estado).

Não podemos desconsiderar, também, que o conjunto de erros que o PCB cometeu no País não foi culpa exclusiva deste,

---

<sup>11</sup> Luís Carlos Prestes, embora estivesse na União Soviética nesse período, tinha sido eleito presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora.

<sup>12</sup> Existe diferentes versões sobre a possibilidade de infiltração no partido. Leôncio Basbaun, intelectual e dirigente do PCB por muitos anos, Em seu livro “História Sincera da República”, volume 3, afirma que “A própria base do partido comunista tudo ignorava. Somente alguns dirigentes sabiam da presença de Prestes no Brasil, assim como representantes da IC e que o objetivo designado para a ANL era uma revolução. Mas o governo federal, como veremos adiante, tudo sabia. Góes Monteiro nos revela que em 1934 já se sabia da futura chegada de Prestes no Brasil, e essa ciência lhe devia ter sido dada pelo próprio Secretário Geral do PCB, Miranda” (BASBAUN, 1985, p.77).

mas, em grande parte, dos equívocos cometidos pela III Internacional Comunista<sup>13</sup> (I.C.). O tipo de relação que se estabelecia entre a IC e os PCs no mundo inteiro pressupunha a subordinação à orientação de Moscou, inclusive na manutenção financeira das estruturas partidárias. O próprio Luís Carlos Prestes, em sua biografia, irá perceber esse equívoco. Segundo ele, analisando o Congresso de 1958:

Desde 28, nossa estratégia estava errada. Absorvemos as teses do VI Congresso da Internacional Comunista sem aplicá-las à nossa realidade. Eram teses para os países coloniais e semicoloniais, muito boas para aqueles países, mas que não podiam ser aplicadas na América Latina, onde já se tinha independência política desde o princípio do século passado. Em [19]45, há documentos meus em que me refiro à revolução burguesa no Brasil. Comparávamos a situação do Brasil naquela época ao czarismo na Rússia de 1905. Ora, isso era uma análise completamente falsa. A Rússia czarista era uma sociedade autocrática. Nós, na verdade, apenas repetíamos as palavras de Lênin nas “Duas Táticas da Social-Democracia”, que eram justas, mas lá para a Rússia de 1905. (MORAES; VIANA, 1982, p. 152).

Embora Prestes tivesse reconhecido os equívocos como fruto do dogmatismo da época (que, sem dúvida alguma, era muito forte), a I.C. não pode ficar isenta de suas responsabilidades. No mínimo, por omissão sobre essa situação. Prestes sabia que a III Internacional, através de suas direções, estabelecia as linhas políticas para os respectivos países em que atuava e exigia obediência às suas decisões por parte dos militantes dos PCs.

---

<sup>13</sup> A terceira Internacional Comunista (III I.C.) foi criada em 1919 logo após a Revolução Soviética e durou até 1943. Era uma articulação internacional de partidos comunistas e tinha como objetivo lutar pela superação do capitalismo e apoio aos movimentos de revoluções socialistas no mundo inteiro. Como Josef Stalin foi o Secretário Geral do Partido Comunista Soviético desde 1922 até 1953, a Terceira Internacional, embora criada por Vladimir Ilyich Ulianov, (Lênin), teve Stalin como seu principal dirigente e articulador no plano internacional.

Durante o Estado Novo, (1937 a 1945), em consequência dos limitados espaços legais existentes, o PCB, como de resto os setores democráticos da sociedade brasileira, não tiveram condições adequadas de atuação política. Boa parte de seus dirigentes, entre eles Luís Carlos Prestes, estiveram presos durante esse período. Isso, no entanto, não impediu a atuação dos comunistas na vida social brasileira. A denúncia e participação na luta contra o nazi-fascismo foi uma característica internacional dos partidos comunistas na época. No Brasil, muitos militantes do PCB alistaram-se para combater o fascismo na Europa.

O final da II Guerra Mundial também representou o declínio do Estado Novo. Afinal, se todo o esforço despendido pelo Brasil era para acabar com as ditaduras europeias, de que maneira poderíamos conviver com um regime autoritário como o de Getúlio?

No bojo da luta pela redemocratização, houve um significativo crescimento da influência dos comunistas. Na eleição Constituinte de 1945 (2 de dezembro), o PCB conseguiu eleger um senador (Luís Carlos Prestes) e 14 deputados federais à Assembleia Nacional Constituinte: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Agostinho Dias de Oliveira, Carlos Marighella, Claudino José da Silva, Alcides Rodrigues Sabença, Joaquim Batista Neto, João Amazonas, Maurício Grabois, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Jorge Amado, Mário Scott e Abílio Fernandes (além de 46 dos 855 deputados estaduais eleitos, 5,5% dos deputados estaduais do País). Entre os deputados estaduais eleitos, encontramos intelectuais como Caio Prado Júnior, Otto Alcides Ohlweiller e Dionélio Machado. Na eleição presidencial de 1946, o partido lançou Yeddo Fiuza como candidato à presidência. Yedo tinha sido prefeito de Petrópolis e não era filiado ao PCB. Fez mais de 500 mil votos, ultrapassando 10% dos votos válidos. Na eleição de 1947, o PCB elegeu 18 vereadores no Distrito Federal, sendo que também foi a maior bancada na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Segundo Prestes:

O PC não parava de crescer. Em fins de 46, já possuía oito jornais diários, duas editoras e mais de 180 mil militantes organizados. Só no Arsenal de Marinha, na Central do Brasil e entre o funcionalismo da Prefeitura do Rio, o partido tinha seis mil membros organizados. Sua força era tamanha que, logo após as eleições presidenciais, o Exército ocupou militarmente a cidadezinha paulista de Cosmarama, a 300 quilômetros da capital, para fazer um gigantesco IPM, envolvendo quase toda a população. Motivo: ali, Yeddo Fiuza tinha obtido votação superior aos dois candidatos militares juntos (MORAES; VIANA, 1982, p. 152).

No entanto, a legalidade a que o PCB terá direito não irá durar mais do que oito meses. A partir da influência que a chamada Guerra Fria irá exercer sobre o governo de Eurico Gaspar Dutra, este irá endurecer o regime e limitar as liberdades democráticas, embora não possamos caracterizar o período como ditatorial.

A cassação do registro do PCB vem no bojo das medidas tomadas por Dutra e como fruto da influência que o governo norte-americano terá sobre o Brasil em função da Guerra Fria. O episódio que irá resultar na cassação do partido é uma armadilha contra Prestes, quando ele é inquirido sobre qual seria a posição do PCB em caso de um possível conflito Brasil-URSS.

Conforme Prestes, essa questão surgiu em um debate realizado na Associação de Funcionários Públicos do Rio de Janeiro.

Um dos assistentes me perguntou qual a posição que tomaríamos no caso de uma guerra do Brasil com a União Soviética. Eu respondi que condenaríamos o ato criminoso e o governo que levasse o nosso país a uma guerra imperialista. Ai, criou-se a confusão. E surgiu a versão de que eu respondera, categoricamente, que ficava do lado da União Soviética (MORAES; VIANA, 1982, p. 115).

Essa declaração de Prestes foi decisiva para o desfecho da cassação do partido. A alegação oficial foi de que o Partido

Comunista do Brasil era uma organização internacional. Ou seja, se era *do Brasil* teria de ser a extensão de uma estrutura política com ramificações, também, em outras nações. Seu centro dirigente estaria no exterior. Em outras palavras, seria uma espécie de “filial” de um partido internacional.

A cassação do registro partidário, (e dos mandatos parlamentares), ocorreu em 1947. Imediatamente, seus principais dirigentes entraram para a clandestinidade. Parte dos filiados ao PCB desligou-se do partido na época, por medo ou por falta de formação política.

Mesmo na clandestinidade, o partido participou ativamente de duas importantes campanhas. A campanha “O Petróleo é Nosso”, também apoiada por conhecidos intelectuais, como Monteiro Lobato, em favor da criação do monopólio da extração do petróleo para o governo brasileiro, e a campanha pela paz e contra a invasão da Coreia pelos Estados Unidos.

A partir de 1948, o governo Dutra, já desgastado, apelou para a repressão e violência, a fim de continuar defendendo suas ideias e os interesses americanos. Mais de 50 pessoas foram mortas em manifestações e o PCB partiu para a ofensiva contra o poder público. Dentro desse quadro, começaram as articulações visando às eleições presidenciais, momento em que o PCB fez a campanha pelo voto nulo. Mais tarde, Prestes fará uma autocrítica, defendendo a ideia de que o partido deveria ter apoiado Getúlio.

Nas eleições de 1950, Getúlio voltou ao poder. No entanto, as condições políticas e sociais são muito diferentes das do período do Estado Novo. Getúlio tem de governar com uma imprensa livre e com um Congresso em que os partidos que lhe davam sustentação não possuíam maioria parlamentar.

O último governo de Getúlio Vargas é a fase da política nacional na qual, talvez, mais fortemente se tenha discutido a questão do nacionalismo e do desenvolvimento autônomo. Talvez até mesmo como reação à União Democrática Nacional (UDN), que propunha um processo de desenvolvimento associado ao capital externo. Esse segundo momento do governo Getúlio caracterizou-se por investimentos pesados do Estado para a constituição de uma base material para o processo de

industrialização (hidrelétricas, siderúrgicas, petróleo, etc.). Também é o momento em que Getúlio assumiu, com mais ênfase, a defesa do nacionalismo. A posição dos comunistas era de combate à política do Getúlio. Segundo Segatto, no dia 24 de agosto, na manhã em que estava repercutindo nos órgãos de imprensa o suicídio de Vargas naquela noite, o jornal *Imprensa Popular*, vinculado ao PCB, trazia como notícia de capa “Abaixo o Governo de Traição Nacional de Vargas” (SEGATTO, 1981, p. 69).

O suicídio de Getúlio causou grande comoção no quadro político nacional. A saída encontrada por ele, embora custasse sua vida, impediu a vitória política de seus opositores. Dentro do PCB, não só o quadro político nacional “embaralhava” o cenário político, mas também, no plano internacional, surgiam modificações fundamentais para os comunistas do mundo inteiro. Em 1956, Nikita Khrushchev<sup>14</sup> denunciou publicamente os crimes de Stálin. Nas fileiras dos PCs dos diversos países do mundo, essa denúncia caiu como uma verdadeira bomba. No Brasil, após um período de perplexidade e de busca de informações, aflora o debate interno no PCB. Três grupos expressaram-se no debate: Agildo Barata, que assumiu uma posição mais à direita e saiu do partido, buscando fundar outro grupo político, que nunca se viabilizou; Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que tinham um peso decisivo dentro dos órgãos de imprensa do partido, responsabilizaram-se por abrir o debate crítico interno, com a finalidade de buscar mudar a linha partidária; e João Amazonas, Arruda e Maurício Grabois mantiveram a linha oficial, com o apoio de Prestes, que estava na clandestinidade e sem contatos com o partido, somente relacionando-se com Arruda, que era o intermediário entre a liderança e o Comitê Central. A postura deste grupo foi a de tentar impedir o debate a qualquer custo, embora, mais adiante, a posição de Prestes irá se diferenciar.

---

<sup>14</sup> Nikita Khrushchev (ou Khrushchov) foi Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética de 1953 a 1964.

O governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), mesmo com algumas dificuldades em seu início<sup>15</sup>, irá constituir-se como um governo de busca de uma unidade nacional. Conseguiu se equilibrar no jogo de interesses e, se não agradou a todos os setores, ao menos neutralizou muitos deles. O nacional-desenvolvimentismo, base do governo de Juscelino, ao mesmo tempo em que permitiu a entrada do capital externo (tanto com empréstimos governamentais, quanto com a entrada de multinacionais na área automobilística), preservou a necessidade do controle nacional sobre a economia. Dessa forma, sua política, que agradava às elites políticas e econômicas de nosso país, também agradava ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao PCB, os dois partidos que disputavam a hegemonia sobre o movimento operário e popular. O PTB sabia que a consolidação da indústria no País faria com que houvesse uma substituição do perfil do eleitorado, em função do êxodo rural. Com isso, aumentaria a base de sustentação política do PTB. O PCB, ainda que na ilegalidade, também apoiava essa linha. Tanto em função de sua política de frente única com a burguesia nacional para combater o imperialismo, quanto como fruto de uma visão mecanicista do marxismo, acreditando que a concentração de um grande contingente de trabalhadores industriais iria apressar a constituição de uma consciência de classe por parte do proletariado industrial<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Com o suicídio de Getúlio, imediatamente assumiu seu vice, Café Filho. Neste mesmo período, o nome que surgiu como a opção mais forte enquanto candidatura presidencial foi o de Juscelino Kubitschek. No entanto, sua candidatura também provocou reação por parte dos militares, da UDN e dos setores mais conservadores (os mesmos que tentaram derrubar Getúlio em função de sua política nacionalista). Quando a crise começou a assumir contornos mais fortes, Café Filho entrou com licença médica e assumiu Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, o qual estava participando de articulações para impedir a posse de Juscelino que tinha vencido as eleições. O Ministro da Guerra, General Teixeira Lott assumiu uma posição firme de defesa da legalidade, posição essa que foi determinante para impedir um golpe de estado naquele contexto.

<sup>16</sup> Para um estudo mais sistemático da política econômica do governo de Juscelino Kubitschek, ver BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

A partir dessa análise, a orientação do PCB na área sindical era “apertar os cintos”, ou seja, aguentar a recessão econômica em função de um futuro promissor. Mesmo o PCB estando oficialmente na ilegalidade, a ordem de Juscelino é que os comunistas não fossem importunados, tanto que atuavam publicamente, sem nenhuma forma de repressão estatal.

A eleição de 1960 foi atípica. Em função da legislação eleitoral da época, o voto para a Presidente da República estava desvinculado do voto para a vice-presidência. Em virtude de um conjunto de fatores, aconteceu o que de certa forma foi inesperado. A eleição de um político conservador apoiado pela UDN (Jânio Quadros) para a presidência e do principal dirigente do PTB (João Goulart) para a vice-presidência da República. O resultado político dessa combinação, acrescido das características pessoais de Jânio e dos interesses norte-americanos em jogo, além da renúncia do presidente sete meses após ter assumido a Presidência da República e a posse tumultuada de Jango, após a Campanha da Legalidade, criou uma instabilidade política muito grande. A direção do PCB, dentro de uma política de apoio à burguesia nacional, não apenas deu sustentação a Jango<sup>17</sup>, mas também se sentiu integrante do grupo que controlava o governo.

Nesse contexto, eclodiu mais uma crise dentro do PCB. Fruto do afastamento de algumas lideranças do Comitê Central em 1956, e da discussão inconclusa sobre as críticas a Stálin, o V Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1960, modificou o nome do partido em seus estatutos, alterando-o de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. Embora a sigla nos estatutos fosse PCB, a denominação até

---

<sup>17</sup> Uma das características do PCB foi o taticismo, ou seja, a utilização de diversas táticas, muitas vezes saindo de uma linha e assumindo outra bastante distinta sem nenhuma avaliação sobre as posições anteriores. Essas guinadas foram frutos de diversos fatores, além, é claro, das mudanças conjunturais. Mas também dependiam de fatores internos (correlação de forças dentro do partido e substituição de lideranças) e fatores externos (guerra fria, pressão soviética, crescimento do fascismo, etc). Em alguns momentos o partido assumia posições dúbias, como o apoio a um determinado governo e ao mesmo tempo a pressão política sobre o mesmo. Um desses casos foi a posição em relação ao governo Jango.

então era Partido Comunista do Brasil. A mudança de nome estava dentro de um contexto de busca da legalização do partido e, no caso, a mudança para “Brasileiro” tinha também o objetivo de esvaziar o argumento a respeito da internacionalização da legenda.

Esta posição foi duramente atacada por João Amazonas, Arruda e Grabois, que criaram uma cisão no partido. Posteriormente, fundarão o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e reivindicarão a representação histórica do partido, ficando com aproximadamente 1/3 dos militantes comunistas. Essa cisão, no entanto, não estava restrita ao plano nacional. Diversos partidos comunistas no mundo inteiro irão se dividir. A crise entre a URSS e a China também se tornará um fator decisivo nessa divisão, quando o PC do B<sup>18</sup> alinhou-se à China e definiu Mao Tsé-Tung como “o grande timoneiro do socialismo” e a China como “o grande farol do socialismo”.

No entanto, o processo de luta interna mais intensa ainda estava por vir. Trata-se do debate sobre o significado e as consequências do golpe de 1964.

---

<sup>18</sup> Nesse caso, referimo-nos ao grupo dissidente liderados por João Amazonas que resgataram o nome PC do B e criaram uma cisão em relação ao PCB.

## Capítulo III

# O Golpe de 1964: Algumas Possibilidades de Explicação Sobre seu Significado Histórico

O golpe militar de 1964, fruto, entre outros fatores, de um processo que buscava a consolidação da hegemonia norte-americana em nosso continente<sup>19</sup>, foi responsável por uma brutal repressão político-militar em nosso território. Esse processo articulava tanto interesses externos como internos, conforme veremos posteriormente.

Muito já se pesquisou sobre esse período, embora várias questões ainda não estejam suficientemente esclarecidas. Da mesma forma, diversas explicações sobre o que representou o golpe militar foram construídas, tanto baseadas nas questões econômicas quanto nas eminentemente políticas. Dessas explicações, algumas são contraditórias entre si e outras podem conviver sem que umas necessariamente desautorizem as demais. Muitas das diferenças de interpretação estão baseadas

---

<sup>19</sup> Sobre a política norte-americana para a América Latina no período e seu apoio ao golpe de 1964 no Brasil, ver: FICO, Carlos. *O grande irmão – da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. O autor consultou extensa documentação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos e busca discutir a política norte-americana, que, segundo ele, estava decidida a impedir que surgisse “outra Cuba” no continente. Neste sentido, o Brasil representava um ponto estratégico, o que levou o governo dos EUA a patrocinar uma série de ações na tentativa de garantir o controle político e econômico do país.

em ênfases diferenciadas no peso de certos determinantes do processo político.

Buscaremos, portanto, não apenas localizar historicamente certos fatos fundamentais para o entendimento do período, mas também comentar algumas das explicações sobre o significado do golpe militar de 1964.

Todo o período do governo João Goulart (desde a tentativa de evitar sua posse, devido à renúncia de Jânio Quadros) foi marcado por conflitos e crises políticas. Qualquer observador mais atento poderia constatar o que estava em jogo e quem estava por trás das movimentações políticas visando derrubar o governo Jango. A própria construção da saída da crise da legalidade de 1961 já se constituiu em um “golpe branco”, na medida em que feria a Constituição de 1946. Além disso, a fórmula parlamentarista encontrada não apenas retirava poderes de Chefe de Governo de Jango, mas, inclusive, poderes de Chefe de Estado, como a possibilidade de dissolução do Congresso (competência do Chefe de Estado nos regimes parlamentaristas à qual Jango não podia acessar). Até mesmo uma CPI foi instalada no Congresso Nacional para avaliar a entrada ilegal de dinheiro norte-americano, com o propósito de financiar os governos ligados à UDN (Ademar de Barros, em São Paulo; Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, e Magalhães Pinto, em Minas Gerais), 250 candidaturas a deputado federal e mais de 600 para deputados estaduais de diversos estados. Essa CPI (que analisou o papel do IPES/IBAD), concluiu que, embora o dinheiro tivesse entrado de forma irregular, não caberia ao Poder Legislativo nem mesmo opinar sobre qual procedimento adotar, porque essa era uma atribuição do Judiciário.

Um dos pilares da crítica a Jango, além da acusação de que ele estaria tentando fazer do País uma “república sindicalista”, era a alta inflação no período. A alcunha de “república sindicalista” devia-se à pressão dos trabalhadores urbanos e rurais, que reivindicavam mais espaço no bloco de poder, além de todo o imaginário social anticomunista fortalecido durante o período denominado “Guerra Fria” entre os chamados bloco socialista (leia-se ex-União Soviética e países satélites) e bloco ocidental (leia-se EUA).

Quanto aos altos índices de inflação, se comparados aos patamares que tivemos no final dos anos 1980 em nosso país, parece ser, em um primeiro momento, um elemento superestimado pelas forças de oposição a Jango. Ou seja, tratava-se da criação artificial de uma crise política e econômica que não seria tão séria como a imprensa da época buscava demonstrar.

A inflação começa ainda no governo Juscelino, em torno de 30% ao ano. No governo Jango, passa dos 60% em 1963, finalmente atingindo o índice de 80% ao ano. No governo de José Sarney (1985-1990), essa era a taxa média mensal da inflação no Brasil.

No entanto, Paul Singer, um economista insuspeito, em função de suas posições políticas de apoio a Jango no período, apresenta uma explicação diferente da simples “armação política” contra o ex-presidente.

Quando estávamos naquela inflação “terrível” de 30% ao ano da época de Juscelino, recebemos na USP a visita de um economista americano que veio conhecer de perto como era possível sobreviver com uma inflação daquelas, coisa inimaginável de longe. Foi uma dificuldade convencê-lo de que a vida podia ser normal mesmo com os preços em elevação. Mas quando a inflação alcançou 60% e mais, em 1963-64, a opinião pública se apavorou. (SINGER, 1997, p. 15)

A crise econômica do período foi importante fator de mobilização da classe média por parte dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Nesse caso, a Igreja Católica teve um papel fundamental, ao organizar as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, as quais apresentavam um conteúdo anticomunista e mobilizaram centenas de milhares de pessoas nas principais capitais do País.

A explicação sobre o significado da grande preocupação social da classe média com a inflação no período decorria da falta de mecanismos de indexação da economia.

Existem diferentes visões de inflação e é importante saber que, quando a inflação não é alta, ela pode ser mais contundente nos seus efeitos, porque em geral não é indexada.

Nós chegamos a uma indexação perfeita. Depois do golpe de 64, a economia brasileira se tornou uma das economias mais bem indexadas do mundo, com a caderneta de poupança, com os títulos reajustáveis, com a correção monetária de salários, aluguéis, etc.

No pré-64 não havia isso. Os pobres, por exemplo, não tinham como fazer poupança. Apesar de uma inflação de 40, 50 ou 60% não ser uma coisa muito grave, com uma taxa máxima de juros de 12% ao ano, acaba-se perdendo dinheiro. Então as pessoas pobres procuravam comprar terrenos na periferia porque era a única maneira de formar algum pecúlio. A poupança financeira era quase inexistente. (SINGER, 1997, p. 16)

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é necessário fazermos a diferenciação sobre a inflação durante os governos de Juscelino e de Jango. Enquanto a inflação no período Jango era fruto da crise político-institucional e do grande confronto ideológico da época, a inflação no governo Juscelino possuía outra perspectiva. Maria Victória Benevides, em *Governo Kubitschek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política* (1976), obra já clássica sobre o governo de Juscelino, reconhece que a inflação foi a principal arma da oposição ao governo na época. No entanto, entendia que a inflação, longe de ser um problema de descontrole, fazia parte de seu projeto econômico. Baseada em estudo de Otávio Ianni, afirma:

O recurso à inflação garantiu, em parte, o crescimento econômico do país. Em 1956 a taxa de inflação era de 19,2%, ao passo que em 1960 era de 30,9%. Nos anos seguintes ela se acentuou, mas no período 56/60 não atingiu níveis inconvenientes com o desenvolvimento. Se, por um lado, provocava distorções na estrutura de investimentos (por exemplo, teria provocado especulação imobiliária), por outro lado funcionava como inflação de lucros, como técnica de poupança forçada, ou melhor, técnica de confisco salarial.

[...] Assim, a inflação, na perspectiva deste estudo, foi a alternativa mais viável para financiar o Programa de Metas

e a construção de Brasília, uma vez que a reforma tributária (o que significaria meios coercitivos para levantar por vias fiscais amplos recursos de investimentos) seria politicamente impossível. (BENEVIDES, 1976, p. 235-36)

No entanto, apesar de todos os indícios de que haveria um acirramento da disputa política, os principais partidos que poderiam organizar algum tipo de reação ao golpe não o fizeram (PTB e PCB). Dentro do PTB, a posição vacilante de Jango foi determinante no sentido de impedir qualquer tipo de reação por parte da sociedade. Embora poucas figuras, como Brizola, defendessem uma posição mais forte, buscando a defesa da legalidade, Jango, até mesmo porque acreditava que se houvesse intervenção militar seria por um curto espaço de tempo, não aceitou liderar nenhum tipo de reação à ação golpista.

Já a direção do PCB (diga-se, em dissonância com a posição de boa parte da base do partido) confiava nos “brios democráticos” de nossa oficialidade. Luís Carlos Prestes, secretário-geral do partido, afirmou poucos dias antes do golpe que “não somos governo, mas estamos no governo”.

Um artigo de Mário Alves (na época, dirigente do PCB) publicado na revista *Estudos Sociais*, de dezembro de 1962, expressava duas análises que a história demonstraria serem equivocadas, mas que no momento representavam um pouco a linha do partido. A primeira é acreditar que a extrema direita tinha sido derrotada e não tinha mais viabilidade histórica. Referia-se a Carlos Lacerda e a seus apoiadores:

Extremada ala direita dirigida por homens como Carlos Lacerda, ala que se opõe a qualquer compromisso e atua como brigada de choque da reação. Em seu conjunto, estas forças representam o que há de mais obsoleto na estrutura econômico-social e se encontra em franco declínio, do ponto-de-vista histórico. (ALVES, 1962, p. 232)

Mais adiante, no mesmo texto, avaliava que o imperialismo, com medo de forçar a burguesia nacional a tomar

medidas mais drásticas em função da pressão popular, iria assumir uma posição mais flexível com as mudanças em curso.

Entre os fatores que condicionam a conduta política da burguesia nacional, não se deve omitir a própria ação do imperialismo norte-americano, compreendendo o papel ascendente deste setor capitalista no Estado brasileiro, as tendências da nova situação mundial, assim como a elevação da consciência nacional na América Latina após a revolução cubana, os círculos monopolistas dos Estados Unidos procuram formular uma tática mais flexível nas relações com as classes dominantes de nosso país. Esforçam-se por ampliar a base social de sua dominação, através de um compromisso com os setores políticos que representam a burguesia nacional, considerando que a velha oligarquia vinculada ao latifúndio e subserviente ao capital estrangeiro perde rapidamente a influência sobre o povo e já não constitui um suporte firme para a sustentação de seus interesses. (ALVES, 1962, p. 232)

Os dois elementos centrais dessa análise (que o golpe se encarregaria de mostrar como equivocados) são a ideia de que a “*extremada ala direita*” estava sem perspectivas históricas e a de que o imperialismo poderia fazer concessões para viabilizar um governo de centro-esquerda.

Quando o golpe militar eclodiu, na noite do dia 31 de março de 1964, o conjunto dos movimentos sociais, notadamente os movimentos sindical, estudantil e de luta pela terra, através das Ligas Camponesas, foram apanhados de surpresa. Não que não soubessem ser grande a possibilidade de golpe, mas porque não sabiam o que fazer. Durante a madrugada, muitos sindicatos fizeram vigília, tentando organizar algum tipo de reação. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada. Jango pegou um avião e se dirigiu a Porto Alegre, onde participou de uma reunião com Brizola, Pedro Simon e outras lideranças civis e militares para avaliar as condições de resistência. Nesse momento, enquanto a reunião acontecia, Auro Moura de Andrade, presidente do Congresso Nacional (em sessão), declarou vaga a presidência da República, com o argumento de que Jango tinha saído do Brasil sem autorização

do Senado, o que não era verdade. A partir desse quadro, avaliando os custos de uma reação naquele momento, Jango resolveu se dirigir ao Uruguai, contrariando a opinião de Brizola de que deveriam resistir. Alguns dias após, Brizola também irá se refugiar no Uruguai. Naquela noite, centenas de pessoas foram presas em quartéis pelo país. A desorganização e confusão, no entanto, não ocorreu só do lado dos apoiadores de Jango.

É uma ideia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão. Mourão Filho tomou a iniciativa de movimentar as tropas de Minas Gerais por conta própria, Castello Branco ficou assustado, mandou até o recado para que se detivesse, não avançando de Juiz de Fora e de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a detonação do golpe provocou confusão entre os conspiradores. Salvou-os a capitulação precipitada de João Goulart. (GORENDER, 1997, p. 112)

Gorender também achava falsa a ideia de que o golpe era inevitável, bem como a de que não havia condições de reação a ele.

Os próprios golpistas do Rio ficaram surpresos com a iniciativa do General Olímpio Mourão, em Minas. Naquele momento, se houvesse um comando realmente combativo das forças que queriam as reformas de base, a ação de esquadrilhas de bombardeiros e de aviões de caça teria paralisado a coluna do general Mourão, que descia de Minas, dispersando aquela tropa, o que teria um efeito moral tremendo. [...] No dia 31, também, se o fuzileiros navais tivessem recebido ordens do almirante Aragão (que aguardava um sinal de Jango) e desencadeassem uma ação da tomada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, onde a defesa era muito precária, teria sido possível prender Lacerda, o que também provocaria um efeito moral de enorme importância em todo o Brasil. Mas isso não ocorreu. (GORENDER, 1997, p. 114)

Curiosamente, em um primeiro momento, o governo Castelo Branco agiu de forma autoritária e fora da legalidade, mas com certos limites. Dentro de um contexto de golpe militar, em diversos locais as pessoas detidas eram apenas orientadas a não se contrapor ao novo regime. Na medida em que até aquele momento as mesmas haviam atuado dentro da Constituição, defendendo a legitimidade de um governo eleito, não seriam importunadas. No entanto, eram também advertidas de que havia sido modificada a ordem constitucional e deste momento em diante não seria admitida oposição ao novo regime. Em outros espaços, no entanto, houve ações de violência por parte dos setores militares, como o assassinato do Coronel Alfeu Moreira na base aérea de Canoas, em represália à sua participação na Campanha da Legalidade.

Ao que parece, não havia, inicialmente, uma intenção de continuidade do regime militar no tempo. Nem de parte dos civis, nem de importantes setores militares. Tanto é que, em outubro, a UDN definiu-se pela candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República, nas eleições previstas para 1965. Também Juscelino fez suas movimentações para sair candidato. Até mesmo o primeiro Ato Institucional do regime militar não é numerado. Com a continuidade dos Atos Institucionais no tempo é que serão numerados (AI-2, AI-3, etc.).

Com o passar do tempo, as lutas internas dentro das Forças Armadas começaram a criar outro quadro, no qual a repressão tendia a se acentuar cada vez mais. Nesse momento, notadamente, o movimento estudantil começou a recuperar-se do “estado de choque” e voltou às ruas, exigindo mais vagas nas universidades (luta dos estudantes secundaristas) e combatendo as tentativas de modificação do sistema educacional, através dos acordos MEC-USAID, além, é claro, das reivindicações democráticas mais gerais.

O chamado “golpe dentro do golpe”, que resultou no fechamento do Congresso Nacional e na instauração do AI-5 (1968), resultou em uma exacerbação da violência policial em proporções nunca vistas em nosso país, fruto da vitória da chamada “linha dura” dentro das fileiras das Forças Armadas.

Segundo o estudo da Arquidiocese de São Paulo *Brasil: Nunca Mais* (1987), durante os primeiros atos do governo Castelo Branco, 378 políticos tiveram seus mandatos cassados e 122 oficiais foram reformados. Ao final do governo Geisel, mais de 10 mil funcionários públicos foram demitidos; mais de 10 mil, exilados; 245 estudantes foram expulsos das universidades, sem direito de estudar durante o período de 10 anos; mais de três centenas de pessoas foram mortas ou desapareceram; 4.682 pessoas foram cassadas; foram instaurados mais de cinco mil inquéritos policiais, envolvendo mais de 40 mil pessoas; milhares foram presos e torturados. Das prisões ocorridas, 84% delas não foram comunicadas aos juizes (6.256); 12% foram comunicadas fora do prazo legal (816 casos) e apenas 4% (295 casos) foram prisões comunicadas aos juizes nos prazos legais<sup>20</sup>.

A maioria das análises desse contexto coloca os militares como os grandes vilões do período. O desgaste que as Forças Armadas tiveram frente à população, em função desse momento, ainda está presente e ficará marcado na memória do nosso povo por muito tempo ainda. No entanto, é importante percebermos dois fatores: o primeiro é que não podemos julgar os militares e as Forças Armadas como um todo homogêneo. Afinal, ainda conforme os dados do relatório *Brasil Nunca Mais*, 122 oficiais foram sumariamente reformados pelo primeiro Ato Institucional somente nos primeiros dois meses posteriores ao golpe. Com o AI-5, mais 241 militares foram reformados; 284 marinheiros e fuzileiros foram processados por participar das mobilizações políticas de março de 1964, mobilizações anteriores ao golpe. Muitos outros foram perseguidos e, até mesmo, mortos e torturados. Houve uma hegemonia conservadora dentro do governo militar que colocou o Estado brasileiro a serviço de interesses de grandes grupos econômicos<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Esses números foram identificados e publicados em 1987. Com a Comissão Nacional da Verdade, abertura de arquivos e novas pesquisas, possivelmente estes dados estejam defasados na atualidade.

<sup>21</sup> Segundo Mendonça e Fontes, a política econômica adotada pelo regime favorecia a concentração de grandes capitais, potencializada pelo Estado. Como exemplo, as autoras citam a institucionalização dos preços oligopolistas, “pois os setores dominantes pelo grande capital, tendo por base empresas com ampla utilização de tecnologia, mais eficientes, portanto,

O segundo fator que necessita ser considerado é que a repressão teve não só a participação decisiva, mas também o apoio econômico de grandes grupos empresariais privados. A Operação Bandeirantes (a famigerada OBAN)<sup>22</sup> constituiu-se como um grupo paramilitar de apoio ao regime e de extermínio dos envolvidos na contestação à ditadura militar. Financiada com capital privado, viabilizou as chamadas “casas da morte”, pequenos sítios que serviam como locais apropriados para interrogatórios, torturas e ocultação de cadáveres, na medida em que tais sítios ficavam distantes de cidades e/ou vizinhos. Os grandes beneficiários do golpe não foram apenas os militares. Estes foram determinantes e todos os envolvidos nas ilegalidades do regime ainda têm essa dívida a ser paga perante o povo brasileiro, na medida em que a anistia encaminhada, ao final do ciclo militar, também foi um instrumento para garantir a impunidade dos responsáveis por muitos dos crimes cometidos. No entanto, muitas vezes esquecemos-nos de mencionar os grupos econômicos e os setores políticos que deram sustentação e patrocinaram as atrocidades cometidas no período. Mesmo que não tenham participado diretamente do “serviço sujo”, em nome da memória de todos os mortos e “desaparecidos” durante o regime, não devemos esquecer a participação e conivência de muitos dos políticos e empresários que hoje assumem posturas “democráticas” e “progressistas”, além de parcelas do empresa-

---

tornaram-se os padrões para a fixação dos preços”. Tal política resultou no “estrangulamento de pequenas e médias empresas, cuja estrutura de custos variava de unidade produtiva a outra, representando uma via direta de concentração de empresas e de capitais”. Cf. MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. História do Brasil recente (1964-1985). São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 28-29.

<sup>22</sup> A Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1969, em São Paulo, com o objetivo de centralizar as operações de combate às organizações revolucionárias. A iniciativa partiu do comando do II Exército e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, local onde as ações da guerrilha urbana mais se multiplicaram. A OBAN tinha caráter extralegal, uma vez que não constava de nenhum organograma do serviço público. Segundo Gorender, “os problemas decorrentes desta circunstância se resolveram mediante transferência de recursos de outros órgãos já existentes e do apelo a contribuições de grandes empresas brasileiras e multinacionais!”. Cf. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1999, p.156-157, grifos nossos.

riado e intelectuais que assumiram postos na estrutura do Estado, constituindo-se em parte importante da tecnoburocracia estatal<sup>23</sup>.

A falta de espaços políticos para a atuação legal em que a oposição aos projetos do regime militar pudesse se expressar vai impulsionar um forte movimento de contestação ao regime, notadamente através do movimento estudantil. A situação social dos estudantes lhes permitia atuar de forma mais articulada que outros setores da sociedade. Aquilo que Bourdieu e Passeron (1968) irão definir como uma relação própria que a juventude estabelece com o tempo e o espaço permitirá que os jovens liderem movimentos de protestos que os sindicalistas não podiam encaminhar, em função de uma maior repressão; de estarem com os seus sindicatos controlados por interventores nomeados pelo governo e pela necessidade de preservar seus empregos, para sustentar suas famílias.

No entanto, a prisão de mais de 700 lideranças estudantis, ainda em 1968, no Congresso de Ibiúna, em São Paulo, vai alterar essa situação. Ao mesmo tempo, o acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas também em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva, em um primeiro momento, e logo ele irá desencadear o recrudescimento da repressão. O início de algumas ações armadas, embora ainda isoladas, principalmente por parte de Carlos Lamarca e da Ação Libertadora Nacional (ALN), juntamente com as lutas travadas pelos estudantes, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, foram determinantes para a criação do AI-5.

A luta dos estudantes do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como Calabouço, que, em alguns momentos colocou as forças de repressão na defensiva; o assassinato do estudante Edson Luiz<sup>24</sup>; as inúmeras e massivas

---

<sup>23</sup> Sobre os grupos beneficiados pelo golpe, especialmente os setores empresariais, ver DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Tal discussão está contemplada de forma mais específica no capítulo IX (p. 417-479.), “O complexo IPES-IBAD no Estado – a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica”.

<sup>24</sup> Assassinado em 28 de março de 1968 enquanto almoçava no Calabouço, durante um confronto dos estudantes com as forças de repressão.

manifestações que se seguiram em todo o País, culminando com a conhecida Passeata dos 100 mil, o que levou o Presidente da República a recuar e chamar uma comissão para negociar, são elementos importantes para entendermos o porquê do endurecimento do regime.

Na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no País, opunha-se à ideia de luta armada e sustentava a ideia de transição pacífica ao socialismo e a busca de alianças políticas internas para combater o regime a partir de um acúmulo a ser construído nos movimentos sociais, o rompimento dentro do partido era inevitável. Com a cisão no PCB, irão surgir diversas organizações que, sob diferentes análises sobre as estratégias e condições de luta, irão adotar formas diferenciadas de luta armada, seja na intensidade, seja no tipo de ação a desencadear ou, até mesmo, no que se refere ao terreno ideal de luta (campo ou cidade). Fruto da falta de táticas e estratégias comuns, e de uma cultura sectária e/ou vanguardista, surgiu uma enorme pulverização dessa esquerda que buscou o caminho armado (ALN, MR-8, PCBR, PCR, POC, VPR, VAL-Palmares, etc.).

Com a impossibilidade da retomada do movimento de massas, começou a articular-se no país a preparação para a luta armada. O AI-5 reforçou essa posição, na medida em que foi entendido como uma manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, já que não tinha capacidade de controlar a situação através da hegemonia, instaura-se a força como espaço de dominação. Essa análise irá mostrar-se equivocada, em função de um crescimento econômico que já se apresentava no início dos anos 1970.

No entanto, a dinâmica de clandestinidade e o exemplo de outras lutas que foram e/ou estavam sendo travadas em outras partes do mundo (Revolução Cubana; Guerra do Vietnã; Maio de 68, etc.) não permitiram que os agrupamentos de esquerda, que tinham optado pela via armada como forma de derrubar o regime, enxergassem essa realidade.

Talvez o primeiro a alertar para esse fato tenha sido Jacob Gorender, dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o qual, juntamente com Apolônio de

Carvalho, defendia uma posição de recuo na questão militar, entendendo que a classe média tenderia a ser cooptada em função do crescimento econômico do País e que isso isolaria qualquer tentativa de luta armada. No entanto, entre os que romperam com o PCB, nem mesmo em seu partido Gorender conseguiu ser ouvido. Mário Alves e parte da direção do PCBR defendiam outra posição, considerando que não era momento de recuar. A reunião do Comitê Central, convocada para janeiro de 1970, na qual iria ser discutida essa questão, não chegou a se realizar, em função de um conjunto de prisões e mortes de seus dirigentes. Entre eles, o assassinato de Mário Alves, o que levará o PCBR, assim como os demais grupos da época, à intensificação das ações militares.

Mais adiante, em 1973, Fernando Henrique Cardoso, que, embora tivesse sido demitido do cargo de professor da USP, não estava em situação de clandestinidade, irá reforçar a ideia do crescimento econômico como o grande obstáculo a qualquer tipo de luta política mais frontal com o regime.

Outro equívoco, muito comum nas análises sobre o regime militar, é a sua classificação como um regime fascista. É verdade que, muitas vezes, os métodos de perseguição política do regime não se diferenciavam de regimes fascistas. No entanto, ainda assim existe uma profunda diferenciação em relação a eles. Adotar indiscriminadamente denominações desse tipo (fascismo, populismo, etc.), sem precisar seu conteúdo, pode levar a generalizações que não conseguem definir, com exatidão, os conceitos utilizados.

Juan Linz constrói uma definição de regimes autoritários, os quais se diferenciam tanto dos regimes democráticos (por obviedade), como também dos regimes totalitários (distinção nem sempre feita). Os regimes fascistas, para ele, estão dentro da definição de totalitários, e os autoritários seriam definidos como

Sistemas políticos com pluralismo limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidades distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento, e no qual um líder ou, ocasionalmente,

um pequeno grupo, exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade, bem previsíveis. (LINZ, 1979, p.121)

Essa definição é importante para percebermos a diferença entre regimes tipo o militar brasileiro e o fascismo. Enquanto os fascismos buscam uma mobilização ativa do povo, a partir de uma ideologia que privilegia a totalidade do social, no regime militar brasileiro constata-se o baixo nível de mobilidade política. Existia claramente um incentivo à vida privada que deixava à burocracia do Estado a responsabilidade pela política. Toda ideologia era vista como um mal, como algo “exótico”, “estranho aos interesses do país”. Além disso, manteve-se (mesmo que limitado) certo pluralismo político. Permaneceram um sistema partidário (embora bipartidário) e processos eleitorais, além de institutos como habeas corpus (embora nem sempre respeitado).

Essas duas análises, a de que era um regime fascista, e a de que o uso da força era fruto de uma baixa hegemonia política e ideológica na sociedade, foram muito difundidas, principalmente, no “período quente” do regime, no qual a própria convulsão política e a falta de informações impediam que investigações mais elaboradas fossem feitas.

Posteriormente, outros estudos surgirão, tentando compreender o significado histórico desse período. Dentre eles, faremos um breve comentário sobre os principais entendimentos a respeito do período militar instituído no Brasil.

Argelina Cheibub Figueiredo (1993) talvez tenha sido quem primeiro se preocupou em sistematizar as diversas definições sobre essa fase. Classifica em dois conjuntos básicos de explicações: as estruturais e as intencionais.

Quanto às explicações estruturais, também as subdivide entre as que enfatizam os fatores econômicos e as que percebem os fatores políticos e institucionais como centrais. Nos dois casos, entende que são explicações que, ao fim, levam a uma visão de inevitabilidade do surgimento de um regime autoritário, sem margem de escolhas que possam ser relevantes no resultado final.

Na primeira corrente, situa Guillermo O'Donnell e Fernando Henrique Cardoso. O'Donnell buscou estabelecer conexões entre estágios de industrialização e regimes autoritários. Não chega a assumir uma posição determinista, mas fala em uma “afinidade eletiva” entre industrialização e autoritarismo. Para ele, na medida em que se aprofunda o processo de substituição de importações e o processo de industrialização se acentua, surge a necessidade de formas autoritárias para regular os conflitos e para viabilizar o crescimento econômico.

Já Fernando Henrique Cardoso, segundo Argelina, possuía uma visão bem mais determinista.

Afirma que o processo de acumulação exige o desmantelamento dos instrumentos de pressão e defesa disponíveis às classes populares. O autoritarismo decorrente foi, portanto, inevitável porque *se tornava necessário reestruturar os mecanismos de acumulação em um nível mais elevado, que se ajustasse melhor aos avanços já obtidos no desenvolvimento das forças produtivas.* (FIGUEIREDO, 1993, p. 23, grifos da autora)

No entanto, no rodapé de seu texto, na página 24, Argelina lembra que o próprio Fernando Henrique Cardoso posteriormente irá modificar sua visão sobre esta ideia de inevitabilidade da ditadura militar como forma de preparar as condições para o desenvolvimento do capitalismo atual.

Outro autor que irá analisar e criticar o determinismo de algumas visões econômicas é José Serra. Irá fazer uma crítica a três tipos de teses, consideradas por ele como equivocadas.

Examinarei, de um ponto de vista crítico, três hipóteses que versam sobre as relações entre desenvolvimento econômico e regime burocrático-militar. A primeira delas, na tentativa de explicar a existência do regime, enfatiza a necessidade inarredável da superexploração dos trabalhadores. A segunda estabelece uma “afinidade eletiva” entre, por um lado, o autoritarismo e, por outro, a percepção, necessidade objetiva e realização de um programa de aprofundamento (profundización) do capitalismo nas

economias mais diversificadas da América Latina. A terceira apresenta o “moderno” autoritarismo como uma espécie de encarnação da racionalidade econômica, necessária para o desenvolvimento do capitalismo na região. (SERRA, 1982, p. 103)

No primeiro dos três casos citados por Serra, ele se refere à Teoria da Superexploração, de Rui Mauro Marini, embora também se refira a Gundher Frank. O segundo caso, o “aprofundamento da industrialização”, é creditado à Guillermo O’Donnell, e Serra afirma que essa elaboração parte das formulações da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) no começo dos anos 1960, a qual analisa o processo de substituição de importações. No terceiro caso, em que se percebe uma relação de causalidade entre regime burocrático-militar e crescimento econômico, Serra lembra que esse tipo de argumento foi utilizado não somente pelos ideólogos do regime (Simonsen, Campos), como também por aqueles que, não contentes com o regime, reconheceram virtudes nele, notadamente, alguns brasilianistas (Horowitz; Trimberger; Roett e, inclusive, Thomas Skidmore).

Como o objetivo, neste momento, não é realizar uma reflexão sobre os resultados econômicos de 1964, mas apenas identificar algumas das teses que buscaram explicar esse período, não iremos nos preocupar em situar as diferentes críticas a essas concepções. Basta, neste momento a formulação mais geral, que aponta os limites daquelas posições que ficaram restritas apenas às questões estruturais econômicas e que, de uma forma maior ou menor, reproduziram algum tipo de “inevitabilidade” do golpe, a partir do fenômeno econômico.

No que se refere a um tipo de explicação estrutural que tem no fator político seu elemento central e determinante para as condições do golpe, Argelina Figueiredo cita, como exemplo, a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, segundo a qual a paralisia de decisões, decorrente de quatro fatores diferenciados, é o elemento central da explicação do golpe. Essa paralisia seria fruto, basicamente, da inconstância das coalizões que se formaram no Congresso (não percamos de vista a adoção do sistema parlamentarista em um primeiro momento); a

instabilidade governamental, resultante, entre outros fatores, de uma grande rotatividade nos principais cargos governamentais, a radicalização ideológica (radicalização que não se dava apenas no terreno nacional) e, enfim, a fragmentação de recursos de poder. Dentre essas variáveis, Santos destaca a radicalização ideológica e a conseqüente suspeita (de ambas as partes), por parte dos atores envolvidos, como o principal fator que levou a uma diminuição da capacidade de negociação e ao aumento da intransigência no campo político.

Santos mantém a noção de inevitabilidade. De acordo com ele, o impasse que resultou no golpe de 64 foi a conseqüência imperiosa de um conflito político caracterizado pela dispersão de recursos entre atores radicalizados, impedindo que o sistema tivesse um desempenho adequado e impelindo-o para o tipo de crise que classificarei de – paralisia decisória. (FIGUEIREDO, 1993, p. 26)

Outro modelo de explicação a que Argelina também se refere é o que ela denominou de explicações intencionais ou “orientadas para o ator”. Utiliza-se de dois exemplos de análises que, a seu ver, são insuficientes. Refere-se aos estudos de René Armand Dreifuss e Alfred Stepan.

Segundo Argelina Figueiredo (1993), René Dreifuss possui um estudo bastante apurado, que tenta comprovar as ligações econômicas que deram sustentação a uma conspiração internacional de direita contra Goulart. Constrói a ideia de uma “elite orgânica” que se articulava, principalmente, em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Seus dois principais livros que sustentam essa tese são *1964: A Conquista do Estado* (mais de 800 páginas) e *A Internacional Capitalista: Estratégias e Táticas do Empresariado Transnacional – 1918-1986*. Embora em nenhum momento Argelina negue a participação do capital externo na sustentação do golpe contra Goulart, avalia que essa é uma interpretação limitada, na medida em que a existência de uma conspiração, em si, não é suficiente para o seu sucesso. Seria necessário um conjunto de outras condições para que toda

e qualquer tentativa de conspiração pudesse ter viabilidade histórica.

Quanto a Stepan, segundo Argelina Figueiredo (1993), seus estudos concluem que, de certa forma, o que leva ao golpe é a própria qualidade da liderança de Goulart. Em outras palavras, as ações de Jango, principalmente seus últimos atos, induzem-no a um isolamento crescente. Argelina critica essa perspectiva, na medida em que Stepan analisa basicamente o final do governo Goulart, e não o conjunto de suas ações. Além disso, ao centrar sua análise na figura de Jango, não leva em conta – ou não dá a devida dimensão – ao importante papel que os demais atores desempenharam.

Partindo do princípio de que o resultado final do papel dos atores não pode ser reduzido à sua psicologia individual, Argelina Figueiredo propõe um estudo a partir de suas condutas estratégicas, analisando estruturas históricas concretas. A autora apresenta um modelo de análise baseado em Przeworski, que

Concentra-se na conduta estratégica de atores políticos em situações concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas (1986, p. 47). Assim, as escolhas deliberadas e intencionais feitas pelos atores são o ponto de partida para a análise. A interação entre as escolhas e as ações constitui o mecanismo capaz de explicar a ocorrência de um resultado, dentre os diversos possíveis. Os constrangimentos estruturais constituem o primeiro dispositivo de filtragem *que estreitam o repertório de cursos de ação abstratamente possíveis e reduz a um subconjunto infinitamente menor de ações exequíveis*. (FIGUEIREDO, 1993, p. 29-30, grifos da autora)

A autora busca diferenciar-se de Stepan, na medida em que leva em consideração o que denomina de “constrangimentos estruturais” como limitadores das escolhas por parte dos agentes envolvidos. Da mesma forma, analisa as opções assumidas não só por Jango, mas também pelo conjunto dos atores envolvidos. No entanto, de modo semelhante à análise de Stepan, considera como relevantes as escolhas feitas pelos

agentes envolvidos para o resultado final do jogo político. Trabalha com a ideia de que estratégia diferente conduzirá a resultados diferentes. Sua análise baseia-se na ideia de que as escolhas feitas em diferentes momentos de 1961 a 1964 foram determinantes no sentido de diminuir as possibilidades de avanço nas reformas políticas e no sentido da diminuição da base política de sustentação de Jango. Parte do princípio de que houve dois grandes momentos em que as reformas poderiam ter ocorrido. Em um primeiro momento, durante o período parlamentarista e, em um segundo momento, já no presidencialismo, com o Plano Trienal e com um projeto de emenda constitucional apresentado pelo governo, o qual permitiria a desapropriação de terras para a Reforma Agrária. Todavia, essas duas tentativas falharam, o que

Estreitou o campo de ações possíveis ao governo e condenou ao fracasso uma tentativa subsequente de se formar uma frente de centro-esquerda que visasse obter um acordo sobre um programa mínimo de reformas e deter o iminente movimento direitista. Nesse momento, a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco antigovernamental. O confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas. (FIGUEIREDO, 1993, p. 30-31)

Por sua vez, Francisco de Oliveira (1997) entende que o golpe de 64 foi um rearranjo de classes e setores de classes que disputavam o governo. No entanto, embora reconhecendo a importância do fenômeno econômico, não se reduz a ele. Tampouco trabalha com o que ele denomina de “cesta repleta de alternativas”.

Embora a economia tenha um alto grau de sobredeterminação, pois se trata de estruturas capitalistas de acumulação de capital, elas não são imunes à vontade e à capacidade dos homens e dos atores sociais; isso seria uma falsificação do que é forte na economia política.

Apesar disso, é preciso enfatizar que, no pós-64, cada ator, cada classe social, cada representação, cada organização política tomou posições e fez opções, inclusive depois da democratização. (OLIVEIRA, 1997, p. 28)

De forma genérica, talvez exista um consenso mínimo de que o período militar foi fruto de uma articulação a partir da aliança de interesses de setores da burguesia nacional (articulados no plano político através da UDN) com o capital externo. Buscava um desenvolvimento com base no que podemos denominar de “desenvolvimento dependente”, ou seja, a busca de uma articulação com o capital norte-americano, que se propunha repassar tecnologia e emprestar capital para nosso país.

Essa aliança contou com a participação efetiva de parte considerável da alta oficialidade de nossas forças armadas, bem como com parcelas do empresariado e da intelectualidade. Afora esses elementos consensuais, as demais análises preocupam-se em precisar os elementos constitutivos desse processo. Particularmente, entendemos que muitas das abordagens vistas anteriormente não são contraditórias e esse estudo, por sua vez, não procura dar respostas definitivas, mas apenas apresentar um quadro de diferentes explicações sobre o período.

De fato, as diferentes abordagens e análises sobre o golpe de 1964 são importantes no sentido de precisar melhor os fatores que levaram ao fracasso da democracia no Brasil e ao surgimento de um estado ditatorial, que tantas consequências trouxe à nossa sociedade. Acreditamos que muitas dessas abordagens não são contraditórias e, em alguns casos, inclusive se complementam. Desde que abandonados os “determinismos”, que necessariamente levam à exclusão de outras possibilidades de explicação, o entendimento sobre esse período necessariamente tem de levar em conta diversos fatores: crise e instabilidade política; atuação forte de governos e empresas transnacionais na defesa de seus interesses econômicos; necessidade de modificação do modelo de desenvolvimento econômico para o grande capital; interesses internos de se vincular ao capital internacional; papel estratégico dos agentes envolvidos, entre outros fatores.

No entanto, o entendimento do que se passou nesse período não deve ficar restrito a um debate acadêmico. É necessário que entendamos esse processo para que a história não se repita. Da mesma forma, é necessário o resgate desse período, para que a sociedade consiga avançar em pontos ainda não consolidados para a democracia, como a deformação da representação política; o aumento de poderes do Senado Federal; a centralização de poderes nos executivos; a lentidão no sistema jurídico e, inclusive, o questionamento das condições em que foi feita parte da dívida externa brasileira e suas consequências atuais.

Esses problemas pertencem ao legado que o período militar deixou ao País. Como não é objetivo do presente trabalho, não nos preocuparemos em analisar de maneira mais detida essas questões. Apenas queremos de passagem lembrar que nosso país ainda não conseguiu se livrar de elementos autoritários que foram criados durante o período militar e que limitou nosso processo democrático<sup>25</sup>.

Ao contrário, nos últimos anos o que estamos identificando é uma reorganização das forças políticas, militares e econômicas que estão dispostas a comandar o Estado brasileiro a partir de uma perspectiva de volta a um período obscurantista. Estamos observando o aparelhamento das instituições de Estado como Polícia Federal, Advocacia Geral da União (AGU), órgãos de controle financeiro e outros; adesão da cúpula das Forças Armadas a um projeto de genocídio e isolamento mundial; apoio explícito a grupos de direita paramilitares (milícias), que proliferam e cometem crimes políticos em diversas partes do País. Um Poder Judiciário dividido (e desarmado), sendo que parte ainda tenta utilizar

---

<sup>25</sup> Para uma maior discussão sobre a transição inconclusa, ver SALLUM Jr., Brasília. Transição Política e Crise de Estado. In: Revista Lua Nova, nº 32, CEDEC, 1994, p. 133. Para ele, “No caso brasileiro, a transição política não se inicia nem se conclui nos anos 80. Começa em 1973, quando a cúpula do regime militar que dominava o país desde o golpe de 1964 escolhe o Gen. Ernesto Geisel para ocupar a Presidência da República. E não se encerra nos anos 80, pois mesmo depois da eleição direta do presidente da República, em 1989, ele não governa sob uma ordem institucional expressiva de um pacto político estável”.

mecanismos de contrapeso institucional, enquanto outra parte fica omissa ou claramente conivente. Mesma situação de parte considerável do universo partidário, em geral utilizando apenas cálculos eleitorais como parâmetro para a definição de suas posturas políticas. Às vésperas de uma eleição presidencial, não existe certeza nem mesmo que o seu processo está garantido, muito menos a crise que poderá surgir a partir de seu resultado.

## **Capítulo IV**

# **A Cisão do Partido Comunista Brasileiro e o Surgimento do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário**

O período pós-64 iniciou um grande debate dentro das fileiras do PCB. Alguns dirigentes destacados, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Jacob Gorender defendiam posições contrárias à de Prestes dentro da direção do partido. O centro do debate era a crítica que esses dirigentes faziam à direção do PCB por não ter organizado seus militantes para resistir ao golpe militar. Além disso, era forte a crítica à política pacifista do partido, que desde o final dos anos 1950 seguia a orientação soviética.

Com a retomada do movimento de massas, começou a se articular no País a preparação para a luta armada. O AI-5 reforçou essa posição, na medida em que foi entendido como manifestação de fraqueza do regime. Ou seja, sem capacidade de controlar a situação através da hegemonia, o regime instaurava-se à força, enquanto espaço de dominação.

No entanto, na medida em que o PCB, principal partido de esquerda no País, opunha-se à ideia de luta armada, sustentando a posição de transição pacífica ao socialismo e de busca de alianças políticas para combater o regime a partir de

pequenos acúmulos, o rompimento dentro da organização se tornou inevitável.

Em maio de 1964, a Comissão Executiva do PCB lançou um documento intitulado “Esquema para a Discussão”. Nesse documento, realizou uma autocrítica dos erros cometidos pelo partido no que se refere ao imobilismo durante o golpe. Esse documento, inclusive, afirmava que “absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação”. Esse documento não significava necessariamente uma mudança de linha partidária definitiva, pois foi fruto de uma maioria ocasional dentro do Comitê Central (CC). Nesse momento, alguns dirigentes estavam ilhados no Rio, em função da intensa repressão. Participaram apenas Mário Alves, Carlos Marighela, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bomfim Jr., sendo que, no mínimo, os três primeiros já vinham demonstrando no debate interno uma posição crítica à linha oficial do partido. Com a prisão de Marighela e de Mário Alves, nesse mesmo ano (em maio e junho, respectivamente), e com a possibilidade de deslocamentos dos outros membros do Comitê Central, a correlação de forças interna inverteu-se novamente (na realidade, o setor ligado a Prestes sempre foi majoritário). Então, o chamado “Esquema para Discussão” foi revogado, e textos que avançassem em formulações pela esquerda, em alguns casos, foram até proibidos de circular, de acordo com a versão que Goreneder apresenta em seu livro *Combate nas Trevas*.

Em maio de 1965 ocorreu outra reunião do Comitê Central, que voltaria ao tema da análise das razões do golpe. O setor majoritário (articulado em torno de Prestes e Giocondo Dias) responsabilizou o esquerdismo do partido. Segundo eles, fruto de um desvio pequeno-burguês, houve uma tentativa de golpe pela esquerda. Assim, o Comitê Central irá responsabilizar a Comissão de Educação do partido (Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Goreneder) e a Comissão Sindical (Jover Telles). Com isso, buscavam salvar as teses do V Congresso. Em sua essência, as mesmas se referiam à necessidade de uma aliança com a burguesia nacional para impedir o fortalecimento do imperialismo. Eram teses anti-imperialistas, antifeudais, nacio-

nais e democráticas e avaliavam que, “nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução anti-imperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico” (NOGUEIRA, 1980). No entendimento da maioria da direção, o problema não foi a linha política, mas a “aplicação” da mesma. Essa tensão interna irá ser a responsável, no futuro, pelo rompimento interno no partido.

Marighella participou dessa reunião, na qual Mário Alves não estava presente, por ainda estar preso. Nesse momento, foi bastante elogiado internamente, por sua reação durante sua prisão (Marighella, que estava sozinho, reagiu a tiros ao cerco policial dentro de um cinema e só foi preso depois de ser baleado). Na análise de Gorender, Marighella, nessa ocasião, não se posicionou no debate, porque estava buscando ampliar seus espaços na direção. (GORENDER, 1987, p.89).

De 1965 a 1967, os conflitos agravaram-se constantemente. Mário Alves, ao sair da prisão, foi afastado da executiva e deslocado para Minas Gerais. Em 1966, Marighella demitiu-se da Comissão Executiva e foi eleito primeiro secretário do partido em São Paulo. A oposição à direção fortaleceu-se, principalmente na Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e nos estados do Nordeste.

Na Conferência Estadual de São Paulo, em abril de 1966, a oposição fez 33 votos em suas teses, em um total de 37 participantes. Mesmo com a presença de Prestes na conferência, o Comitê Central sofreu uma violenta derrota política por parte do grupo vinculado a Marighella.

A Comissão Executiva, como muitos outros exemplos históricos de burocratização partidária, buscava manter o controle através de intervenções nos estados, dissolvendo organismos e criando artificialmente novas direções alinhadas ao CC.

A Conferência Estadual da Guanabara, realizada em junho de 1967, no processo preparatório ao VI Congresso do PCB, já denunciava as manobras do até então Comitê Estadual para manter artificialmente o controle sobre o partido, possivelmente tentando evitar uma nova derrota das teses da

direção do partido. Esse processo já era o aprofundamento dos conflitos existentes no Comitê Central.

No final de julho de 1967, Marighella foi a Cuba participar da Assembleia da Organização Latino-americana de Solidariedade (OLAS), sem autorização da direção do PCB. Afinal, a OLAS propagava a guerra de guerrilhas a partir das posições de Régis Debray e Che Guevara, posição combatida pelo PCB. Marighella não apenas participou da OLAS, como também teceu duras críticas à direção do PCB pela imprensa cubana (jornal e rádio). Os dirigentes do partido, ouvindo seus pronunciamentos pela rádio de Havana, resolvem puni-lo, expulsando-o do partido no final de 1967. A expulsão, porém, foi apenas a formalização de um processo de rompimento em andamento, sendo que posteriormente os demais membros do Comitê Central que estavam dissidentes também foram expulsos<sup>26</sup>.

Já há algum tempo Mário Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista dos Santos tinham definido levar o combate dentro do Comitê Central até as últimas consequências, o que teve como consequência a criação da Corrente Revolucionária no interior do partido.

Em setembro de 1967, dentro dos encontros estaduais preparatórios para o Congresso do partido previsto para o final do ano, a Conferência Regional do PCB do Rio de Janeiro (a exemplo da Guanabara) aprovou uma resolução que criticava a direção do PCB, chamando-a de oportunista, tendo o cuidado de separar as posições do Comitê Central das do restante dos militantes partidários. A resolução também reconhecia o Congresso que estava sendo chamado (denominado de fraude,

---

<sup>26</sup> A formalização da expulsão dos dissidentes aconteceu durante o VI Congresso do PCB, em dezembro de 1967. No entanto, foi apenas uma formalidade, já que nem o grupo de Marighella, nem os demais membros que formalizaram a proposta de criar um novo partido, durante a conferência preparatória da Guanabara (Apolônio, Miguel Batista e outros que vieram a acompanhar essa posição), participaram do Congresso que definiu por sua expulsão.

em função da mudança de regras)<sup>27</sup>, mas também atacava os grupos internos que não quiseram participar da disputa interna (Marighella e outros), bem como grupos externos ao partido, a exemplo da Política Operária (POLOP) e outros que criticavam o partido como reformista e oportunista. Ainda tinham a perspectiva de mudar os rumos do partido. Por isso propuseram o adiamento do Congresso e a criação de uma Comissão Nacional de Reorganização do partido. Este documento era assinado pelo Comitê Estadual do PCB do Estado do Rio, Comitê Estadual da Maioria Revolucionária do PCB da Guanabara, Comitê Metropolitano do PCB Brasília, Comitê Municipal de Belo Horizonte, Comissões Estaduais de Reconstrução do PCB (dos estados de Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio grande do Norte), Sabino Gonçalves (codinome do Gorender), Martin Silva (Silveira) (nome “frio” e codinome de Mário Alves), Alceu Lima (Apolônio de Carvalho), T. J. Paulo (provavelmente Manoel Jover Teles) e J. Rodrigo (Miguel Batista dos Santos) (jornal ISQUEIRO)<sup>28</sup>.

Dia 1<sup>o</sup> de outubro de 1967, em Niterói, reuniu-se a Coordenação Nacional da Corrente Revolucionária do PCB (sem a presença de Marighella e sua base de apoiadores, que não quiseram participar) e definiram pela criação de um novo partido, avaliando a impossibilidade de reverter os rumos do PCB. No entanto, ao contrário do que se buscava, essa reunião aprofundou divergências dentro da própria Corrente Revolucionária. Como fruto desse encontro, houve uma pulverização de caminhos a serem trilhados. Alguns criaram a Comissão Organizadora do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)<sup>29</sup>. Mais adiante, outros irão para o PC do B. Outros,

---

<sup>27</sup> Definia que todo Comitê Estadual, independentemente de seu tamanho, poderia ter dois delegados e mais um delegado a cada 500 militantes. Isso irá deformar enormemente a representação, porque os pequenos estados terão, praticamente, o mesmo número de delegados que os grandes estados.

<sup>28</sup> Estas assinaturas constam em um documento intitulado *Proclamação*, produzido no Rio de Janeiro em 1967 e publicado em um jornal mimeografado denominado de Isqueiro, órgão do Comitê Estadual da Guanabara – PCB (de posse do autor). Não consta data de publicação.

<sup>29</sup> A reunião de setembro que criou a Corrente Revolucionária foi a conferência regional do Rio de Janeiro preparatória ao VI Congresso do PCB.

ainda, criarão a Aliança Libertadora Nacional (ALN), Dissidência da Guanabara (DI-GB), Partido Operário Comunista (POC) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em São Paulo, a maioria foi para a ALN, em função da liderança de Marighela. No Rio, os militantes dividiram-se entre a Dissidência da Guanabara, MR-8 e PCBR. No Nordeste, a grande maioria dos dissidentes foi para o PCBR. No Rio Grande do Sul, onde os representantes da dissidência na reunião eram Flávio Koutzii e Luis Pilla Vares, foi criada inicialmente a Dissidência Leninista que, em abril de 1968, irá formar o POC, juntamente com uma dissidência da Política Operária (POLOP).

Como não houve recuo por parte da direção do PCB, os dissidentes optaram por não participar do VI Congresso do partido, marcado para dezembro de 1967. Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas*, irá retratar essa última reunião antes do racha.

Guardo recordação indelével de um trecho da intervenção de Prestes: os companheiros dissidentes – falou o secretário geral, cuspiam no prato em que comiam, porque atacavam a direção que pagava o sustento deles e de suas famílias. A chantagem não ia abalar nenhum dos dissidentes, [...], mas transmitia um recado aos vacilantes. Afinal, como se arranjaría, sem a magra ajuda que Giocondo Dias lhes destinava, um operário beirando os cinquenta anos, clandestino e procurado pela Polícia? Um deles me disse que acompanharia os dissidentes, se não carregasse a obrigação do sustento da família. [...] Na minha intervenção, desmascarei a chantagem [...] e anunciei que, daí em diante, recusava qualquer ajuda financeira do C.C. (GORENDER, 1998, p. 100).

Gorender tem esse momento muito marcado, na medida em que o final da reunião foi a despedida de companheiros que

---

A definição pela criação de uma comissão para organizar o PCBR aconteceu em outubro do mesmo ano, em uma reunião da Coordenação da Corrente Revolucionária. Nesse momento, sem a presença de Marighella, que já tinha construído outras articulações políticas que irão criar a ALN.

tinham lutado muitos anos juntos. As disputas políticas, em alguns casos, se chocavam com amizades pessoais. Ainda, segundo Gorender: “De um lado e do outro, alguns dos velhos companheiros que se davam o último abraço entraram na lista dos assassinados e desaparecidos”<sup>30</sup>.

A principal divergência que impediu a unificação de todas as forças dissidentes do PCB eram as definições sobre estratégia, principalmente sobre a questão militar. Enquanto o PCBR insistia na necessidade da manutenção de uma estrutura leninista de partido e criticava o foquismo, a ALN negava o partido, considerando que este inevitavelmente levaria à burocratização. Defendia a ação autônoma das massas, no plano militar, como única saída contra a ditadura.

Se as divergências de Marighella se resumiam quase que exclusivamente às questões de método – o que aparece nas suas críticas ao “pacifismo” e à “inércia” do PC –, a “Corrente” buscava articular uma linha política alternativa mais global. Não só criticava a priorização da luta legal, à qual a “Corrente” opunha a necessidade da “guerra popular”, mas, igualmente, o próprio “caráter da revolução”, para o PCB antifeudal, anti-imperialista, nacional e democrático, era criticado pelos que dariam origem ao PCBR. (GARCIA, 1979).

Logo após essa Conferência, o debate sobre os rumos a seguir começou a ganhar corpo. O setor que buscava organizar o PCBR fez um forte combate aos paulistas, que se aglutinaram ao redor de Marighella e iriam se organizar em torno da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Esta propunha a preparação imediata da luta armada e baseava sua estratégia no foquismo (estratégia militar adotada na Revolução Cubana). Negava o partido como instrumento de organização, na medida em que avaliava que todos os partidos se burocratizariam no futuro. A ALN defendia a organização dos revolucionários a partir da criação das chamadas “vanguardas armadas”, grupos

---

<sup>30</sup> GORENDER, 1998, p. 100-101.

compostos por um pequeno número de militantes com treinamento militar para fazer ações armadas com autonomia de ação.

Em um documento da Comissão Provisória de organização do PCBR de São Paulo fica explícita essa divergência de concepções. É interessante observarmos que é exatamente em São Paulo que Marighella irá dar origem à organização da ALN. Como era o principal dirigente do PCB em São Paulo, mais de setenta por cento dos dissidentes do PCB vão aderir às teses da ALN.

A pulverização de concepções relacionadas a diferentes questões (caráter da revolução; papel do partido; alianças de classes; concepção militar, etc.) irá fazer com que o conjunto de militantes que romperam com o PCB se dispersassem em diversas organizações com estruturas, programas e direções próprias. Mais adiante, em função da necessidade de sobrevivência política, algumas dessas organizações começarão a buscar articulações conjuntas, a fim de combater as forças da repressão política.

# Capítulo V

## PCBR: História e Estórias

O PCBR, que surgiu em abril de 1968<sup>31</sup>, trará importantes contribuições, não só ao processo de luta armada, como também ao debate teórico daquele momento.

É importante destacar duas características dentro do PCBR que de alguma forma o diferenciavam de outras organizações. A primeira diz respeito a seu próprio projeto político. Enquanto o conjunto de organizações de esquerda tinha um alinhamento com a União Soviética (PCB e diversos agrupamentos dissidentes), China (PC do B, AP) ou Cuba (ALN), o PCBR buscava uma independência em relação a esses países. Independência não só a partir das estruturas materiais, mas fundamentalmente a partir de concepções. Quando a URSS invadiu a Tchecoslováquia<sup>32</sup>, o PCBR lançou um documento (em anexo) condenando a invasão, assunto tabu para grande parte da esquerda.

Enquanto o PCB defendeu a intervenção em nome da defesa do socialismo, como afirmava em sua declaração pública sobre o acontecido, o PCBR assumiu postura oposta. Em outubro de 1968, no primeiro número do “Luta de Classes”,

---

<sup>31</sup> A definição pela criação de um novo partido aconteceu em 1º de outubro de 1967, na última reunião da coordenação nacional da Corrente Revolucionária, dissidência do PCB. O I Congresso do PCBR se deu dias 11 e 12 de abril de 1968, em um sítio na Serra da Mantiqueira.

<sup>32</sup> A invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética e demais países do Pacto de Varsóvia aconteceu entre os dias 20 e 21 de agosto de 1968.

jornal mimeografado que era o órgão do Comitê Estadual do PCBR de Pernambuco, é reproduzida a posição do Comitê Central do partido sobre a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética. O documento do CC é de agosto de 1968, logo após a invasão.

Conforme veremos a seguir, fica bastante claro, no documento oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o grau de envolvimento de sua direção com a orientação política vinda diretamente da URSS. Esse documento, de setembro de 1968, afirma, entre outras questões:

Após um longo processo de discussões bilaterais com a direção do Partido Comunista da Tchecoslováquia [...], decidiram enviar forças militares para a Tchecoslováquia para defender as conquistas socialistas dos trabalhadores e do povo tchecoslovaco, diante da ameaça da contra-revolução interna e dos inimigos externos do socialismo, para defender o sistema socialista mundial e os interesses de todos os povos que lutam contra a reação e o imperialismo, pela causa da paz mundial. [...] E o curso da luta dos povos de todo o mundo seria alterado se o socialismo fosse derrotado na Tchecoslováquia, desde que o embate fundamental de nossa época, que se dá entre o sistema socialista e o capitalismo, assume caráter internacional, influenciando na sorte da humanidade e no destino de cada povo. A comunidade socialista, internacionalista por sua natureza, opõe sua solidariedade e unidade à agressividade crescente do imperialismo. Frente a estes acontecimentos, o Comitê Central manifesta o apoio do Partido Comunista Brasileiro aos partidos comunistas da União Soviética, da República Democrática Alemã, da Bulgária, da Hungria e da Polônia, pela resolução que adotaram de prestar ajuda ao Partido Comunista e a todas as forças socialistas. (REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1968, p. 93)

Mas o fato de o Partido Comunista Brasileiro possuir um alinhamento político-ideológico com a União Soviética não o tornava o único representante dessa posição no Brasil. O Partido Comunista Revolucionário (PCR), em resolução sobre essa

questão, decidiu, a partir de um longo documento analisando a intervenção soviética,

Depois de um conjunto de considerações; a) apoiar a intervenção soviética que frustrou o plano do imperialismo em restaurar o capitalismo na Tcheco-Eslováquia para dessa maneira submetê-la as sua política de rapinagem; [...] c) Lamentar que a intervenção soviética não tenha sido levada até o fim não só na Tcheco-Eslováquia, mas também na Iugoslávia, com a extirpação do cancro capitalista dirigido pela camarilha titoísta, e na Rumênia com a substituição da atual direção nacionalista-burguesa. (JORNAL A LUTA, set/68)

A maioria da Corrente Revolucionária, que sairá do PCBR e irá para o PC do B (Jover Telles e outros), já afinada com o PC do B e sua política de apoio incondicional à China, embora críticos à União Soviética, aceitará a intervenção, mesmo ampliando suas críticas não só à direção do Estado Tcheco, mas também à do soviético.

Desta forma, a luta não se dá entre marxistas-leninistas e revisionistas, mas apenas entre revisionistas, cada qual defendendo os seus próprios interesses nacionais, não a base do internacionalismo proletário, mas do nacionalismo burguês. (ISQUEIRO PROLETÁRIO, n. 42)

Nem mesmo a Política Operária (POLOP), organização com vínculos mais fortes com o trotskismo e composta por militantes que mais tarde se tornarão importantes intelectuais de nosso país, como Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, opôs-se imediatamente à ocupação. Otaviano Alves da Silva (dirigente da POLOP na época), em entrevista à revista *Teoria e Debate*, informou que a POLOP não se posicionou a favor da Tchecoslováquia e contra a intervenção soviética porque não tinha suficiente informação para tal. De acordo com Otaviano, houve uma reunião com o PCBR, na qual, em suas palavras,

O PCBR procurou a gente para discutir o programa e a questão da Primavera de Praga. O Eric (militante da POLOP) colocava para a gente que não tinha nenhuma informação a não ser pela imprensa burguesa, então era prudente não entrar num apoio aberto. Mas, de qualquer forma, era bom saber quem eram esses caras, que já tinham manifestado apoio [...] Precisávamos de mais informação para apoiar. O Mário Alves não deu nenhum dado novo a não ser da imprensa, do Jornal do Brasil, informações dadas pelo Mauro Santayanna, que era do Partidão, e portanto não mereciam tanto crédito. (TEORIA E DEBATE, 1994, p. 65)

O pronunciamento do PCBR, por sua vez, foi bastante contundente na crítica ao “reboquismo” de outras direções comunistas internacionais. Em seu documento de fundação, nas resoluções de maio de 1968, já alertava que:

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica internacional. [...]. Nosso partido a considera necessária e por isso não se omite em face dela assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condena a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS, como do Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao PC da China. Condenamos, como profundamente nociva, a atitude que consiste em deslocar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico. (RESOLUÇÃO POLÍTICA DO PCBR, abril de 1968)

No que concerne a um possível alinhamento com Cuba, Mário Alves dirigiu-se a este país, no final de 1968, buscando ajuda para organizar o novo partido e o treinamento militar para seus quadros políticos. Seu retorno aconteceu em julho/agosto de 1969, ocasião em que se reuniu com dirigentes do Partido Comunista Revolucionário Argentino. Segundo dirigentes desse

partido<sup>33</sup>, as posições que Mário Alves defendeu na época influenciaram sua organização. A resposta de Cuba foi positiva, desde que as reivindicações fossem encaminhadas via ALN. Como possuíam discordâncias com essa organização, em função de sua concepção militarista e da negação da necessidade do partido, essa ideia foi abandonada. Quando Mário Alves chegou a São Paulo, manteve contato com Sérgio Sister, entre outros. Sister, em entrevista ao autor, afirmou que nunca o tinha visto tão aborrecido como naquele momento, em virtude do resultado de sua viagem. A defesa da Revolução Cubana, bem como de outras experiências revolucionárias, estava presente nos documentos do PCBR. A crítica que a organização fazia, no entanto, era em relação à transposição mecânica de experiências de contextos históricos e culturais diversos.

Outra característica própria do PCBR foi sua posição em relação ao debate que ocorria entre os agrupamentos de esquerda na época. De um lado, havia os “militaristas” – ALN, principalmente, além de outros grupos, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) –, que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar de todos os quadros partidários. A luta política ficava reduzida às ações militares, vistas por eles como a única forma possível de ascender ao poder durante o regime autoritário.

De outro, os chamados “massistas” que, em diferentes organizações, contrapunham-se à luta armada como forma de combate naquele momento e defendiam a necessidade de se fazer trabalho político junto a determinados setores da sociedade, buscando a organização de um trabalho que desse resultado no futuro. Entre essas organizações estavam o PCB, a Ação Popular em sua fase inicial, ligada à Igreja Católica, e, inclusive, os agrupamentos trotskistas da época – Partido Operário Revolucionário (PORT) e Fração Bolchevique Trotskista (FBT).

---

<sup>33</sup> Informações verbais obtidas pelo autor em conversa durante atividade em que teve contato com alguns antigos dirigentes do PCR, na Argentina. Pelas condições da época, não foi possível gravar as declarações.

Nesse contexto, o PCBR buscou defender uma posição intermediária, reconhecendo a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitando a política a esta esfera. Avaliava como correta a existência paralela à luta armada de um trabalho com as massas que possibilitasse a criação de lideranças nos movimentos sociais que pudessem encaminhar a política nesse terreno. A dinâmica da luta política, no entanto, fez com que na prática a opção militarista se tornasse preponderante.

Nos anos 60, nós do PCBR queríamos manter um partido, mas modificamos a ideia do velho partido leninista, muito parcialmente por causa da influência e da tradição do partido bolchevique. O PCBR estabeleceu uma nova base de liberdade, de idéias, mas não caímos no outro extremo, que seria a visão anarquista. Guardamos uma combinação com o centralismo, uma combinação com a democracia interna que não fomos capazes de levar longe. Optamos pelo caminho armado, mas não aceitamos o predomínio da ideia de um comando político-militar dentro do partido. (TEORIA E DEBATE, 1989, p. 37)

Posteriormente, o PCBR aprofundou sua matriz política, que foi a proposta de criação das Organizações Independentes de Massa (OIMs). A ideia das OIMs contrapõe-se diretamente a toda a tradição vinculada à política stalinista<sup>34</sup> da III Internacional Comunista. O intervencionismo do partido nos movimentos de massa em geral foi aceito e impulsionado pelos partidos comunistas no mundo inteiro<sup>35</sup>. Toda posição que defendesse a necessidade da autonomia dos movimentos de massa em relação aos partidos era considerada uma posição autonomista/anarquista. O PCBR, ao resgatar a necessidade da não

---

<sup>34</sup> Período em que a URSS foi governada de forma autoritária por Stálin, o qual reproduziu sua política na maioria dos países comunistas do mundo.

<sup>35</sup> Referimo-nos fundamentalmente ao período do stalinismo na União Soviética e à atuação da III Internacional frente aos demais países. Existiram experiências que fugiram a essa regra, mas ficaram isoladas e em geral sufocadas pela URSS, como Hungria e Tchecoslováquia, ou representaram os partidos comunistas que romperam abertamente com essa política.

intervenção dos partidos nos movimentos sociais, começou a romper com a política stalinista.

É importante ressaltar que isso não significava que o partido não buscasse influenciar e dirigir os movimentos sociais e os movimentos de massa, mas que não podia, de forma autoritária e intervencionista, decidir seus rumos sem a presença das massas no debate político e nos caminhos a seguir.

Cláudio Nascimento, sociólogo e ex-militante do PCBR, em um artigo intitulado “Mário Alves e a Revolução Antipassiva”, apontou a influência do pensamento de Gramsci na forma como Mário via a burguesia brasileira e a necessidade de uma revolução antipassiva para romper com esta classe e o latifúndio. Nascimento pensa ser muito difícil que, sem acesso ao pensamento de Gramsci (que só posteriormente será introduzido no Brasil), o PCBR pudesse formular uma linha política no campo da autonomia e da auto-organização. Mesmo sem utilizar a terminologia gramsciana, Mário Alves fala no caráter passivo da burguesia brasileira

O bloco das classes dominantes que predomina no poder, composto por burguesia e dos latifundiários aburguesados, trata a seguir da via das transformações lentas e graduais realizadas exclusivamente de cima para baixo, através de compromissos e concessões mútuas entre o capitalismo ascendente e a propriedade latifundiária. Este curso da reforma agrária pretende excluir a participação ativa e independente das massas camponesas, precisamente porque se contrapõe aos seus interesses fundamentais e se orienta em função dos interesses da burguesia e dos latifundiários que empregam processos capitalistas. (REVISTA BRASIL REVOLUCIONÁRIO, 1993, p. 34)

Ao mesmo tempo, refere-se à luta dos trabalhadores rurais como uma ação revolucionária para acabar com o monopólio da terra, concepção que se aproxima do conceito de revolução ativa de massas.

Outro é o caminho que corresponde aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro, não o do compromisso

com o latifúndio, mas o da luta revolucionária para transformar profundamente a estrutura agrária... Deve ser uma reforma que altere basicamente as relações sociais no campo e assente um golpe demolidor na classe caduca dos latifundiários. Este curso exige a ação independente das massas camponesas, em aliança com a classe operária e todas as forças progressistas... A reforma agrária só poderá ter êxito e vencer eficazmente os obstáculos opostos à sua concretização se for baseada na mobilização consciente das massas do campo através de suas organizações... A luta pela reforma agrária radical se funde, portanto, com a luta por um novo poder político efetivamente democrático... Os camponeses, os operários, o povo brasileiro, estão lutando por uma reforma que seja uma revolução. (REVISTA BRASIL REVOLUCIONÁRIO, 1993, p. 34)

Por fim, no entendimento de Cláudio Nascimento, para que pudesse ser formulada uma concepção de autonomia naquele momento histórico, era necessário algum conhecimento sobre o que estava ocorrendo dentro do chamado bloco socialista no final da década de 1950. Não apenas do debate que ocorreu por ocasião do XX Congresso do PCUS, quando foram denunciados os crimes cometidos durante o período em que Stálin governava a União Soviética, mas também do debate que ocorria na Hungria, na Polônia e, posteriormente, na própria Tchecoslováquia, sem falar nos Conselhos Operários na Itália.

Mas é claro que naquele momento a leitura dominante nos PCs é que isso é um negócio contrarrevolucionário. Mas quando você vai lendo aquilo, você vai vendo que a dinâmica era uma dinâmica altamente revolucionária de conselhos, autonomia, autogestão, etc. [...] Para Mário Alves, em 68, quando invadem Praga, não é só ver o lado da revolução passiva, de uma forma agressiva, quando a URSS invade a Tchecoslováquia, mas é que na Tchecoslováquia também estava se dando um processo por baixo, das massas participando em conselhos operários. O próprio partido comunista faz um congresso clandestino dentro de uma metalúrgica em Praga. E quando o PCBR

tira uma nota daquelas<sup>36</sup> [...] não se chega a uma ideia de autonomia sem se ter um conhecimento daquelas experiências que ocorreram. (DEPOIMENTO DE CLAUDIO NASCIMENTO)

Embora Mário Alves fosse uma pessoa que tivesse viajado muito em sua militância (visitou China, URSS, Cuba, entre outras nações), não há afirmações mais conclusivas sobre um possível contato seu com o pensamento gramsciano. Jacob Gorender afirma que nunca ouviu nada de Mário Alves nesse sentido. Sua filha, Lúcia Caldas Vieira, em entrevista ao autor, também não tem informações de sua mãe sobre essa questão. Fica, portanto, uma interrogação sobre as possíveis influências que Mário teve na elaboração das concepções políticas que levaram ao seu rompimento com o PCB e ajudaram na construção de uma linha política que resgatava elementos de autonomia dentro de um projeto político de corte leninista.

No que se refere à composição das direções do PCBR, a busca de dados foi bastante lenta para entendermos todo o organograma da estrutura do partido, bem como os nomes que a integravam. O que faz com que ainda existam lacunas para uma compreensão global da nominata dos membros do Comitê Central, notadamente do 3º Comitê Central (CC).

Como existem poucos documentos com nomes dos dirigentes partidários, e na medida em que as informações da polícia nem sempre eram fidedignas, já que muitas informações vinham de confissões sob tortura<sup>37</sup>, a reconstituição das direções ficou também dependente da memória de ex-militantes. Outro fato que dificultou a identificação é que foram constituídos no mínimo três Comitês Centrais no período analisado, fora as “cooptações”<sup>38</sup> de dirigentes. Alguns depoimentos são diferentes,

---

<sup>36</sup> Cláudio se refere à nota do PCBR sobre a invasão da Tchecoslováquia (em anexo).

<sup>37</sup> Em diversos momentos as declarações sob tortura buscavam confundir a polícia, informando apenas os nomes que já estavam “queimados” e na clandestinidade e preservando outros nomes.

<sup>38</sup> Algumas organizações utilizavam essa expressão para designar o processo de incorporação de novas pessoas à condição de membros das direções, seja no Comitê Central, seja nos órgãos dirigentes estaduais. Isso

no que se relaciona a nomes que compuseram as direções. No entanto, a partir do cruzamento de informações, foi possível reconstituir parcialmente as nominatas das direções. Quando houve informações desencontradas, optamos por utilizar aquelas que de alguma maneira repetiam-se nos depoimentos, o que, se não garante uma informação absolutamente precisa, é a que melhor se aproxima da memória dos ex-militantes.

O primeiro Comitê Central foi escolhido quando da fundação do PCBR, em abril de 1968, em um sítio próximo à Niterói. Segundo Apolônio de Carvalho, em entrevista ao autor, o CC era composto por 20 membros<sup>39</sup>. Ainda segundo Apolônio, na primeira Comissão Executiva do CC, Mário Alves (Villa) assumiu o posto de Secretário de Organização, Apolônio de Carvalho (Lima), a função de Secretário Político, e Jacob Gorender (Sabino), a Secretaria de Agitação e Propaganda. Essas três pessoas formavam a Troica, apelido dado à Comissão Executiva.

Os demais membros identificados no primeiro Comitê Central foram: Salathiel Teixeira Rolim (Roberto Penaforte)<sup>40</sup>,

---

acontecia especialmente quando havia a necessidade de recomposição (mortes, prisões, desligamentos, etc) e não havia condições de realizar algum congresso partidário para definir uma nova direção. Esse tipo de procedimento fez com que muitas vezes o Comitê Central eleito em determinado momento tivesse mudado parcialmente sua composição em outro momento analisado, o que ajuda a explicar algumas inconsistências em depoimentos de ex-integrantes do CC do PCBR (afora o tempo, que contribuiu muito para o esquecimento). Além disso, como era norma apenas a utilização de codinomes, muitas pessoas até hoje não conseguem identificar outros militantes com os quais tiveram contato apenas pelo nome falso.

<sup>39</sup> A informação do número exato é imprecisa. Juliano Siqueira falou em 15 pessoas, sendo que destas, sete eram da Comissão Política e três da Comissão Executiva. Luciano de Almeida afirmou que o CC seria composto de 17 nomes e quatro suplentes. Já o Documento ORVIL (produzido pelos representantes da extrema direita que defendiam o regime militar), embora também diga que eram 15 membros, tem uma imprecisão em relação às informações de Apolônio. O documento cita Geraldo Soares Silva e Osmundo Bezerra Duarte como membros do CC e Armando Frutuoso na executiva, além de Thomas Miguel Pressburger, e não se refere a Manoel Jacinto e Augusto Olivier.

<sup>40</sup> Como exemplo da confusão muitas vezes provocada pelas informações policiais, na listagem feita pelo SNI aparecem como membros do PCBR os nomes de Salathiel e de Roberto Penaforte, sendo que era a mesma pessoa.

responsável pelas finanças; Miguel Batista dos Santos (que já era membro do CC do PCB antes do racha); Bruno Costa de Albuquerque Maranhão (representante da juventude no CC do PCB); Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos (Jason – responsável mais adiante pela questão militar); Augusto Henrique Maria D'Aurelie Olivier (ex-tenente); Jover Telles (também originário do CC do PCB); Armando Frutuoso; Manoel Jacynto Corrêa<sup>41</sup> (liderança camponesa do PR, de codinome Fernando); Jair (possivelmente Jarbas Amorin, operário carioca); Hilda (funcionária pública no Rio de Janeiro, possivelmente Helena Boaventura Neto, a única mulher no CC) Rômulo de Araújo Lima (Bordiga, da Paraíba) e Lincoln Bicalho Roque (que posteriormente sairá, juntamente com Jover Telles, Armando Frutuoso e Hilda, indo para o PC do B).

Outro nome citado que não pôde ser identificado foi Fernando (Cachimbo), bancário de Brasília<sup>42</sup>. É possível que houvesse outros nomes não identificados.

Dois elementos chamam a atenção na estrutura e na composição desse primeiro Comitê Central. Em primeiro lugar, não foi definida a existência de um Secretário Geral, cargo que historicamente era (em muitos casos, continua sendo) central no organograma dos partidos comunistas. A influência desse tipo de função na estrutura partidária tem sua origem na constituição do Partido Comunista da União Soviética e ajudou muito na formação do culto à personalidade dos principais dirigentes comunistas no mundo (Lênin, Stalin, Nikita Kruschev, Brezjnev e Gorbachev, dentro da URSS, além dos diversos outros líderes nacionais dos partidos comunistas, a exemplo de Prestes, aqui no Brasil).

De qualquer forma, a Secretaria Política, responsável pelos contatos externos do partido, é a que ocuparia a posição

---

<sup>41</sup> Segundo Arno Giesen, em e-mail ao autor, Fernando era Manoel Jacynto, reconhecido pelos militantes do Paraná como representante do primeiro Comitê Central.

<sup>42</sup> Luciano de Almeida, em seu livro *A Esquerda em Questão*, fala de um grupo de Brasília que entrou com um representante no primeiro CC e ficou pouco tempo. Provavelmente tenha sido Thomaz Miguel Pressburger, que era originário de Brasília e participou do primeiro Comitê Central (CISA, REE, n. 3, 1986).

de maior relevo externo. A segunda questão está presente na memória de alguns dos militantes que participaram desse Congresso. A disputa (invertida) entre Apolônio e Mário Alves. De um lado, Mário Alves, defendendo que Apolônio fosse o Secretário Político e, de outro, Apolônio, insistindo em Mário Alves como o melhor nome para essa função.

Thomaz Miguel Pressburger foi o primeiro membro do CC a ser preso, dia 23 de fevereiro de 1969, sendo que logo após prenderam Miguel Batista dos Santos (início de março de 1969). No final desse ano, Rômulo de Araújo Lima<sup>43</sup> foi preso em João Pessoa, e informou muito do que sabia à polícia, a partir da ameaça de sevicarem a sua companheira, Germana. Segundo Bruno Maranhão, como um dos critérios era a representação dos estados, Rômulo, estudante secundarista, na época era muito novo e inexperiente, o que em parte pode explicar seu comportamento. No entanto, um jornal do Comitê Central do PCBR, de outubro de 1969, intitulado *Vanguarda*, classifica Rômulo como agente policial.

O jornal relata as prisões de estudantes em João Pessoa, em agosto de 1969<sup>44</sup>, entre eles Rômulo, Germana, Eric, Mônica e Guilherme. A mesma matéria situa Rômulo como tendo sido

---

<sup>43</sup>O interrogatório de Rômulo, Eraldo Fernandes dos Santos, Eric Jemmer Rosas e Marcos Guilherme de Miranda Batista foi no dia 23 de dezembro de 1969.

<sup>44</sup> Também na Paraíba, em Catolé da Rocha, foram presos diversos estudantes vinculados ao PCBR que tinham ido ao Morro Capimaçu e ficaram cinco dias fazendo treinamento militar. Três foram presos: Ariosvaldo da Silva Diniz; Ubiratan Cortez Rocha e Francisco Alves Dantas. Os demais eram menores. Ao total, o inquérito envolveu 19 estudantes. Essas prisões ocorreram dia 22 de outubro de 1969. Também houve um roubo de uma máquina de escrever e um mimeógrafo da Faculdade de Educação da UFC, no dia 12 de junho de 1970 (os acusados foram Paulo Fernando Magalhães dos Santos e Augusto César Farias Costa) além do roubo de cálices da Catedral de João Pessoa (achavam que eram de ouro). Como podemos perceber, foram atividades bastante artesanais e ainda ingênuas frente ao período que será caracterizado mais adiante como luta armada contra o regime e a violência institucional (DEPOIMENTOS DE SONIA BENEVIDES E ANTÔNIO SOARES DE LIMA FILHO À COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA PARAÍBA, 2013).

candidato a vice-presidente da UNE pela chapa “Integração e Luta”<sup>45</sup>, estando afastado do PCBR desde o AI-5:

Na prisão, Rômulo iniciou uma vasta campanha de delação. Rômulo, que tinha sido destacado militante do ME na Paraíba [...] estranhamente, em meio à lista de cassações da Paraíba, seu nome não figurou – continuou assistindo aulas, tranquilamente. Surgiu daí a suspeição sobre suas ligações com a polícia. O seu comportamento na prisão foi a prova dos nove. Rômulo não foi espancado. Nas acareações, fazia verdadeiros comícios-relâmpagos de dedo-duragem, descendo a detalhes remotos e fora do assunto, inclusive. Seu depoimento é um maçudo volume de delações e informações detalhadas. Fez viagens a Brasília e ao Recife, junto à polícia. Está em liberdade, sob a proteção do DOPS. Atualmente publica, num dos jornais da Paraíba, a série “Memórias de um jovem”, que não passa de delação pública. Apoiado no policial Rômulo, o DOPS prendeu o universitário Heraldo, o secundarista Vital, Washington (entregue pela família) e outros. Há uma procura relacionar os presos com o assalto ao carro da Souza Cruz, na Paraíba, e com o incêndio do Paiol do 15º R.I. (VANGUARDA, outubro/69)

Essa primeira direção teve de ser recomposta em curto período de tempo. Ainda no primeiro semestre de 1968<sup>46</sup>, Jover Telles, responsável pela direção na Guanabara, lançou um documento intitulado “Um Reencontro Histórico”, no qual

---

<sup>45</sup> Chapa articulada pelo PCBR para disputar o Congresso da UNE de Ibiúna, que não se realizou em função das prisões e desmonte do Congresso.

<sup>46</sup> O documento “Um Reencontro Histórico” foi publicado no jornal (interno) *Isqueiro* (edição extra) de junho de 1968. No final do documento, consta “Rio, 9 de junho de 1968”. Não identificamos com precisão a data da construção do documento. Poderia ser divulgado com algum atraso, em função dos debates internos. A dúvida decorre de um documento do PCBR (que tinha sido produzido por Mário Alves), de maio de 1968, que é a resposta ao documento produzido por Jover Teles. A resposta veio através de um artigo intitulado “Reencontro Histórico ou simples mistificação?”. Portanto, ou o documento que o PCBR distribuiu tinha um erro na data (maio), ou o documento que gerou esta resposta foi produzido anteriormente e só em junho foi publicado no jornal *Isqueiro*, vinculado ao grupo da Guanabara (hipótese mais provável).

defendia o ingresso dos militantes do PCBR no PC do B. Mais tarde, soube-se que já existia um acordo entre o PC do B e Jover desde o início da construção do PCBR. Jover entrou para fazer “entrismo”, ou seja, cooptar militantes que estavam saindo do PCB e buscando uma nova organização.

Gorender afirmou que Jover Telles participou da reunião em Niterói que fundou o PCBR e que

Só posteriormente ficou claro que o Jover Telles já estava, digamos assim, entrosado com o PC do B. Ele já era um militante do PC do B, um dirigente, inclusive. E ele, na verdade, fazia um papel de infiltração no nosso meio, com o objetivo de pescar militantes que depois saíam numa cisão dele para o lado do PC do B. (GORENDER, 1998, p. 101)

Ao contrário do que alguns pensavam, segundo Gorender, a entrada de Jover no PC do B é anterior ainda ao racha do PCB.

Durante os meses de indefinição, o PC do B lançou a rede. No que teve a colaboração de Jover Telles. Já acertado com o PC do B desde não se sabe quando, foi instruído a esconder o acordo e continuar a atuação no nosso meio, com vistas ao recrutamento de egressos do PCB [...]. Já então estávamos informados de que Jover Telles fazia aliciamento na Guanabara para o PC do B. Além dele, nós sabíamos que Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque e mais dois delegados presentes eram membros do partido stalinista-maoísta. Preferimos não levantar a questão desta duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido. (GORENDER, 1998, p. 101-102)

Mário Alves, em nome do PCBR, redigiu um documento intitulado “Reencontro Histórico ou Simples Mistificação?”, o qual rebatia todas as críticas feitas pelo grupo ligado a Jover e fazia um ataque bastante forte às posições do PC do B.

Com Jover, também saíram do CC, no mínimo, mais três nomes: Armando Frutuoso, Helena Boaventura Neto (Hilda) e

Lincoln Bicalho Roque. Com isso, foi necessário recompor a direção. Praticamente todos os que saíram eram oriundos da Guanabara.

Posteriormente, Jover Telles será protagonista de um episódio marcante na trajetória do PC do B. Em 16 de dezembro de 1976, houve o chamado Massacre da Lapa, no qual o exército invadiu uma residência no bairro da Lapa, em São Paulo, onde estava sendo realizada uma reunião do Comitê Central do PC do B. Na realidade, a reunião já tinha ocorrido e, na hora, estavam apenas dois dirigentes: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, sendo que um terceiro, João Batista Drummond, foi assassinado sob tortura no DOI-CODI, em São Paulo. Na mesma ocasião, quatro outros dirigentes foram presos, pois foram seguidos quando saíram da reunião. Um deles, Jover Telles, pediu ao motorista que o deixasse em um ponto anterior ao local onde deveria ser deixado. Foi o único que não foi preso.

Inúmeras provas foram apresentadas por ex-militantes da esquerda, principalmente do PC do B, no sentido de que Telles teria traído e denunciado a reunião. Durante muitos anos, Jover esteve desaparecido. Em 1996, foi candidato a vereador em Arroio dos Ratos, município do interior do Rio Grande do Sul, pela legenda do PPB<sup>47</sup>. O livro *Massacre na Lapa* (1987), de autoria de Pedro Estevam da Rocha Pomar, apresenta diversos indícios da traição de Telles.

Mais ou menos no mesmo período da saída do grupo de Jover Telles, em junho de 1968, uma parte da Ação Popular proveniente da Guanabara ingressou no PCBR. A partir do documento intitulado “Uma Questão Ideológica”, é feita uma crítica à AP, caracterizando-a como uma organização pequeno-burguesa. Ao final, o documento defendia o ingresso no PCBR:

O PCBR uniu militantes revolucionários proletários e constituiu-se hoje no partido qualitativamente superior aos demais, por sua origem de classe, tradição de luta da classe operária, composição atual de proposições políticas frente à realidade brasileira, ao reformismo e [ilegível...] e

---

<sup>47</sup> Partido sucedâneo da ARENA, depois PDS, que sustentava os governos militares durante a ditadura.

prática. É hoje a única alternativa proletária para a crise das esquerdas brasileiras. Nós, componentes do CS-3 e do pólo minoritário do CS-2 da GB, empenhados na luta revolucionária do povo brasileiro e desejando participar da revolução até o fim, fazemos do PCBR nossa alternativa e a apresentamos aos demais companheiros de Ação Popular, na certeza de reunir em [ilegível] alternativa a todos os verdadeiros revolucionários. (UMA QUESTÃO IDEOLÓGICA, maio de 68)

Com a recomposição da direção do PCBR, fruto das defecções no partido, a Comissão Executiva terá a seguinte composição: Mário Alves assumiu a Secretaria Política; Apolônio passou a ser o Secretário de Organização e responsável por organizar o Comando Político Militar; Nicolau Tolentino (Jason) entrou como Secretário de Agitação e Propaganda no lugar de Jacob Gorender, que pediu para sair da Executiva alegando que necessitava de tempo para escrever um livro. Nesse momento, Gorender começou a se dedicar a um estudo que irá culminar no livro *O Escravismo Colonial*, um dos clássicos da historiografia brasileira. Diga-se de passagem, uma obra que precisou ser reescrita, na medida em que a primeira versão foi destruída pela repressão.

Segundo Apolônio de Carvalho, Mário Alves só assumiu a função de Secretário Político depois de sua volta de Cuba, na metade de 1969. Outros entrevistados, no entanto, afirmaram que sua ida a Cuba já se deu na condição de Secretário Político.

Na Comissão Política, continuou Jacob Gorender, além do ingresso de Getúlio de Oliveira Cabral (Arthur); René Luis de Carvalho (Valter Orlando – filho de Apolônio); Luciano de Almeida<sup>48</sup>; Juliano Homem de Siqueira; Marcelo Mário de Mello; Alberto Vinicius Mello do Nascimento (que será deslocado para o Paraná) e Zé Carlos (Lucas). Os demais membros do CC que

---

<sup>48</sup> Juliano Siqueira lembrou também de dois outros nomes: Zé Carlos (Lucas) e um militante do Espírito Santo que era primo do Perly Cipriano, também daquele estado. O Zé Carlos (Lucas) citado por Juliano poderia ser Luciano da Silva Almeida, que tinha o codinome de Lucas e que também entrou nesse momento no Comitê Central.

tinha sido constituído na origem do PCBR continuaram na direção do partido.

Esta recomposição foi feita ainda na primeira reunião do Comitê Central, realizada na segunda quinzena de julho de 1968, sendo que a segunda reunião aconteceu logo após, em setembro de 1968, quando foi criado também o Comando Político Militar Nacional (CPMN). Este comando ficou constituído por Bruno Costa de Albuquerque Maranhão; Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos, Getúlio de Oliveira Cabral e Juliano Homem de Siqueira. Além disso, esta reunião também definiu que José Corrêa Filho (Jurandir) e Miguel Batista dos Santos ficariam dando suporte a Apolônio na Secretaria de Organização do partido.

A terceira Comissão Executiva ficou composta por Bruno Costa de Albuquerque Maranhão; Marcelo Mário de Mello e Jorge Emílio Bonviet Guilhain, fruto de um momento em que o militarismo ascendeu dentro da direção.

O surgimento do PCBR ocorreu em um contexto de forte mobilização da juventude que vinha desde o ano anterior. De março a junho de 1968 as mobilizações organizadas pelo movimento estudantil atingiram o ápice. Era o momento em que ainda havia condições de uma atuação política legal no movimento de massas. Embora a constituição formal do PCBR tenha ocorrido em abril, anteriormente já havia uma definição de um conjunto de militantes para atuar nessa nova organização que estava se formando e que, como vimos, denominava-se inicialmente Corrente Revolucionária.

Alguns dos dirigentes estudantis presos no Congresso da UNE em Ibiúna, em 12 de outubro de 1968, ou que foram presos posteriormente, mas em função do congresso, eram militantes do PCBR (Marco Antônio da Costa Medeiros, Vítório Sorotiuk, Mauro Goulart, etc.). Da mesma forma, o Calabouço, antigo restaurante universitário no Rio de Janeiro, foi um espaço onde algumas lideranças optaram por integrar essa organização. É o caso da principal liderança do Calabouço, Elinor Britto, presidente da Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), como também Dirceu Régis, que chegou a ser vice-

presidente da FUEC. No Nordeste, a grande maioria da juventude do PCB deslocou-se para o PCBR.

Desse modo, durante o ano de 1968, o PCBR irá intervir de alguma maneira no movimento estudantil, buscando criar uma terceira alternativa entre a AP e a Dissidência Comunista. No Congresso de Ibiúna, havia três candidaturas à presidência da UNE<sup>49</sup>: José Dirceu, que era da Dissidência e estava sendo apoiado por Vladimir Palmeira (que obteve 233 votos); a candidatura da AP, através de Jean-Marc Van der Weid (vitorioso com 240 votos), e a de Marcos Medeiros, do PCBR (com 25 votos). Embora Marcos não apresentasse perigo para as demais forças políticas, representava outra visão sobre a luta do movimento estudantil. A chapa do PCBR chamava-se Universidade Popular. A AP possuía uma chapa com o nome de Universidade Crítica, além da Dissidência, que reuniu todos em torno da candidatura de José Dirceu, com a Universidade Democrática. Ao final, a AP elegeu Jean Marc.

Segundo Juliano Siqueira:

Nós queríamos uma Universidade Popular, [...]. Universidade Popular pra gente era quase a antessala do socialismo. Obviamente, a Universidade que nós queríamos só poderia ser produzida numa sociedade inteiramente outra... Havia propostas dos reformistas e dos taticistas, não é? Juntava o que sobrou do PCB, do movimento estudantil com o pessoal da Dissidência. Eles radicalizavam na questão da luta armada, mas na questão da universidade eles tinham uma visão tática que eu considero até mais inteligente, partiam de um programa muito concreto de lutas, e havia uma proposta que era

---

<sup>49</sup> Como o Congresso de Ibiúna não chegou a se instalar, a votação que definiu a nova diretoria da UNE se deu posteriormente, através de congressos estaduais e/ou regionais com os delegados que tinham participado de Ibiúna. Jean-Marc afirmou que vinha conversando com o PCBR para tentar compor uma chapa. Ao se referir a uma conversa com Cândido Pinto, então presidente da UEE/PE, declarou: “Esse era o homem que eu precisava ganhar e, logo notei, precisava, ainda ganhar a dirigente do PCBR no estado, conhecida como Maria, uma bela mulher e grande quadro político (não necessariamente nesta ordem). Foi o início de um longo diálogo abortado pela queda do congresso dias depois” (FERRER, 2011). Não conseguimos identificar quem era Maria, dirigente estudantil do PCBR.

encampada pela coligação que tava se formando AP-PC do B, que pegava elementos da Universidade Popular, que nós defendíamos, nós, do PCBR, e pegava elementos da Universidade Democrática, que a Dissidência e o Partido defendiam, e este foi o Programa que conseguiu galvanizar o maior número de delegados neste país, não pela força que o PC do B tinha àquela época no movimento estudantil, porque eles tinham expressão em dois estados, Ceará e Bahia, mas pela força que a Ação Popular tinha no país todo, como um movimento de origem cristã, católica, etc. (ENTREVISTA DE JULIANO SIQUEIRA AO AUTOR, 2004)

Pelo que pudemos reconstituir, a chapa, que foi apresentada pelo PCBR à direção da UNE, além de ser encabeçada por Marcos Antônio da Costa Medeiros, liderança carioca ligada à sociologia da UFRJ<sup>50</sup>, ainda tinha como integrantes outras lideranças estudantis do PCBR, como Vitório Sorotiuk (estudante da UFPR, que foi preso e posteriormente concorreu à presidência do DCE/UFPR na clandestinidade, vencendo as eleições com grande margem de votos); Marcos Antônio Nascimento Pereira (liderança da economia da UFRJ, embora de família paranaense); Cândido Pinto de Melo (presidente da União Estadual de Pernambuco, que foi atingido por um tiro na espinha durante uma manifestação de estudantes e ficou paraplégico<sup>51</sup>); Carlos Henrique Maranhão (presidente do DCE/UFPE); Francisco de Assis Barreto da Rocha

---

<sup>50</sup> Para maiores informações sobre Marcos Medeiros, ver o documentário “Marcos Medeiros – Codinome Vampiro”. Diretor: Vicente Duque Estrada, 2018. Documentário de 84 minutos. Disponível em: <https://vimeo.com/530022302>.

<sup>51</sup> O atentado a Cândido Pinto não foi ocasional ou decorrente de algum confronto. Houve um processo premeditado que envolveu inclusive uma informante que atuava no meio estudantil (Risoleta Cavalcanti Pereira Reis, na época com 19 anos). Na véspera ao atentado ela foi levada pela polícia à casa de Cândido. Ela foi conversar com a mãe dele como se fosse uma estudante que estivesse à procura dele. Como não estava em casa, comunicou o fato ao voltar à viatura (ao tenente Ferreira) e quando Risoleta perguntou a este o motivo da investigação sobre o paradeiro de Cândido, ele disse a que não interessava a ela, que lesse os jornais no outro dia (JORNAL DO COMÉRCIO, 25/03/80. Entrevista gravada nos estúdios da TV 2, Jornal do Commercio ao repórter Ivan Maurício, possivelmente em Recife).

Filho (liderança do curso de Direito no Ceará) e Juliano Homem de Siqueira (liderança do DCE/UFRN). Esses são nomes lembrados na entrevista com Juliano Siqueira, embora devam existir outros.

Durante o ano de 1968, as únicas prisões de militantes do PCBR que aconteceram estavam relacionadas ao movimento estudantil: particularmente, as prisões ocorridas no Congresso de Ibiúna, no qual mais de 800 estudantes foram presos (e, entre eles, algumas lideranças estudantis vinculadas ao PCBR). Dia 17 de novembro de 1968, quatro dias após a implantação do Ato Institucional n. 5, Dalva Bonet foi presa no Rio de Janeiro em um ato de repúdio à medida. Era uma manifestação organizada pelo PCBR e pela Dissidência da Guanabara, sendo que os demais conseguiram fugir. Posteriormente, em 17 de dezembro do mesmo ano, foram presos Mauro Daisson Otero Goulart e Vitório Sorotiuk (no Congresso Regional da UNE, na Chácara do Alemão, no Paraná), em função da participação no movimento estudantil.

O acirramento da luta da juventude, não só no Brasil, mas em diversas partes do mundo, vai colocar o regime na defensiva em um primeiro momento e, logo, irá desencadear o recrudescimento da repressão. As lutas travadas, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, foram determinantes para a criação do AI-5.

O PCBR, mesmo sendo uma força minoritária no Movimento Estudantil, na época hegemônica pela Ação Popular (AP), teve uma atuação importante em alguns momentos e em algumas regiões.

No Rio, a luta contra o fechamento do Calabouço (casa de estudante e restaurante universitário) foi um momento importante de acumulação política por parte dos estudantes. Eles criaram a FUEC com uma direção clandestina composta por cinco pessoas cuja principal liderança era Elinor Brito, ligado ao PCBR. O assassinato de Édson Luis no Calabouço, dia 28 de março de 1968, gerou uma grande repercussão social, não só no Rio como também em outros estados. No dia 1º de abril de 1968 houve uma manifestação na qual mais de 200 estudantes foram presos e mais de 100 ficaram feridos. Essas diversas

manifestações isoladas irão desembocar na chamada passeata dos 100 mil, dia 26 de junho, no Rio de Janeiro. O Presidente Costa e Silva, temeroso das consequências, resolveu negociar. De acordo com Zuenir Ventura, no livro *1968: o ano que não terminou* (1988), foi escolhida uma comissão de estudantes e intelectuais. Faziam parte da comissão o psicanalista Hélio Pellegrino, o professor José Américo Pessanha, o assessor jurídico do grupo, o advogado Marcelo Alencar, o padre João Batista Ferreira e os estudantes Franklin Martins e Marcos Medeiros. Marcos era a principal liderança do PCBR no movimento estudantil e Franklin Martins, que também participou do processo da dissidência (Corrente Revolucionária), posteriormente foi militar no MR-8.

Zuenir Ventura faz um relato sobre o desfecho da reunião entre a chamada “Comissão dos 100 mil” e Costa e Silva. Após uma reunião muito tensa, na qual os estudantes queriam a liberdade de seus colegas presos (nove estudantes), a partir de certo momento, Marcos Medeiros perdeu a paciência e perguntou:

Escuta aqui, professor, eu quero saber o seguinte: o senhor vai ou não vai soltar os nossos companheiros? Nunca se soube se o presidente ficou mais irritado com o tratamento indevido ou se com o tom de ultimato. O que se sabe é que o barulho da cadeira presidencial rodando, quase caindo, precedeu o ruído de duas mãos espalmadas desabando sobre a mesa. Era o marechal e não o presidente, quem, de pé, reagia: “Eu não aceito ultimato, nem desrespeito. A dignidade da Presidência não admite ameaças. Está encerrada a reunião.”. (VENTURA, 1988, p. 179)

O fim desse diálogo encerrou toda e qualquer possibilidade de negociação política do regime com os estudantes. A partir desse momento, o único caminho vislumbrado foi o do confronto direto.

Em Pernambuco, Cândido Pinto de Melo tinha sido eleito presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), enquanto Carlos Henrique Maranhão, no mesmo momento, foi

eleito presidente do DCE da Universidade Federal de Pernambuco. No Paraná, Mauro Gularte, Vitório Sorotiuk e outros foram presos pela participação no Congresso da UNE no Sítio do Alemão<sup>52</sup>, no final de 1968, no Paraná. Em São Paulo, Pedro Del Pichia (liderança da PUC/SP) era o principal representante no movimento estudantil. Em São Paulo, segundo Sérgio Sister, havia uma grande representatividade nesse estado. Era muito comum o PCBR fazer alianças com a Dissidência para combater a AP.

A militância de Sorotiuk no movimento estudantil mereceu ser resgatada, em função da série de prisões e do ineditismo de algumas situações. Já em 1966, então no PCB, participou no Congresso da UNE em Belo Horizonte, juntamente com Nilso Sguarezi (os dois únicos representantes do Paraná em um congresso da UNE realizado clandestinamente). Em 1967, novamente participou como delegado no Congresso de Valinhos. Nesse ano, foi preso no presídio do Ahu, bairro de Curitiba, por estar envolvido no Inquérito Policial Militar (IPM) do PCB. Durante sua prisão, foi eleito presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da UFPR. Segundo Vitório,

Uma das nossas primeiras atividades, logo após sairmos da prisão, foi trazer o Márcio Moreira Alves para uma conferência sobre o acordo MEC-Usaid e para o lançamento do seu livro *Torturas e Torturados*, culminando com a tomada da reitoria e o sepultamento do ensino pago. (HELLER, 1988, p. 301)

Quando o movimento estudantil começou a tomar corpo, em 1968, Vitório, avisado de que as forças militares pretendiam prendê-lo novamente, saiu do Paraná e passou a atuar junto a UNE, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Quando veio a absolvição definitiva do IPM do PCB, ele retornou a Curitiba.

---

<sup>52</sup> Este era um Congresso Estadual posterior ao Congresso de Ibiúna. Como havia a necessidade de definir uma nova diretoria para a entidade e não havia condições de segurança para a realização de um congresso massivo, o método utilizado foi a realização de pequenas reuniões estaduais (congressos estaduais) para tirar deliberações e definições para a diretoria da entidade.

Novamente preso em São Paulo, pela participação no Congresso de Ibiúna, em outubro desse mesmo ano, foi solto cinco dias depois, quando novamente voltou a Curitiba, onde

Dois dias depois realizamos uma grande manifestação de rua, isso em outubro de 1968, que degenerou em confronto com a Polícia Militar. O Walmor Marcelino levou borrachadas na rua XV de Novembro e eu, perseguido por vários policiais, entrei correndo na redação do *Diário do Paraná*, na rua José Loureiro. (HELLER, 1988, p. 302)

Ajudado pelos próprios jornalistas, fugiu através dos telhados vizinhos, escapando assim da prisão. No entanto, pouco tempo depois foi colocado em uma lista de 80 estudantes do País que tiveram sua prisão preventiva decretada. Do Paraná, Sorotiuk e mais sete estavam nessa situação. Mesmo assim, continuou sua participação política.

Nesta época eu fui lançado candidato à presidência do DCE e ganhamos as eleições. Nós armamos um esquema de segurança e fizemos a campanha em todas as salas de aula. Depois, quando o reitor disse que eu não tomaria posse, porque a posse seria dentro da reitoria, nós encenamos a peça *O Santo Inquérito*, de Dias Gomes, reunimos mais de duas mil pessoas no auditório, e tomamos posse na frente de todo mundo. (HELLER, 1988, p. 303)

Segundo relato de José dos Reis Garcia, Sorotiuk entrou no teatro da universidade vestido de mulher<sup>53</sup>. Durante a apresentação, o grupo suspendeu os trabalhos e organizou a posse, divulgada no outro dia pelos principais jornais de Curitiba. Após esse fato, Sorotiuk foi preso mais duas vezes. No Congresso da UNE, realizado no Sítio do Alemão, será preso e cumprirá uma pena de cinco anos e meio (em função da

---

<sup>53</sup> Na versão do próprio Vitório, em entrevista ao autor, ele entrou como um dos atores da peça “*O Santo Inquérito*” (o que não contraria a versão de Garcia).

participação no congresso de Ibiúna, no congresso do Sítio do Alemão e na participação na passeata dos 100 mil). Mais tarde, absolvido de algumas acusações, teve a pena reduzida para um ano e foi libertado no período de 1972/73. Como era o período mais forte dos extermínios por parte da ditadura, acabou indo para o Chile<sup>54</sup>. Participou ativamente na sustentação do governo Allende. Com o golpe chileno, novamente foi preso, ficando 45 dias no Estádio Nacional, verdadeiro campo de concentração de presos políticos. A partir da mobilização da Cruz Vermelha Internacional, que procurou ajudar principalmente os estrangeiros, Sorotiuk foi para a Suíça e de lá se dirigiu para a França, onde, nessa época, já estavam outros membros da direção do PCBR, como Apolônio de Carvalho, René de Carvalho e Bruno Maranhão.

Essa forte participação no Movimento Estudantil estava relacionada à política que o PCBR defendia: ligar as lutas de massas à ação militar, posição distinta da ALN, que entendia que a ação no movimento de massas tinha como objetivo fundamental o recrutamento de militantes para a ação armada. No jargão maoísta da época, “o fuzil dirigindo o partido”.

O documento de fundação do PCBR, na parte intitulada “Guerra de Guerrilhas, Ações Armadas e Luta de Massas”, explicita a visão sobre essa relação:

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilha, como tarefa principal, não exclui – mas, pelo contrário, acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de massas na cidade e no campo. Em nosso país, devido à

---

54 Segundo Ildeu Manso Vieira, antigo militante comunista que tinha sido diretor da UNE em 1949, “eu tinha um pequeno sítio em frente ao Vale Verde, clube de campo do Grêmio de Esportes Maringá, encontrei um estudante dormindo. Era Vítório Sorotiuk, que havia sido enviado por Laércio Maior e pela companheira Ruth de Lima, porque ele estava sendo caçado em todo o estado e ameaçado de eliminação física pelos órgãos de segurança. Ele ficou na minha casa durante uma semana e nem os meus amigos mais íntimos sabiam de nada, pensando que ele fosse primo da minha mulher. Depois, correndo sérios riscos, eu o levei ao Rio de Janeiro e de lá ele seguiu para o Chile, na época do Salvador Allende. Fiz pelo Vítório o que fizeram por mim, e outros companheiros deram guarida ao Elinor Mendes Brito, dirigente nacional do PCBR” (HELLER, 1988, p. 544-545).

existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas camponesas e trabalhadores agrícolas. Ao mesmo tempo em que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe, portanto, às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura, e por transformações radicais na nossa sociedade. (RESOLUÇÃO POLÍTICA, abril de 1968)

A ação no movimento de massas ficava restrita praticamente ao movimento estudantil e a algum tipo de trabalho junto ao movimento camponês, principalmente no Nordeste, em função das sementes lançadas pelas Ligas Camponesas. A ação no movimento sindical estava praticamente bloqueada para que as organizações revolucionárias pudessem fazer algum trabalho político.

Essa característica, que distinguia o PCBR de outras organizações, com o tempo foi se diluindo e, aos poucos, o PCBR também aderiu ao militarismo, isolando-se da massa e passando a realizar atividades armadas, o que gerou um ciclo perverso. A forma de conseguir dinheiro para manter um grupo de pessoas deslocadas das relações de produção eram os assaltos a banco, os quais, por sua vez, mais cedo ou mais tarde expunham a organização, na medida em que muitas dessas ações foram mal sucedidas e militantes foram presos.

No Paraná, o bancário e estudante de Direito José dos Reis Garcia foi preso no dia 14 de abril de 1969, acusado de tentar organizar um assalto à agência do Banco do Brasil de Telêmaco Borba. Quem denunciou Garcia foi Luiz Carlos Pagnozzi, padrinho de uma das filhas de Garcia. Essa ação fazia parte de um plano articulado juntamente com o grupo ligado ao major Joaquim Pires Cerveira e seria financiada com dinheiro proveniente de um esquema de desvio de uma agência do Leblon, no Rio, através de Jorge Medeiros do Valle (o “bom burguês”). Garcia, preso por exatos quatro anos (sairá da prisão no dia 14

de abril de 1973), irá denunciar como seus torturadores o então capitão Fernando José Vasconcelos Kruger, o sargento Bruno Goerisch e o escrivão José Guttemberg da Cruz.

Mauro Goulart foi testemunha das torturas sofridas por Garcia e outros presos políticos

José dos Reis Garcia era funcionário do Banco do Brasil e foi torturado sob a acusação de planejar um assalto a banco. Ele tinha úlcera gástrica, ia para as sessões de tortura e voltava arrebatado, com equimoses por todo o corpo, vomitando sangue. Apesar disso, ele não entregou ninguém e suportou tudo sozinho. [...] O sargento Albery não tinha mais impressões digitais. Usaram maçarico para queimar os seus dedos, colocaram a sua mão dentro de uma lata e espremeram em um torno. Ele ficou bastante mutilado. (HELLER, 1988, p. 308)

Preso na cidade de Blumenau, para onde foi transferido, Garcia continuou sua atividade como dirigente do PCBR dentro da prisão. Com o tempo, adquiriu a confiança de um de seus carcereiros e, à noite, uma vez por semana, saía da prisão na madrugada, pegava carona no carro do malote dos Correios – um dos motoristas era ligado a Garcia – e dirigia-se a Curitiba, onde fazia reuniões com uma célula de militantes. Retornava antes do amanhecer. Quando a guarda trocava, já estava em sua cela.

Não está claro até que ponto essa foi uma iniciativa local ou determinada pela direção nacional, na medida em que, nessa época, já havia indícios de deslocamentos temporários de dirigentes nacionais para o Paraná (Apolônio de Carvalho e Salatiel Teixeira Rolim), além do deslocamento, em junho ou julho de 1969, de Elinor Britto (Saul ou Rocha, RJ); Seledino Nunes de Oliveira (Zé Maria), Henrique Roberti Sobrinho (MG) e, mais adiante, de Alberto Vinicius de Mello Nascimento (Xanha, PE), para assumir funções dirigentes na organização. Segundo Garcia, com sua prisão, é Elinor quem irá assumir as funções de dirigente do PCBR no Paraná.

O deslocamento de pessoas para essa região estava vinculado à tentativa de construir bases rurais para desen-

cadear uma guerrilha a partir do campo. O PCBR avaliava que a guerrilha rural deveria ser a base da revolução no Brasil. Não desconsiderava a importância de ações vinculadas à luta de massas, fossem elas legais ou ilegais, como também não ignorava a importância da ação militar nas áreas urbanas.

No entanto, em função das dimensões continentais do País e das imensas desigualdades regionais, acreditavam que somente uma luta de guerrilhas no campo, de longa duração, é que poderia ser vitoriosa. Defendiam a concepção denominada “guerra popular prolongada”, próxima às concepções chinesas de revolução, embora ressaltassem a importância do papel do movimento de massas na zona urbana. Essa concepção era sintetizada na expressão “cerco da cidade pelo campo”.

Visando a criar as condições para a luta armada rural, outras iniciativas foram tomadas ainda em fins de novembro de 1969<sup>55</sup>. Em Sergipe, foi organizado um treinamento militar em uma área rural emprestada<sup>56</sup>. Seus responsáveis foram Getúlio de Oliveira Cabral (que havia feito treinamento em Cuba), Maurício Anízio de Araújo (Aroeira) e Bruno Maranhão. Segundo Bruno relatou em entrevista ao autor, o primeiro problema é que o Comitê Central não mandou a quantia que havia sido acertada, o que levou Theodomiro Romeiro dos Santos, então seminarista, a expropriar o dinheiro da Igreja em que atuava, para ajudar a financiar a atividade. O dinheiro não foi mandado porque estava imobilizado, em função do investimento que a direção do PCBR havia feito na compra de apartamentos, como veremos mais adiante.

---

<sup>55</sup> Também houve um treinamento militar em Angra dos Reis, na Ilha das Cabras. Participaram Paulo Sérgio Granada Paranhos; Álvaro Caldas, Sônia Hinds de Oliveira; Raul de Carvalho; Bruno Dauster Magalhães e Silva; Antônio Prestes de Paula (instrutor); Adair Gonçalves Reis; Sílvio Renan Ulisséas de Medeiros; Loka (residente em Cabo Frio); Fernando (João) e La Salle (não identificamos os três últimos). Também não conseguimos identificar a data. Dalva Bonet, militante no Rio, lembrou de treinamento na Praia do Peró, no final de 1968 ou início de 1969.

<sup>56</sup> Segundo Juliano Homem de Siqueira, em entrevista ao autor, o treinamento foi em uma fazenda de um ex-deputado que era aliado do PCBR e da esquerda.

A solução foi buscar ajuda financeira junto a simpaticizantes ligados à classe média e reduzir os custos previstos. Esse processo envolveu aproximadamente 25 pessoas, na quase totalidade, camponeses, e o dinheiro arrecadado foi gasto basicamente em gasolina, munição, farinha, charque e arroz, sendo que o leite vinha da própria fazenda onde foi feito o treinamento.

Durante o treinamento, surgiu outro problema. Já ao final, no quinto dia, um dos militantes, um camponês, teve um “surto”. Dizia que queriam matá-lo e fugiu mata adentro. Ainda tentaram cercar a mata durante a noite, mas não conseguiram detê-lo. Nessa mesma madrugada, cortaram todas as árvores que tinham buracos de bala, enterraram o armamento e apagaram todos os vestígios do treinamento. Estava desmobilizada a ação de treinamento militar. Embora o contratempo, já havia sido realizado o treinamento de marcha, tiro e tática de guerrilha.

Nesse mesmo período, um militante do PCBR foi enviado ao interior de Goiás para fazer um levantamento de fazendas que estivessem à venda. Como os órgãos de informação já estavam atentos a movimentações nessa região, ele foi preso pelo delegado de um município do interior de Goiás. O codinome do militante era Zé Pedrinho<sup>57</sup>, nordestino de origem e camponês do Rio de Janeiro, morador da Baixada Fluminense. Ele tinha se apresentado como fazendeiro em busca de terras e, ao final, fez um acordo com o delegado. Como já era tarde e apenas no outro dia de manhã o delegado poderia obter informações sobre a identidade de Zé Pedrinho, o agente ficou com os documentos do militante. Zé Pedrinho disse que dormiria no único hotel da cidade, já que não existia nenhuma acusação contra ele e não poderia fugir, pois a linha de ônibus que passava pela cidade sairia depois do almoço do dia seguinte. Enquanto isso, esperariam a resposta da busca de informações. Com receio de que efetivamente poderia ser um fazendeiro, o delegado o deixou

---

<sup>57</sup> Não foi possível identificar o nome oficial de Zé Pedrinho, na medida em que a pessoa que teve contato direto com ele, Bruno Maranhão, não lembrava. Outros ex-integrantes do PCBR também não tinham informações.

dormir no hotel. Durante a madrugada, Zé Pedrinho fugiu pela janela e ficou andando por quatro dias na mata, até encontrar condições de deslocamento para outras regiões. De acordo com informações que Bruno Maranhão obteve posteriormente em contato com Zé Pedrinho, ele chegou até mesmo a beber a própria urina para poder sobreviver.

No início de maio de 1969, o Comitê Regional de Pernambuco deslocou militantes para João Pessoa a fim de organizar uma expropriação – termo utilizado na época para assaltos a bancos, embora também houvesse expropriações de empresas. A instituição escolhida foi o Banco da Lavoura de Minas Gerais, no qual dois funcionários foram rendidos e foi expropriada uma valise com depósitos da Companhia Souza Cruz<sup>58</sup>. Luciano Almeida (comandante), Grivaldo Tenorio, Carlos Alberto Soares e Airton (Clovis) participaram dessa ação. Posteriormente, o dinheiro<sup>59</sup> foi levado de carro para Recife por dois militantes<sup>60</sup>.

Outro tipo de ação utilizada de forma frequente era a de propaganda política. A intenção poderia tanto ser a de divulgar o pensamento revolucionário, quanto desmoralizar o inimigo.

No início de setembro de 1969, em função do sequestro do embaixador Charles Elbrick por parte do MR-8 e da ALN, o PCBR, tentando disputar bases políticas, sentiu a obrigação de organizar algum tipo de ação. Resolveram destruir o palanque montado em Recife para as festividades do dia 7 de setembro. A ação ocorreu na madrugada do dia 6 para o dia 7. O palanque estava situado na principal avenida de Recife, Conde da Boa Vista. A intenção era que, quando as autoridades chegassem de manhã para as festividades, só encontrassem os destroços do palanque.

---

<sup>58</sup> Esta ação ocorreu dia 5 de maio de 1969 e foi a primeira expropriação ocorrida no Nordeste.

<sup>59</sup> O dinheiro expropriado na época foi 56 mil cruzeiros, o equivalente a 448 mil reais, tendo como referência julho de 2019 (MELLO, p. 167).

<sup>60</sup> Não colocamos os nomes dos militantes envolvidos, na medida em que essa informação até hoje não se tornou pública. Também não tivemos a oportunidade de consultar os envolvidos, solicitando autorização para publicar.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho foi encarregado de transportar a dinamite, conseguida através de contatos com a ALN, de Fortaleza até Recife. O curioso é que o avião em que chegou Francisco de Assis, com a dinamite, aterrissou no aeroporto de Recife exatamente no momento em que Gregório Bezerra estava sendo deslocado para o avião que vinha do Rio de Janeiro com os exilados que tinham sido trocados pelo embaixador. O aeroporto estava tomado pelo exército e, nessas condições, Francisco desceu com duas malas de dinamite e um revólver junto à cintura, que apenas serviria para chamar a atenção, sem nenhuma possibilidade de utilizá-lo como defesa naquelas circunstâncias. Talvez porque ninguém pudesse supor que algo parecido estava acontecendo, Francisco de Assis pôde desembarcar e passar pelo sistema de segurança do aeroporto sem ser revistado.

Dessa ação participaram diretamente Carlos Alberto Soares (motorista), Luciano Siqueira e Rholine Sonde Cavalcante Lima. Segundo os relatos de Luciano Siqueira, quase houve um desastre similar à tentativa de explosão da bomba no Riocentro alguns anos mais tarde. Utilizaram um automóvel Volkswagen que ia atrás de um ônibus, para não chamar a atenção. Quando chegassem ao local, ultrapassariam o ônibus, para poder fugir em grande velocidade, ao mesmo tempo em que atirariam as bananas de dinamite no tablado, onde ficava o palanque oficial. O problema é que nenhum militante tinha experiência com dinamites. Não sabiam que o rastilho de pólvora queimava tão rapidamente. Por muito pouco, a dinamite não explodiu dentro do carro. Mesmo assim, conseguiram acertar o alvo com a dinamite e fugir do local. Conforme lembranças de Luciano,

Meu objetivo era acender as massarocas de dinamite, estava no banco de trás. Carlos Alberto dirigia e Rholine na frente. Minha função era acender a primeira, passar para ele arremessar e escapar. Meu irmão, eu não sabia que o estopim quando aceso não fica parado, ele fica doído. Eu podia ter sofrido o mesmo fim daquele sargento lá no Riocentro [...] Acendi com o cigarro que era a forma mais fácil de acender o estopim, então acendi a primeira massaroca, ele jogou e imediatamente acendi a segunda.

Jogamos alguns panfletos, o nosso objetivo era dar publicidade à ação, mas quem tomou conhecimento do panfleto foi a repressão, porque era meia noite e não circulava ninguém pelas ruas. (ENTREVISTA DE LUCIANO SIQUEIRA AO AUTOR, 2004)

No outro dia, Francisco de Assis resolveu visitar sua avó, que morava em frente ao local do palanque. Pensando que tinha sido feito um grande estrago, ficou sabendo por ela que apenas tinham lançado, na noite anterior, uns “peidos de sogra”, expressão utilizada para designar bombinhas, buscapé, etc. Como a dinamite tinha sido jogada de cima para baixo, apenas fez um rombo no tablado e, no outro dia de manhã, colocaram um pedaço de madeira por cima e realizaram a solenidade prevista, sem nenhum tipo de contratempo. Luciano também passou pelo local e viu o desfile sendo realizado normalmente. Naquela manhã, Luciano e Francisco de Assis, juntamente com inúmeros outros militantes da organização, teriam uma reunião com Mário Alves, que estava em Recife.

Preocupado com o problema das quedas originárias das tentativas de assaltos não só do PCBR como também de outras organizações, um bancário do Rio de Janeiro, Jorge Medeiros do Valle, descobriu uma forma de criar uma fraude fiscal na agência do Banco do Brasil no Leblon, em que trabalhava, e começou a desviar grandes quantias de dinheiro para o PCBR e o MR-8. Até esse momento, o PCBR havia feito poucas tentativas de assaltos a banco e, com o dinheiro advindo do chamado “bom burguês”<sup>61</sup>, não haveria tanta necessidade de expor a organização. Jorge Medeiros (“bom burguês”) não era ligado a nenhuma organização em particular, mas estava disposto a ajudar aquelas com que tinha algum tipo de contato, para que elas não fossem identificadas e destruídas pelos órgãos de repressão.

---

<sup>61</sup> Segundo depoimentos, foram repassados 286 mil cruzeiros novos para o PCBR. Desse dinheiro, mais 65 mil, compraram cinco apartamentos na Avenida Gomes Freire no Rio de Janeiro, dois Volkswagens e foram repassados 22 mil para constituir uma sociedade na gráfica São João de Meriti, entre outros investimentos.

Apolônio, que teve contato direto com Jorge Medeiros do Vale, referiu-se a ele de forma positiva:

Além de corresponder à necessidade de fortalecer a organização, antes de expô-la abertamente à repressão, facilitam-nos os preparativos e as doações de Jorge Medeiros do Vale, combatente sincero e injustamente esquecido no seio da esquerda. Nos corredores do sistema financeiro, ele realiza operações que irão prover de fundos certas organizações de esquerda. O PCBR é um de seus beneficiários. Preso, Jorge Medeiros guardaria dignidade e coragem diante de seus torturadores. (CARVALHO, 1997, p. 202)

Jorge Medeiros estabeleceu contato com Apolônio de Carvalho e Salatiel Teixeira Rolim, que passaram a ser o contato direto com o PCBR. Do dinheiro arrecadado, parte destinava-se a organizar a luta armada no Paraná, onde terras foram compradas e para onde militantes seriam deslocados. Além disso, o PCBR faz um acordo com um grupo político do Rio Grande do Sul, liderado pelo Major Cerveira. Além dessa parte do dinheiro, que se destinava à organização de uma base militar no Paraná, um pouco foi gasto na manutenção da estrutura (militantes, aparelhos, deslocamentos).

Essa é uma das críticas presentes em mais de um depoimento a Apolônio, eis que ele foi o responsável, na época, por tais aquisições. Isso gerou um problema de liquidez, na medida em que a venda de apartamentos era sempre algo demorado e a dinâmica da luta armada e da própria sobrevivência da organização dependia muitas vezes de um retorno financeiro rápido. O próprio treinamento em Sergipe teve problemas, em decorrência dessa questão.

Da parte de Jorge do Valle, existe uma afirmação de que, além do dinheiro investido nas organizações, houve investimentos em financeiras, hospitais e empresas. As empresas e financeiras, segundo Jorge, continuaram existindo mesmo após a dissolução do PCBR e até mesmo posteriormente ao período da ditadura civil-militar. No entanto, como tinha sido feito um acordo com empresários da época, enquanto durou a guerrilha

no Brasil, eles o cumpriram (Jorge teria “injetado” recursos nos respectivos empreendimentos).

Depois das prisões, essas pessoas continuaram com os empreendimentos e até hoje não vieram à tona os nomes dos envolvidos. Quanto aos investimentos feitos pelo PCBR, no que se refere à compra de terras no Paraná, ninguém ficou sabendo com quem ficaram, após as quedas. Apenas sabemos que se localizam no município de Colombo (PR), pois Vitório Sotoriuk, em entrevista concedida ao autor, relatou que em determinado momento levou Elinor Brito à região, a pedido deste, para ver se conseguiria identificar o local, mas que não foi possível localizar as propriedades, em função das enormes transformações ocorridas daquela época até hoje, nem mesmo saber qual foi o resultado legal desse processo de apropriação das terras.

Do dinheiro desviado por Jorge Medeiros, apenas uma parte ia para o PCBR. Depois de algum tempo, o dinheiro começou a ser entregue, e em maiores quantias, ao MR-8, sendo que parte, que ficou com o próprio Jorge, foi transformada em dólares e enviada à Suíça. Outra parte, o próprio Jorge resolveu aplicar em investimentos no Brasil.

Mais tarde Jorge Medeiros denunciou um esquema de corrupção que envolvia militares de alta patente na apropriação desse dinheiro. Quando ele foi preso, existia em seu apartamento mais de 700 mil dólares em pacotes que iriam ser distribuídos para algumas organizações. Desse dinheiro, apareceram apenas 300 mil no inquérito. Em relação ao dinheiro da Suíça, ele fez um acordo com os órgãos de repressão. Oficiais da Marinha foram mandados à Suíça<sup>62</sup>, acompanhados de seu cunhado, e entregaram para sua mulher, que já morava lá, um bilhete em que Jorge autorizava a entrega do dinheiro. Apenas uma parte do montante entregue apareceu. Inclusive, o Banco

---

<sup>62</sup> O dinheiro foi devolvido a 3 oficiais da Marinha, nomeados pelo Almirante Augusto Hamman Rademaker Grunewald (então Ministro da Marinha). A entrega desse valor foi feita no quarto nº 11 do Hotel Quisiana, em Zurique na Suíça. Os detalhes dessa operação foram publicados na matéria *A Repressão Acusada*, de Clóvis Rossi, na Revista Isto É de 07/03/1979, p. 30-36. Já as informações sobre o derrame de Costa e Silva estão nas páginas 40 e 41 da mesma revista.

do Brasil não acompanhou a entrega do dinheiro (que pertenceria ao banco). Jorge denunciou ainda um esquema de lavagem de dinheiro do qual ele teria sido convidado a participar e que envolveria Iolanda Costa e Silva, esposa do presidente da República. Com a prisão de Jorge Medeiros do Vale, nos interrogatórios feitos na Marinha<sup>63</sup> a preocupação maior por parte dos interrogadores era quanto ao envolvimento de Iolanda Costa e Silva. Poucos dias depois, Arthur da Costa e Silva teve um derrame e ficou incapacitado.

Embora um pouco extenso, é importante revermos o depoimento de Jorge Medeiros do Valle no inquérito policial, quando de sua prisão. A partir de alguns fatos relatados por ele, podemos compreender melhor duas situações que foram importantes em desdobramentos posteriores: o papel de Salatiel Teixeira Rolim na arrecadação do dinheiro – que, mais tarde, levará a seu justicamento por membros do próprio PCBR – e a estruturação de uma aliança militar no Sul do País com o coronel Cerveira.

Em seu depoimento à polícia, Jorge Medeiros declarou:

Há algum tempo tivera a idia de fazer o levantamento de uma grande soma de dinheiro para aplicação no processo revolucionário de esquerda no Brasil; que pôs em prática, em meados de 1968, essa ideia, fazendo desvio de dinheiro através da Agência do Banco do Brasil, em Leblon, local em que trabalhava; que desviara cerca de cinco bilhões de cruzeiros velhos, trocados por dólar e os depositara em Bancos da Suíça; que pretendia com tal importância financiar os movimentos Revolucionários do Brasil; que transferira sua família para a França a fim de poder participar mais ativamente no movimento Revolucionário; que entregara a importância de cem mil dólares aproximadamente a Roberto Las Casas – ex-professor da Universidade de Brasília exilado na França por problema político – que era seu amigo, para que providenciasse manutenção de sua família; que fôra apresentado a um certo Roberto (Salatiel Teixeira Rolim) do Partido

---

<sup>63</sup> Praticamente todos os interrogatórios realizados em organismos das forças armadas nunca vieram a público.

Comunista Brasileiro Revolucionário, por intermédio de seu amigo, digo, amigo do depoente, Rodrigo José Faria Lima; que a apresentação fôra feita na Churrascaria “Las Brasas”, durante um jantar; que Roberto fôra apresentado ao depoente como sendo um dos responsáveis pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; que mais tarde em encontros com Roberto, Apolônio de Carvalho e Mário Alves, sentiu, o depoente, que Roberto realmente deveria ser elemento da cúpula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; que no encontro da Churrascaria, supracitado, ficara assentado que o depoente ajudaria ao PCBR na formação de uma estrutura para a revolução, ajuda essa sob o aspecto financeiro; que houvera uma série de “contatos”/ que Roberto recebia dinheiro do depoente para o PCBR; que nesse ínterim houvera uma reunião da qual participaram um tal de Botelho, representante do Movimento 26 de Março, no Sul, Cerveira, major do Exército Brasileiro, cassado -, Roberto e Apolônio de Carvalho, do PCBR, e o depoente; que Botelho e Cerveira seriam da mesma “organização”, um atuando no Sul e o outro em Curitiba – respectivamente; que nessa reunião tratou-se da formação de uma “FRENTE”, que Botelho carecia de dinheiro para manutenção de seu pessoal e compra de armas nos países vizinhos do Sul; que o depoente fornecera a Botelho uma lista de agências do Banco do Brasil, com os respectivos numerários em caixa; que no dia seguinte ao da reunião supracitada, se encontrara com Cerveira o qual lhe expusera pretensões de montagem de uma emissora de rádio e aquisição de armas no Paraguai; que a rádio emissora seria montada em Curitiba e transportada para o Rio de Janeiro; que fornecera, então, a Cerveira, cerca de vinte mil cruzeiros novos; que Cerveira e Botelho não deram mais notícias; que permanecera em “contato” com Roberto apenas; que num segundo “contato” com Botelho, um mês depois, o mesmo trouxera uma declaração da “FRENTE” ao povo brasileiro; que nesse reunião Botelho apresentara o fato de que Jeferson Cardin de Alencar já havia chegado e estava com problemas para escondê-lo; que, então, propusera a Roberto a vinda de Jeferson para o Rio, tendo combinado que Roberto arranjaria um “aparelho” e avisaria para onde deveria trazer Jeferson; que nessa ocasião o depoente dera a importância de vinte

mil cruzeiros novos a Botelho e – este fato se passara já em princípios de mil novecentos e sessenta e nove: que o depoente continuara a fazer “contatos” com Roberto, bem como fornecia dinheiro para o PCBR e para a estruturação da já aludida “FRENTE”; que nessa ocasião Roberto lhe falara de uma ação a ser realizada em Curitiba, e demonstrara que seria contra uma das agências da lista fornecida pelo depoente; que essa ação não fôra concretizada; que Roberto lhe dissera ter caído um elemento numa agência do interior ou em Curitiba, que pusera o plano a perder: [possivelmente tenha sido a queda de José dos Reis Garcia] que Roberto lhe pedira para levar dois elementos a Curitiba para a ação à agência, a qual não se realizou; que diante disso o depoente começara a sentir a fragilidade da Estrutura armada de Curitiba por Cerveira e Roberto; que posteriormente Cerveira viera para o Rio e o depoente não sabe se o mesmo voltara a ter “contatos” em Curitiba; que Roberto demonstrara muita satisfação pelo fato de Cerveira ter saído de Curitiba; que em “contatos” posteriores com Cerveira realizados em Ipanema fôra tratado do problema da obtenção de dinamite, que Roberto precisava para o PCBR; que por ocasião da vinda ao Brasil de Nelson Rockefeller, o depoente pensou em obter carga explosiva; que o depoente achava que era necessário, por ocasião dessa visita, da realização de um grande feito, como, por exemplo, a destruição do prédio da Stander por meio de explosivo, que Cerveira prometera arranjar para o depoente, cargas de dinamite, mas não conseguira; que depois de algum tempo Cerveira acabara conseguindo cinco quilos de dinamite que foram entregues a Roberto, o qual já possuía o lugar para guardar e o técnico para manipular o referido explosivo; [possivelmente referia-se a Sérgio, seu filho] que houvera uma tentativa de conseguir dinamite através da “organização” de Reinaldo (Gabriel)”. (DEPOIMENTO DE JORGE MEDEIROS DO VALLE À POLÍCIA, 1968, grifos no original)

A parte que se segue do depoimento refere-se basicamente às articulações com o MR-8, que seria a “organização de Gabriel”. Jorge volta a mencionar o PCBR em

quatro momentos<sup>64</sup>: quando fala de seu motorista particular, que tinha sido apresentado por Roberto e era uma pessoa foragida de Minas Gerais<sup>65</sup>, a qual estava sob os cuidados do PCBR; quando cita o plano do MR-8 de executar uma operação de fuga de presos políticos da Ilha das Flores, pois Roberto (Salatiel) ficou de procurar, entre os militantes do PCBR, bons nadadores para tal ação; quando se refere a diversos tipos de armas que o MR-8 adquiriu através de Roberto; e quando fala do dinheiro enviado ao PCBR. Segundo ele, “começara a fornecer dinheiro ao PCBR desde aproximadamente agosto de 1968; que o total que o depoente fornecera ao PCBR, através de Roberto, fôra de quinhentos ou seiscentos mil cruzeiros novos”.

Outro depoimento importante para entendermos o contexto é o de Sérgio Teixeira Rolim, filho de Salatiel, que tinha retornado recentemente de um treinamento em Cuba<sup>66</sup> e, posteriormente, foi preso e torturado de forma violenta, o que irá explicar o comportamento de Salatiel frente ao PCBR. Embora a extensão, entendemos que, devido a sua relevância, a citação deve estar no corpo do trabalho, e não em anexo:

Foi treinar em Cuba através do Movimento Popular de Libertação (MLP – articulação de Arraes). Foi com Getúlio Cabral (Camilo) e “Pedro” (estudante de História em Minas Gerais) Ex-Polop. Em maio de 69 termina curso de

---

<sup>64</sup> No livro *A Revolução Impossível*, de Luis Mir, há um depoimento diferente deste que Jorge deu à polícia. Segundo ele, três grandes ações estavam sendo planejadas naquele momento. Uma é a que aparece no depoimento anterior, que seria o resgate de presos na Ilha das Flores. As outras duas seriam o sequestro de Delfim Neto (ministro da Fazenda na época), para que ele confessasse os esquemas de corrupção do regime, para com isso desmoralizá-los, e a terceira operação seria o assalto ao cofre do Banco Central em Brasília. É possível que esse desencontro de versões tenha relação com a busca de despiste da repressão das atividades que realmente estavam sendo articuladas (MIR, 1994, p. 401-403).

<sup>65</sup> O nome que mais se identifica com essa característica é Henrique Roberto Sobrinho, único militante do PCBR identificado como originário de Minas Gerais e que esteve no Paraná, onde estavam sendo feitas as articulações com o grupo de Cerveira.

<sup>66</sup> Sérgio Teixeira Rolim e Getúlio de Oliveira Cabral foram a Cuba fazer treinamento militar em 28 de junho de 1968 e retornaram dia 11 de maio de 1969. Tanto a ida quanto a volta foram realizadas com diversas escalas em outros países, para despistar a repressão.

guerrilha. Chegou ao Brasil com Getúlio dia 11 de maio de 1969. Ao chegarem foram para a residência de Milton Caldeira. Salatiel os visita e fala dos desdobramentos da Dissidência. Mais tarde reúne-se com: Salatiel, Silvestre, André, Antônio e Aloísio – balanço sobre o não acontecimento das ações previstas para a vinda do Rockfeller (explosões na sede da OEA). Assistência política de Silvestre. Salatiel, contestando Silvestre, disse que a não explosão foi fruto do fato de Sérgio não ter conseguido os explosivos; da falta de pessoal preparado e falta de viaturas. Sérgio argumenta que a falta de explosivos é fruto do não cumprimento da promessa de Jorge (Wagner). Após, depois de ler documento do PCBR, Salathiel marcou um ponto entre Sérgio e “Lima”. Foi levado a um apartamento (com os olhos baixos) onde estavam: “Lima” [Apolônio]; “Aloísio”; “Paulo”; “Artur” [Getúlio Cabral] e “Antônio”. Definiu-se que Sérgio ficaria em contato com Antônio. “André” marca uma reunião com Sérgio após a reunião, onde “Cristina” [possivelmente Nancy Mangabeira] é apresentada como a pessoa que iria morar com ele em um aparelho. Neste ínterim, é apresentado a “Wagner” [Jorge Medeiros do Valle], por “Aloísio”, já que este seria um bom contato e esta seria uma das missões de Sérgio (acompanhar Wagner). Wagner falou que esperava um carregamento de explosivos e tinha a idéia de explodir o prédio da Standard (com a vinda do Rockfeller). Em outro contato, conhece “Paulo”, motorista de Wagner. Como Wagner viajaria, apresentou “Rodrigo” como o contato e a pessoa que informaria a chegada dos explosivos. Rodrigo informa que chegou e apresenta “Joaquim” Cerveira. Joaquim entrega parte do material para Salatiel, prometendo mais 100 quilos de dinamite. Rodrigo convidou Sérgio para montar um dispositivo de segurança para a chegada de “Wagner”. Encontrou-se com Rodrigo e Claudio indo para a casa de “Wagner”, antes encontrando-se com Nely, cunhada de Jorge, conhecendo também “Raimundo” (Herberto). Paulo lhe mostrou o levantamento do aeroporto (trazido por André). É apresentado a Regina e mais tarde a “Sérgio” e “Ivan”, para ensiná-los a manejar com explosivos. Foi à casa de “Sérgio” onde encontrou apenas “Rodrigo”. À noite, com Claudio foi encontrar-se com “Sérgio”. Posteriormente reuniram-se com “Ivan”, Paulo e “Regina” no aptº de Rodrigo José Faria Lima,

combinando a segurança da chegada do Jorge. Após a chegada deste, reuniu-se com Rodrigo, Jorge e Paulo. Jorge pediu um ponto com Salatiel. O encontro ficou marcado através de “Antônio”. Lá estavam Paulo, Rodrigo, Salatiel e “Wagner”. Marcara uma reunião de estudo. Rodrigo veio com a esposa e um casal (o motorista era Renato Mascarenhas). Deveriam comparecer também “Wagner”, “Sérgio” e Paulo; não comparecendo, Rodrigo desculpa-se com Renato Mascarenhas e pede carona (para Rodrigo, Denise e Sérgio) até Copacabana, onde Denise separa-se deles e os segue até um aptº. Lá fica sabendo que a reunião acontecerá durante todo o fim de semana e que moças viriam para dar cobertura. Alguns dias antes da chegada de Rockefeller, encontrou-se com Antonio que passou a ser seu contato, passando dinheiro e documentos. Alguns dias após, entregou os documentos intactos a Salatiel e reclamou da falta de cuidados de segurança do Antônio. Os encontros para procurar uma casa foram com “Cristina”, que seria sua companheira no aparelho. Última vez que viu Cristina foi uma sexta feira, antes de ser preso (ao cobrir um ponto que Antônio não foi, e compareceram André e Cristina). Antes de ir a Cuba teve contato com “Lima” e “Arthur”. (DEPOIMENTO DE SÉRGIO TEIXEIRA ROLIM À POLÍCIA EM 28 DE AGOSTO DE 1969)

A partir desses dois depoimentos, pode-se chegar a algumas conclusões, que posteriormente serão confrontadas com outras informações. É inegável que Salatiel era a ponte entre o PCBR e Jorge Medeiros do Valle. Também fica evidente que no segundo semestre do ano de 1968 e início de 1969 Salatiel é quem fazia a “ponte” com o major Cerveira e com o grupo 26 de Março, com o objetivo de construir uma base militar para a guerrilha no Paraná. Não está claro qual o grau de autonomia da ação de Salatiel nessas questões. Percebe-se, pelos dois depoimentos, principalmente ao final de ambos, o envolvimento com pessoas ligadas ao MR-8, notadamente a busca de ações conjuntas (explosão da OEA; fuga na Ilha das Flores, etc).

Para Apolônio, as ações nas quais Salatiel estava envolvido eram individuais, e isso explica em parte os recursos

que nunca chegaram ao PCBR e que, na avaliação de Apolônio, foram para outros grupos políticos mais afinados, no momento, com a luta armada. Referindo-se a ele, afirma que:

Quando eu vou ao Paraná três meses depois, eu vou ao Paraná por ligação com o partido, discutir, tudo mais e tal. Ele já não está lá. Eu encontro Elinor, encontro outros elementos, agora, ele já está procurando ligações com outros grupos que querem a guerrilha de imediato e que tem armas também, ou procuram armas. Eu tenho a impressão que uma parte desse dinheiro que ele recebeu não foi pela questão pessoal não, foi para a compra de fazendas, e parte foi para a compra de armas com esses grupos ou ajuda a esses grupos para se manterem e se prepararem para uma ação, uma ação conjunta. Eu acho que ele estava no quadro da preparação. Não faço a mínima ideia negativa ou pejorativa da ausência dele, somente constato essa ausência, como ela pesava sobre nós. Então, quando eu vou lá, vou visitar uma das fazendas, vou a uma conferência em uma destas fazendas, está o Elinor com outros companheiros, mas ele não está lá, já estaria em outros lugares e depois antes de ser preso, ele estaria na Baixada, onde seria preso, mas em contato com grupos armados, que se preparavam também para preparar novas ações e etc. É que ele era um partidário da ação guerrilheira imediata. Não sem razão ele insistiu para que o filho fosse a Cuba para se preparar militarmente. É claro para você essa explicação da maneira como eu via a ausência do Salatiel e o problema também do deslocamento do dinheiro, que sem vir para a Direção Nacional nos seus devidos limites, estava seguramente sendo levada para medidas e iniciativas voltadas para uma guerrilha rural, ou uma ação imediata mais positiva. (ENTREVISTA DE APOLÔNIO, janeiro de 2003)

O desmonte da estrutura, com a queda de Jorge do Valle, trará grandes prejuízos às ações que estavam sendo planejadas. O dia 7 de julho de 1969 marca a volta da última viagem que Jorge Medeiros fez à Europa. Foi preso em 12 de julho do mesmo ano, e seu depoimento à polícia é do dia 18 do mesmo mês. Não sabemos se, em função da queda de Jorge do Valle ou não, o fato

é que Sérgio Teixeira Rolim, filho de Salatiel, será preso, possivelmente em agosto, pois seu depoimento é de 28 de agosto de 1969. Como, na época, seu envolvimento maior estava sendo com o MR-8, é barbaramente torturado em busca de informações que ele não tinha, ou tinha muito pouco, pois não fazia parte da estrutura orgânica do MR-8. Segundo Juliano Siqueira, Sérgio tinha sido “emprestado” a essa organização para agir como instrutor militar, devido a seu preparo em Cuba<sup>67</sup>. Em função do “empréstimo” ou de uma possível aproximação política com o MR-8, o fato é que as informações que ele tinha sobre essa organização eram poucas, o que fez com que fosse intensificada a tortura sobre ele.

Ainda segundo Juliano, o pai de Sérgio, Salatiel, procurou Mário Alves e pediu que o PCBR fizesse algum tipo de sequestro para libertar o filho. Mário Alves disse que, nas condições da época, o PCBR não teria estrutura para organizar um tipo de atividade dessa natureza. Salatiel, então, foi procurar Marighella, conforme descrição de Juliano:

Aí o Salatiel disse: Eu vou procurar o Marighella, e o Mário disse: Você tem toda razão, procura resolver o problema do Sérgio. Tanto que, quando houve o sequestro do embaixador americano [setembro de 1969], eu estava com Mário Alves, e a única preocupação do Mário, quando a lista estava sendo anunciada...[...] vamos prestar atenção aqui se sai o nome de um camarada nosso, o Sérgio Rolim.[...], o Mário se sentia assim muito responsável, pois o Mário tinha ido há pouco tempo a Cuba, e tinha conseguido abrir uma linha de ida de camaradas nossos para fazer cursos. Então, os dois primeiros que foram foi o Getúlio Oliveira Cabral e o Sérgio Rolim. O MR-8 nos pediu

---

<sup>67</sup> É difícil identificarmos até que ponto era um “empréstimo” ao MR-8 ou já era consequência do afastamento de Salatiel das atividades vinculadas ao PCBR. Nos depoimentos de Sérgio e de Jorge Medeiros do Valle, é possível percebermos uma atenção especial às ações que estavam sendo planejadas conjuntamente com o grupo 26 de Março do Rio Grande do Sul e MR-8 (a Frente que estavam tentando construir). Mais adiante, veremos que Paulo Arthur, um dos dirigentes do 26 de Março era, ou se tornou, informante da polícia. Essa acusação aparece em diversos depoimentos e livros, como veremos ao final.

o Sérgio emprestado para ministrar uns cursos pra eles, [...]. Caiu o MR-8 e ele caiu no meio do MR-8... E porque não sabia nada do MR-8, e os caras perguntavam as coisas, ele apanhou mais do que quase todo o mundo (ENTREVISTA DE JULIANO SIQUEIRA, 2004, grifos no original).

Com a saída de Salatiel (para a qual existem duas versões), o PCBR deveria seguir as normas de segurança e desativar alguns pontos conhecidos por ele. Seja na versão de que Salatiel se desligou do PCBR, seja na de Apolônio, de que Salatiel simplesmente deixou de ir às reuniões da direção, o fato concreto é que ele não estava mais ligado ao PCBR.

Segundo Apolônio de Carvalho, não foi solicitado o desligamento de Salatiel da direção em função de problemas políticos.

Nós tínhamos na Comissão Executiva do PCBR, uma situação de paridade, de empate. Éramos 10 a 10. Pela ida imediata à guerrilha rural no nordeste e 10 pelo recuo relativo na luta armada no Rio, [...]. Essa era a situação. Por isso mesmo, como nós estávamos na base de um empate, eu não quis fazer qualquer proposta de desligamento, de exclusão de Salatiel nesse momento, porque eu quebraria a situação de equilíbrio no interior de nossa comissão executiva, no interior da Direção, a favor da faixa que eu representava, então eu silencieei, o que era profundamente errado, mas achei que num outro sentido era ético, [...]. Mas agora, ao momento dado, quando ficou clara a ausência de quaisquer notícias de Salatiel, Mário Alves, ele mesmo propôs a exclusão de Salatiel do Comitê Central e do PCBR. Veio, portanto, de Mário Alves a proposta da sua saída. (ENTREVISTA APOLÔNIO DE CARVALHO AO AUTOR, janeiro de 2003)

Nesse momento, existia um forte debate dentro do Comitê Central sobre a conjuntura política e a validade das ações armadas. Jacob Gorender, a partir de um estudo sobre a economia brasileira, já identificava um crescimento econômico e avaliava que a classe média brasileira não se iria envolver na luta contra o regime em função desse fator. Junto a Gorender,

Apolônio de Carvalho, Marcelo Mello e outros defendiam a mesma posição. Em São Paulo, estado onde Gorender era o principal dirigente, não houve nenhuma ação militar do PCBR. De outro lado, Mário Alves, Salatiel Rolim, Bruno Maranhão e outros, principalmente a juventude localizada no Nordeste, defendiam uma maior ofensiva na questão militar. A posição de Mário Alves, embora bem distinta da de Gorender e Apolônio, ainda buscava costurar uma relação entre os chamados “jovens nordestinos” e o outro setor do partido. Mário acreditava que não poderia abandonar os jovens sozinhos em uma aventura, ainda que também demonstrasse receio de uma ação mais ofensiva sem estruturas adequadas.

Nesse contexto, a fala anterior de Apolônio mostra um profundo sentimento ético e de respeito político na conduta tanto dele como na de Mário Alves. De um lado, Apolônio não pediu o desligamento de Salatiel com medo de que isso fosse confundido com a busca de uma maioria na direção através de métodos burocráticos, e não pelo convencimento político. De outro, Mário Alves, que se encontrava em uma posição de confronto com Apolônio e Gorender, defendeu o desligamento de Salatiel, mesmo sabendo que isso o levaria a ficar com a minoria da direção do partido. Esse tipo de comportamento está muito vinculado à luta anterior que eles travaram dentro da direção do PCB contra um tipo de método de trabalho em que as questões éticas muitas vezes eram deixadas de lado em função das disputas políticas e ideológicas e, frequentemente, a busca da manutenção da maioria implicava a reprodução da lógica de “os fins justificarem os meios”.

Por liberalismo ou falta de condições materiais, o elemento central que irá desarticular pesadamente o PCBR foi a manutenção de seus aparelhos após a saída de Salatiel. Com sua prisão, no início de janeiro de 1970, Salatiel abriu os pontos<sup>68</sup> que conhecia para a repressão, supondo que eles já estivessem desarticulados (segundo as versões de Álvaro Caldas

---

<sup>68</sup> A expressão “ponto” significa local de encontro e horário previamente acertado onde os militantes, na clandestinidade ou não, combinavam para poder repassar informações e/ou documentos entre si.

e Juliano Siqueira). Ao abrir o ponto onde se realizavam as reuniões do Comitê Central, a polícia prendeu José Corrêa Filho (Jurandir), motorista do Comitê Central e de Mário Alves. O motorista, torturado, foi pressionado a entregar todos os pontos que conhecia em diversas partes do País. Por essa razão, houve uma grande quantidade de prisões, principalmente no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, além de Recife. Segundo Apolônio, Augusto Olivier, ex-militar e membro do primeiro Comitê Central, disse textualmente para ele, referindo-se ao motorista: “Fui preso em casa e foi ele que trouxe a polícia”. Mas Apolônio não descarta completamente a responsabilidade de Salatiel. Segundo aquele, o coletivo de São Paulo, composto, na época, por Gorender, Aytan, Sérgio Sister e outros, teria falado do envolvimento de Salatiel nas quedas de São Paulo.

Eles nos disseram que o Salatiel tinha ido a São Paulo, para entregá-los à polícia, mas quem me disse também, diretamente, foi um Major do Exército, a polícia do exército da Barão de Mesquita, no momento em que o nome do Salatiel apareceu. “Salatiel foi a São Paulo e nos deu o que podia dar”. Esse é um elemento que eu procuro explicar pela fraqueza de Salatiel, diante do peso e do volume de torturas por que ele passou, à custa desse assunto. Eu não estou justificando, estou tentando explicar apenas. (ENTREVISTA DE APOLÔNIO DE CARVALHO AO AUTOR, janeiro de 2003)

Embora Salatiel tenha sido preso no Rio em 11 de janeiro<sup>69</sup>, quando Maria Joaquina Marques Dias foi presa no

---

<sup>69</sup> Salatiel foi preso dentro de um cinema na Baixada Fluminense. Existe também a versão de Lucas Ferras, no livro *Injustiçados*, que sua prisão teria sido dia 13 de janeiro de 1970. No entanto, como as quedas decorrentes da prisão de Salatiel começaram já no dia 12 (Romeu Bertol), trabalhamos com a data do dia 11. Neste mesmo livro, Ferraz cita um nome que deve ter tido algum grau de envolvimento na prisão de Salatiel Trata-se de Maria Tereza Ribeiro da Silva, conhecida pelos órgãos de repressão como a agente Renata. Também era conhecida como Lindolfo Correia e RK 33. Maria Tereza, que tinha sido recrutada para o PCBR por Salatiel e era muito próxima do mesmo, a partir de sua prisão, (3 de agosto de 1969), resolveu assumir a condição de informante de forma remunerada. Teve possibilidades, portanto, de acompanhar os movimentos de Salatiel durante 5 meses.

Paraná, no dia 15 de janeiro de 1970, encontrou-se com ele. Possivelmente o levaram ao Paraná para checar informações. Pouco tempo depois, ela e Salatiel foram levados para o Rio, onde foram presos na delegacia localizada na rua Barão de Mesquita. Segundo ela,

De repente me colocaram em frente ao companheiro Salatiel Rodrigues, membro do Comitê Central do PCBR, que haviam trazido do Rio de Janeiro, e isso foi mais assustador ainda do que eu ter visto o Olien. O Salatiel estava completamente arrebentado, com dificuldades para respirar, o rosto deformado, com machucaduras pelo corpo. (HELLER, 1988, p. 331)

Outros ex-militantes do PCBR que reconheceram Salatiel torturado foram Romeu Bertol e sua companheira, Suely Penha Rodrigues. Segundo Bertol,

Salatiel estava jogado no meio dos tijolos e eu tive uma visão aterrorizante dele, com equimoses por todo o corpo. Um capuz preto sobre a cabeça e ele completamente nu. (HELLER, 1988, p. 342)

A queda de Salatiel e a prisão do motorista do Comitê Central (Jurandir), no início de 1970, ocorreram muito próximas de outro fato acontecido no final de dezembro de 1969, que foi o roubo ao Banco Sotro Maior no Rio e a queda de um dos dirigentes da operação. Esse acontecimento irá desencadear um enorme número de prisões e, posteriormente, o assassinato de Mário Alves, principal dirigente do PCBR.

---

Quando Salatiel saiu da prisão procurou Maria Tereza. Segundo depoimento da mesma, ele a procurou dia 18 de fevereiro de 1973, sendo que uma semana depois, (26 de fevereiro de 1973), ela escreveu uma carta a seus superiores solicitando aumento para continuar como informante e afirmou que estava atuando no Conselho Nacional de Mulheres. Como justificativa para o aumento colocou-se à disposição para buscar informações a respeito dos militantes que se encontravam no Chile. Através dela a polícia tinha a identificação do carro utilizado por Salatiel (um JK verde de placa GB ZO 5575). Não existe indícios de que Maria Tereza ainda esteja viva, se vive no exterior e ou maiores informações sobre a mesma

Com a descoberta do desvio de dinheiro no banco e a prisão de Jorge Medeiros do Valle, em 18 de julho de 1969, o PCBR se viu obrigado a iniciar uma nova fase. Em outubro de 1969 (dia 10)<sup>70</sup>, houve um assalto a um carro transportador de dinheiro da Souza Cruz, em Olinda. Nessa operação, houve um tiroteio, e morreu Nilson Lins, gerente da firma Cornélio de Souza e Silva, distribuidora da Souza Cruz em Olinda. Participaram dessa ação Rholine Sonde Cavalcante Silva, Carlos Alberto Soares, Alberto Vinicius Mello do Nascimento e João Maurício de Andrade Baltar<sup>71</sup>. De acordo com Luciano de Almeida, foram comprados 60 revólveres com o dinheiro expropriado<sup>72</sup>. Então é o início da fase mais ofensiva do PCBR, no que diz respeito a ações militares<sup>73</sup>.

Entre os anos 1970 e 1971, ainda houve duas grandes ações de roubo a banco em Fortaleza. Nessa época, Carlos Alberto Soares, um dos quadros militares, já estava clandestino e deslocado para o Ceará, em função de ser muito conhecido, em Pernambuco, por sua ação no movimento estudantil – era estudante de Geologia, quando tentaram enquadrá-lo no Decreto-Lei n. 477, o que gerou uma reação dos professores e,

---

<sup>70</sup> Existe desencontro de datas. No Site TERNUMA, vinculado aos ex-militares da época, consta dia 31/10/69; nos documentos da Marinha aparece a data de 31/12/69; e na lembrança de ex-militantes consta dia 10 de outubro de 1969.

<sup>71</sup> R.E.I. n. 3, CISA/86.

<sup>72</sup> Levaram 52 mil cruzeiros, o que equivaleria em julho de 2019 à quantia de 416 mil reais (MELLO, p. 167).

<sup>73</sup> Segundo informações dos órgãos de repressão, ainda em 1969, em Pernambuco, foram realizadas as seguintes ações: 1) tentativa de assalto a um posto de gasolina na Av. Rosa e Silva, Recife/PE. Participaram Rholine Sonde Cavalcanti, Luciano de Almeida e Samuel Firmino de Oliveira; 2) assalto à “Farmácia e Pronto-Socorro Jaime da Fonte” em Recife/PE, com a participação de Rholine Sonde Cavalcanti, Luciano de Almeida, Samuel Firmino de Oliveira e Perly Cipriano; e 3) assalto contra o Banco Financial, no município de Jaboatão/PE. Participaram Rholine Sonde Cavalcanti, Luciano de Almeida, Samuel Firmino de Oliveira, Maria Tereza de Lemos Vilaça, Perly Cipriano, Maurício Anísio de Araújo e João Alberto Pereira da Costa. As datas não foram identificadas e, como a maioria desses militantes tinha rompido com o PCBR, ainda em 1969, e foram militar na ALN, não podemos identificar se as ações foram realizadas em nome do PCBR ou já em nome do grupo que estava rompendo para se vincular a esta outra organização.

inclusive, da direção de sua faculdade. O Decreto-Lei n. 477 proibia quem tivesse alguma participação política de matricular-se em qualquer tipo de escola ou faculdade no País pelo período de três anos.

O primeiro assalto a banco organizado por grupos de esquerda em Fortaleza<sup>74</sup>, e também por parte do PCBR no Nordeste, foi um roubo a um carro forte, na época, uma rural Willis do London Bank, no dia 16 de março de 1970. Esse carro fazia todas as coletas do banco. Na última delas, o carro foi trancado e, em poucos minutos, levaram todo o dinheiro, sem que os funcionários nem mesmo tivessem conseguido identificar as pessoas que participaram da operação. Os recursos provenientes das expropriações eram distribuídos nacionalmente, sendo que uma parte ficava com a região que organizou a ação. Segundo Carlos Alberto, em função do atraso do roubo ao London Bank, adiado em 15 dias, os militantes passaram grandes necessidades, pois não havia recursos para mantê-los na clandestinidade, e passar fome era algo bastante comum<sup>75</sup>. Participaram da ação Alberto Vinicius do Nascimento, José Gersino Saraiva Maia; Carlos Alberto Soares (comandante); João Alves Gondim, Jamildo Tavares Conserva; José Moreira de Lemos Neto, Odijas Carvalho de Souza e Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (FARIAS, 2007, p. 210).

A segunda ação no Ceará foi o assalto a uma agência do Banco do Brasil em Maranguape<sup>76</sup>, interior do estado, do qual tanto Carlos Alberto como Odijas Carvalho de Souza partici-

---

<sup>74</sup> O assalto ocorreu dia 16 de março de 1970, no mesmo dia e horário da posse do general Jaime Portela na 10ª Região Militar. Após o roubo, dois militantes levaram o dinheiro para Recife no interior do estepe do carro. A escolha do dia e horário, além da vantagem da falta de policiamento mais intensivo, na medida em que estavam na posse, serviu como desmoralização das forças repressivas.

<sup>75</sup> Embora tenham levado aproximadamente 200 mil cruzeiros, somente puderam ser utilizados 98 mil, pois o restante era valor em cheques. De acordo com depoimento de José Gersino à polícia, o dinheiro foi utilizado para a compra de um jeep para o PCBR.

<sup>76</sup> O assalto ocorreu dia 11 de setembro de 1970.

param<sup>77</sup>. Odijas tinha ido fazer a “paquera” do banco alguns dias antes e, conversando com o guarda da agência, pergunta-lhe se ele reagiria caso o banco fosse assaltado. Ele respondeu: “Eu não, Deus me livre. Imagina, meu filho”. Quando foram realizar o assalto, utilizaram dois carros. Um para a fuga com o dinheiro, e outro, de apoio. Chegando ao banco, perceberam que o guarda era outro, bem mais jovem. Tinham montado um esquema em que uma pessoa iria conversar com o guarda na porta, enquanto o carro principal estacionaria na frente do banco, o que impediria o guarda de ir pedir que o carro se retirasse do local.

No entanto, a abordagem não deu certo, e o guarda dirigiu-se ao carro. Quando enxergou uma arma de repetição parecida com uma metralhadora no colo de Carlos Alberto, o guarda entrou em pânico e começou a gritar. O rapaz que estava fora do carro, com a incumbência de distrair o guarda, dá uns gritos com o segurança, e ele, então, ficou calado e imóvel até o fim da operação, que foi bem sucedida. Ainda na mesma ação, quando entraram no banco e deram uma ordem para que os clientes que já estavam saindo retornassem ao banco, as pessoas rapidamente lhes obedeceram. Uma senhora, porém, já bastante idosa, continuou a sair do banco. Quando um dos militantes, bem novo, apontou uma arma para ela, a senhora disse: “Sai daí, menino”, e continuou a sair do banco, sem que nada pudessem fazer. Segundo Carlos Alberto, não teriam como bater ou atirar nela. Como a operação foi rápida, esse incidente não invisibilizou a ação. De acordo com depoimento de José Gersino à polícia, nesta ação foi levada a quantia de 200 mil cruzeiros novos.

Se, no início, as ações pegaram de surpresa os órgãos de repressão, principalmente em alguns estados do Nordeste, onde o movimento estudantil e os movimentos sociais em geral eram débeis, logo surgirá uma reestruturação do aparato repressivo para poder enfrentar a nova realidade. Um dos inúmeros jornais

---

<sup>77</sup> Também participaram: José Gersino Saraiva Maia, Jamildo Tavares Conserva, João Alves Gondim, Rholine Sonde Cavalcanti e João Maurício de Andrade Baltar.

mimeografados que o PCBR lançou no período fala sobre a ação da repressão no Nordeste do país:

A Paraíba atualmente é o estado nordestino onde a repressão está mais concentrada. Na cidade de Souza, o Exército faz manobras antiguerrilheiras, utilizando univesitários de direita para o “aliciamento ideológico” da população. São lidas pelo rádio, esporadicamente, regras de dedo-durismo, tais como: “proprietário, visite periodicamente o seu inquilino, verifique se há algo anormal e informe à polícia” ou “na casa vizinha à sua pode estar funcionando um aparelho clandestino; observe os hábitos do seu vizinho; comunique à polícia algo estranho”. (VANGUARDA, outubro/69)

Ainda em relação ao Ceará, houve uma tentativa de reorganização das ações do PCBR a partir de uma articulação com a ALN, ou um grupo dissidente da ALN, não está muito claro, que foi a constituição da Frente de Libertação do Nordeste (FLNE), que seria uma espécie de frente política específica para atuar no Nordeste. Essa articulação foi criada no final de 1971, início de 1972. Estavam preparando um assalto à empresa de cigarros Souza Cruz, no centro de Fortaleza, mas um incidente desarticulou a ação e o que tinha sobrado da militância do PCBR no Ceará, quando seus militantes foram presos na operação “Barra Limpa”<sup>78</sup>. O responsável pelas atividades no Ceará nesse momento era José Adeildo, que relata o que sucedeu dia 7 de janeiro de 1972, quando se encontrou com esse pessoal ligado à ALN. Segundo ele,

Marquei um encontro para tal dia, às 10 horas na Praça Coração de Jesus, em Fortaleza. Só, que a polícia já vinha no rastro deles. Estavam vindo do interior de Pernambuco [...]. Quando cheguei ao local e hora marcada, eles estavam dentro de um fusca. Já não gostei. Dentro de um fusca,

---

<sup>78</sup> Segundo Maria do Socorro Diógenes, em algum momento houve treinamento militar no Ceará em um sítio de Helena Mota Quintela, treinamento este de que ela, Maria do Socorro, teria participado (DIÓGENES, 2021).

quatro pessoas, comigo cinco. Aí chega a Polícia Federal: “Documentos?”. Meus documentos todos legais. Quando entregamos os documentos, eles disseram: “Agora saiam para serem revistados”, todos nós armados, imagina a situação. Quando o motorista abriu a porta do fusca, já puxou a pistola, atirou na barriga do federal. Se quisesse mata-lo teria atirado no peito. Mesmo assim, o policial caiu. Aí a gente aproveitou e correu. (COSTA, 2008, p. 105)

A continuidade do relato de Adeildo é sobre o tiroteio e a fuga pela cidade de Fortaleza. Embora Adeildo tivesse dito que este fato ocorreu ainda em 1971, matérias de jornal reproduzidas por Farias (2007) comprovam que ocorreu em janeiro de 1972. Segundo Farias, “nas semanas seguintes cairiam quase todos, numa grande operação de repressão da Polícia Federal e do DOI, denominada Barra Limpa” (FARIAS, 2007, p. 204-205). Adeildo escapou e foi para Recife, sendo que depois do partido o encaminhou para Caruaru.

Ainda houve um conjunto de tentativas de ações em diferentes estados que não deram certo. Seja pela inexperiência, seja pelo acaso, como a tentativa de assaltar uma loja que vendia armas em Recife. Durante quase um mês, Bruno Maranhão e Susana, então namorados, faziam o levantamento do movimento da rua, simulando que estavam apenas namorando. Em determinado dia, quando algumas pessoas já estavam de prontidão para realizar a ação, Bruno e Carlos Alberto Soares ficaram responsáveis por roubar um automóvel que possuísse um porta-malas grande, para que as armas pudessem ser carregadas.

Foi escolhido um táxi modelo Galaxie. Usando ternos, os dois pegaram o táxi e disseram que iam a uma festa. Em uma região já deserta, pediram que o táxi dobrasse uma rua, mais deserta ainda, a fim de que eles pudessem pegar duas mulheres que iriam acompanhá-los à festa. Carlos Alberto estava na frente, ao lado do motorista, e Bruno, atrás desse. Em determinado momento, Bruno dá uma “gravata” no pescoço do motorista, no mesmo instante em que coloca uma arma em sua cabeça.

O motorista, assustado, empurra o banco para trás. A partir do momento em que empurrou as pernas para frente e o banco deslocou-se para trás, iniciou-se uma luta entre ele e Bruno. Carlos Alberto abriu a porta e empurrou o motorista. Contudo, ele conseguiu disparar a arma, que acertou a mão de Bruno. Conseguiram fugir, mas tiveram de cancelar a ação para tratar da mão atingida. Bruno se justificou com sua família, afirmando que participara de uma briga no clube na noite anterior.

Existem informações desencontradas a respeito de um possível assalto à Coca-Cola no Ceará, mas a respeito dessa ação as informações são muito vagas e dispersas.

A adesão do Movimento de Ação Revolucionária (MAR) ao PCBR foi um elemento importante para a efetivação desse tipo de ação, na medida em que a experiência desses ex-militares irá influenciar também o moral dos militantes do PCBR. A adesão de um grupo de militantes do MAR irá quebrar o tipo de recrutamento que faziam até então, que era individual. O PCBR tinha criado uma estrutura pré-partidária, denominada de Organização Para Partidária (OPP), que deveria ser a “porta de entrada” dos militantes na organização. Serviria para selecionar o ingresso de militantes com um maior cuidado quanto à sua firmeza ideológica e preparo político.

No entanto, o acirramento da luta política e a disputa com as outras organizações de esquerda irão levar quase que ao abandono a participação prévia nas OPPs, para posterior ingresso no partido. Aldemir Lemos, que foi considerado durante muito tempo como alguém ligado a uma OPP e que, portanto, não tinha acesso a nenhuma deliberação ou reunião do partido em Natal, entendia que os membros das OPPs eram auxiliares da organização, os quais não estavam na clandestinidade. Não conheciam os membros do partido, apenas um assistente lhes passava informações e/ou tarefas, as quais consistiam em comprar passagens, arrumar dinheiro, transportar alguém, etc. Havia algumas tarefas que Aldemir considerava muito complicadas, em função do grau de exposição a que eram expostos, como, por exemplo, largar panfletos em jogos de futebol.

O MAR surgiu no final do ano de 1968 na prisão Lemos de Britto, no Rio de Janeiro, a partir da articulação de um conjunto de ex-militares, principalmente marinheiros, que já tinham uma atuação política durante o governo de Jango e que, posteriormente, haviam tentado organizar a Guerrilha de Caparaó, sob influência do PCB e de Brizola. Quando Avelino Biden Capitani – líder dos marinheiros em 1962, juntamente com Cabo Anselmo – foi preso, irá encontrar, na Lemos de Britto, um conjunto de ex-companheiros de luta sindical durante o conturbado período do governo Jango.

Na chegada, havia um comitê de recepção de velhos companheiros: Marco Antônio, os dois irmãos Duarte, o Viegas e o ex-sargento da Aeronáutica Prestes de Paula estavam entre um grupo de 30 marinheiros, também, presos políticos. Logo colocamos todas as informações em ordem, e consegui ter uma ideia mais aproximada da realidade. (CAPITANI, 1997, p. 122)

Logo que Capitani chegou à prisão, ficou sabendo de um plano de fuga que estava sendo articulado. Ao longo de dois anos, foram criando as condições para a fuga. Um dos elementos importantes era o apoio externo. Como José Duarte, Celestino e Viegas, marinheiros, já estavam por sair da prisão, ficaram responsáveis por criar as condições externas. Após sua saída, irão criar o MAR e buscar uma aliança com a ALN e a VPR. Acreditavam que seria possível juntar os diversos agrupamentos em um único, na medida em que muitos marinheiros da base do sindicato tinham se vinculado a diferentes organizações. Procurado, Marighela não acreditou na possibilidade da fuga e não mobilizou a ALN para apoiar a ação. Mesmo assim, alguns marinheiros que estavam na ALN (Souza, Helinho e Neguinho) resolveram apoiar a fuga. Esse grupo, já com o nome de MAR, realizaria algumas ações militares com a finalidade de buscar adquirir condições materiais para a fuga dos demais.

A partir de um longo período de preparação, principalmente conquistando a confiança com base no trabalho interno na condição de presidiários, no dia 26 de maio de 1969 conseguiram fugir da Lemos de Britto algumas das lideranças

dos militares, juntamente com mais três presos comuns que já tinham alguma politização. Escaparam Avelino Capitani; Antônio Prestes de Paula; José Adeildo Ramos; Benedito Campos; José Duarte; Marco Antônio da Silva Lima; Roberto Cietto; José Michel Godoi e André Borges (os três últimos, presos comuns).

Logo após a fuga bem sucedida (embora tenha sido morto um guarda, e duas pessoas tivessem ficado feridas), dirigiram-se a Angra dos Reis. A partir desse momento, tentaram organizar algumas ações militares, que nem sempre tiveram resultados positivos e, com o tempo, acabaram se dispersando, seja por opções diferentes, seja por necessidade. Continuaram buscando contato tanto com a ALN quanto com a VPR, mas não tiveram sucesso, em função do início das quedas, especialmente, de Marighela e Joaquim Câmara Ferreira, principais dirigentes da ALN.

José Adeildo, Capitani, Marco Antônio e Duarte reencontram-se com Antônio Prestes de Paula, sendo que este já estava organizado no PCBR. A convite de Prestes, aceitaram participar de ações conjuntas com esta organização. Como estavam sem nenhum tipo de estrutura, coube ao PCBR a tarefa de arrumar aparelhos para eles. Segundo Álvaro Caldas,

Em um sábado eu fui chamado pela organização e era isto: nós estávamos recebendo esses caras que tinham vindo com o Prestes para o PCBR e alguns não tinham onde ficar. Então me foi dada a tarefa para guardar por alguns dias o Duarte (ENTREVISTA DE ÁLVARO CALDAS AO AUTOR, janeiro de 2003).

Álvaro circulou durante uma tarde com Duarte, sem conseguir condições seguras, até que se lembrou de um colega jornalista, Edilson Rodrigues Martins, e o levou para lá. Poucos dias depois, ocorreu o assalto à agência Sotro Maior do Banco do Brasil, em que o motorista da ação, Paranhos, foi preso e, como consequência, houve uma sucessão de quedas. Quando Duarte percebeu pela imprensa o que estava acontecendo, saiu da casa de Edilson, sem deixar vestígios para onde teria ido.

Posteriormente, Edilson, que era apenas um simpatizante, foi à casa de Álvaro Caldas, sem saber que este já estava preso. Foi detido e torturado pela repressão, pois pensavam que ele deveria saber algo sobre a organização.

Retomando a ideia de fazer expropriações com a finalidade de buscar recursos para manter a organização, foi escolhido como alvo o banco Sotomaior, na Avenida Brás de Pina, na Penha, Rio de Janeiro. O assalto realizou-se no dia 17 de dezembro de 1969, mas, por uma série de fatores, algumas pessoas envolvidas foram identificadas, principalmente a partir da queda do motorista da operação, Paranhos. Como consequência, um conjunto muito grande de militantes foi preso. Essa foi, na realidade, a primeira ação de expropriação realizada no Rio de Janeiro. Seu planejamento foi organizado de forma meticulosa. Todas as possibilidades foram pensadas. Foi realizado um levantamento dos números de telefones próximos ao banco, e algumas pessoas – entre elas, Álvaro Caldas, jornalista carioca que trabalhava no *Jornal do Brasil* junto com Fernando Gabeira – foram incumbidas de ligar para esses números e mantê-los ocupados, a fim de evitar que alguma pessoa próxima desconfiasse e denunciasse o assalto<sup>79</sup>.

Dois carros Volkswagen foram utilizados. No carro da cobertura, que ficou 10 metros atrás do carro que estacionou na frente do banco e que realizou a ação, estava Paulo Sérgio Gramado Paranhos – Vicente/Topo Gigio, bancário e estudante, responsável pela juventude do partido e considerado um bom motorista – e três dos militantes do MAR: Marco Antônio; José Adeildo (Garcia) e Capitani (Rubens). No carro principal, Antônio Prestes de Paula (Arquimedes); Fernando Augusto Valente da Fonseca (Sandália) e mais três reconhecidos apenas pelo codinome (Pedro, Thompson e Lúcio, este último, como motorista). Desses (nomes frios), sabe-se, segundo depoimento de Álvaro Caldas ao autor, que um deles era o Sílvio Renan<sup>80</sup> e outro Adair Gonçalves Reis.

---

<sup>79</sup> Maiores detalhes sobre esta ação no livro *Tirando o Capuz*, de Álvaro Caldas.

<sup>80</sup> Na dissertação de Alexandre de Oliveira Barbosa (ver nas Referências), o carro que fez a ação no banco tinha quatro pessoas (Prestes, Sandália, Sílvio

A operação foi bem sucedida, em um primeiro momento. Saíram do banco com duas sacolas contendo Cr\$ 79 mil cruzeiros, segundo noticiários da época. Os dois carros fugiram, cada um tomando um rumo. Os militantes do primeiro carro, com o dinheiro, trocaram de veículo, passaram para um carro legalizado, pois os utilizados na ação eram roubados<sup>81</sup> e voltaram para seus “aparelhos” na clandestinidade. Já os ocupantes do segundo carro, o da segurança, também fizeram um primeiro transbordo bem sucedido, pegando um fusca vermelho registrado em nome de Álvaro Caldas. Ao fazer a segunda troca de veículos é que a situação começou a sair do controle, pois no momento da troca passou um camburão da Polícia Militar. Marco Antônio e Adeildo pegaram o terceiro carro e fugiram. Capitani e Paulo Sérgio Paranhos voltaram ao fusca do Álvaro com um saco contendo as armas. Fugiram com o camburão atrás deles, não respeitando sinaleiras, até que, em determinado momento, colidiram com outro fusca e

---

Renan e Adair Gonçalves Reis), e não cinco, como afirmou Álvaro Caldas. Além dos nomes que participaram diretamente da ação junto ao banco, também foram indiciados como vinculados à parte logística Bruno Dauster Magalhães e Silva; Nancy Mangabeira Unger; Francisca Abigail Barreto Paranhos; Luis Alberto de Sá e Benevides; Luiz Carlos de Souza Cataldo; Ronaldo Arantes Lobato; Raimundo José de Barros Teixeira Mendes; Sonia Hinds de Oliveira; Carlos Eduardo Rezezak Ulup; Maria da Fonseca Rodrigues; Maria Luiza da Araújo Lins; Álvaro Machado Caldas; Alberto Gentili Filho. Essas informações, apresentadas na dissertação de Barbosa, foram extraídos do Centro de Informações da Aeronáutica, Relatório Especial de Informações número 3 CISA/86. Talvez houvesse outros militantes não identificados, pois, segundo Álvaro Caldas, umas 30 pessoas ficaram com a tarefa de telefonar para todos os estabelecimentos comerciais próximos ao mesmo tempo da ação para deixar os aparelhos ocupados, de modo que dificultasse que ligassem para a polícia, caso identificassem alguma movimentação estranha.

<sup>81</sup> Segundo as informações dos órgãos de repressão, na segunda quinzena de dezembro de 1969 foram roubados quatro carros que seriam utilizados no roubo ao banco Sotomaior. Os respectivos responsáveis pelos roubos destes carros teriam sido: 1) Paulo Sérgio Granado Paranhos, Adair Gonçalves e Fernando Augusto da Fonseca; 2) Silvio Renan, Adair Gonçalves e Fernando Augusto da Fonseca, 3) Fernando Augusto da Fonseca e Paulo Sérgio Granado Paranhos; e 4) Silvio Renan e Adair Gonçalves.

capotaram<sup>82</sup>. Na confusão, Paulo Sérgio foi preso - na operação, usou o codinome de Vicente -, e Capitani (Rubens), refazendo-se rapidamente do choque, reagiu à tentativa de prisão, atirando no sargento Joel Nunes, que irá falecer poucos dias depois, fugindo para uma favela próxima, de onde conseguiu escapar do cerco.

Os militantes que estavam com o dinheiro no carro principal se dividiram. Prestes e Lúcio (nome de guerra) ficaram com as armas e parte do dinheiro, 14 mil, e deixaram os outros 65 mil cruzeiros com Abigail Paranhos. Esse dinheiro foi recuperado posteriormente pelos agentes da repressão. Prestes deslocou-se para o apartamento onde estava morando com Paulo Sérgio Paranhos, não sabendo que o mesmo tinha sido preso.

Lúcio morava em um apartamento no Grajaú e tinha ido jantar fora, voltando mais tarde. Na madrugada, chegaram Mauro, Mariana<sup>83</sup> e Sandália (nomes frios). Este último, Fernando Augusto da Fonseca, era comandante do Comando Político Militar (CPM). Com a notícia da queda de Paranhos, fugiram rapidamente e ainda tentaram avisar Prestes, mas viram que seu apartamento já estava cercado. Conseguiram evitar cair no cerco policial, porém foram perseguidos e seguidos por um carro ligado à repressão. Fugiram durante certo período, mas o carro estragou (um Gordini de propriedade de Mauro, também nome fictício). Lúcio e Sandália transportaram o dinheiro e armas para um táxi e pediram para o motorista correr - precisavam chegar a tempo de pegar um contato com um membro da organização a tempo de conseguir local para dormir naquela noite. Perto do Jardim Botânico, ao ultrapassar um sinal fechado, o carro colidiu com outro táxi. No meio da confusão, Sandália e Lúcio novamente pegaram as armas e

---

<sup>82</sup> Existe também a versão de que a colisão foi com um ônibus, e não com um Volkswagen.

<sup>83</sup> Os nomes frios (Lúcio, Mauro, Mariana) não puderam ser identificados, mas devem ser codinomes de alguns dos militantes listados como responsáveis pela logística, como vimos acima. Os mesmos foram extraídos do livro *Tirando o Capuz*, de Álvaro Caldas.

dinheiro e tomaram outro táxi, chegando finalmente ao seu destino.

Enquanto isso, no apartamento em que Prestes esperava a volta de Paulo Sérgio, que morava com ele, a polícia fez um cerco. Todavia, Prestes resistiu, matando o soldado Elias dos Santos. Fugiu descalço e sem camisa, saltou o muro dos fundos do prédio e pegou um táxi.

Álvaro Caldas, quando soube que tinha havido quedas, na redação do *Jornal do Brasil*, imediatamente guardou seus pertences e entrou para a clandestinidade, sem mesmo passar por sua casa, que era conhecida de Paranhos. Ao pegar um ônibus para Copacabana, encontrou-se com Luis Alberto de Sá e Benevides (Bebeto/Careca ou Otávio), membro da direção regional da organização e que, até o momento, não estava sabendo das quedas. Logo após, encontrou-se com outros companheiros de organização e entrou para a clandestinidade, dividindo um “aparelho” com Lúcio. Entre os contatos que Álvaro manteve naquela noite, estavam Sílvio Renan e Jorge Emilio Bonviet Guilhain. Possivelmente, um desses fosse o “Lúcio”. Segundo Álvaro, “o partido teve de se reestruturar, tirar gente do Rio, mudar de aparelhos uma quantidade muito grande de pessoas”. Ainda, houve outro assalto a um banco, em Niterói<sup>84</sup>, antes do começo das quedas na região.

Sérgio Sister, jornalista e militante do PCBR de São Paulo, foi para a Bahia com sua namorada durante seu período de férias. Passou os dias de Natal na casa de um conhecido no Rio de Janeiro, Montenegro, dirigente estudantil do PCB, e lembra que, no dia 25 de dezembro, saiu de manhã do apartamento e viu, na capa do jornal *Última Hora*, a foto de Prestes, Capitani e Marco Antônio. Chegando a Salvador, dirigiu-se ao apartamento de um militante do PCBR que tinha sido indicado por Montenegro, de apelido Pretinho. Ao tentar entrar, a empregada mandou-os embora, pois a polícia já havia estado lá.

A postura de Paulo Sérgio Paranhos foi considerada muito ruim e, portanto, foi isolado do conjunto da organização

---

<sup>84</sup> Trata-se do Banco Real e de Crédito de Minas Gerais.

entre os presos políticos do PCBR. Na época, o comportamento na prisão era um elemento central para classificar os militantes entre os que tinham firmeza ideológica e capacidade de resistir e os que eram “fracos”. Anos mais tarde, Paranhos dará um testemunho a Álvaro Caldas sobre sua situação. Irá afirmar:

A pior lembrança que eu tenho, de um cheiro que me dá pavor, é a de ter enfiado o nariz no furo da bala. Esfregaram a minha cara no cadáver estendido na laje e o nariz entrou no furo da bala. É um cheiro que eu tenho pavor. (CALDAS, 1981, p. 124)

Em relação ao tratamento dado às pessoas que não resistiram à dor e à humilhação na tortura, a grande maioria dos ex-militantes possui outra visão hoje. Na sua maioria, entendem que, na época, não tinham noção do significado da tortura. Não estavam adequadamente preparados para enfrentá-la e que as pessoas não podem ser condenadas por esse tipo de fraqueza.

Segundo Álvaro Caldas,

Mal preparados para isso, acreditávamos que nós teríamos força ideológica para resistir. Mas nós não tínhamos ideia do que era a tortura. Uma coisa é você imaginar que vai chegar lá, vai levar uns cascudos, uns empurrões, uns chutes, e outra coisa é você se deparar com um esquema de tortura organizado, cientificamente montado, com aparelhos próprios, com quadros oficiais treinados para isso, tendo feito cursos no Panamá, não sei mais aonde, treinados pela CIA. Então nós subestimávamos a tortura e superestimávamos a nossa capacidade de enfrentá-la, achávamos que resistiríamos. E isso foi uma fraqueza de todas as organizações. Ou porque até não houve tempo, conhecimento, para que isso fosse discutido [...]. Então havia essa representação de que nós éramos um pouco heróis. De que a tortura dava para tirar. (ENTREVISTA COM ÁLVARO CALDAS, janeiro de 2003)

Paulo Sérgio Paranhos era conhecido na direção da organização pelo codinome de Topo Gigio, embora, nessa ação, possivelmente estivesse usando o codinome de Vicente. Ao

menos, é como é tratado no livro *Tirando o Capuz*, do jornalista Álvaro Caldas, que retrata esse episódio de forma pormenorizada.

Ainda que Paranhos tivesse sido considerado um exemplo de mau comportamento na tortura, ao reconstituirmos os fatos, podemos perceber que essa afirmação não é de todo verdadeira, ou não é exatamente como as pessoas pensavam na época. Pelo que pudemos reconstituir, a consequência mais direta de sua prisão foi a ida de policiais ao local onde ele estava morando juntamente com Prestes de Paula. Mesmo assim, segundo depoimento de Prestes a Bruno Maranhão, que repassou essa informação durante entrevista ao autor, o erro teria sido do próprio Prestes, que não saiu do “aparelho” no tempo estabelecido. A orientação era para que Prestes esperasse até a meia-noite, horário acordado para que, caso houvesse prisões, ninguém falasse nada antes da hora acordada, o que daria condições de fuga, caso algo não ocorresse, conforme o previsto. No entanto, Prestes resolveu esperar um pouco mais, e a polícia chegou ao local à meia-noite e trinta minutos<sup>85</sup>. Portanto, Paulo Sérgio Paranhos deve ter repassado a informação à polícia apenas após o horário combinado.

Segundo Prestes, além dele e Paranhos, uma outra pessoa, de nome Carmem, também estava no apartamento. Ele e Carmem passariam por pais de Paranhos, que era bem mais novo. Prestes também afirma que já tinha repassado o dinheiro<sup>86</sup> para Francisca Abigail Paranhos (Adalgisa). Logo após, foi jantar e só depois se dirigiu ao apartamento para esperar Paranhos.

Ao pular o muro, que tinha cacos de vidro, Prestes se machucou, mas conseguiu fugir. Inicialmente, procurou um

---

<sup>85</sup> Existe a versão de que a polícia chegou ao aparelho as 23 horas. De qualquer forma, existe o reconhecimento da parte de Prestes de que extrapolou o tempo estipulado para que em eventual “queda” as pessoas segurassem as informações até um determinado horário, para dar tempo de desocupação dos aparelhos. Segundo Prestes: “Daí ele, dez e meia ele não apareceu. Pela lógica, eu teria que abandonar o local, mas eu não tinha para onde ir”. O depoimento é parte de uma entrevista de Antônio Prestes de Paula, com 36 laudas, mas não foi possível identificar a origem e data.

<sup>86</sup> A polícia apreendeu /32.100,00 na casa de Paulo Sérgio Granado Paranhos.

contato que tinha em Copacabana e de lá foi levado para a casa de um antigo militante operário, no município de Ilinópolis, no Rio. O militante tinha 18 filhos e Prestes passou a noite inteira decorando os nomes dos moradores da casa e dos parentes mais próximos, para que passasse para os vizinhos a ideia de que era um parente em visita. Nesse momento, manteve contatos com Luis Alberto de Sá e Benevides (Bebeto), bancário e membro da direção regional que, posteriormente, foi deslocado para o Nordeste. Bebeto falou da necessidade de levantar fundos para transferir militantes para outras regiões. Organizaram um assalto ao Banco Real e de Crédito de Minas Gerais, em Niterói<sup>87</sup>, de propriedade de Magalhães Pinto, posteriormente denominado de Banco Nacional, que faliu de forma fraudulenta no governo de Fernando Henrique Cardoso. A ação foi bem sucedida. Participaram dela quatro pessoas: Antônio Prestes de Paula, Getúlio Cabral<sup>88</sup>, Sandália e Bruno Maranhão.

Também foi realizado um assalto ao Banco da Lavoura de MG em Icaraí, Niterói, no dia 13 de fevereiro de 1972. Participaram desta ação Adair Gonçalves Reis; Antônio Prestes de Paula; Fernando; Augusto da Fonseca; Ana Maria de Souza Fontella; Carlos Otávio Camacho de França, Renê Louiz Langery de Carvalho e Luis Andrade de Sá e Benevides. Levaram a quantia de 48.730 cruzeiros. Após estas ações, deixaram o dinheiro no Rio e pegaram uma Kombi, com a qual foram até Salvador.

A maior consequência da prisão de Paulo Sérgio Paranhos foi a ida para a clandestinidade de diversos militantes (alguns ainda não “queimados”). No entanto, a maior parte das prisões ocorreu em janeiro de 1970, fruto da queda de Salatiel e

---

<sup>87</sup> Não conseguimos identificar a data, mas como foi após o assalto ao Banco Sotomaior, em 17 de dezembro de 1969, para viabilizar deslocamentos de militantes identificados no Rio possivelmente esta ação foi realizada no final do ano de 1969 ou no início de 1970.

<sup>88</sup> Segundo depoimento de Dalva Bonet, em algum momento Getúlio Cabral teria feito uma cirurgia no nariz, com o objetivo de melhorar seu disfarce na clandestinidade, já que era bastante conhecido pela repressão. O médico que fez a cirurgia teria sido Luis Tenório.

José Correa Filho (Jurandir), no dia 11 de janeiro de 1970<sup>89</sup>. Muitos militantes do Paraná, São Paulo e Rio foram presos a partir dessa data, como veremos adiante.

Apolônio de Carvalho estava responsável pela montagem da reunião ampliada do Comitê Central, que deveria decidir os rumos do PCBR. Duas pessoas estavam escaladas para dar informes iniciais: Mário Alves, que iria defender a imediata transferência da direção para áreas rurais, onde se desenca-dearia a guerrilha rural, e Apolônio, que representava o grupo contrário à ida imediata para a luta armada. Apolônio tinha um “ponto” dia 12 de janeiro com Romeu Bertol, que iria reproduzir (datilografar) várias cópias de seu informe. Romeu não compareceu. Apolônio foi, então, a um segundo ponto marcado para o dia seguinte, 13 de janeiro de 1970, quando novamente não apareceu ninguém. Preocupado, porque faltavam apenas três dias para a reunião e, em função da sua importância, que poderia representar a unidade ou a divisão definitiva do PCBR, Apolônio rompeu normas de segurança e foi à casa de Romeu Bertol, na vila da Penha. Sabia que, se houvesse algum problema, haveria um sinal combinado em um canto do jardim.

Não havendo nenhum sinal estranho, dirigiu-se à casa, bateu e ao abrir a porta, viu dois canos de revólver apontado para si. Romeu e sua esposa Sueli Bertol já estavam presos. A polícia tinha invadido a casa às 3 horas da madrugada do dia 12, e não tiveram condições de sinalizar a tempo. Apolônio tinha uma longa experiência militar. Tinha participado do levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935, foi preso na ditadura Vargas, lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa contra as forças nazi-fascistas. Essa experiência fazia com que Apolônio tentasse reagir sempre que possível. Os policiais encaminham Apolônio para o carro que os estava esperando, quando ele golpeou um dos policiais no baixo-ventre e saiu correndo. Tiros passaram raspando em seu ombro, mas foi cercado por outros policiais que estavam no quarteirão e o colocaram em uma viatura.

---

<sup>89</sup> Dia 11 de janeiro de 1970 foi um domingo. Existem algumas imprecisões de datas com dias da semana em alguns depoimentos.

Estranhamente não o algemaram e o colocaram exatamente atrás do motorista. Apolônio viu uma série de muros ao longo da avenida e, quando avaliou que estavam andando com uma velocidade razoavelmente alta, agarrou-se ao pescoço do motorista e torceu a direção com toda a força em direção ao muro. O carro chocou-se com o mesmo sem que, no entanto, fizesse muitos estragos. Apolônio foi golpeado na cabeça e só acordou quando estavam chegando ao quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita. Quando chegaram, percebeu que estava havendo alguma festividade com a presença de bandas e de discursos. Posteriormente, soube que estava sendo inaugurado o DOI-CODI. Na Polícia do Exército, foi encapuzado e interrogado. Defendeu a justiça da luta que travavam contra a ditadura e foi esbofeteado por um oficial. Apolônio arrancou o capuz e agarrou-se ao oficial, quando os demais soldados avançaram contra ele e o golperam até desmaiar. Na cadeia, teve um comportamento exemplar, conforme os demais presos irão atestar. Segundo Maria Joaquina:

Numa destas saídas para o banheiro, vi o Apolônio de Carvalho, também dirigente nacional do PCBR, que havia sido preso no mesmo domingo que eu. Eu, em Curitiba, ele, no Rio de Janeiro. Ele estava com a parte interna das coxas necrosadas e aí, realmente eu fiquei assustada, porque sabia que eles podiam matar [...]. E o Apolônio não abriu a boca nem sequer para dizer o seu próprio nome, demonstrando uma resistência que parecia impossível à tortura, talvez por sua longa experiência de já ter sido preso na Espanha e na França, onde foi capturado pelos nazistas, devido ao seu envolvimento com a Resistência. (HELLER, 1988, p. 333)

Outro ex-militante que tem boas recordações de Apolônio na prisão é Álvaro Caldas. De acordo com este, enquanto estiveram presos juntos, Apolônio

Ajudou a organizar a vida carcerária, deu aulas de francês, mas nada me causava mais espanto do que abrir o olho de manhã cedo, antes do toque de alvorada, e vê-lo esticando

o corpo e fazendo flexões, enquanto permanecíamos preguiçosamente na cama. Quando chegava o café, o Apolônio estava fresco e limpo, de banho tomado, com aquela cara jovial de quem tinha virado redondo (emendado direto a noite com o dia). (CALDAS, 1981, p. 127)

Nesse mesmo período, diversos militantes foram presos em Curitiba, Maringá e na região de Londrina<sup>90</sup>, a maioria entre os dias 12 a 16 de janeiro. Só em Londrina, mais de quinze militantes foram detidos. Entre os nomes de pessoas presas ou processadas no Paraná, constam: Manoel Jacynto, Arno André Giesen, Letímio Vieira, Galdino Moisés de Oliveira, Carlos Frederico Marês de Souza Filho, Rosa Maria Viana de Castro, Déa Silvia Pereira, Elinor Mendes Brito<sup>91</sup>, José dos Reis Garcia, Mauro Daisson Otero Goulart, Seledino Nunes de Oliveira, Alberto Gentili Filho, Suely Penha Rodrigues, Romeu Bertol, Olien Lustoza de Moraes<sup>92</sup>, Miriam de Carvalho, Pedro Amâncio da Silva, Deisi Deffune, Licínio Lima, Tadeu Moacir Lima, Nésio Jaques Pereira, Beluce Belucci, Geraldo Majella Soares Vermelho, José Aparecido Sforzi, Laércio de Figueiredo Souto Maior, Juvêncio Batista dos Santos, Ramires Moacir Pozza, Cetímio Vieira Zagabria, Pedro da Silva Polon, Sirley Batista, Diva Ribeiro Lima, Vitório Sorotiuk, Nelson Sorotiuk, Deonisia

---

<sup>90</sup> Segundo informações de Arno Giesen repassadas ao autor, no Paraná o PCBR estruturou três núcleos regionais: Curitiba, Maringá e região e Londrina e região. Embora não lembre as datas, afirmou que as mesmas começaram por Curitiba, posteriormente atingindo Maringá e finalmente Londrina (troca de e-mails entre Arno Giesen e o autor no ano de 2006).

<sup>91</sup> Embora todos estes nomes estivessem arrolados no mesmo processo no Paraná, não significa que as prisões tivessem ocorrido nos mesmos dias. Elinor Brito e Alberto Vinicius foram presos alguns meses depois, no dia 29 de novembro de 1970, no sudoeste do Paraná, em Pato Branco. Os dois, que juntamente com Henrique Roberti Sobrinho, tinham sido deslocados para atuar no Paraná, moravam juntos em um aparelho alugado por Arno Giesen, na rua Ataulpho de Paula, Jardim Petrópolis, Londrina. Com eles morava também Ruth Ribeiro de Lima, que na época namorava Elinor. Todos conseguiram sair antes das prisões, sendo que Ruth deve ter sido presa posteriormente em outro estado. Sobre Henrique não temos informações.

<sup>92</sup> Preso no dia 14 de janeiro de 1970, foram apreendidos com ele dois mimeógrafos que tinham sido expropriados do DCE da UFPR.

Zimowski, Norival Trautwein, Hilária Zimowski, Tadeu Moacir Lima, Elizabete Suga, José Tarcisio Pires Trindade e Edmilson Correa. Entre os presos no Paraná, também consta o nome de José Correia Filho, embora este seja o nome do motorista do Comitê Central e que levará às demais quedas.

Possivelmente nem todos esses nomes tivessem vinculação orgânica com o PCBR. Muitas vezes pequenas ligações pessoais já eram o suficiente para comprometer essas pessoas.

Com as quedas no Rio de Janeiro, era necessário criar uma estrutura clandestina para colocar militantes que até aquele momento tinham tido uma vida legal, mas que, a partir de então, passaram a ser perseguidos pelos órgãos de repressão. Ângela Camargo Seixas ficou encarregada de alugar apartamentos para essas pessoas. Ângela acertou com uma imobiliária para conhecer um determinado apartamento na noite do dia 14 de janeiro, no bairro de Copacabana.

Às 23 horas desse dia, quando voltou ao seu apartamento acompanhada de Marco Antônio da Silva Lima, a polícia já os estava esperando no lado de dentro do recinto. Como faltou luz no momento em que estavam chegando, e os policiais acreditaram que poderia ser uma armadilha, começaram a atirar, quando os dois estavam tentando entrar no apartamento. Marco Antônio foi atingido no braço, e ele e Ângela tentaram fugir descendo as escadas, mas os dois foram atingidos e caíram. Os policiais saíram do apartamento e desceram pelo elevador. Ângela, ferida, bateu nos apartamentos daquele andar, mas nenhum abriu a porta. Percebeu que Marco Antônio estava muito mal, no entanto, não conseguiu arrastá-lo. Subiu para o andar de cima, tentando esconder o ferimento e chamou o elevador. Quando ele chegou, junto vieram dois policiais. Ângela se fez de desentendida e perguntou que tiros foram aqueles. Os policiais mandaram Ângela voltar para seu apartamento, ao que ela respondeu que não poderia, pois tinha de sair para telefonar e pegou o elevador. No térreo, passou por outro policial que estava cuidando a saída. Já estava na rua quando um policial saiu do prédio, a identificou e mandou que a detivessem. Presa, começou a ser agredida no próprio local e foi levada para a

delegacia. Lá, a colocaram nua, e os policiais a identificaram pelo ferimento.

Durante diversos dias, Ângela foi torturada, sem falar nada. Depois disso, foi levada para uma enfermaria, onde um médico denunciou as torturas e sevícias sexuais por que ela passou. Os acusados sofreram apenas uma repreensão formal e ela novamente foi torturada, a partir do depoimento de outros presos políticos que irão confirmar sua ligação com o PCBR e suas funções na organização. Todavia, Ângela nada falou. Durante o período em que esteve presa, teve contato com Paulo Sérgio Paranhos (Topo Gigio), o primeiro a ser preso na tentativa de assalto ao banco Sotó Maior, no Rio, que lhe dirá: “Espero que você aguente. Eu não aguentei”. Embora Ângela não tenha falado, compreenderá o porquê de Paulo Sérgio não ter aguentado a tortura. Mais tarde, quando saiu da prisão, continuou sendo seguida por onde andava no Rio de Janeiro. Resolveu ir para a França, onde estudou Economia na Sorbonne e conheceu Philip Agee, agente da CIA que posteriormente irá romper com a agência, lançando um livro em que a denuncia, fazendo uma homenagem a Ângela no prefácio do livro<sup>93</sup>.

Em começos de setembro de 1972, compareceu a uma festa onde quase todos os presentes eram franceses e brasileiros. Um dos convidados foi Philip Agee, que, na época, atravessava a pior crise emocional e financeira de sua vida. Quando o livro de Agee finalmente veio à luz, trazia uma dedicatória “*Para Ângela Camargo Seixas e seus companheiros na América Latina que lutam pela justiça social, pela paz e pela dignidade de seus países*”. (LANGGUTH, 1978, p. 196-198)

---

<sup>93</sup> Dalva Bonet, em entrevista ao autor, lembrou que sentiu uma grande alegria quando foi convidada para ir à casa de Ângela logo que chegou como exilada na Inglaterra com seu então marido Jorge Emilio Bonviet Guilhayn, ambos militantes e dirigentes do PCBR. Dalva tinha sido colega de cela de Ângela e conhecia sua história. Convidados para jantar na casa de Ângela, foi quando conheceu seu companheiro, Philip Agee, estranhando que ele seguidamente saía para ir à janela olhar para fora. Em determinado momento, disseram a eles que ele fazia isso porque o apartamento deles estava sendo vigiado constantemente pela CIA, e não só, em função do desligamento dele da Agência.

Em São Paulo, as quedas ocorreram basicamente entre os dias 16 e 17 de janeiro. Aytan Miranda Sipahi; Helenita Matos Sipahi; Valdizar Pinto do Carmo; Sonia Irene Silvia do Carmo; Arthur Beltrame Ribeiro; Sérgio Sister; Pura Lopez Cortez; Adilson Odair Citelli; Erkki Juhani Larsson e Renato Viana Soares são alguns dos envolvidos com o coletivo de São Paulo. O PCBR era pequeno nesse estado e quase exclusivamente composto por pessoas ligadas à classe média, com diversos médicos – devido à influência que Aytan exercia nessa área –, alguns jornalistas e estudantes. Jacob Gorender foi preso dia 20 de janeiro e até mesmo os fiadores de seu apartamento, que não tinham ligação com o PCBR, serão envolvidos – Chulamit Terepins e José Terepins – o último era industrial. Os dirigentes da organização no estado eram Valdizar e Aytan. No livro *Tiradentes, um presídio da Ditadura* (1997), há o depoimento do período de prisão de Gorender, Aytan, Adilson e Sérgio Sister.

Segundo Gorender:

Eu tinha a perfeita noção de que um dia cairia também, porque as quedas estavam se sucedendo. Mas eu não sabia das quedas do PCBR do Rio de Janeiro, que ocorreram a partir de 12 de janeiro de 1970, quando foram presos Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros dirigentes. Sem saber o que estava acontecendo, eu fui preso quando fui a um encontro na casa de um companheiro<sup>94</sup>, numa noite chuvosa. A janela da casa estava fechada, e isso já devia me deixar desconfiado, pois habitualmente ela ficava aberta. Mas insisti em bater na janela, e, quando ela se abriu, me vi diante de três armas apontadas contra mim. Num piscar de olhos, eu já estava algemado. Depois levaram-me ao DOPS. Ali eu fui submetido a torturas e tentei o suicídio. (TEORIA E DEBATE, 1990, p. 33-34)

Dia 16 tinha sido a prisão e assassinato do jornalista Mário Alves de Souza Vieira, principal dirigente do PCBR. A queda de Mário Alves aconteceu em um momento no qual as

---

<sup>94</sup> Gorender tinha se dirigido à residência de Aytan Miranda Sipahi, que já estava preso.

disputas internas estavam aumentando. Foi preso ao se dirigir a um ponto que o levaria à reunião do Comitê Central. Algumas pessoas entrevistadas avaliaram que a reunião que estava sendo organizada levaria ao “racha” interno, não fosse a queda de Mário e outros. A importância da reunião é que fez com que Mário se arriscasse em cobrir o quarto e último “ponto” (contato). Nas três vezes anteriores<sup>95</sup> (dias 14 e 15 de janeiro), não havia ninguém esperando. Isso já era um elemento preocupante. Na última vez, Mário saiu de casa à tardinha, sem sua pasta e, inclusive, sem sua identidade falsa. Possivelmente prevendo problemas de segurança. Preso, foi imediatamente levado ao centro de torturas na Rua Barão de Mesquita, no Rio.

Bruno Maranhão foi o último dirigente do PCBR a encontrar Mário Alves ainda vivo. Segundo a descrição de Otto Figueiras,

Às 20 horas do dia 14 de janeiro, Bruno Maranhão esperava na Rua Brás Pina, conforme o combinado. Lá adiante, avistou Mário Alves. O jornalista explicou que não comparecera ninguém no ponto dele às 18 horas. Mário faria parte da primeira turma a entrar no local da reunião e sabia do ponto de Bruno porque fora ele que passara a um outro companheiro e estava ali para trocar opiniões sobre o desencontro. Bruno cismou, mas Vila **[codinome de Mário]** ponderou que o pessoal deveria estar com dificuldade para arranjar o aparelho onde seria realizada a reunião do Comitê Central. Por medida de segurança, saíram do local [...]. Mário Alves lembrou que havia a terceira alternativa de ponto para os dois. No outro dia, Bruno estava lá e nada dos companheiros chegarem. Mário Alves surgiu do meio do povo e disse mais uma vez que não aparecera ninguém no ponto marcado com ele. A cisma do pernambucano aumentou. Ainda assim, o jornalista lembrou que ele tinha uma última alternativa, um ponto de recuperação que era acionado quando todos os outros furavam. Seria no outro dia, 16 de janeiro [...].

---

<sup>95</sup> Apolônio de Carvalho disse acreditar que os pontos marcados por Mário Alves seriam com Salathiel Teixeira Rolim, com o qual ainda mantinha contato. No entanto, não existe nenhum indício que possa confirmar essa opinião.

Conversaram mais algum tempo e Bruno combinou de reencontrar Mário Alves, dois dias depois, em 17 de janeiro. Despediram-se na estação de Cascadura. (REVISTA BRASIL REVOLUCIONÁRIO, 1996, p. 34, grifos do autor)

Nesse último contato com Mário Alves, Bruno também recebeu dele a denúncia de que um oficial das forças armadas norte-americanas estava dando treinamento de tortura a oficiais brasileiros na prisão de Linhares, em Minas Gerais. A denúncia vinha dos irmãos Pezzuti, e esse policial a que se referiam foi mais tarde identificado como Dan Mitrione, que posteriormente seria assassinado pelos Tupamaros no Uruguai. Bruno responsabilizou-se por mandar o documento para um companheiro de partido que se encontrava em Paris, para que fosse amplamente divulgado no exterior.

Segundo Bruno, José Corrêa Filho (codinome Jurandir, motorista do Comitê Central), tinha sido preso no Rio em função da queda de Salatiel e era uma das poucas pessoas que sabia o local e hora do chamado “ponto de recuperação” ao qual Mário dirigiu-se quando foi preso. No outro dia, 17 de janeiro, Bruno foi encontrar com Mário no ponto combinado e ele não apareceu. Morreu numa sessão de tortura, sem relatar nada que pudesse dar novas informações à repressão.

Mário foi torturado por oito horas seguidas, culminando com seu empalamento, ou seja, a introdução de um cassete de madeira com estrias de aço em seu ânus, o que provocou a perfuração de seus intestinos e uma hemorragia interna que o levou à morte. Os presos na cela vizinha – quando ainda não havia isolamento de som nas celas – ouviram seus gritos de dor na tortura e o diálogo com os carrascos. Os presos que testemunharam sua tortura e morte (seu corpo é desaparecido) foram o advogado Raimundo José Barros Teixeira Mendes<sup>96</sup>, o tenente da Revolução de 1930 Augusto Henrique Maria D`Aurreli, o líder operário Manoel João da Silva e Antônio Carlos Carvalho, que mais tarde será eleito vereador pelo MDB do Rio.

---

<sup>96</sup> Possivelmente preso no dia 5 de janeiro de 1970, também ligado ao PCBR.

Na manhã do dia 17, Manoel João, Augusto Henrique e Antônio Carlos foram designados para limpar a sala de torturas, onde viram Mário arquejando, sem se mexer, em meio a uma poça de sangue. Pouco depois, alguns soldados levaram seu corpo, que até hoje não apareceu. Não há informações sobre o que foi feito com seus restos mortais.

O diálogo travado entre Mário Alves e seus torturadores foi posteriormente tornado público pelo advogado Raimundo Teixeira Mendes.

– Teu nome completo é Mário Alves de Souza Vieira?

– Vocês sabem.

– Você é o secretário-geral do Comitê Central do PCBR?

– Vocês já sabem.

– Será que vai querer dar uma de herói? Herói foi Guevara, que morreu na Bolívia com uma metralhadora na mão. Você caiu e não tem nem um canivete no bolso. Onde está tua filha?

– Na Bahia.

– Nós já sabemos que ela está em Minas Gerais.

– Então vão buscá-la.

A obstinação de Mário em não falar absolutamente nada, segundo Raimundo, aumentou a ira dos torturadores. O caso da morte de Mário Alves também está relacionado ao assassinato da secretária da OAB Lyda Monteiro da Silva por uma carta-bomba, em agosto de 1980. A bomba era endereçada ao então presidente da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, que estava apoiando as investigações sobre o assassinato de Mário Alves. Na época, o ex-agente da CIA e também ex-funcionário público Ronald Walters tinha sido identificado como o principal responsável pelo atentado, além de outras 12 pessoas envolvidas. Ao final, nada foi elucidado e ninguém foi punido.

As prisões continuaram. Juliano Siqueira e Nicolau Tolentino (Jason), membros do Comitê Central, foram presos no dia 20 de janeiro de 1970, ao se dirigirem à residência de Apolônio, ainda sem saber que ele já estava preso. Dia 24 de fevereiro foi preso José Carlos Tórtima, na época companheiro de Ângela Seixas.

A terceira rodada de prisões aconteceu no final de fevereiro, principalmente, no Rio de Janeiro. Álvaro Caldas foi preso em 28 de fevereiro de 1970<sup>97</sup>. Ao entrar no camburão, deparou-se com René, filho de Apolônio e membro do CC. Em um período de poucos dias, aproximadamente uns trinta militantes do PCBR e simpatizantes foram presos, entre eles: Suely Caldas, a companheira de Álvaro Caldas; Bruno Dauster Magalhães e Silva<sup>98</sup>, Jader; Alberto Gentili Filho; Sílvio Renan, Carmen Sirina e Raul de Carvalho<sup>99</sup>, entre outros.

Com essa grande quantidade de quedas, o Comitê Central foi reconstruído (3º CC), já em um momento de bastante debilidade. Sua executiva ficou composta por Marcelo Mário de Mello e Bruno Maranhão, ambos do Nordeste, e Jorge Emilio Bonviet Guilhain (codinome Vicente, do Rio de Janeiro)<sup>100</sup>. A nova direção, em função da impossibilidade de realização de um congresso partidário, foi composta através do método de cooptação, ou seja, os membros do Comitê Central que conseguiram sobreviver às prisões convidaram outros militantes para a recomposição da direção. A nova direção definiu por redirecionar o trabalho político para o Nordeste, enviando militantes para a Bahia e o Ceará.

No Ceará, as ações realizadas em Fortaleza foram bem sucedidas, como vimos anteriormente. Houve um assalto a um carro pagador do Bank of London no dia 16 de março de 1970 e ao Banco do Brasil, agência de Maranguape, no dia 11 de setembro de 1970. As quedas nesse estado começaram a partir

---

<sup>97</sup> Álvaro Caldas, em seu livro *Tirando o Capuz*, lembrou que “Enquanto os dois tipos nordestinos me revistavam e me prendiam os pulsos com uma algema, observei com espanto que havia três ou quatro carros estacionados junto ao passeio em frente ao cinema e dentro de um deles vi de relance uma companheira com o rosto muito pálido, a cabeça deitada no encontro traseiro, parecido desmaiada [...]. Da calçada fui empurrado para dentro de um velho Aero Wyllys, onde levei um novo e estonteante choque ao encontrar o René, sentado no banco de trás” (CALDAS, 1981, p. 51).

<sup>98</sup> Preso no dia 2 de março de 1970.

<sup>99</sup> Irmão de René de Carvalho e filho de Apolônio, preso no dia 29 de fevereiro.

<sup>100</sup> Paulo Sérgio Paranhos que também era do Rio e utilizava o codinome Vicente, já estava preso. Isso gerou algumas confusões para a polícia política já que, em geral, os presos, quando falavam (sob tortura), abriam apenas os nomes frios.

da prisão de uma turma de pichadores, o que deu início à desarticulação do trabalho no estado.

A partir de uma definição do Comitê Central de realizar o sequestro do cônsul norte-americano em Salvador e do japonês em Recife,<sup>101</sup> o PCBR organizou o assalto a um banco em Salvador, com o objetivo de obter fundos para a ação, que visava à libertação dos presos políticos do PCBR em janeiro de 1970, bem como os de outras organizações também<sup>102</sup>. A instituição escolhida foi o Banco da Bahia, na Avenida Lima e Silva, agência da Liberdade, a maior da cidade na época. O assalto aconteceu dia 25 de maio de 1970. Dois automóveis foram utilizados. O carro da contenção, como era denominado, tinha a função de dar cobertura e seus ocupantes utilizavam armas de grosso calibre. Na contenção, em um Volkswagen vermelho, estavam Getúlio Cabral, Bruno Maranhão, José Aldeildo Ramos (ex-militar, vindo do MAR) e Antônio Prestes de Paula (motorista e comandante da ação). Como existia uma delegacia de polícia que ficava a uns 200 metros do banco, o carro da contenção passou por ela e verificou que não havia nenhuma viatura policial no

---

<sup>101</sup> Existe uma confusão entre os depoimentos obtidos sobre o fato de que em Recife a previsão seria o sequestro do cônsul norte americano (Donnor Lion) ou do cônsul japonês (Tadashi Nakagava). As versões de Marcelo Mário de Mello e Nancy Mangabeira são coincidentes. Os dois afirmaram que a intenção inicial seria o sequestro do cônsul japonês, mas, como foram presos antes, Francisco de Assis Barreto (que, ao ser preso juntamente com Nancy Mangabeira e Vera Maria Rocha Pereira, estavam com a lista de militantes que seriam exigidos como moeda de troca), afirmou que a intenção seria a de sequestrar o cônsul norte-americano para disfarçar. O que reforça essa versão é que Francisco de Assis se autoacusou como uma das pessoas que tentou roubar o carro em que foi morto o sargento da Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, juntamente com Bruno Maranhão e Marcelo Mário de Mello. Nenhum dos três tinha participado da ação mas, como os outros dois (Bruno e Marcelo) já estavam na clandestinidade, era uma forma de desviar o foco das pessoas envolvidas e gerar confusão nas informações que a polícia vinha organizando. Segundo Nancy Mangabeira, “a polícia achava que o sequestrado seria o cônsul americano. Mas não era. Era o cônsul japonês. A história do cônsul americano era uma contrainformação dada na tortura Justamente para não abrir o verdadeiro alvo” (CARVALHO, 1998, p. 359).

<sup>102</sup> Maiores informações sobre essa ação podem ser obtidas em Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971), de Sandra Regina Barbosa da Silva, e Em defesa da Liberdade: “A história de vida de José Adeildo Ramos”, de Geraldo Adjailson de Lima Costa.

momento. No carro principal, um Aero Wyllis verde, confiscado<sup>103</sup>, estavam Theodomiro Romero dos Santos, Paulo Pontes, Valdir Sabóia, Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) e Alberto Vinicius Melo do Nascimento (Xanha, motorista). Enquanto dois levavam os clientes e funcionários para os banheiros, outro fez o tesoureiro do banco abrir o cofre. Prestes ficou de guarda na porta do banco. Tudo transcorria sem problemas, até que uma senhora que estava no segundo andar da agência enxergou o que estava acontecendo e telefonou à polícia. Por coincidência, estava chegando uma viatura naquele momento. Dirigiram-se ao banco com a sirene desligada. O pessoal do carro da contenção, pensando que era uma coincidência (em função da sirene desligada) não tomou nenhuma atitude. Somente quando um policial tentou entrar no banco é que Prestes começou a atirar. Surgiram dois policiais à

---

<sup>103</sup> Segundo relato do taxista Pedro Moreira de Oliveira em depoimento à polícia, no dia 24 de maio de 1970, duas pessoas pegaram seu taxi e se dirigiram à rodoviária. Lá pegaram um terceiro elemento, argumentando que não teria mais ônibus para um local distante perguntaram quanto sairia a corrida e combinaram 70 cruzeiros. No meio do caminho, um deles pediu para pararem para que pudesse urinar (já na estrada), quando “calçaram” o motorista. Deixaram a quantia de 200 cruzeiros, amarraram o motorista e disseram que seu carro estaria em algum lugar da cidade no outro dia. O curioso é que, ao fazer o reconhecimento dos assaltantes, disse que não tinha dúvidas de que seria Aloisio Nunes Ferreira Filho (ex-senador pelo PSDB e na época militante da ALN). Deve ter havido alguma confusão, em função da semelhança com algum militante do PCBR, já que não havia nenhuma participação da ALN nesta ação. O motorista também reconheceu como sendo outro dos assaltantes o militante Gerson Teodoro de Oliveira (Aníbal), que também não era vinculado ao PCBR. Outra situação semelhante, no que diz respeito a roubo de taxis por parte do PCBR (o que pode indicar um padrão de comportamento de seus militantes), é o depoimento do taxista Francisco Ribeiro da Silva, de Fortaleza, em agosto de 1970. Segundo ele, “um dos assaltantes, entretanto, afirmou que nada lhe iria acontecer, se entregasse o Corcel. Quando o iam amarrando, amordaçando e colocando vendas nos olhos, os assaltantes disseram que estavam fazendo aquilo ‘obrigados, por causa do governo’ [...], amarrando-o junto a uma árvore. Pediram desculpas mais uma vez – repetindo os ataques ao governo – pagaram o preço da corrida marcado no taxímetro, 10 cruzeiros, e avisaram antes de partirem que dariam telefonema anônimo para a polícia ir buscá-lo. Não tocaram também nos 50 cruzeiros arrecadados pelo taxista nas últimas horas de trabalho (FARIAS, 2007, p. 156).

paisana e se estabeleceu uma grande confusão<sup>104</sup>. Nesse momento, os demais militantes saíram da agência com uma sacola de dinheiro e, a uma ordem de Prestes, entraram no carro, já atirando. Na confusão, o saco com o dinheiro ficou embaixo da porta do automóvel. No meio do tiroteio mandaram o motorista andar com o carro. Este, por sua vez, disse que só sairia com a ordem de Prestes (como era costume, as ordens de comando sempre partiam de uma única pessoa, a que estivesse comandando a ação).

Prestes deu a ordem de partida, e fugiram sem levar o dinheiro. Segundo Bruno Maranhão, Theodomiro, então com 18 anos de idade, chorava como criança pela perda do dinheiro. Nos depoimentos policiais, os funcionários do banco afirmaram que todo o dinheiro que pertencia aos clientes ficou intacto. Algumas cédulas, inclusive, ficaram em cima dos caixas. Com o fracasso da operação, tiveram de buscar dinheiro emprestado para organizar a tentativa de sequestro planejada.

Em julho de 1970, a Comissão Executiva do PCBR<sup>105</sup> ficou reunida um mês na Ilha de Itaparica, em Salvador, e elaborou um conjunto de nove documentos, divididos da seguinte forma:

1) O Desenvolvimento Capitalista no Brasil; 2) O Aparelho de Estado: do liberalismo à militarização; 3) O Movimento Revolucionário: massismo e militarismo; 4) Balanço Político e Ideológico do Partido; 5) Linha Militar; 6) Linha de Massas; 7) A Frente Revolucionária Popular (FREPOP); 8) A Luta

---

<sup>104</sup> Um dos guardas, ao dar seu depoimento sobre o assalto, reconheceu Gerson Teodoro Oliveira como um dos assaltantes. A mesma pessoa também foi identificada pelo taxista como um dos três assaltantes em seu depoimento horas antes, ao dar queixa do roubo do táxi. No entanto, essa pessoa não possuía nenhum vínculo com o PCBR. Situações como essa, de confusão de nomes, codinomes, reconhecimentos, eram muito comuns e causavam dificuldade para os órgãos de segurança seguirem pistas confiáveis.

<sup>105</sup> A Comissão Executiva era composta por Bruno Maranhão, Marcelo Mário de Mello e Jorge Emilio Bonviet Guilhain. Além dos três dirigentes, também estavam presentes no mesmo aparelho Suzana Maranhão, Antônio Prestes de Paula e Frederico José Menezes de Oliveira, possivelmente desempenhando funções de segurança e logística na perspectiva de viabilizar a reunião.

contra os desvios de direita e esquerda; e 9) Política de Organização.

De acordo com Marcelo Mello, que era considerado a “direita” do partido, a tensão entre as posições manifestou-se na elaboração dos documentos. Como somente um congresso poderia mudar a linha política (e não havia condições de segurança para sua realização), foi necessário um grande malabarismo na elaboração dos documentos, a fim de adaptá-los sem mudar a linha de atuação.

A dificuldade do documento foi a seguinte: eu já tinha uma visão mais elaborada de crítica ao militarismo dominante, Bruno polarizava comigo e Vicente (Guilhain) confessou que estava absolutamente sem condições de travar uma discussão. Aí, ficava polarizando eu e Bruno, e uma das posições que a gente teria que adotar naquele momento ia de encontro à linha política. Eu achava que era importante para a sobrevivência do partido dar uma parada nas ações, fazer algumas ações e depois parar. Aí Vicente ou se abstinha (aí empatava) ou votava com Bruno. Então, o que aconteceu é que você tem um documento que, quando vai analisar a conjuntura, a questão da luta armada é colocada de uma maneira bem emocional. A defesa, como se fosse no plano imediato, e isso eu fiz uma maldade, uma sacanagem intelectual que eu fiz. Como eu fui o redator, eu exagerei na coisa, eu fiz a coisa bem caricata para melhor ser combatida depois, e Bruno achou ótimo, não entendeu. (DEPOIMENTO DE MARCELO MÁRIO DE MELLO, 2003)

Nas resoluções de 1970, ficava evidente uma nova orientação em relação à política de atuação nos movimentos de massa (Anexo II). Em determinada parte do documento, constava que:

Numa época de descenso como a que vivemos, falar em organizações semilegais é admitir que elas poderiam existir a partir de já, sob os olhares complacentes da ditadura – o que é um grosseiro desvio de direita. Atualmente, só existem as entidades legais – os sindicatos pelegos, os grêmios e diretórios amordaçados – e as ilegais,

as OIMs. O avanço da luta revolucionária poderá levar ao funcionamento semilegal das organizações ilegais atualmente existentes, mas isso é uma questão de futuro. (LINHA DE MASSAS, 1970, PCBR)

A partir desse novo tipo de formulação, tornou-se evidente que o PCBR consolidava a política militarista como o centro de sua atuação política. Seja em função dos desdobramentos do AI-5 e de uma maior repressão, seja pela vitória da linha interna, que tinha um conteúdo mais militarista, ou, até mesmo, pelas pressões externas que exigiam da militância, como um ato de coragem, a participação na luta armada. A questão é que, a partir desse momento, o PCBR, embora ainda vá praticar inúmeras ações políticas e militares, tende a diluir-se entre as organizações que estabeleciam, como eixo de sua ação política, a ação militar.

Vale lembrar que desde julho de 1968 o Comitê Central esperava por parte do governo alguma atitude frente à crise que se instalava. Na avaliação da direção do PCBR, qualquer das saídas que o governo encaminhasse, no entanto, deveria fortalecer a luta de massas e a radicalização política por parte da esquerda. Segundo uma resolução política de julho de 1968, cinco meses antes do AI-5:

A expectativa de alguns setores da população em face das promessas de abertura democrática, formuladas pelo atual governo, cede [...] a uma oposição popular cada vez mais vigorosa. A ditadura se encontra diante de um dilema: recorrer a novas medidas de exceção e desencadear uma repressão ainda mais violenta ou manter a aparência de “democracia representativa” com que procura enganar o povo para assegurar a estabilidade do regime. Nenhuma das alternativas representa, porém, uma solução favorável às classes dominantes: no primeiro caso, as forças revolucionárias, à frente das massas, tenderão a radicalizar a luta e responder à violência com a violência; no segundo, utilizarão as liberdades consentidas para ganhar as ruas, ampliar e intensificar a ação revolucionária. (O ISQUEIRO, agosto de 1968)

A partir da expectativa de que o agravamento da crise iria forçar o governo a tomar uma atitude, o Comitê Central do PCBR avaliava a necessidade de seus militantes se prepararem tanto para intervir nas mobilizações de massas, quanto na preparação do terreno da luta armada.

O agravamento da situação política e o avanço do movimento popular colocam diante das forças revolucionárias importantes tarefas. Devemos estar preparados para lutas de nível cada vez mais elevados, a [...] exige maiores esforços no terreno da agitação e da mobilização das massas, bem como na organização da luta armada pela derrubada da ditadura e por um governo popular revolucionário. (O ISQUEIRO, agosto de 1968)

Em função dessa perspectiva, o Comitê Central do PCBR aprovou um conjunto de diretrizes, basicamente voltadas ao movimento operário, movimento camponês, movimento estudantil, construção do partido, à busca de ampliação de contatos com outras forças políticas, visando à construção de uma frente única e, finalmente, resoluções quanto à questão armada. As resoluções vinculadas aos movimentos estudantil, camponês e operário eram orientações fundamentalmente voltadas à intensificação do movimento de massas e à denúncia da ditadura. Especificamente no que dizia respeito à luta armada, a resolução falava em

Desenvolver, com sentido de urgência, o treinamento de quadros para os diversos tipos de luta armada na cidade e no campo.

Organizar grupos de autodefesa de massas nas empresas, escolas, fazendas e outros locais de trabalho e moradia, preparando-os materialmente para combater a reação.

Estudar, sistematizar e difundir a experiência das revoltas de ruas, elaborando planos e preparando meios materiais para combater a reação.

Intensificar os preparativos para a guerrilha rural, no terreno da seleção e treinamento de quadros, organização de apoio logístico e obtenção de recursos materiais, dentro

do plano estratégico geral da determinação das áreas preferenciais. (O ISQUEIRO, agosto de 1968)

Ainda em 1969, em plena vigência do AI-5, o PCBR manteve sua concepção de articulação entre a luta legal e ilegal, inclusive criticando aqueles que não viam como importante a atuação no movimento de massas.

Dentro desse quadro, duas tendências errôneas se manifestam e devem ser enfrentadas: de um lado, a subestimação da luta armada, que se traduz, entre outras posturas, na negação do papel das pequenas ações armadas urbanas; de outro lado, o menosprezo pelas lutas de massas, que se expressa no abandono do trabalho paciente e tenaz para organizar e mobilizar os trabalhadores e o povo [...]. Aqueles que consideram as pequenas ações de guerrilha urbana como atividade aventureira e isolada do conjunto da guerra revolucionária revelam uma compreensão falsa da revolução [...]. Por outro lado, é um erro supor que as ações de guerrilha urbana excluem a necessidade das lutas de massas. A luta armada pode ser iniciada por pequenos grupos combatentes, mas só será vitoriosa na medida em que contar com o apoio e participação do povo. (VANGUARDA, outubro de 1969)

Embora os documentos de 1968 e 1969 apresentassem uma preocupação em organizar a luta armada, havia neles uma preocupação constante em articular e fortalecer a luta nos movimentos de massas como sustentação às lutas no campo militar. Já os documentos de 1970, elaborados em um período de crise dos movimentos de massas, abordavam a luta militar como o centro de toda a atuação do partido e, inclusive, negavam taxativamente a atuação legal, na medida em que a avaliação é que não havia condições políticas de atuar por dentro dos sindicatos e/ou entidades estudantis, em função da intensa repressão política. Talvez um conjunto de elementos possa ajudar a entender essa modificação da linha política: o surgimento de uma “nova geração” de dirigentes políticos, pois a maioria dos antigos dirigentes estava na prisão ou no exílio; o recrudescimento da repressão e dos assassinatos por parte da

ditadura e a influência de outras concepções mais militaristas, que ocupavam cada vez mais o espaço político através de ações públicas de impacto, como os sequestros.

Após a elaboração dos documentos de 1970, a Comissão Executiva do Comitê Central se dispersou, por questões de segurança. Marcelo Mello foi para o Paraná e Rio de Janeiro, a fim de ver como estava o trabalho da organização naquela região, Jorge Emilio Bonviet Guilhain (Vicente) ficou entre os estados do Nordeste, acompanhando o trabalho, e Bruno Maranhão foi para Salvador, na perspectiva de organizar o sequestro do cônsul norte-americano.

Nesse contexto mais militarista é que se inseriu a tentativa de organizar o sequestro do cônsul norte-americano Alexander F. Watson, em Salvador, e do japonês Tadashi Nakagava, em Recife. O sequestro tinha como objetivo a libertação dos presos políticos do PCB. Para isso, militantes foram deslocados para esses dois estados. Para a Bahia deslocaram-se quadros de direção e quadros militares, além de outros militantes que identificaremos mais adiante. Para Recife, além dos militantes já presentes no estado, foram deslocados Nancy Mangabeira, do Rio de Janeiro, Francisco de Assis (Daniel, Ricardo) e Vera Maria (codinome Tânia, companheira de Mário Miranda). Nancy Mangabeira (Paula, Andréa, Joana ou Cristina) e Francisco de Assis vão assumir o comando regional da organização. Possivelmente o terceiro elemento da direção regional tivesse sido Carlos Alberto Soares. Já Vera Maria era uma militante bem jovem que tinha vindo do Ceará, recrutada por Francisco de Assis, que estudava naquele estado.

Nancy foi para Recife após as quedas do Rio, entre janeiro e fevereiro de 1970. Ela relata a falta de perspectivas de atuação em seu estado natal.

No Rio, havíamos sobrado eu, o Elinor Brito e o José Adeildo, que havia fugido da Penitenciária Lemos de Brito. Ficamos eu e o Adeildo perambulando, ele com um fuzil M1 dentro de uma maletinha, e a gente sem contato, sem ter onde dormir, sem coisa nenhuma, andando pelas ruas. Fomos parar em pensões (Niterói, Macaé) com a roupa do corpo. Ele contava que éramos noivos, que meu pai era

coronel e não queria que a gente casasse. Pediu que avisassem se aparecesse alguém do Exército. Ficamos hospedados numa pousada, até refazer o contato com a Organização. Depois seguimos para Salvador – e de lá, depois de um contato com o Bruno Maranhão, da direção, eu fui para o Recife. (CARVALHO, 1998, p. 351-352)

Nancy chegou a Recife em março, onde aproximadamente uns vinte militantes do PCBR ainda estavam atuando. Junto com Francisco de Assis, ficou encarregada de montar uma base operacional para o sequestro do embaixador japonês. Quem escolheu a casa a ser alugada onde seria o “aparelho” em que iriam morar e que posteriormente serviria para prender o cônsul sequestrado foi Francisco de Assis. A casa escolhida apresentava as condições de segurança necessárias, um quintal grande com saída para os fundos e saída por todos os lados, caso houvesse cerco policial. No entanto, não tinham a mínima noção de quem eram seus vizinhos. No lado esquerdo, morava um militar da Marinha e, no lado direito, um militar do Exército.

Nancy e Francisco de Assis simulavam ser um casal. Já Vera, por questões de segurança – seria a caseira no momento do sequestro – entrava e saía do apartamento com os olhos vendados. Francisco de Assis ficou os cinco primeiros dias com Nancy e teve de viajar para o Ceará, deixando-a sozinha. A dinâmica da casa fez com que os vizinhos estranhassem e, em um primeiro momento, pensassem que fosse alguma casa de encontros, de prostituição. Essa informação veio a partir dos depoimentos que eles darão no inquérito policial.

A partir da denúncia dos vizinhos, a polícia montou um esquema de vigilância. O delegado Carlos de Brito, responsável pelo acompanhamento, por coincidência, era um contemporâneo de Francisco de Assis na faculdade de Direito. Quando este chegou de sua viagem ao Ceará, foi reconhecido e, quando a polícia cercou o local, já o fez com um grande aparato.

Caso desse certo o sequestro, na avaliação de Francisco de Assis, possivelmente seria uma catástrofe. Em função do endurecimento do regime em não mais negociar, e devido ao grande aparato de segurança montado em função dos sequestros anteriores, provavelmente tivessem que optar entre

matar o cônsul preso ou entregá-lo, desmoralizando-se publicamente.

Poucos dias antes de serem presos, no dia 26 de junho de 1970, os membros de um grupo de fogo da organização, na tentativa de roubar um Volkswagen para utilizar no sequestro, depararam-se com a reação do ocupante e obrigaram-se a atirar, ferindo e, posteriormente, matando o sargento da aeronáutica Matheus Levino dos Santos.

Nancy Mangabeira foi quem dirigiu o carro da fuga. Outros envolvidos foram Carlos Alberto Soares, que foi acusado como a pessoa que atirou, e Rivelino, codinome de José Gersino Saraiva Maia. Além dos três identificados, existia um quarto que talvez fosse Rholine Sonde ou José Bartolomeu Rodrigues de Souza<sup>106</sup>. Segundo Juliano Siqueira, foi Gersino quem atirou, mas pôs a culpa em Carlos Alberto, embora outros depoimentos refiram-se exclusivamente a Carlos Alberto.

José Gersino Saraiva Maia, acadêmico de medicina no Rio Grande do Norte, era membro do comando político militar e também já tinha feito uma ação com Claudio Gurgel no Ceará, quando da posse do general Portela<sup>107</sup>. O armamento do Rio Grande do Norte para Pernambuco foi levado por Gurgel e Gersino para uma ação de expropriação de um carro pagador, ação que foi feita exatamente no dia da posse, 16 de março de 1970, em meio a grandes festividades públicas na cidade. A expropriação concretizou-se sem incidentes, embora tenha rendido muito pouco, em função de que havia pouco dinheiro e muito cheque, que ninguém se arriscaria a tentar trocar em um banco.

Posteriormente, depois de preso, Gersino fez um pronunciamento público dirigido ao comandante da Marinha, datado de 5 de julho de 1971, que foi publicado nos principais

---

<sup>106</sup> Nos relatórios do CENIMAR consta também o nome de Alberto Vinicius Melo do Nascimento.

<sup>107</sup> Assalto ao carro pagador do London Bank em Fortaleza, como vimos anteriormente. Carlos Alberto Soares foi o comandante da ação. Dos 200 mil cruzeiros expropriados, só puderam utilizar 98 mil, o resto era em cheques. Após a ação, dois militantes levaram o dinheiro para Recife no interior do pneu estepe.

jornais e aparecerá na televisão, arrependendo-se de sua militância, elogiando o regime militar e fazendo acusações à esquerda (em anexo).

Na lembrança de Cláudio Gurgel, que conviveu com Gersino, embora saiba que foi denunciado por este, ainda assim procurou compreender o porquê de suas atitudes:

A mim, por exemplo, ele denunciou, e eu recebi essa informação. E para ele me denunciar, eu que era uma pessoa que se incluía no rol de seus prediletos companheiros, eu tenho certeza disso, ele deve ter sofrido enormemente [...]. Ele era um jovem idealista, com muita lealdade aos companheiros, muita fraternidade, era uma pessoa muito fraterna, e certamente ele foi submetido às torturas, a que já nós havíamos sido submetidos e, por alguma circunstância, fez o que fez. (ENTREVISTA CLÁUDIO GURGEL AO AUTOR, 2004)

Já Rubens Lemos, jornalista de Natal que estava refugiado no Rio de Janeiro, lembra, em um artigo intitulado “Memórias do Exílio”, a reação que teve ao deparar-se com as declarações de Gersino para um jornal.

Andando pela rua México, via estampada na primeira página do Jornal do Brasil, a fotografia de G, ex-lider estudantil natalense e transformado em guerrilheiro. G, para minha surpresa, aparecia risonho tomando cafezinho ao lado de alguns policiais. Dele, o jornal publicava também uma terrível carta. G (cuja covardia não lhe honra a menção do verdadeiro nome), pedia o perdão do Ditador de plantão e se declarava pateticamente arrependido. (LEMOS, 2004, p. 4)

O PCBR lançou uma nota pública intitulada “Procura-se um Traidor”, publicada no jornal *Vanguarda*, ano II, número 4, de 1972, na qual acusou Gersino de traição. Paulo Pontes afirma em seu livro autobiográfico que o liberalismo da direção do PCBR é que permitiu que chegasse a esse ponto, pois Gersino já tinha demonstrado mau comportamento duas vezes, em que se apropriou de dinheiro da organização. Mas que, ao final ficou a

palavra dele contra a de Gersino (PONTES, 2018, p. 107). Edmilson Vitorino de Lima, no seu depoimento para a Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, também acusa Gersino de ter atuado junto à repressão e Marcelo Mário de Melo disse ter ouvido que ele inclusive chegou a participar de interrogatórios. No seu depoimento, Gersino entregou uma lista com mais de 40 nomes, muitos com inúmeros detalhes. Diferente de outras pessoas que abriram informações sobre tortura, mas de forma seletiva, evitando ao máximo detalhamentos e ou nomes.

Na véspera da prisão dos militantes que estavam em Recife preparando o sequestro do cônsul japonês, os três moradores do “aparelho” destinado à ação foram à praia à noite onde, segundo suas próprias cartas, buscavam descarregar suas angústias. Retornaram de madrugada, e cada um escreveu uma carta para seus respectivos companheiros. Nenhuma chegou ao seu destino.

Na manhã do dia 16 de julho de 1970, mais precisamente às 6h20min, a polícia fez o cerco ao local onde se encontravam Francisco de Assis, Nancy e Vera Maria Rocha Pereira. No dia anterior, tinham retirado todas as armas do apartamento, inclusive granadas. No momento da batida policial, portavam apenas três revólveres calibre 38. A polícia tentou arrombar a porta da frente, correram para fugir pela cozinha, nos fundos, e perceberam que a porta também estava sendo arrombada. Francisco esvaziou o revólver na pessoa que tentava arrombar a porta e o revólver, ao esquentar, parou de funcionar, não armava mais. Resolveram furar o cerco, e as duas mulheres saíram atirando. Nancy foi baleada e Chico precisou recuar com ela, entregando-se. Nancy foi levada a um hospital, e isso salvou sua vida, pois os estilhaços tinham se espalhado pelo corpo e atingiram o fígado. Teve de passar por diversas operações. Posteriormente, Nancy irá entrar na relação dos presos que serão trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em 16 de janeiro de 1971. Juntamente com Nancy, sairão do País mais 69 presos, entre eles, René-Louis (filho de Apolônio e membro da direção nacional), Vera Maria Rocha Pereira, Bruno Dauster Magalhães e Silva, Elinor Mendes Brito e Marco Antônio Maranhão Costa, todos militantes do PCBR.

Com a prisão de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, Nancy Mangabeira e Vera Maria Rocha Pereira em Recife, não haverá mais reuniões do CC. Apenas contatos de Marcelo com Bruno e de Marcelo com Jorge Emílio Bonviet Guilhain.

Embora Vera Maria tivesse tentado destruir os documentos no vaso sanitário no momento da prisão, alguns caíram na mão da polícia. Entre eles, a relação das pessoas que a organização pretendia trocar, quando do sequestro do cônsul. Como estava sendo articulado outro sequestro em Salvador, a lista era a mesma. O primeiro dos sequestros que desse certo tornaria pública a lista dos presos a serem trocados. Essa lista, apreendida pela polícia, tinha sido redigida em Salvador, onde estava localizado o Comitê Central e estava em manuscrito, com a letra de Bruno Maranhão. Além disso, a lista não estava totalmente fechada, dependendo de algumas confirmações de prisões e/ou de pessoas que possivelmente já estivessem mortas ou de confirmações de prioridades de outras organizações. A lista era composta por 23 membros (ou simpatizantes) do PCBR, e os demais eram militantes de outras organizações, conforme consta da relação a seguir.

### **Nomes a Serem Trocados no Sequestro de Recife ou Salvador**

- 1 – MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA (VILA) - PRESO NA GB
- 2 – RENÉ LOUIS DE CARVALHO (WALTER) - PRESO NA GB
- 3 – BRUNO DAUSTER MAGALHÃES (LEOPOLDO) - PRESO NA GB
- 4 – EDINALDO DE MIRANDA (JOSÉ) - PRESO EM RECIFE
- 5 – TORRES<sup>108</sup> - PRESO EM RECIFE
- 6 – MARIA DALVA LEITE DE CASTRO (ADRIANA) - PRESA NA GB
- 7 – MARCO ANTONIO MARANHÃO COSTA (ERNANI) - PRESO NA GB
- 8 – SONIA HINDS DE OLIVEIRA (MÁRCIA) - PRESA NA GB

---

<sup>108</sup> O codinome Torres, (segundo os dados do SNI), refere-se à Silvério Gomes, militante no RN. No entanto não conseguimos confirmar se a lista se referia a um nome ou codinome. Também Isolda não conseguimos identificar. A única Isolda que aparece nos depoimentos, é de uma pessoa que tinha sido presa no mesmo período da Anatólia, sendo que Luís Alves e Adeildo disseram ter ouvido os gritos dela na tortura, mas também não conseguiram maiores informações além do primeiro nome.

- 9 – MIGUEL BATISTA DOS SANTOS (RODRIGO) - PRESO NA GB
- 10 – VERA LÚCIA VITAL BRASIL - PRESA NA GB
- 11 – RAUL DE CARVALHO (ORLANDO) - PRESO NA GB
- 12 – MARCELO NOGUEIRA DA CRUZ (HORÁCIO) - PRESO NA GB
- 13 – AUGUSTO H. M. D`AURELIE OLIVIER (ÁLVARO) - PRESO NA GB
- 14 – ANGELA CAMARGO SEIXAS (WALKIRIA) - PRESA NA GB
- 15 – ALVARO MACHADO CALDAS (ARMANDO) - PRESO NA GB
- 16 – ISABEL GUIMARÃES DE ABREU (MÔNICA) - PRESA NA GB
- 17 – JACOB GORENDER (SABINO) - PRESO EM SP
- 18 – FRANCISCA ABIGAIL B. PARANHOS (CAROLINA) - PRESA NA GB
- 19 – SUELI CALDAS (CATARINA) - PRESA NA GB
- 20 – SÉRGIO SISTER (BATISTA) - PRESO EM SP
- 21 – ANITA DE MORAIS SLIDE - PRESA NA GB
- 22 – AITAN (MÉDICO) - PRESO EM SP
- 23 – ISOLDA (ALIADA DO RN – PRESA C/ TORRES) (confirmar se ela está realmente presa)

### **Outras Organizações**

- 24 – PEDRO DE FRANÇA VIEGAS (MAR) – PRESO NA GB
- 25 – JOSÉ DUARTE DOS SANTOS (MAR) – PRESO NA GB
- 26 – CELESTINO (MARINHEIRO – MAR) – PRESO NA GB
- 27 – JOSÉ SABINO (MAR) – NOME DE GUERRA: TIO ADÃO
- 28 – JEAN MARC VAN DER WALD (AP)
- 29 – ELENALDO OU LUÍS (AP) o que não estiver paralítico – presos em Recife
- 30 – CARLOS ALBERTO CRISTO – FREI BETTO (ALN) – PRESO EM SP
- 31 – PADRE ALÍPIO DE FREITAS (PRT) – PRESO NA GB
- 32 – MAURÍCIO ANÍSIO CARDEIRA (ALN-NORDESTE) – PRESO EM RECIFE
- 33 – LUCIANO ALMEIDA (LUCAS) (ALN-NORDESTE)<sup>109</sup> – PRESO EM RECIFE
- 34 – CLAUDIO TORRES (DI) – PRESO NA GB
- 35 – VPR – pedir 1 ou 2 nomes confirmadamente presos – é importante
- 36 a 40 – VAR – escolher à vontade

Junto à relação de nomes, constava um pequeno bilhete que explicava melhor algumas alternativas de possíveis

---

<sup>109</sup> Luciano Almeida tinha sido militante do PCBR, inclusive integrando o seu segundo Comitê Central. Foi preso dia 31 de março de 1970 em frente a um cinema em Recife.

substituições. Os mesmos estão citados exatamente como constava no bilhete, algumas vezes sem uma identificação precisa.

Caso a VAR tenha outros nomes para outras organizações pode-se aumentar um pouco a lista (até achamos razoável – fundamental é ter nome do VPR). (esclarecer que caso Vila esteja morto sobra mais uma vaga para eles). É possível que Tio Adão também tenha sido morto. Nesse caso, também fará parte do comunicado da morte de Vila, e deverá ser substituído por outro nome proposto pela VAR. Tio Adão é José Sabino (MAR), líder camponês preso mais de 6 vezes. A última foi no trem de Angra para GB, quando ia avisar o pessoal do Rio que a área estava cercada. Sua prisão foi noticiada um dia e depois não se soube mais nada. Suspeita-se de que tenha sido morto, mas não é certo. Caso Isolda não esteja presa, mais uma vaga. Cláudio Torres é a pedido da própria DI que tivemos contato. (Para Paula: Carlos Wainer e Zílio estão presos). Achamos que não dá para colocar nessa lista Capivara e Nuremberg (documentos apreendidos pela polícia).

Nessa lista, também não constava o nome de Apolônio de Carvalho, porque ele já tinha saído do Brasil, juntamente com mais 39 presos políticos, por ocasião do sequestro do embaixador alemão, em 17 de junho de 1970, e tinha se dirigido à Argélia.

Com as quedas de Recife e com a certeza de que a repressão já estava acompanhando as movimentações em Salvador, foi desarticulada a estrutura para o sequestro do cônsul norte-americano nesta cidade, e alguns militantes foram retirados da região. Lá estavam (identificados) Bruno Maranhão, Antônio Prestes de Paula, Suzana Maranhão, Dirceu Régis, Getúlio Cabral, Paulo Pontes, José Adeildo Ramos, Theodomiro Romero dos Santos<sup>110</sup>, Valdir Sales Sabóia (Arnaldo) e Fernando Augusto da Fonseca (Sandália). Além de Beto e Mariana<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> Theodomiro chegou a Salvador dia primeiro de janeiro de 1970.

<sup>111</sup> Não conseguimos identificar ninguém pelo pseudônimo Beto e Mariana (companheira de Prestes de Paula). Na listagem que conseguimos produzir

Possivelmente, Mário Miranda de Albuquerque, que tinha participado da tentativa de assalto ao banco, também ainda estivesse em Salvador.

A maioria dos quadros militares e de direção do PCBR estava em Salvador. Divididos em três casas e com apenas um automóvel, um Volkswagen, o qual permanecia por alguns dias da semana em uma das residências e, nos demais dias, nas outras duas, de acordo com as necessidades. Mudavam a placa cada vez que saía de um aparelho e se dirigia a outro. Nesse momento é que iniciou a clandestinidade de Susana Maranhão, companheira de Bruno Maranhão.

Susana já militava no PCB antes do surgimento da dissidência, no início do PCBR. Juntamente com Maria Teresa Lemos Vilaça e Rildete Alves Rodrigues, trabalhava na COOPERART, uma instituição que fazia obras de caridade para os camponeses, mas que, de forma paralela e clandestina<sup>112</sup>, organizava um mapeamento de camponeses mais politizados, além do recrutamento e formação política. A COOPERART era financiada basicamente por esposas de proprietários de engenhos que queriam fazer um trabalho filantrópico. Uma das ações na qual a instituição ajudou muito foi o mapeamento de engenhos para o trabalho de queimadas. Este se constituía em localizar algum camponês mais politizado e articular com ele a queima dos canaviais. Com os canaviais queimados, a cana precisava ser processada em poucas horas, para que não houvesse perda total. Nesse caso, os usineiros eram obrigados a contratar imediatamente mão-de-obra camponesa para processar a cana nos canaviais, a fim de diminuir perdas. Isso criava uma simpatia dos camponeses para com as organizações políticas que articulavam as queimadas.

---

existem apenas duas pessoas com esse codinome. Rildete Alves Rodrigues, que com certeza não é a pessoa que estava em Salvador, e Ana Maria de Souza de Melo Alves (dados do SNI). No entanto, não podemos afirmar que se trata da mesma pessoa. Este assalto a banco está melhor detalhado em Souza (2003) e Pontes (2018).

<sup>112</sup> Clandestina no sentido de que as pessoas que custeavam esse projeto não tinham noção de que Suzana Maranhão, Tereza Vilaça e Rildete Alves Rodrigues tinham a intenção ao atuar junto à COOPERART.

O depoimento de Edmilson Vitorino de Lima à Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco apresenta o quadro de violência vivido pelos camponeses e o objetivo destas queimas.

Nós criamos os comandos de engenho [...] uma organização parecida com os sindicatos, mas mais clandestino, para aproveitar as oportunidades, se não, nós cairíamos com maior brevidade [...]. A gente reunia os trabalhadores no engenho, tinha assalariados agrícolas, cortadores de cana [...] Eu ia à noite, com outras pessoas dando cobertura com um papo amarelo. Papo amarelo é uma espingarda 12, de repetição. Eu cheguei a dormir em árvore com aquilo lá por causa dos vigias das usinas. Eles matavam realmente os camponeses e jogavam dentro de uma cacimba com terra dentro. Fizeram isso muito na Usina Caxangá e na Usina Catende. [...]. Às vezes um camponês subtraía uma cana, até para chupar, porque estava com fome e sede e era simplesmente torturado e às vezes baleado na perna como aconteceu na Usina Caxangá [...] e a gente tinha que pegar [...] o cara que fazia esse tipo de atividade [...] a gente fazia era denunciar isso em panfleto e dizer que se acontecesse qualquer massacre com os camponeses, nós vamos te pegar e você vai ser justificado. E fizemos isso algumas vezes. Pegamos um cara que estava torturando trabalhadores rurais e a gente simplesmente pegamos a figura, tiramos a roupa dele toda, deixamos ele só de cueca e dizemos você vai correr até o engenho, nós vamos puxar você e você vai dizer que nunca mais vai atirar em ninguém. Se você voltar a fazer atrocidade, a gente te mata. O cara ficava apavorado e corria nu no engenho. Isso aconteceu em Alagoas. Isso só para exemplificar as atividades, eram atividades muito miúdas. (RELATÓRIO CEV PERNAMBUCO, 2012, p. 47)

Quando a COOPERART foi fechada pela repressão, e Teresa foi presa<sup>113</sup>, Susana já não estava mais em Recife. Como Bruno já estava clandestino, e o cerco estava chegando em Susana, ela se deslocou para São Paulo, que é onde teria melhores condições para fazer uma cirurgia e tratamento de sua

---

<sup>113</sup> Na época, não estava mais militando no PCBR.

filha Manuela. Em São Paulo, ainda tinha uma vida legal, e sua função era manter Cândido Pinto informado das posições do Comitê Central. Cândido, que tinha sido eleito presidente da União Pernambucana de Estudantes, estava no hospital, paraplégico, em virtude de um atentado que sofreu em Recife, no dia 28 de abril de 1969, em uma parada de ônibus, depois de ter sido ameaçado de morte por policiais. Durante certo tempo, Susana ficou com Bruno. Quando Mário Alves caiu, Bruno ainda continuou indo aos “pontos” combinados, sem saber de sua prisão e assassinato. Susana, por sua vez, é quem dava cobertura a Bruno.

A filha de Bruno e Susana estava em São Paulo com uma amiga do casal. Cada vez que Susana se dirigia ao Rio para encontrar Bruno e dar cobertura aos pontos, ao voltar a São Paulo, antes de chegar em casa, sempre telefonava para saber se estava tudo bem. Em um desses telefonemas soube, por sua mãe que havia chegado de Recife, que estavam atrás dela. Nesse momento, entrou para a clandestinidade e deslocou-se para Salvador.

Em Salvador, incorporou-se à ação de sequestro. Como não era tão visada como os demais, foi quem fez todo o levantamento – horário de saída da casa, saída do consulado, carros que usava, etc.). O contato de Susana era com Renato Afonso de Carvalho, na época, estudante de Economia que tinha uma vida legal. Além do contato com Renato, também prestava assistência (acompanhamento político) a duas pessoas que estavam discutindo com a organização, sendo que um era um padre, de cujo nome Susana não lembra<sup>114</sup>, que tinha uma forte vinculação com Theodomiro, então seminarista. Posteriormente, irá conhecer e manter contatos com Marcos Antônio Afonso de Carvalho, irmão de Renato.

Tanto Susana quanto Antônio Prestes de Paula, consideravam que o Volkswagen foi o elemento que chamou a atenção da repressão. Paulo Pontes, por sua vez, não tem

---

<sup>114</sup> Entre os militantes baianos do PCBR que foram presos posteriormente, consta o nome de Alberto Emanuel de Freitas Santos. Ao lado de seu nome consta “padre”. Provavelmente seja a pessoa a que Suzana se referiu.

dúvidas de que foi a partir dele (Paulo) que a repressão chegou aos demais envolvidos. Sua casa estava sendo vigiada e, quando foi preso, ficou sabendo que os policiais já possuíam sua fotografia. Não sabe se houve algum tipo de infiltração na organização ou se estava sendo vigiado por outros motivos. De qualquer forma, como não sabia que estava sendo seguido, ao contatar outros militantes, estes passaram a ser também vigiados.

Na última reunião realizada em Salvador – na praia – em que se organizavam as transferências devido ao sequestro que não mais se realizaria, alguns deixaram o local de ônibus. Theodomiro, Susana e Lourdes Maria Wanderley Pontes pegaram o mesmo ônibus. Prestes e Bruno saíram com o Volkswagen vermelho. Desconfiaram que estavam sendo seguidos e fizeram um balão, de forma repentina, mas o carro que os seguia fez o mesmo. Com a certeza de que estavam sendo seguidos, conseguiram despistar o carro e, naquela noite mesmo desocuparam as casas alugadas. Prestes, Bruno e José Adeildo foram para Aracaju (SE). Mariana (codinome da companheira de Prestes) também saiu de Salvador.

Em Sergipe, Prestes, Bruno e Adeildo foram para uma pensão. Surgiu um imprevisto perigoso. O marido da dona da pensão, irritado com o barulho que alguns estudantes faziam, queria chamar a polícia. A proprietária, envergonhada em função dos “engenheiros da Petrobrás” que estavam na pensão (os militantes do PCBR), não queria que a polícia fosse chamada. Na dúvida, os três foram procurar outro lugar para ficar.

Susana saiu da casa onde estava<sup>115</sup> e foi morar, durante alguns dias, com Góia, a namorada de Renato Afonso (que não era militante da organização). Outros militantes procuraram locais alternativos.

---

<sup>115</sup> Provavelmente na Praia Vermelha, pois era um dos três aparelhos alugados pelo PCBR. Tanto Theodomiro como Paulo Pontes “abriram” os endereços após 24 horas de tortura, dando tempo para que houvesse os deslocamentos necessários. Suzana Maranhão também lembra que em algum momento esteve morando em Praia Vermelha, embora não lembre exatamente as circunstâncias.

Susana recorda que, ao sair da última reunião, na praia, pegou o ônibus juntamente com Lourdes e Theodomiro e que a primeira a descer foi Lourdes (Lurdinha), mulher de Paulo Pontes. Foi a última vez que a viu, pois, alguns anos mais tarde, ela será assassinada pela repressão no Rio. Logo após, Susana desceu, e Theodomiro continuou no ônibus. Também foi a última vez que viu Theodomiro, antes de sua prisão por longos anos. Poucas horas depois, irá ocorrer o incidente no Dique do Tororó, como será visto adiante.

Quando Susana já estava se preparando, junto com Renato Afonso, para sair da Bahia, indo até a fronteira, viu um jornal e identificou nos anúncios um aviso da família de Bruno. Pelo combinado, quando houvesse necessidade de contatos, a família colocaria um anúncio de venda de automóveis e, a partir das datas do anúncio, eles procurariam uma determinada caixa postal. Susana disse a Renato que não iria naquele momento, que antes procuraria o contato com a família de Bruno, da qual há muito tempo não tinha notícias, e depois iria a Sergipe, de ônibus. Renato tentou argumentar com Susana para que não se arriscasse, mas ela não mudou de posição. Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) propôs-se a ir com ela para fazer a sua segurança até Sergipe. A partir da caixa postal, Susana ficou sabendo que os pais de Bruno já estavam na Bahia há um mês, tentando contato. Foi a uma Igreja, conforme o combinado, e encontrou os pais de Bruno muito nervosos. Após explicar que estava tudo bem e que Bruno não se encontrava mais em Salvador, eles não aceitaram que ela fosse a Sergipe de ônibus e a levaram juntamente com Sandália até o outro estado. Posteriormente, Fernando (Sandália) voltou até Salvador de ônibus.

De Sergipe, para onde foi boa parte dos militantes que estavam em Salvador, foram deslocados para o Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco. Bruno e Susana saíram de Sergipe e foram para Maceió, dirigindo-se mais tarde ao sertão de Pernambuco, de onde posteriormente se deslocaram para o Mato Grosso e de lá foram de trem até Santa Cruz de La Sierra e La Paz, na Bolívia. Com passaportes falsificados, foram para a

Europa e depois para o Chile, voltando à França por ocasião do golpe militar do Chile, em 1973.

Nesse mesmo dia, 27 de outubro de 1970, após Suzana saltar do ônibus em Salvador, reuniram-se no Dique do Tororó Theodomiro Romeiro dos Santos, Paulo Pontes e Getúlio Cabral. Fazia pouco tempo que Dirceu Régis tinha se retirado. Com isso, escapou do confronto com a repressão. Tanto Theodomiro quanto Paulo Pontes iriam permanecer em Salvador, trabalhando basicamente junto ao movimento estudantil. Getúlio Cabral, já membro da direção nacional, havia repassado dinheiro para Dirceu Régis a fim de que este se deslocasse para o interior e estava dando as últimas instruções antes de também sair da Bahia. Ainda contavam com o apoio dos militantes da organização que eram da Bahia e deveriam continuar com o trabalho no estado. Entre eles, Renato Ribeiro (que era da direção estadual, juntamente com Dirceu Régis e Paulo Pontes), bem como Wellington Freitas, Natur de Assis Filho, Roberto Albergaria, Wagner Coqueiro, Renato Afonso de Carvalho, Marcos Afonso de Carvalho, Ricardo Nóbrega e Wesley Macedo Bonfim, entre outros.

Ainda no dique, Getúlio Cabral viu que um jipe do Exército se aproximava e começou a atirar, ao mesmo tempo em que correu. Theodomiro e Paulo Pontes, que estavam de costas, não tiveram tempo de fugir e foram presos por quatro homens. Algemaram o pulso direito de Theodomiro, na época com 18 anos, com o pulso esquerdo de Paulo Pontes. Atiraram uma pasta preta que Theodomiro tinha para dentro do jipe e saíram atrás de Getúlio Cabral. O jipe parou em frente a uma ponte de onde Getúlio tentava alcançar o outro lado do dique. Como a ponte não era segura, os policiais tentaram acertar em Getúlio dali mesmo. O sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima tinha saltado do jipe e estava ao lado da porta. Theodomiro, com a mão esquerda mesmo, pegou um revólver calibre 38 do interior da maleta e atingiu o sargento Walber, que caiu ferido. Theodomiro continuou atirando e feriu o agente federal Hamilton Nonato, mas foi dominado e espancado ali mesmo. Com a fúria em que os policiais estavam, esqueceram o sargento caído (que veio a morrer em função de não ter sido socorrido) e levaram os

militantes para a Polícia Federal. Theodomiro foi o primeiro preso político brasileiro a ser condenado à morte<sup>116</sup>, em 18 de março de 1971. Mais tarde, sua pena passou à prisão perpétua e, posteriormente, foi condenado à pena de trinta anos. Paulo Pontes, por sua vez, foi condenado à prisão perpétua. Enquanto Theodomiro e Paulo Pontes eram torturados<sup>117</sup>, os policiais colocavam a música de Toni Tornado que fazia sucesso na época, e que dizia, em determinada parte: “a gente corre, a gente morre, na BR-3”, referindo-se ao diminutivo como era chamado o PCBR. Praticamente todos os militantes e simpatizantes do PCBR que atuavam na Bahia naquele momento também foram presos. No dia 28 de outubro de 1970, foram presos Alberto Emanuel de Freitas Santos (Padre), Gervásio Rodrigues da Silva (Edinho), Renato Santos Pita (Pita), Marcos Dantas Loureiro (Nestor), Paulo Roberto Alves (Ricardo) e Vera Lúcia Teixeira Gonçalves (Verinha). No dia seguinte (29), ainda houve as prisões de João Luiz Silva Ferreira (Ênio, Juca ou Lula), Dirceu Régis Ribeiro (Ronaldo) e Wellington Renato de Araújo Freitas. E no dia 3 de novembro de 1970 houve ainda a prisão de Carlos Henrique Leal do Nascimento (Raul). É possível que ainda tivesse havido mais prisões não identificadas e/ou militantes que conseguiram fugir ao cerco policial. Os militantes que tinham vindo de fora da Bahia para o sequestro conseguiram fugir, como Suzana Maranhão, Prestes de Paula, Bruno Maranhão e Fernando (Sandalia).

---

<sup>116</sup> Para maiores detalhes quanto ao processo que levou Theodomiro à pena de morte, ver NETO, Joviniano Soares de Carvalho. A polêmica que a (pena de) morte perdeu: os campos sociais e a cobertura do caso Theodomiro pela imprensa de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2014.

<sup>117</sup> Emilio Mira Y Lopez narra um fato relacionado às torturas que Theodomiro sofreu na prisão. Quando Theodomiro foi preso, tinha um bilhete em seu bolso traseiro que dizia “Vá à Porra”. Inúmeras vezes foi torturado para saberem o que significava o bilhete e ele sempre dizia que não era nada, apenas uma brincadeira. Como os torturadores não se convenciam, em determinado momento ele resolveu dizer que “Porra” significava Partido Operário Revolucionário Armado. Quanto um torturador disse que estava faltando um dos Rs, ele disse: Partido Operário Revolucionário Retado Armado. Ainda segundo Emilio, em seu processo consta “indagado de um bilhete encontrado em suas calças - Vá à Porra, - o depoente declarou tratar-se do Partido Operário Revolucionário Armado” (FERRER, 2011, p. 152).

Mesmo Theodomiro tendo sido o primeiro a ser punido com a pena de morte, não foi exceção quanto ao rigor que os tribunais impuseram aos presos políticos. Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, também militantes do PCBR, foram condenados a uma pena que foi considerada por muitos como a mais cruel de todas. Inicialmente, foram condenados à prisão perpétua em regime de isolamento. Mais tarde, essa pena irá diminuir, mas mesmo assim, somadas as penas dos dois, chegará a 131 anos de cadeia. Durante mais de trinta meses, ficaram isolados de todo contato com os demais presos, com direito a banhos de sol isolados, e apenas ocasionalmente.

Mais adiante, os presos da Ilha de Itamaracá, em Recife, irão organizar cinco greves de fome entre os anos de 1973 e 1979. Duas delas contra o espancamento de presos comuns, uma contra o envio de dois dos presos políticos para o Quartel da Cavalaria [Marcelo Mário de Mello e Alberto Vinicius do Nascimento] e as outras duas contra o isolamento a que Carlos Alberto e Rholine foram submetidos. A última delas, que durou 25 dias, propagou-se e gerou um movimento nacional pela anistia dentro das prisões.

Segundo Francisco de Assis, a difusão do movimento ocorreu por cartas mandadas para fora da prisão após visitas de parentes. “Foi assim que combinamos a última greve. Quem não ficou sabendo pelas cartas descobriu mais tarde, pela imprensa, e também decidiu aderir”<sup>118</sup>. Até mesmo Dom Hélder Câmara chegou a organizar uma vigília contra o isolamento em função do desrespeito aos direitos humanos a que Carlos Alberto e Rholine foram submetidos.

De qualquer forma, o fato de Theodomiro ter atirado em um policial não será esquecido. Além de Theodomiro e Paulo Pontes terem sido violentamente torturados, os agentes da repressão irão se vingar de forma brutal. Em 1979, Theodomiro fugiu da Lemos de Brito porque não tinha segurança de vida. Todos os indícios apontavam que seria morto na cadeia por policiais. Inclusive o governador da Bahia na época, Antônio Carlos Magalhães, afirmou que “vocês sabem, pode ocorrer

---

<sup>118</sup> Depoimento ao autor em 2004.

alguma briga com um preso e acontecer alguma coisa com ele”. Uma reportagem de Emiliano José, “A Fuga Histórica”, publicada na revista *Caros Amigos*, número 1, de abril de 1997, relatou sua fuga de forma detalhada, incluindo a participação de deputados federais no apoio e todo o conflito com a Igreja Católica, que tinha medo de dar asilo a Theodomiro e criar atritos com o governo. Após sua fuga, Theodomiro foi para a Europa e retornou em 1986, quando foi montada uma grande estrutura, até de apoio logístico militar nos aeroportos, para seu retorno, eis que Theodomiro era uma pessoa ameaçada de morte por parte dos policiais baianos.

No mesmo ano da prisão de Theodomiro e Paulo Pontes, houve a prisão de Alberto Vinicius Mello do Nascimento (Xanha), em Pato Branco, no Paraná, no dia 29 de novembro de 1970. Elinor Brito também foi preso na mesma época em Pato Branco, mas não sabemos se no mesmo dia e em que circunstâncias. Não conseguimos identificar se essas prisões ocorreram de forma isolada ou se outros militantes foram presos juntos.

É importante percebermos que algumas das prisões foram ocasionadas não apenas a partir de ações militares, como assaltos, mas também a partir de ações de agitação e propaganda de massas, que, pelas condições políticas da época, também precisavam ser feitas sob proteção militar da organização. Uma simples pichação, panfleteação ou até mesmo minicomícios com alto-falantes em porta de fábricas<sup>119</sup>, normalmente, eram acompanhadas por militantes armados. Segundo Álvaro Caldas:

Agora, essas ações cada vez mais precisavam de uma segurança armada, disposta ao confronto militar, se houvesse. [...] Você tinha de ter um grupo de fogo para dar segurança aos manifestantes que estavam ali com a incumbência de se manifestar, de dar discursos, etc. Então, nós fizemos vários tipos de ações deste tipo, que foi uma espécie de preparação. Até para chegar a este estágio

---

<sup>119</sup> A exemplo das prisões de Paulo Fernandes Magalhães, Célio Miranda de Albuquerque, Lília da Silva Guedes e Pedro Paulo Pinheiro, presos em decorrência de uma pichação em Fortaleza, dia 15 de outubro de 1970.

mais avançado. Ações de trem, dentro do ramal da Central do Brasil, estações rodo-ferroviárias, paradas. Também todas elas com apoio militar. Com apoio logístico militar, que era para garantir a realização da ação. Panfletagens também. Panfletagens e pichações passaram a ser também todas elas feitas com segurança. Por quê? Porque o confronto, a ditadura tinha, também, montado um esquema de repressão que ela foi aperfeiçoando, aumentando, e reprimindo de uma forma mais violenta. (ENTREVISTA DE ÁLVARO CALDAS, janeiro de 2003)

Um boletim, editado pelo PCBR sob a responsabilidade de seu Comitê Central, dá-nos um pequeno relato de ações de propaganda de massas que a organização realizava com o intuito de mobilizar a população. Também se refere às medidas de apoio armado na sua realização:

Na Zona Canavieira de Pernambuco, há pouco tempo, houve tentativas espontâneas de greve em dois engenhos – depois de uma panfletagem ocorrida na área. Na Semana Che Guevara, houve queima de vários canaviais. Recentemente, realizou-se ampla panfletagem esclarecendo a população a respeito do ditador, Garrastazu, e denunciando as mais recentes medidas antipopulares da ditadura. Em Recife, o PCBR realizou um comício-relâmpago na porta da fábrica Macaxeira<sup>120</sup> (Têxtil), do grupo Othon Bezerra de Mello, como início da Semana Che Guevara. Na ocasião, foi pichado o muro da fábrica: Che Guevara/Guerrilha. Colocou-se num fio de alta tensão o retrato do Che. Distribuiu-se panfletos. A operação foi realizada por um Grupo Armado de Propaganda, às 5 horas da manhã, na saída de um turno [...]. Dando continuidade à Semana Che Guevara, houve mais um comício na Profertil (indústria química), do grupo Lundgreen, com pichação e colocação de bandeirola. Realizaram-se panfletagens e mais bandeirolas foram colocadas nos fios – no Recife e na Zona da Mata. (VANGUARDA, outubro de 1969)

---

<sup>120</sup> Dia 8 de agosto de 1969.

Outro exemplo de ação de propaganda armada foi descrito no livro *Ousar Lutar, Ousar Vencer*, de Sandra Regina Barbosa da Silva Souza, quando descreve uma ação ocorrida em maio de 1969 na estação de transporte urbano da Barroquinha, em Salvador, quando militantes do PCBR bloquearam as principais vias de acesso para fazer panfleteações e comício. No depoimento de Renato Affonso de Carvalho, o mesmo afirmou que fizeram inúmeras panfleteações e pichações desta forma.

Existem informações desencontradas a respeito de um assalto à Cia. Manufatura de Tecidos do Norte – Fábrica Tacaruna em Olinda. Segundo documento da repressão (R.E.I. n. 3, CISA/86), esta operação aconteceu dia 24 de setembro de 1968 e teriam participado Alberto Vinicius Melo do Nascimento, João Alves Gondim Neto, José Gersino Saraiva Maia, Geraldo Ferreira Santos, José Moreira de Lemos Neto, Jamildo Tavares Conserva e Bruno Costa Albuquerque Maranhão. A arma de Alberto Vinicius caiu no chão e atingiu um funcionário, que ficou com um defeito na perna. Para Marcelo Mário de Melo, houve duas ações em Tacaruna, uma foi o assalto e outra uma atividade de agitação e propaganda. Existe outra data que apareceu na pesquisa, que seria um assalto à Tacaruna, em 24 de dezembro de 1969. Nem mesmo nos documentos da repressão constam dois assaltos. O mais provável é que a segunda ação (de 1969) tenha sido apenas de agitação e propaganda.

No dia 7 de dezembro de 1970, a VPR sequestrou o embaixador suíço no Rio de Janeiro. Esse sequestro era um dos quatro que tinham sido planejados para serem executados no período entre a VPR e o PCBR<sup>121</sup>, e o único que deu certo, no qual foram libertados 70 presos políticos, no dia 16 de janeiro de 1970. Entre os presos trocados pelo embaixador Giovanni Enrico Buncher havia seis militantes do PCBR: René de

---

<sup>121</sup> O PCBR não participou da ação, mas o acordo previa que cada organização iria tentar realizar dois sequestros e ficou previsto que a lista de presos a serem trocados priorizaria militantes dessas duas organizações, além de incluir os demais grupos políticos da esquerda da época.

Carvalho, Vera Maria Rocha Pereira, Nancy Mangabeira, Elinor Brito, Bruno Dauster e Marco Antônio Maranhão Costa<sup>122</sup>.

Buscando rediscutir a situação de grande fragilidade do PCBR, foi preparada uma reunião da Direção Regional do Nordeste com o Comitê Central, no final de janeiro e início de fevereiro de 1971, em Pirangi (RN). Discutiram os documentos de julho e definiram fazer mais duas ou três ações para juntar recursos, após as quais desmobilizariam as atividades militares e de expropriação. Além disso, propoariam uma política de desprofissionalização de militantes, emitiriam carteiras falsas e tentariam criar as condições para os/as militantes voltarem a ter uma vida normal. Segundo Marcelo Mello, normalmente existia uma média de cinco simpatizantes ou militantes legais para sustentar um militante clandestino. No momento, existia uma média de 4,5 militantes clandestinos para cada simpatizante ou militante legal.

Também era intenção do Comitê Central que Antônio Prestes de Paula ficasse no Nordeste coordenando as ações militares. Para isso, ele foi enviado ao Rio Grande do Norte alguns dias antes da reunião que estava sendo montada entre o Comitê Central e o comando regional do PCBR no Nordeste. Foi Cláudio Gurgel quem levou Prestes até a cabana onde estava morando Carlos Alberto Soares.

No entanto, deixou Prestes um pouco antes do local e foi embora sem apresentá-los. Carlos Alberto sabia que ele era um militante da organização, mas não que era o responsável pelo seu Comando Político Militar. Nem Prestes sabia que o responsável pela questão militar no Nordeste era Carlos Alberto. Seguindo rigidamente as normas de segurança, durante três

---

<sup>122</sup> Segundo Dalva Bonet, foi muito confuso o processo de definição dos nomes por parte das organizações. Havia uma negociação entre os grupos políticos. A VPR elaborou uma lista em Argel, a ALN, outra lista, em Cuba, e as demais organizações que participaram ou eram aliadas indicaram alguns nomes. Segundo os manuscritos de discussão interna da ALN, havia uma discordância em relação aos critérios que o PCBR propunha. No documento consta "... há um problema: os critérios nem sempre coincidem. É flagrante que a lista que o Apolônio deu não atende aos mesmos critérios que os nossos". O texto dá a entender que para a ALN os nomes indicados pelo PCBR não seriam prioridade (MIR, 1994, p. 580).

dias os dois conversaram apenas banalidades, até que Prestes não se aguentou e reclamou que já fazia três dias que estava esperando o comandante militar do partido no Nordeste e até aquele momento ninguém havia aparecido. Com isso, Carlos Alberto também se identificou como sendo a pessoa que Prestes estava esperando, embora também não soubesse a identidade e as funções do visitante. Segundo ele, era visível o ar de decepção de Prestes, que esperava muito mais do que um jovem franzino como responsável por essa área.

Na reunião, que ocorreu na praia de Pirangi, das pessoas identificadas estavam Antônio Prestes de Paula, Marcelo Mário de Mello, Mário Miranda de Albuquerque, Fernando Augusto da Fonseca (Sandália), Cláudio Roberto Marques Gurgel, Maria Yvone Loureiro (companheira de Odijas), Carlos Alberto Soares e Rosa Soares (esposa de Carlos Alberto). Uma das pessoas presentes à reunião retirou-se antes da mesma acabar e dirigiu-se até o “aparelho” na praia de Maria Farinha, em Pernambuco, onde foi preso e posteriormente torturado. Conforme lembranças de Cláudio Gurgel, a pessoa que teria saído antes da reunião terminar tinha sido Mário Miranda. Embora Gurgel não lembre o motivo por que teria saído antes e com autorização dos demais presentes, existe uma versão de que quem saiu antes estava encaminhando a documentação para sair do país e tinha data para pegar os papéis. Saiu três dias antes de acabar a reunião e, em Recife, foi duas vezes no “ponto” combinado com outros contatos da organização. Como ninguém apareceu, resolveu ir até o “aparelho” onde seu contato se encontrava. Quando chegou lá, já tinha havido quedas e a polícia havia cercado o local, prendendo-o e torturando-o. No dia 6 de fevereiro, o grupo que se encontrava na praia ficou sabendo, a partir de uma mensagem cifrada em um telegrama que tinha havido quedas, embora não soubessem de quem, e resolveram desmontar a reunião.

Os órgãos de repressão não chegaram a identificar o local exato da reunião mas, a partir de notas de gasolina apreendidas junto aos presos, perceberam que deveria haver alguma movimentação na região. Como não havia automóvel para todos saírem da praia, deram prioridade a Prestes, Fernando

(Sandália) e Marcelo Mello, que tinham suas fisionomias em cartazes de procurados pela polícia nas rodoviárias. Saíram na mesma noite, e os demais resolvem esperar o dia amanhecer já fora da cabana, para evitar serem surpreendidos pela repressão. Prestes e Marcelo ficaram morando provisoriamente em uma praia. Segundo Prestes, ficaram na praia de Redinha. Marcelo Mello fala na praia de Bom Fim. O responsável pelo suporte foi Irapuã Fernandes Rocha (Taka), encarregado da cobertura e assistência, levando alimentação e informação aos acampados. Alguns dias depois, em 9 de março de 1971, Marcelo foi preso<sup>123</sup>. Quanto a Prestes, não sabemos exatamente para onde e quando se deslocou da região.

Antes disso, na manhã do dia 7 de fevereiro de 1971, Cláudio Gurgel, Maria Yvone Loureiro (em alguns relatos consta o nome de Maria Ivone Ribeiro Pires), Carlos Alberto Soares e Rosa Soares pegaram um ônibus e tentaram chegar a Natal, onde foram presos em um cerco policial. Os policiais entraram no ônibus, e um deles identificou Cláudio Gurgel, que tinha militado no movimento estudantil. Pela idade e características, também detiveram Maria Ivone, Carlos Alberto e sua esposa. Só havia pescadores no ônibus e não foi difícil identificar, pelas características físicas de estudantes classe média, os militantes que tentavam chegar a Natal.

Mário Miranda de Albuquerque já tinha sido preso, possivelmente entre os dias 5 e 6 de fevereiro, quando foi ao aparelho da praia de Maria Farinha, em Pernambuco, onde estava Odijas Carvalho de Souza. A intenção era tirá-lo de lá, mas Mário não sabia que Odijas já estava preso. Também sabemos que, no mínimo, Fernando (Sandália), Antônio Prestes de Paula e Marcelo Mário de Melo conseguiram fugir ao cerco, embora sem maiores detalhes. Porém, não sabemos se outras

---

<sup>123</sup> No momento de sua prisão a repressão pegou um dinheiro que tinha sido resultado de um assalto a banco no Ceará – possivelmente do Banco do Brasil de Maranguape, que tinha ocorrido seis meses antes. Segundo depoimento de Marcelo Mello nessa coletânea, cada militante profissionalizado recebia um salário mínimo e meio e possivelmente parte desse dinheiro fosse para repassar para os profissionalizados (FERRER, 2011, p. 329).

pessoas estavam na reunião. Normalmente, os depoimentos são imprecisos, em virtude do tempo ocorrido, e não trazem informações novas quanto a outros nomes.

Uma semana antes, ou seja, no dia 30 de janeiro de 1971, já tinham sido presos, na praia de Maria Farinha, Odijas e Lylia da Silva Guedes (alguns relatos citam Lélia Guedes). Odijas foi torturado de forma muito violenta e morreu no dia 8 de março de 1971.

Os jornais da região falaram da prisão de Tarzan de Castro e Maria Cristina Rizzi como sendo também militantes do PCBR, presos na praia de Maria Farinha no mesmo momento em que houve a queda de Odijas. Tarzan e Maria Cristina não eram militantes do PCBR, e sim da Ala Vermelha. Nos depoimentos dos militantes envolvidos na época, ninguém soube informar detalhes dessa queda. Não se sabe, portanto, se efetivamente houve alguma relação entre os dois “aparelhos” que caíram, se foi apenas uma coincidência ou se foi alguma notícia “plantada” nos jornais pelos órgãos de segurança.

É muito remota a possibilidade de que as quedas em Pirangi tivessem sido consequência direta da prisão de Odijas. Primeiro, porque ela ocorreu uma semana antes da reunião prevista. Possivelmente, os militantes que estavam na reunião nem soubessem do que acontecera, pois seria uma temeridade realizá-la nessas circunstâncias. Em segundo lugar, nos autos do inquérito não consta nada, ou seja, Odijas morreu sem falar nada para seus torturadores. E, em terceiro lugar, porque nenhum dos entrevistados citou o nome de Odijas como uma pessoa que tivesse informações quanto à localização da reunião. Provavelmente a pessoa que saiu antes da reunião tenha se dirigido ao “aparelho”, onde supunha que encontraria Odijas e, como este já estava preso, também teve o mesmo destino<sup>124</sup>.

---

<sup>124</sup> Como em nenhum momento os agentes policiais chegaram diretamente ao local da reunião, (os que foram presos estavam em um ônibus, deslocando-se para Natal), a pessoa que saiu antes do final da reunião e foi presa não deve ter repassado essa informação nas sessões de tortura. A busca por parte da polícia possivelmente foi decorrente de indícios de que haveria militantes do PCBR na região.

Alberto Vinicius Melo do Nascimento, que tinha sido preso no Paraná e que nesse momento estava no DOPS de Recife, relatou as torturas sofridas por Odijas.

Na entrada para o corredor das celas ficava a sala na qual por 17 horas os torturadores se revezavam na tentativa inútil de obter informações que os levassem à localização de outros companheiros. Apesar da existência da porta de madeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante este período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam mais ainda, redobrando os golpes exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, nossa angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan resolveu contar os golpes e os gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou dos 300. Por volta das 2h, os torturadores, extenuados e vencidos, colocaram Odijas na cela. Passado alguns minutos aparece o delegado Silvestre. Visivelmente irritado, gritando com os torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até às 4h do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 de fevereiro não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de saúde era gravíssimo. Estava com retenção de urina, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital onde urinou por meio de sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica, até finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois. (MIRANDA, 1999, p. 364-365)

Os demais presos do PCBR, na época, Cláudio Gurgel, Rosa, Alberto Vinicius, Carlos Alberto, Lylia, Yvone e Mário Miranda, conseguiram fazer sair do DOPS um documento intitulado “Carta-denúncia”, no qual expõem o assassinato de

Odijas. A denúncia também foi feita por Yvone, sua mulher que, aproveitando uma ida ao banheiro, no primeiro andar do DOPS, pôs-se a gritar para os transeuntes que seu marido, Odijas, tinha sido assassinado.

O então deputado federal por Pernambuco, Marcos Freire, fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados, denunciando o assassinato de Odijas. Em sua fala, há uma informação no mínimo curiosa. Ele denunciou todas as pessoas envolvidas, desde médicos, legistas, policiais, até mesmo membros do Judiciário, que criaram uma fraude para sustentar a morte de Odijas. Em meio a seus comentários, afirmou que a funerária que enterrou o corpo de Odijas pertencia ao sogro do escrivão Edmundo Brito de Lima, um dos torturadores que o assassinou. As acusações de Marcos Freire estão detalhadas em seu livro *Oposição no Brasil, Hoje* (1974).

Marcelo Mário de Mello, que tinha saído com Prestes do cerco de Pirangi, disfarçou-se e conseguiu escapar por alguns dias. No entanto, foi preso no dia 9 de março de 1971, segundo ele, em uma palhoça, na praia de Nísia Floresta (RN). Em 16 de abril do mesmo ano, foi presa Maria Luiza Nóbrega (ou Nobre), por participar de uma manifestação, em Natal, durante a chegada de Médici à cidade.

Na metade do ano de 1971, Bruno Maranhão e Susana, que estavam clandestinos no interior de Pernambuco, foram para o exílio. Lá, começaram a participar da comunidade dos exilados brasileiros, mas ainda mantendo identidades falsas.

Segundo Prestes de Paula, no primeiro semestre de 1971, a direção no Brasil estava resumida a Bruno Maranhão, Prestes de Paula, Getúlio Cabral, Sandália e mais três pessoas, sendo uma de Pernambuco (provavelmente Marcelo Mario de Melo). A direção, no Brasil, resolveu realizar uma reunião no exterior, com representantes dos coletivos do Chile, da Europa, dos que estavam no Brasil e com a representação dos presos, através de militantes que estavam por sair da cadeia. No Chile, no período do governo democrático e socialista de Allende, havia um coletivo de cerca de 40 membros do PCBR. Na Europa, existiam mais uns 30 militantes espalhados, principalmente entre França,

Alemanha, Itália, Holanda e Suécia. No Brasil, havia aproximadamente 20 militantes.

A posição da direção é que fosse escolhida uma representação dos coletivos em uma proporção de um para cada cinco militantes e que desse encontro no Chile não só saísse uma nova direção, mas também fossem avaliados os rumos a seguir. Já se iniciava uma autocrítica do militarismo por parte dos que estavam fora do país, os quais defendiam que, quanto mais militantes fossem tirados do País, mais vidas seriam salvas. Assim, seria necessária a captação de recursos financeiros para os deslocamentos e para a obtenção da documentação falsa. Alguns que permaneciam no Brasil chamavam então os que estavam fora de “desbundados” e defendiam que era melhor morrer com dignidade dentro do país do que ir para o exterior.

Prestes foi ao Chile para discutir essa proposta com o coletivo de militantes do PCBR que se encontrava nesse país e, posteriormente, foi à França.

Mas, como Prestes ainda estava imbuído desse sentimento de retorno à luta, defendia que Apolônio e outros retornassem ao Brasil. Argumentava que havia possibilidade de organizar esquemas de segurança e que os militantes que retornassem não ficassem nos grandes centros, mas em municípios menos visados. Apolônio de Carvalho, mesmo criticando a posição de voltar, submeteu-se a retornar ao Brasil naquele momento. Para ele:

Deve-se dizer, por outro lado, que fui esquecido e marginalizado, assim como os demais dirigentes nacionais libertados, pelas sucessivas direções que se iam constituindo após cada seqüência de prisões. Nunca nos consultaram, sequer buscaram nossa opinião. Só nos contataram – num SOS final – após setembro de 1972, quando a organização estava praticamente esfacelada. E ainda assim para propor um retorno suicida ao país, a fim de reforçar o pequeno grupo de militantes remanescentes. Manda a honestidade que se diga: tal retorno foi organizado; e só não deu porque o golpe militar no Chile o inviabilizou. (CARVALHO, 1997, p. 214)

Quando Prestes de Paula chegou à França, havia uma clara diferença de percepções quanto ao processo de luta armada no Brasil. Quem estava no exterior, em sua maioria, achava que não havia condições de continuar com a luta. No entanto, conviviam com um sentimento contraditório: de um lado, a percepção racional da derrota; de outro, o sentimento de solidariedade aos companheiros que continuavam na luta e eram dizimados dentro do Brasil. Prestes representava o pensamento militarista de que era necessário à volta ao Brasil para continuar a luta. Ele mesmo reconheceu, mais tarde, que era um sentimento moralista. Que era melhor morrer lutando do que sair do país. A ida de Prestes à França foi para encaminhar uma resolução do Comitê Central, formado por ele, Prestes, Getúlio Cabral e Sandália. Era necessário reforçar o comando político da organização, a qual, naquele momento, confundia comando militar com comando político, em função do reduzidíssimo número de quadros da organização. Foi definido pela direção interna no Brasil<sup>125</sup> que Prestes voltaria ao Brasil para organizar a entrada de Bruno e Apolônio. Nesse momento, tanto a esposa de Apolônio, Renée, como um de seus filhos, Raul, e sua nora encontravam-se no Brasil, os dois últimos presos. Prestes já tinha saído da França e estava no Chile, preparando-se para entrar no Brasil, quando houve um conjunto de quedas de membros da direção, em dezembro de 1972.

Embora Apolônio refira-se ao golpe militar no Chile como o fator que inviabilizou seu retorno, o elemento fundamental foram as quedas dentro do Brasil, inclusive das duas pessoas que compunham, juntamente com Prestes, o Comitê Central, Sandália e Getúlio Cabral. Segundo depoimento de Prestes, com os últimos assassinatos no Brasil, ele entrou em crise. Passou a ter consciência da derrota do projeto militar em que estava envolvido e renunciou ao Comitê Central. A nova direção passou

---

<sup>125</sup> Alguns membros do Comitê Central estavam no exterior. Isso gerou dificuldade, na medida em que parte do CC estava no Brasil (direção interna) e parte no exterior (Apolônio, Bruno e outros).

a se constituir de Bruno Maranhão, Apolônio de Carvalho e René, filho de Apolônio, todos morando na França.

Como Prestes de Paula era muito visado, entrou no Brasil em seu lugar Rubens Lemos que, nessa época, também estava no Chile. A função de Rubens era retirar do Brasil um militante do Comitê Central, possivelmente Ramires Maranhão do Vale, que se encontrava no centro do país.

A história de vida de Rubens Lemos também merece ser conhecida, mesmo que o relato seja sintético. No final dos anos 1960, Rubens Lemos era militante do PCBR e tinha uma vida legalizada como jornalista em Natal. Na vinda de uma viagem que fez ao interior do Rio Grande do Norte, foi avisado de que sua casa tinha sido vasculhada pela polícia e de que não poderia voltar lá<sup>126</sup>. Entrou em Natal de madrugada e, durante quatro dias, ficou acampado em uma praia<sup>127</sup>, enquanto arrumava as condições para seu deslocamento e se despedia de sua segunda esposa, Isolda, e de seu filho, Rubinho. Foi para a Paraíba e, posteriormente, para o Rio de Janeiro. Quem tirou Rubens de Natal foi seu sobrinho, Aldemir Lemos, que também era área de influência do PCBR – membro de uma OPP – organização para-partidária). Aldemir transportou Rubens dentro do porta-malas de um automóvel. Em função da enorme repressão do sequestro do embaixador suíço, o Rio não era um local adequado para um

---

<sup>126</sup>Rubens, que tinha uma vida legal como radialista em Natal, atribui sua prisão a dois acontecimentos: O primeiro é que ele leu na rádio o manifesto que a ALN produziu por ocasião do sequestro do cônsul norte-americano Charles Elbrick. O segundo fator que na opinião dele chamou a atenção da repressão foi um comentário que fez no dia 21 de abril de 1969 (dia de Tiradentes), onde elogiou Martinho da Vila, compositor muito conhecido na época, que tinha comentado em uma entrevista que tinha trocado a farda pelo samba (Martinho era militar antes de se tornar um artista conhecido). Mas o que levou à decretação de sua prisão foi a queda de um aparelho do qual ele era o fiador.

<sup>127</sup>Paulo Pontes, que na época estava morando em Natal, juntamente com Lourdes Maria Wanderley Pontes (Lourdinha), afirmou em seu livro *Memórias da Resistência* que moravam em “uma casa comum em bairro periférico, com a conta de “fiado” no açougue e mercearia. Era o nosso aparelho central, onde fazíamos o planejamento e para onde levávamos qualquer um dos quadros com problemas de segurança. Lá ficou hospedado Rubens Lemos, até entrar na clandestinidade. Era também onde se hospedavam nossos assistentes, vindos do Recife, em direção a Mossoró ou na volta”. (PONTES, 2018, p. 106).

refugiado político. De lá se dirigiu para São Paulo, onde ficou alguns dias na casa de uma tia e, posteriormente, em uma pensão. Conseguiu um esquema de apoio e foi para Montevidéu, em um ônibus de excursão, fantasiado de torcedor do Palmeiras, time que iria jogar contra o Nacional pelo torneio Taça Libertadores da América.

No Uruguai, encontrou-se com Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal, que lhe apresentou João Goulart e lhe arrumou uma passagem para Santiago do Chile, passando por Buenos Aires por viagem marítima. Chegou ao Chile no dia 20 de março de 1971, período do governo Allende, conseguiu um emprego como jornalista e mandou chamar sua esposa, Isolda, e seu filho Rubinho. No entanto, poucos dias antes de chegarem, Rubens perdeu o emprego. Passou por diversas necessidades, e Isolda engravidou. Todavia, em função dos graves conflitos de rua, em que a direita chilena praticamente caçava os militantes de esquerda, nesse período próximo ao golpe que derrubou Allende, Rubens, que já tinha vivido essa situação no Brasil, achou melhor que sua mulher voltasse para Natal com seu filho. Chegando ao aeroporto no Rio de Janeiro, sua esposa e seu filho foram presos durante alguns dias, até serem liberados para poder voltar a Natal.

Rubens foi incumbido pela organização de sair do Chile e ir à Argentina para produzir passaportes e documentos falsos para militantes do PCBR, retornando depois novamente ao Chile. Foi para a Argentina pelas Cordilheiras, onde, durante o dia, ele e seus companheiros protegiam-se dos carabineiros e dos guardas florestais escondendo-se na vegetação e, à noite, caminhavam quinze minutos e descansavam três em meio a um clima muito frio. Levaram três dias para conseguir sair do Chile, enfrentando inúmeras situações de risco. Mais adiante. Rubens foi a São Paulo com a missão de contatar e retirar do país um militante que estava no Brasil<sup>128</sup>. No entanto, essa pessoa tinha assumido um compromisso de realizar uma ação conjunta com

---

<sup>128</sup> Não sabemos se seria um único militante ou o que restou da direção do PCBR no Brasil, os quais seriam chacinados poucos meses após a chegada de Rubens ao país.

outras organizações e não poderia romper o acordo. Rubens teria de esperar uns quinze dias. Enquanto isso, ele foi a Recife e à Bahia repassar alguns documentos produzidos pela organização no exterior. Recontatou Renato Carvalho e Marcos Carvalho na Bahia e deslocou-se para Pernambuco, onde fez novos contatos. No Nordeste, com saudades da família e querendo conhecer a filha (Yasmine), que havia nascido enquanto ele estava no Chile, ligou para Aldemir Lemos, a fim de que este montasse um esquema para sua chegada. Aldemir esperou Rubens na entrada da cidade e montou um esquema de visita à sua esposa, com outra identidade e disfarçado. A partir da visita, Rubens, rompendo normas de segurança, comunicou a Aldemir que ficaria alguns dias em uma casa de praia que Isolda arrumara para ele. Poucos dias depois, em 5 de setembro de 1973, foi preso quando foi à casa de um amigo de infância para almoçar<sup>129</sup>. Com a prisão de Rubens, o Comitê Central no exterior ficou com muita dificuldade de contatos no Brasil.

No início dos anos 1990, quando Collor anunciou seu ministério, Rubens Lemos acusou o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, de tê-lo interrogado no DOI-Codi de Recife durante o período em que esteve preso e torturado. Em 1982, Rubens havia disputado a eleição para o governo do estado do Rio Grande do Norte pela legenda do PT, o que o tornou bastante conhecido naquele estado, e até mesmo nacionalmente<sup>130</sup>, o que de certa forma ajudou na repercussão da denúncia que fez. Rubens afirmou que foi interrogado por Sócrates por cerca de 40 dias após sua prisão. Durante esse período, foi torturado e viu pessoas sendo mortas. Um dia, foi levado para uma sala, encapuzado, apenas de cueca, sendo visíveis as marcas de tortura em seu corpo. Quando retiraram seu capuz, viu um homem que lhe interrogou e que, mais tarde, reconheceu como sendo o brigadeiro Sócrates Monteiro. Lembra que ele

---

<sup>129</sup> Existe a desconfiança de que Rubens foi denunciado por alguém muito próximo dele, na medida em que pouquíssimas pessoas sabiam de sua presença em Natal.

<sup>130</sup> Rubens foi membro do Diretório Nacional do PT por mais de uma gestão.

[...] Estava vestido em trajes civis. Lembro que usava uma camisa bege clara e mantinha uma postura de falsa elegância. Era muito simpático e me ofereceu café e cigarro, mas recusei de pronto. Ele disse que eu estava sendo deselegante e respondi que estava sendo precavido, pois não sabia o que havia no café e no cigarro. (JORNAL DO BRASIL, 24 de janeiro de 1990, paginação irregular).

Rubens lembrou que seu interrogador demonstrava ser uma pessoa inteligente e que falava com conhecimento do marxismo e das diferenças ideológicas da esquerda. Disse a Rubens que “estamos aqui numa espécie de jogo de gato e rato, pois há um quebra-cabeça prestes a ser desmontado e você é uma das peças dele”. Como não colaborou com o interrogatório, ao ser retirado da sala foi novamente torturado, levando uma surra inesquecível naquela noite. Rubens Lemos, que na época denunciou de forma veemente a condição de torturador de Sócrates, não tinha nenhuma dúvida quanto à identidade do seu torturador.

Não há cara que na dor e na violência desapareça. Ele não aparecia com a chibata nas mãos nem com equipamento de choques elétricos. Mas tinha conhecimento das mortes que aconteciam nos porões da repressão. (JORNAL DO BRASIL, 24 de janeiro de 1990, paginação irregular).

Seguindo a “cronologia” das prisões e assassinatos, em 8 de março de 1972 morreram, em um acidente não bem explicado até hoje, o bancário do Banco da Guanabara Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides (Careca), que tinha sido deslocado pelo partido da Guanabara para Pernambuco, e sua mulher, Miriam Lopes Verbena. Luis Alberto, que estava utilizando o codinome de José Carlos Rodrigues, estava tentando obter o Certificado de Alistamento Militar a partir da identidade falsa que conseguiu em Recife. Para isso, já tinha ido ao município de Cachoeirinha, em Pernambuco, no dia 24 de fevereiro de 1972, quando entrou com o pedido do certificado junto à Junta de Serviço Militar daquele município. No dia 8, o carro em que viajavam saiu da pista e capotou do lado direito da estrada, no

sentido de Cachoeirinha para São Caetano<sup>131</sup>. Tudo indica que tinha ido a Cachoeirinha atrás de seu certificado de reservista.

Muitos indícios mostram que esse acidente poderia ter sido premeditado ou, no mínimo, algo de estranho deve ter acontecido para que houvesse uma grande movimentação a fim de ocultar certos fatos. Em primeiro lugar, a modificação dos depoimentos de Jaidenize, funcionária da Junta Militar, que anteriormente havia dito que Luiz Benevides estivera lá no dia 8 de março e, posteriormente, negaria o fato, bem como outras informações já prestadas. A única testemunha do acidente disse que não havia parado o carro para ajudar, o que era algo muito estranho para a época, e seu endereço declarado não foi mais localizado. O delegado e a testemunha disseram que os corpos foram retirados pelos patrulheiros, mas o patrulheiro de plantão afirmou que só havia o automóvel, quando chegou ao local, pois os corpos já tinham sido retirados, e ninguém sabe quem os retirou e os levou ao hospital. Estranhamente, também, o nome dos dois não consta no livro de registros de internações do hospital. Consta no processo que o carro era dirigido por Benevides, mas os conhecidos do casal sabiam que ele não dirigia e que Miriam é quem tinha tirado a carteira de motorista há pouco tempo.

Portanto, é muita coincidência e, ao mesmo tempo, muita contradição para que não permaneça a dúvida quanto ao que realmente aconteceu naquele acidente. As prisões que se seguiram, de simpatizantes e militantes do PCBR que conheciam o casal na região, demonstram a preocupação do Exército em tentar desarticular a organização.

No dia seguinte, 9 de março, foi sequestrada e presa Maria Adozinda Monteiro da Costa (Doza), irmã de criação de Miriam. Logo após, foram presos Ezequias Bezerra da Rocha e sua esposa, Guilhermina Bezerra da Rocha, proprietários do automóvel com o qual Luiz Benevides e Miriam se acidentaram. Ezequias e Guilhermina foram presos a 1 hora da manhã do dia 11 de março – o que explicaria por que algumas fontes falaram que a prisão ocorreu no dia 10. Guilhermina ouviu os gritos de

---

<sup>131</sup> Local conhecido como “Curvas do Adolfo”, em São Caetano.

tortura de Ezequias durante toda a noite. Ela foi solta no dia 12, e o corpo de Ezequias foi descoberto após três dias boiando no rio Ipojuca, com as mãos algemadas. Somente em 1991 é que a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos pôde comparar alguns sinais do cadáver encontrado com as de Ezequias e confirmar sua morte. Logo que o fato aconteceu, a família foi impedida de identificar o cadáver, pois a alegação era de que outra família já o havia feito. O relatório da Aeronáutica, por sua vez, criou uma farsa para ocultar o crime. Segundo o relatório:

Foi preso pelo DOI/IVº. Ex., no dia 11 de março de 1972, tendo sido encontrado farto material subversivo. No mesmo dia, foi conduzido para a região da Cidade Universitária (BR-232) a fim de cobrir um “ponto”, tendo sido nesta ocasião resgatado por seus companheiros de subversão, os quais o conduziram num VW 1300 cor branca, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo, o que ocasionou forte tiroteio de ambos os lados; entretanto, não há dados que comprovem que o mesmo encontra-se morto ou desaparecido. (MIRANDA, 1999, p. 587)

Ezequiel e Guilhermina não eram militantes orgânicos do PCBR. O “crime” cometido, segundo a repressão política, foi ter emprestado a um casal de amigos um automóvel<sup>132</sup>.

Mas as prisões não acabaram. Em 13 de março, um dia antes de aparecer o cadáver de Ezequiel, na época, não identificado, foi preso Aloysio Gonçalves da Costa<sup>133</sup>, cunhado de Miriam e, em 28 de março de 1972, foi preso Romildo Maranhão do Vale. Dia 3 de abril houve a prisão de sua companheira, Sônia Maria Arruda Beltrão, e dia 4 de abril, Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral –mais tarde eleito deputado federal pelo PCB, e posteriormente, pelo PPS de Pernambuco. Tanto Romildo quanto Pedro Eugênio eram militantes do PCBR,

---

<sup>132</sup> Além de ter emprestado o automóvel, Ezequias foi a Caruaru ver o carro e os corpos, provavelmente acompanhado de Aloysio Gonçalves da Costa.

<sup>133</sup> Foi quem providenciou o enterro de Miriam, sua cunhada.

presos porque foram até o apartamento que era de Luis Alberto e Miriam. Foram alertar um militante da direção nacional que estava no local mas, chegando lá, perceberam que ele já havia saído<sup>134</sup>.

No livro *Dos Filhos deste Solo* (1999), que é praticamente um relatório de todos os casos discutidos na Comissão Especial designada para apurar a responsabilidade da União sobre os crimes políticos durante a ditadura, consta que, a partir do dia 3 de abril de 1972, houve muitas prisões de militantes do PCBR. Também se refere a uma prisão ocorrida no Rio de Janeiro, em 6 de março de 1972, de Ramahiana Vaz Margens – que sabia para onde Benevides tinha sido deslocado e que após a prisão abriu muitos contatos (depoimento na auditoria militar de 46 páginas com detalhamentos da organização, croquis, etc.). Essa prisão ocorreu três dias antes da morte de Benevides. No mesmo momento também foi presa, pela terceira vez, Dalva Bonet, que estava em um ponto junto com Ramahiana, no Cosme Velho. Segundo ela, esta prisão foi aleatória, pois passou por eles um automóvel com quatro homens. Dalva ficou desconfiada e falou para Ramahiana que afirmou que estava observando, mas que eles tinham ido embora. Poucos minutos depois, o carro voltou e os dois foram presos. Um dos policiais que estava no carro já conhecia Dalva e a identificou na rua.

Dalva, embora condene o fato de Ramahiana ter falado muito além do que seria razoável, mesmo em uma situação de tortura, não o considera uma pessoa de mau caráter, mas fraca. Como ela ouviu as informações que Ramahiana repassou à polícia, procurou repassar contrainformações no seu depoimento que pudessem trazer confusão para os policiais.

Em 14 de abril de 1972, foi libertado José dos Reis Garcia, um dos primeiros presos do PCBR, senão o primeiro<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Tratava-se de Antônio Prestes de Paula (no momento com o codinome de João) que, ao ler no jornal a notícia do acidente, resolveu sair do aparelho. Fugiu e ficou alguns dias na casa de Ildevando Calheiros e Sônia Coutinho, que eram casados.

<sup>135</sup> Até então as prisões de militantes tinham sido por participação nas mobilizações estudantis, sendo que a de Garcia foi a primeira decorrente da tentativa de atividades de expropriação por parte do PCBR.

Quinze dias depois, Garcia saiu do país e foi para o Chile. Chegando lá, ficou na casa de Carlos Frederico Marés de Souza Filho<sup>136</sup>, também militante do PCBR, que tinha ido para o Uruguai no dia posterior à prisão de Garcia e que agora estava no Chile.

No final de dezembro de 1972, houve um conjunto grande de prisões e assassinatos de militantes do PCBR. Em 17 de dezembro, foram presos José Adeildo Ramos, Luis Alves Neto e Anatália de Souza Alves de Mello, em Gravatá, (PE). Luis Alves Neto e sua esposa, Anatália, tinham morado em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Anatália trabalhava como costureira junto à Cooperativa de Consumo Popular. Luis já era militante do PCB e aderiu ao PCBR. Com o Ato Institucional n. 5, e com a intensificação da repressão política, resolveram, a partir de deliberação do PCBR, ir para a Zona da Mata canavieira. Andaram por Recife, Campina Grande, Palmeira dos Índios, até se estabelecerem em Gravatá. Juntamente com Anatália e Luis Alves, também foram presos Severino Quirino de Miranda e José Adeildo Ramos, este último ex-militante do MAR, que tinha fugido juntamente com Prestes de Paula da Penitenciária Lemos de Brito e que, posteriormente, aderiu ao PCBR. José Adeildo foi quem presenciou e denunciou o assassinato de Fernando (Sandália) no DOI-Codi de Recife. Na semana anterior, tinha sido preso Edmilson Vitorino de Lima (Alex).

Cláudio Nascimento, militante do PCBR, que tinha como seu contato imediato Luis Alves, e que também morava no interior e dava aulas de Matemática em Gravatá, lembrou que Luis era muito discreto e responsável em sua militância. Cláudio ainda se recordou da atuação de Edmilson Vitorino de Lima, de codinome Francisco Cariri, e de Jovenildo Pinheiro, pessoas que foram importantes na organização do partido naquela região.

Recordou às características próprias dos militantes envolvidos com o trabalho camponês, principalmente no caso de Luis Alves, como sendo diferente da atuação da juventude nas

---

<sup>136</sup> Carlos Marés chegou a assumir a Presidência do INCRA por algum tempo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

idades maiores. Lembra os avisos de Luis para não se envolver com os jovens de Recife, muito “barulhentos”, segundo ele. Talvez essa diferença não fosse apenas de estilo, mas representasse as próprias contradições dos militantes entre os chamados “militaristas” e “massistas”. Segundo a avaliação de Luciano de Almeida, em um livro que escreveu já na cadeia, intitulado *A Esquerda em questão* (1991)<sup>137</sup>, haveria de parte da organização um certo desvio “burocrático” por alguns setores que tinham rompido com o PCB, mas que ainda mantinham traços do antigo partido. Luis Alves tinha uma militância antiga no chamado Partidão.

No Nordeste, a prática no movimento operário se desenvolve em duas áreas: Salinas (RN) e Grande Recife. A primeira mostra certa semelhança com a primeira fase do trabalho no Sudeste, ou seja: a estruturação orgânica, político/ideológica do setor operacional do partido a rigor não é diferente, exceto no formal, da cristalizada no velho PCB. Em contrapartida, as condições objetivas de encaminhamento do trabalho operário são largamente favoráveis no período [...] Na Grande Recife, contrariamente às duas experiências mencionadas, inexistente herança orgânica. O trabalho operário começa praticamente do zero. Fato que traz consigo um aspecto positivo: nele não se imprimem as marcas mais evidentes do reformismo, do burocratismo e do sindicalismo; inicia-se já sob o impulso de uma nova orientação política geral. (ALMEIDA, 1991, p. 120-121)

Cláudio Nascimento não foi preso nesse momento, porque já tinha se deslocado para o Rio de Janeiro. Cláudio chegou ao Rio em 13 de novembro de 1970.

José Adeildo Ramos estava morando em Caruaru (PE), na casa de Severino Quirino de Miranda, e fazia colchões de capim, que vendiam para sobreviver. Em sua versão, em

---

<sup>137</sup> O livro de Luciano não só faz uma análise do período como também faz as críticas ao PCBR e suas concepções. Como foi escrito na prisão, a análise e a própria crítica está limitada a um contexto onde muita informação ainda não estava disponibilizada, como atualmente.

dezembro de 1972 um dirigente do PCBR (possivelmente Sandália), lhe passou a quantia de C\$ 2.000,000,00 (dois milhões de cruzeiros) para comprarem um sítio que serviria como moradia e local de reuniões do PCBR. Adeildo teria repassado esse dinheiro para Edmilson Vitorino de Lima (Alex) para guardar o valor. Já Luis Alves afirmou na Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco que o dinheiro era para manter o coletivo do PCBR na região. No entanto, os dois concordam com as críticas a Edmilson (Alex). Para Adeildo,

O companheiro que recebeu o dinheiro cometeu um erro (imperdoável) e pagou caro por isso, ao quebrar uma norma de segurança, tomando uma iniciativa expressamente proibida para todos os militantes da organização: ao invés de dirigir-se imediatamente para sua casa e guardar o dinheiro num lugar seguro, procurou um cabaré nas imediações do porto do Recife, bebeu e se divertiu com uma prostituta. Quando foi pagar a conta apresentou uma nota de cem mil, valor altíssimo. O dono do bar não tinha troco, e ficou desconfiado, porque um sargento fuzileiro naval havia sido assaltado ali, naquele mesmo dia. O dono do bar telefonou para o corpo de fuzileiros e, a irresponsabilidade daquele que deveria seguir normas estritas, resultou em prisão. Não podendo justificar a posse de tanto dinheiro, nem indicar o local da residência, foi detido. Ao ser revistado, os fuzileiros encontraram em um dos seus bolsos um papelote onde estava anotado o local e hora do próximo encontro de base. Desconfiados de que se tratava de um “terrorista”, entregaram-no ao Exército. Sob tortura, Alex, como era chamado, revelou que aquele encontro seria com os companheiros Luis Alves, Fernando Sandália e Adeildo Ramos. (COSTA, 2008, p. 50-51)

A versão de Luis Alves é muito parecida, só se diferencia ao afirmar que o dinheiro não teria sido entregue a Alex por Adeildo, mas por Sandália<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup> Fernando Augusto da Fonseca, mais conhecido por Sandália ou Comprido, sendo que estes dois codinomes aparecem constantemente nos depoimentos. Quanto às diferentes versões sobre o destino do dinheiro, deve ter havido algum lapso de memória de Adeildo, pois Edmilson, em seu

O Alex recebeu um dinheiro do Fernando Sandália, do Comprido, que era para a manutenção do nosso coletivo. Pegou o dinheiro, foi para Recife Velho, num cabaré, com o bolso cheio de dinheiro, gastar com rapariga. Quem é que anda com o bolso de dinheiro, em Recife Velho, no cabaré das gurias? É ladrão. Você está sob suspeita, pagando tudo adoidado. Caiu como suspeito de roubo. Agora, só que caiu com um ponto com Fernando Sandália, que era do Comitê Central. Estava estabelecido que quem entrava em contato era o Alex. O Alex era quem tinha mais mobilidade. O Adeildo era procurado há muito tempo. Eu também não podia estar me expondo, porque eu já tinha saído de um aparelho e o aparelho foi aberto. Então é ele, que era o mais jovem, tá certo? Tinha condições e era quem ia conversar com Fernando Sandália. Fernando Sandália trouxe o dinheiro. E o Fernando Sandália marcou o próximo ponto conosco. Que era 29 de dezembro (26 ou 29 de dezembro), eu acho. O Alex sabia desse ponto, e disse pra nós esse ponto. Mas Alex caiu com esse ponto no bolso. Quando a repressão pegou, caiu com o ponto no bolso. (ENTREVISTA DE LUIS ALVES AO AUTOR, 2004)

Edmilson Vitorino, em declaração à Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, reconheceu seu erro, mas relatou uma versão um pouco diferenciada. Segundo seu depoimento, poucos dias antes do Natal<sup>139</sup>, ele teria ido procurar seu irmão no Recife Velho.

Ele tinha um comércio, um comércio não, ele tinha uma boate pequeniniha, tomava conta da boate. Eu não tinha para onde ir, o procurei. Foi uma desgraça. Tinha um desses... Eu não sei, cabueta de polícia, informante de polícia que conhecia meu irmão, que passava ali, negócio de boate e tal. Em algum momento, meu irmão falou pra ele que tinha um irmão que era político, que combatia a

---

depoimento à Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, lembrou da existência de um sítio do partido. Segundo ele: “Então, o partido comprou o sítio. Fomos para lá, eu, Anatólia e o Luiz Alves Neto. Nós militávamos ali? Não, era uma área de recuo tático em função da repressão”.

<sup>139</sup> Em seu depoimento, Edmilson não lembra a data de sua prisão, mas localiza entre os dias 10 a 13 de dezembro de 1972.

ditadura e etc. e tal, e os caras ficaram de olho e depois eu soube que um tal de Gersino Saraiva, do Rio Grande do Norte, que foi um cara que militou no partido, não sei se entregou a mãe ou o pai, mas entregou um monte de gente e se vestiu até de cabo ou sargento e saiu entregando todo mundo. Já tinha passado pela boate do meu irmão e algumas pessoas estavam de sobreaviso nessa história. Eu fui procurar meu irmão, mas ele não estava lá e o que é que aconteceu? Esse cara... Alguma das mulheres lá deve ter passado que eu estive lá, esse cara me seguiu, saiu me seguindo e, em determinado momento, eles me cercaram e fizeram a minha prisão. É lamentável, mas foi assim. (RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE PERNAMBUCO, p. 49)

Independente da existência de versões diferenciadas, a explicação quanto ao local e ao fato são semelhantes, pois, tanto na condição em que foi responsabilizado por Luis Alves e Adeildo, como na sua versão, Alex acabou adotando uma atitude irresponsável dentro do contexto de clandestinidade em que viviam. No entanto, é importante não culpabilizarmos apenas as próprias vítimas do sistema repressivo na época, pois, ainda de acordo com suas palavras,

Tortura é uma coisa muito séria, eu não aguentei, tinha o endereço do ponto de Comprido (Sandália), mas não tinha o nome do Comprido. Tinha o endereço que foi justamente na cidade que caiu o Luiz Alves Neto e o José Adeildo. Eles me torturaram bastante para que eu dissesse a pessoa que eu ia me encontrar, eu não resisti à ditadura e falei que era o Comprido. (RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE PERNAMBUCO, p. 52)

Independente dos julgamentos que possam ser feitos a seu respeito, Edmilson teve coragem moral de reconhecer sua fraqueza no depoimento à Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco.

Lamentavelmente, eu fui responsável por isso, não adianta dizer agora que não sou porque teve bilhetinhos, nada

disso, foi uma fraqueza humana. (RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE PERNAMBUCO, p. 63)

A consequência das torturas e das informações fornecidas por Edmilson foi a prisão de Adeildo e Luis Alves. Os três (e mais Sandália, que não apareceu no dia) tinham um encontro marcado em Vitória de Santo Antão, em um domingo de manhã. A repressão colocou Alex no local combinado com as mãos algemadas e os bolsos rasgados, de forma que os demais não podiam perceber que ele estava algemado. Alex também estava com microfone colado ao peito com esparadrapo. Primeiro chegou Adeildo. Posteriormente, Luis Alves. Esperaram alguns minutos para ver se Sandália chegaria e, quando, iam cancelar a reunião, a polícia chegou e os prendeu.

Luis Alves tinha combinado com Anatália, sua esposa, que o esperasse até certo horário. Caso ele não voltasse até o horário marcado, ela deveria sair da casa onde moravam. No meio da tarde, já torturado, e achando que Anatália não estaria mais em casa, disse para a polícia onde morava.

Eu estabeleci que ela segurasse no aparelho até duas horas da tarde, três horas [...]. Depois de três horas ela abandonasse o aparelho, ela disse que estava certo, ela acertou isso comigo e pronto [...]. Quando chega as quatro, cinco horas da tarde, diante da tortura, num primeiro impacto você tem muita resistência [...]. Depois a tortura quebra, ela vai quebrando lentamente [...]. Mas eu acho que eu cometi um erro, que eu tinha certeza de que Anatália não estava mais no aparelho, como não estava lá em Palmeira dos índios. E eu superestimei a repressão. [...]. Quando eles disseram “nós vamos agora à Gravatá e você vai com a gente”. Aí eu disse: “O trabalho de vocês vai ser em vão porque a minha companheira não está mais lá”. Não era pra eu ter dito nada. E com isso eu acelerei, eu apressei os caras, apressei a repressão disso aí. Mas ela estaria, a hora que fosse ela estaria, ela me disse depois que achava que nós estávamos seguros demais, eu legalizado, trabalhando, não é?. Documentado, o delegado, nosso vizinho não suspeitava da gente [...]. Então, quando chegam lá, eles prenderam ela [...]. Quando ela é presa, submetem a uma tortura violentíssima e três, três ou

quatro agentes da polícia torturando ela. Eu numa grade, mas ouvia os gemidos dela, ela sendo torturada, clamando por mim, eu numa grade preso só fazia protestar, não é? [...]. Então quando chega num momento que ela gritando muito e me chamando, aí vem um campanheiro depois, disse que ela estava sendo estuprada por cinco homens, cinco polícia. Miranda e mais outros. (DEPOIMENTO À COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DE PERNAMBUCO, 2012, p. 8-9)

A parte do depoimento em que Luis Alves se refere à tortura e estupro de Anatália já está vinculada ao período em que estavam presos no DOI-CODI em Recife. Presos dia 17 de dezembro de 1972, no dia 19 do mesmo mês foram transferidos para o DOPS de Recife e dia 13 de janeiro para o DOI-CODI, onde Anatália foi assassinada, no dia 22 de janeiro de 1973.

Oficialmente, a morte de Anatália teria sido suicídio durante uma ida ao banheiro na Delegacia de Segurança Social. Ainda de acordo com a versão oficial, teria se suicidado com a alça de sua bolsa. No entanto, não foi explicado o motivo pelo qual teria sido permitido que uma presa política pudesse ter ficado com uma bolsa. Também consta que ela estava portando sua carteira de identidade, algo estranho aos procedimentos policiais, que sempre guardam todos os pertences e documentos dos presos. Anatália ainda aparecia nas fotos com queimaduras na região pubiana. Deveria ter ateado fogo no próprio corpo, sem que os policiais que estivessem de guarda na porta do banheiro percebessem sinais de fumaça, ou sem que ela emitisse um único som mesmo tendo provocado queimaduras graves em si mesma. Os presos da época acreditam que Anatália havia sido estuprada e que as queimaduras na região pubiana tinham como objetivo a ocultação desse fato.

Dia 23 de dezembro prenderam Fernando (Sandália) no mesmo ponto onde Luis Alves e Adeildo foram presos. Como havia faltado no domingo anterior, o combinado seria a repetição do encontro uma semana após e no mesmo horário. No mesmo dia, Adeildo deveria ter um encontro (ponto) com uma pessoa não identificada, conhecida como Formiga, responsável pelo contato com os camponeses vinculados ao PCBR na zona

canavieira. A polícia, a partir de informações do Alex, sabia que haveria essa reunião no domingo, mas não sabia onde. A reunião estava marcada para Catende (PE), mas Adeildo disse que seria em Gravatá (PE). Como ninguém apareceu, Adeildo disse que tinha combinado que Formiga só entraria no ponto após a entrada dele, Adeildo. Como a polícia o deixou no carro esperando Formiga, com medo que fugisse, isso teria alertado Formiga a não entrar, o que não era verdade, mas foi aceito pela repressão.

No dia 26 do mesmo mês, Adeildo viu Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) sendo torturado, algemado em sua cela no DOI-CODI de Recife. Segundo Adeildo<sup>140</sup>, Fernando, que tinha sido preso nesse mesmo dia, foi morto ainda em Recife. Casado com Sandra Maria de Araújo Fonseca e pai de dois filhos, o casal estava se organizando para ir ao Rio de Janeiro, onde residiam seus parentes, após o Natal. Fernando deixou Sandra com o filho maior, em um hotel em Recife, enquanto esperavam o voo para o Rio, e foi a Vitória de Santo Antão<sup>141</sup>. Nunca mais voltou. O DOPS chegou ao hotel, prendeu Sandra Maria, que estava com seu filho de três anos de idade, levou-os a um quartel e deste para um apartamento onde ficariam até o dia 16 de janeiro de 1973.

Também foram presos, na segunda quinzena de dezembro, sem precisão de datas, José Siltton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Getúlio de Oliveira Cabral, Valdir Sales Sabóia e Lourdes Maria Wanderley Pontes. O “teatro macabro”<sup>142</sup> armado pelos órgãos de repressão política tentaria dar a impressão de que todos foram presos e mortos juntos em um tiroteio no dia 29 de dezembro de 1972, embora todas as evidências apontem que os mesmos já se encontravam mortos quando colocados na cena montada.

---

<sup>140</sup> Costa, 2008.

<sup>141</sup> A prisão de Sandália ocorreu uma semana após as prisões de Luis Alves, Adeildo, Edmilson Vitorino de Lima (Alex) e Anátalia em Vitória de Santo Antão, no mesmo local em que os três primeiros foram presos (churrascaria Gamela de Ouro).

<sup>142</sup> O episódio ficou conhecido como “A Chacina de Bento Ribeiro e Grajaú”.

Como vimos, Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) já tinha sido preso e assassinado em Recife. Valdir e Lourdes Maria Wanderley Pontes foram presos e assassinados em uma residência onde, segundo a versão oficial, supostamente se encontravam, no Rio de Janeiro. O laudo de perícia local (Ocorrência n. 986/72), bem como as fotos (ICE n. 7643/72) mostram Valdir deitado em uma cama com vários tiros de bala. Em uma das fotos da perícia sobre o assassinato de Lourdes ela está de relógio. Na outra foto, já está sem (ICE n. 7643/72). O local alegado do tiroteio entre Valdir e Lourdes com as forças policiais e onde, supostamente, havia um “aparelho” do PCBR, era a Rua Sargento Valder Lima, n. 12, em Bento Ribeiro. Ainda segundo a versão oficial, teria sido Fernando (Sandália) que, levado ao Rio, teria dado o endereço do aparelho no qual se encontravam. Como os dois teriam tentado romper o cerco, inclusive com o uso de granadas, foram mortos durante o tiroteio.

Ainda conforme a versão oficial, após esse confronto, as forças de segurança (novamente conduzidas por Fernando – Sandália) teriam sido levadas para o Grajaú. Lá chegando, teriam identificado um Volkswagen azul. As forças de segurança teriam feito um cerco, sem serem reconhecidas, enquanto Fernando teria se dirigido ao automóvel. Quando chegou próximo ao veículo, foi recebido com tiros, caindo no local. Nesse momento, as forças de segurança teriam agido, iniciando um intenso tiroteio a partir do qual o automóvel teria pegado fogo. Ao final, estavam no automóvel, parcialmente carbonizados, Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e José Silton Pinheiro.

Um conjunto de contradições e “coincidências” demonstra que essa operação aconteceu de modo completamente diferente, embora muitos elementos não tenham sido reconstituídos para se chegar a detalhes sobre a forma como realmente foram presos e assassinados.

O primeiro elemento da farsa é trazer o corpo de Fernando, assassinado no DOPS de Pernambuco, para fazer parte da montagem, como sendo delator. No que se refere às coincidências, veremos que o endereço do suposto “aparelho” do

PCBR onde Lourdes e Valdir teriam reagido localizava-se na rua Sargento Valder Xavier de Lima, n. 12, em Bento Ribeiro. O sargento Valder era o policial que tinha sido morto por Theodomiro, quando da prisão deste e de Paulo Pontes. A segunda coincidência é que a data de 29 de dezembro, data oficial da prisão e morte dos seis militantes do PCBR, era a do aniversário de Theodomiro. Por fim, entre os mortos, encontravam-se Lourdes Maria Wanderley Pontes (esposa de Paulo Pontes) e Getúlio Cabral (a terceira pessoa que estava com Theodomiro e Paulo Pontes e que conseguiu fugir).

Quanto às demais contradições, a comissão oficial nomeada pelo governo brasileiro para identificar os mortos e desaparecidos políticos durante o período da ditadura militar identificou 12 irregularidades e/ou contradições no processo. Desde a informação de que Lourdes Maria já estava presa antes dessa data até a impossibilidade de eles terem sido mortos nos locais onde foram fotografados, em função da não existência de sangue, fato incompatível com o local do corpo onde levaram os tiros. Tudo indica que os militantes foram mortos em diferentes circunstâncias e levados para o mesmo local, onde foi montada a cena do tiroteio, a fim de justificar os assassinatos, além do corpo de Sandália, que trouxeram de Recife. Portanto, tudo aponta para um grande “teatro”, não só em função da montagem para despistar a maneira como foram mortos, mas também da escolha do endereço e data.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, só iria noticiar as mortes no dia 17 de janeiro de 1973, e o jornal *Última Hora* noticiou somente em 17 de abril desse mesmo ano.

De forma indireta, outra pessoa que morreu assassinada em função de sua militância política anterior foi Túlio Roberto Cardoso Quintiliano. Túlio foi militante do PCBR e era estudante de engenharia civil na PUC/RJ, quando foi preso e torturado, em abril de 1969, por participação no movimento estudantil. Liberado em agosto, formou-se no final do mesmo ano, quando foi trabalhar na construção da estrada Belém-Brasília. Em julho de 1970 foi condenado a um ano de prisão, pedindo exílio na embaixada do Chile.

No Chile, durante o governo socialista de Allende, passou a trabalhar como engenheiro e casou-se com Narcisa Beatriz Verri Whitaker. Mesmo rompendo com o PCBR, ainda continuou militando politicamente, procurando alternativas para as lutas de libertação da América Latina. Em 13 de setembro de 1973, um dia após o golpe militar do Chile, ele e sua esposa foram presos e levados para a Escola Militar, quando Narcisa foi liberada. Túlio, porém, continuou preso, sob a alegação de não ter documentação em dia. Desse dia em diante, Túlio nunca mais foi visto, sendo reconhecida a responsabilidade de seu assassinato pelo governo chileno no ano de 1993.

Pouco tempo depois do assassinato de Anatólia, no Rio de Janeiro, no dia 25 de fevereiro de 1973, um comando político-militar denominado Comando Getúlio Cabral, composto de militantes da ALN, PCBR, VAR-P e VPR (Frente de Esquerda Revolucionária), eliminou o delegado de polícia Octávio Gonçalves Moreira Júnior (Otavinho). Octávio era delegado em São Paulo e tinha se vinculado à OBAN de forma voluntária. No momento em que foi morto, encontrava-se no Rio de Janeiro, aonde ia seguidamente, em função de sua noiva. Voltava da praia e foi morto na avenida Atlântica, às 15 horas. Nessa ação, o PCBR esteve representado por Ramires Maranhão do Vale e Ranússia Alves Rodrigues. Esse tipo de ação conjunta entre as organizações já era fruto da desarticulação dos grupos políticos, que já não possuíam capacidade de agir isoladamente. Essas ações eram muito mais vinculadas à necessidade de sobrevivência e de vingança em relação aos agentes da repressão do que propriamente atos que buscassem mobilizar a sociedade contra a ditadura.

Na avaliação de Jacob Gorender, referindo-se ao papel desempenhado por Otavinho no esquema da repressão, e seu assassinato por parte de militantes de esquerda, não há motivos para lamentar o fato.

Membro fanático do CCC nos tempos de estudantes de Direito, ligou-se à OBAN por escolha própria e se salientou pela perseguição implacável às organizações clandestinas. Caçador maldito, devia esperar que um dia fosse o da caça. A direita está no seu papel, ao lhe tributar homenagens. A

esquerda não tem por que lamentá-lo. (GORENDER, 1998, p. 272)

Referindo-se a Otavinho, também afirmou que ele

[...] não reconhecia a norma do respeito à integridade do prisioneiro desarmado e indefeso. Não tinha por que esperar clemência de adversários aos quais julgava indignos do respeito humano. (GORENDER, 1998, p. 271)

Para Gorender, o mesmo se aplicava a outros casos de agentes da repressão assassinados.

Ação semelhante já tinha sido realizada em 5 de fevereiro do ano anterior, quando o marinheiro inglês David A. Cuthberg foi assassinado por um comando composto por VAR, ALN e Getúlio Cabral do PCBR. Não está claro, na pesquisa feita, o motivo do alvo ter sido esse marinheiro inglês, e qual sua vinculação com a repressão. A versão mais provável tenha sido a de confusão com outra pessoa que era agente da CIA no Brasil.

Dentro da mesma lógica de ações desligadas do movimento de massas, nas quais os objetivos políticos já se misturavam à ideia de vingança, aconteceu o justicamento de Salatiel Teixeira Rolim, ex-dirigente e fundador do PCBR. Esse justicamento foi muito traumático e polêmico dentro da militância do PCBR, pois, em quase todos os depoimentos feitos para esta pesquisa, essa ação é lembrada por ex-militantes de forma recorrente, sendo sistematicamente vista como um grande erro político, seja por falta de informações, seja por voluntarismo ou indisciplina.

Salathiel foi assassinado na manhã do dia 22 de julho de 1973 dentro de um bar no Leblon chamado “Escorrega”, onde trabalhava como empregado, segundo seu filho Sílvio Rolim. As pessoas envolvidas na ação são conhecidas apenas pelos seus respectivos codinomes: “Vila”, “Tomás” e “Vaqueiro”<sup>143</sup>. Na

---

<sup>143</sup> Possivelmente entre os três nomes estivesse algum dos poucos militantes que tinham sobrevivido até aquele momento e que estavam na condução do partido no Rio. Poderiam ser Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Coutinho, que pouco depois serão assassinados em

edição n. 557 da revista *Isto É*, de 5 de agosto de 1986, há uma entrevista com uma pessoa denominada apenas A.C. (o militante de codinome Vila), que reivindica a participação na ação e buscou justificá-la.

Salatiel provocou prejuízos incalculáveis para nós. Ele apanhou 2 milhões de cruzeiros do “Bom Burguês”, mas só entregou 300 mil para o BR. Com esse dinheiro ele comprou o bar Escorrega, no Leblon, local onde hoje funciona um açougue. Além disso, foi responsável pela queda do Mário Alves. Por tudo isso eu, o Tomás e o Vaqueiro fizemos justiça (REVISTA ISTO É, 5 de agosto de 1987, p. 26).

De acordo com a mesma versão, houve uma averiguação de informações antes de a decisão ser tomada, e as posições contrárias, segundo ele, partiam de pessoas que estavam exiladas e não conheciam a realidade do país.

Houve uma rigorosa apuração de todas as suspeitas. Não sei quantas pessoas fizeram esse trabalho, mas houve inclusive colaboração de outros partidos e organizações. Só foram contra os que estavam no exterior. O Apolônio (Apolônio de Carvalho, ex-dirigente do PCBR) até hoje diz que foi um erro, mas ele estava exilado. Não conhecia nossa realidade. (REVISTA ISTO É, 5 de agosto de 1987, p. 26)

Nessa entrevista, Vila não demonstrou nenhuma dúvida quanto à necessidade de realizar a operação, nem algum tipo de remorso. Ao mesmo tempo, buscou justificar a ação como motivada por um amor à humanidade, por mais que pudesse parecer como algo desumano.

Para executar a sentença, foram escolhidos os quadros que atuavam militarmente dentro da organização. Eu estava com 25 anos na época e lembro que discutimos

---

uma armação da polícia. Ranússia foi quem teria impresso os panfletos. Nos documentos do CENIMAR não aparece a referência à Vila (codinome).

exaustivamente os aspectos psicológicos, a maturidade dos militantes. É mórbido falar disso, mas a verdade é que o remorso não faz parte de uma concepção de luta de classes. Ao contrário, o ódio de classes é uma coisa que nos mantém com o coração quente e a cabeça fria para se executar qualquer coisa. Isso não quer dizer que fôssemos desumanos. Foi justamente por amor à humanidade que o fizemos. (REVISTA ISTO É, 5 de agosto de 1987, p. 26)

Finalmente, Vila buscou explicar, de forma detalhada como a operação foi realizada naquela manhã.

Não foi nada difícil executar a sentença. Tudo já estava certo há alguns dias. Chegamos ao Escorrega por volta de oito e meia da manhã. O Salatiel estava sozinho, arrumando o bar. Ele nos reconheceu, mas não desconfiou de nada. Até ficou feliz. Depois nos serviu três batidas. Em seguida sacamos os revólveres e aí informamos que ele seria justificado, por trair o PCBR. Ele não teve tempo de falar nada. Todos disparamos e o corpo caiu atrás do balcão. Ainda tivemos tempo de espalhar os panfletos do partido assumindo a autoria da ação, pichar as paredes com tinta spray e só depois sair. (REVISTA ISTO É, 5 de agosto de 1987, p. 26)

No entanto, entre os ex-militantes do PCBR essa questão não foi vista de forma tão simples. No entendimento de Juliano Siqueira: “Dizem que foi justificação, mas foi um assassinato, produto da perda total de perspectiva política naquele momento” (ENTREVISTA DE JULIANO SIQUEIRA AO AUTOR, 2004). Para Paulo Amaral (Kid), também ex-militante da organização: “Aquilo não foi uma decisão do partido, mas uma atitude isolada e criminoso de três pessoas” (REVISTA ISTO É, 5 de agosto de 1987, p. 26). Segundo Bruno Maranhão, que nesse momento era membro do Comitê Central no exterior, a ação foi realizada por elementos da organização presentes no país, mas sem nenhuma autorização da direção, que se encontrava no exterior.

Apolônio de Carvalho ouviu de companheiros do PCBR de São Paulo que Salathiel teria ido a esse estado para entregar os contatos do PCBR em São Paulo. Um major do Exército

também disse a Apolônio, na prisão da rua Barão de Mesquita, que “Salathiel foi a São Paulo e nos deu o que podia dar”. No entanto, procurou explicar o fato.

Esse é um elemento que eu procuro explicar pela fraqueza de Salatiel, diante do peso e do volume de torturas por que ele passou, a custa desse assunto. Eu não estou justificando, estou tentando explicar apenas, mas acho que também pensar que Salatiel estava afastado da organização, estava abandonando a luta, etc, seria falso, sentidamente falso. Dizer que ele teria sido o responsável pela queda de Mário Alves, acho também que seria inteiramente falso. (ENTREVISTA DE APOLÔNIO DE CARVALHO AO AUTOR, janeiro de 2003)

Apolônio ainda falou de um encontro com uma das pessoas que teria atirado em Salathiel, em uma atividade pública organizada no Rio de Janeiro, possivelmente o mesmo Vila que deu entrevista à revista *Isto É*:

Esse moço veio falar comigo [...] e a mim ele me disse que “era necessário fazer isso. Para mim, ele era responsável pela morte de Mário Alves”. Não falou em nome da direção, não foi mandado por direção nenhuma, pelo que ele me contou. (ENTREVISTA DE APOLÔNIO DE CARVALHO AO AUTOR, janeiro de 2003)

Segundo Renée de Carvalho, esposa de Apolônio, faltava informação às pessoas que fizeram a ação.

Eu acho que eles não tinham a informação certa, eles meteram na cabeça que ele era o responsável pela morte de Mário Alves, porque, se tivessem falado com os familiares dos grupos dos presos daquela época, eles saberiam que um dos suspeitos era o motorista. (ENTREVISTA DE APOLÔNIO DE CARVALHO E RENÉE AO AUTOR, janeiro de 2003)

Jacob Gorender, no livro *Combate nas Trevas* (1988), foi bastante duro quanto a essa questão: “Não houve, portanto, justificação, mas um ato de vingança, um assassinato. Uma

ação sem conteúdo político, como escreveu Álvaro Caldas” (GORENDER, 1998, p. 281). Embora Gorender não fizesse mais parte da organização, interpretou essa ação como algo isolado, sem a autorização da direção do PCBR.

Os autores do crime lançaram no local exemplares de um volante com a assinatura do PCBR e no qual se autodenominavam Comando Mário Alves. Àquela altura, a última direção do PCBR – da qual fizeram parte Fernando Augusto da Fonseca (Sandália) e Getúlio de Oliveira Cabral – já tinha sido exterminada pela repressão. Faltava idoneidade aos três assassinos para agir em nome do PCBR. (GORENDER, 1998, p. 281)

A polêmica que envolve o “justiçamento” ou assassinato de Salathiel Teixeira Rolim está relacionado a três questões: em primeiro lugar, a inocência ou não de Salatiel; em segundo, supondo que Salatiel fosse culpado das acusações, se a penalidade dada teria sido adequada ou exagerada e, finalmente, se quem o fez agiu, legitimamente, em nome da organização ou não.

Como vimos anteriormente, embora Salatiel tivesse passado informações para os órgãos da repressão, fê-lo sob violenta tortura, a partir de um entendimento de que o PCBR já deveria ter substituído os endereços conhecidos por ele. Quanto ao fato de ter ficado com dinheiro da organização, não existe possibilidade de comprovação. Seja porque ele estava investindo recursos no Paraná e, de certa forma, já estava sem muito controle da organização; seja porque não existiam indícios pessoais de que tivesse ficado com valores pertencentes à organização.

Segundo depoimento de seu filho, Salathiel era funcionário do bar “Escorrega” e não seu dono, informação confirmada por testemunhas da época. O próprio Apolônio pensava que Salathiel não teria coragem de ficar com dinheiro da organização. De qualquer modo, não existem certezas quanto a essa questão. Supondo que Salathiel tivesse ficado com algum dinheiro do PCBR e que tivesse sido o responsável pela prisão de Mário, mesmo assim a tendência é que os militantes da época

assumissem posições diferentes quanto ao que fazer. Quando entramos na questão da legitimidade de falar em nome da direção da organização, percebemos que havia, na época, uma grande confusão.

O último Comitê Central organizado no Brasil era composto por Prestes de Paula, Fernando (Sandália) e Getúlio Cabral. Os antigos dirigentes do PCBR, que agora estavam no exterior, embora opinassem sobre o que fazer, também respeitavam a direção interna do Brasil. Seja porque eram as pessoas que estavam envolvidas no cotidiano da organização, seja, até mesmo, por uma questão ética, como vemos na fala de Apolônio de Carvalho.

Também pesaram razões morais. Estar no exílio, em segurança, enquanto no interior do Brasil companheiros enfrentavam condições de extermínio físico, fez com que escrúpulos morais nos imobilizassem politicamente. Por estar fora do país, eu me abstinha de julgar e debater publicamente a orientação e a prática do PCBR. Foi quase uma renúncia coletiva. (CARVALHO, 1997, p. 214)

O grande problema é que, quando houve o justicamento de Salathiel, o PCBR estava sem direção no Brasil. Fernando (Sandália) e Getúlio Cabral tinham sido assassinados e Prestes, que tinha ido ao exterior para organizar a volta de Bruno e Apolônio, encontrava-se no Chile, sem condições de retornar ao Brasil. Essa situação foi determinante na confusão sobre a legitimidade, ou não, da ação realizada por alguns militantes da organização.

Os últimos militantes do PCBR a serem assassinados pela repressão política também o foram em um teatro armado pela polícia no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1973<sup>144</sup>.

Vitorino Alves Moitinho, Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Ranússia Alves Rodrigues foram assassinados e colocados dentro de um automóvel. Para viabilizar a farsa, colocaram os quatro corpos dentro de um

---

<sup>144</sup> O episódio ficou conhecido como o “Massacre da Praça Sentinela em Jacarepaguá”.

Volkswagen, dispersaram os populares do local e rapidamente cercaram o carro com oito automóveis, atirando e, posteriormente, lançando uma bomba dentro dele. Chovia nessa noite, a rua estava deserta, poucas pessoas escondiam-se junto ao muro do Colégio Estadual Pedro Américo, no bairro Jacarepaguá, na praça Sentinela. Em determinado momento, chegou um automóvel e saiu um homem ordenando às pessoas que se afastassem.

A revista *Veja*, não sabendo do que se tratava, e achando que talvez fosse uma briga de quadrilhas, publicou uma matéria em 7 de novembro de 1973, na qual inclusive buscou ouvir testemunhas. Uma dessas testemunhas disse que “Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros”, e que “[...] Vindo de todas as ruas que levam à praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho de placa AA 6960 e despejando tiros”. Próximo ao carro estava Ranússia, com quatro tiros no peito e três no rosto, e mais três homens com os corpos carbonizados. Segundo o *Jornal do Brasil*, em 17 de novembro de 1973, 20 dias após o fato, os “terroristas” foram mortos em tiroteio.

Essas informações, em parte, são compatíveis com o depoimento de Claudio Guerra, ex-agente da repressão que fez diversos depoimentos públicos falando sobre sua participação no processo de eliminação de inimigos do regime. Segundo ele,

O comandante Vieira e o Coronel Perdigão<sup>145</sup> me deram a informação de que um Volkswagen cinza-claro passaria pela estrada no sentido Jacarepaguá, na Praça da Sentinela, e que nenhum passageiro desse veículo poderia escapar vivo. Era assim que Perdigão agia, poucas informações: uma Kombi e pessoas que deveriam morrer. Ele me pediu ajuda; eu tinha um compromisso no Espírito Santo e não pude participar, mas enviei meus melhores homens. Depois eles me contaram como tudo aconteceu, com detalhes, por dever de ofício. Da minha equipe estavam nesse tiroteio o Pejota e o Sargento Jair. Eles foram para a estrada e fizeram um corredor de atiradores.

---

<sup>145</sup> Trata-se do Coronel Freddie Perdigão.

Perdigão vinha atrás, avisando por um rádio o momento em que a Kombi estava se aproximando do local ideal. O veículo foi metralhado por todos os lados e em seguida jogou-se uma bomba dentro dele. Não sobrou ninguém vivo. Pelo relato dos meus companheiros, o coronel Perdigão deu vazão em seguida a todo o seu sadismo. Contaram-me que a moça, Ranússia, mesmo ferida, conseguiu sair do carro antes do fogo, ao contrário de seus três companheiros, que acabaram carbonizados. Estaria mal, agonizando. Foi Perdigão que fez questão de acabar com ela, a tiros. E ria, enquanto atirava. Ria alto. Os quatro jovens estavam sendo monitorados há algum tempo. Essa chacina foi noticiada na época, apesar da censura. Evidentemente foram montados na perícia todos os indícios de resistência. (GUERRA, 2012. p. 45-46)

Documentos posteriores comprovaram que os quatro membros da organização estavam sendo seguidos desde o dia 8 de outubro de 1973<sup>146</sup>, na esperança de que fizessem contatos com a ALN. Os médicos legistas foram Hélder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos, os mesmos do “acidente” anterior, que envolveu Getúlio Cabral e outros cinco militantes assassinados. O declarante do episódio, José Severino Pereira, por coincidência, também é o mesmo declarante do “acidente” anterior. A partir dos laudos dos cadáveres e do conjunto de documentos sobre o caso, a Comissão Nacional dos Mortos e Desaparecidos Políticos durante a ditadura pôde constatar um conjunto de contradições e irregularidades, o que permitiu o reconhecimento dos quatro ex-militantes como sendo assassinados sob a responsabilidade do Estado. Mesmo os quatro corpos estando dentro do mesmo carro, apenas três deles estavam carbonizados, e o de Ranússia, com diversos tiros. Talvez os corpos estivessem carbonizados para ocultar marcas de tortura<sup>147</sup>.

---

<sup>146</sup> No arquivo do DOPS/RJ foi encontrado documento do I Exército, informação número 2805, de 29 de outubro de 1973, que narra o cerco feito aos quatro militantes desde o dia 8 de outubro de 1973 (GUERRA, 2012, p. 218).

<sup>147</sup> Esse cerco culminou com a prisão de Ranússia na manhã do dia 27 de outubro. Há nesse documento interrogatório e declarações de Ranússia no

Segundo depoimento de Romildo Maranhão do Vale, irmão de Ramires, na Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, quem ligou avisando morte de Ramires para seu pai, Francisco Clóvis Marques do Valle, em novembro de 1973, foi Help (Lúcio), que disse que deveria estar no ponto também mas que por algum motivo não teria ido.

O assassinato de Vitorino Alves Moitinho, Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Ranússia Alves Rodrigues já estava inserido no final do período da guerrilha urbana no país. Não havia mais direção do PCBR dentro do Brasil. O último CC localizou-se no exterior, já fruto da derrota iminente dos grupos de esquerda armada em nosso país.

Esse período, final de 1972 e 1973, é identificado por alguns ex-militantes como sendo o resultado de uma política de frente com outras organizações, o que não deixa de ser verdadeiro, mas também considerado por muitos como o início de um processo degenerado de luta política, pois, com o tempo, os objetivos já não eram ações militares e ou expropriações com fins políticos, mas sim de simples sobrevivência de militantes que não tinham mais nenhuma condição se se reinserir socialmente, principalmente no ano de 1973. Segundo um documento do CENIMAR, um conjunto de ações foi creditado ao PCBR em aliança com outras forças políticas na época, sendo que em cada uma dessas ações aparece a fonte das informações, normalmente pessoas que passaram por sessões de tortura, o que não nos garante que todas as informações sejam verdadeiras.

Essas ações em articulação com outras organizações políticas começaram ainda em 1971, mas ficaram restritas ao militantes que se encontravam no Rio de Janeiro. Dia 28 de agosto de 1971 ocorreu um assalto à agência do Banco Itaú América, na Tijuca, Rio de Janeiro. Ação organizada pelo MR-8,

---

DOI-Codi/RJ, além de farta documentação encontrada com ela (GUERRA, 2012, p. 218). Guerra referia-se ao cerco iniciado no dia 8. Existe a suspeita de que a Ranússia já tivesse sido presa de manhã e foi levada ao cenário montado para ser morta lá mesmo ou então já foi levada morta, um pouco diferente da versão de Claudio Guerra.

PCBR, ALN, VPR e VAR-PALMARES, sendo que pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral. Logo em seguida, em 24 de setembro de 1971, houve um assalto a uma Kombi de transporte de valores juntamente com a VAR-PALMARES e ALN. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral – dois carros tinham sido roubados para a ação).

Já no ano de 1972 ocorreram diversas ações conjuntas, sendo que, entre as que foram identificadas pelos órgãos de repressão, podemos listar:

1) Assalto ao posto do Detran (Departamento de Trânsito), no Rio de Janeiro. Em conjunto com a VAR-PALMARES. Pelo PCBR, participaram Getúlio de Oliveira Cabral e Valdir Salles Sabóia (10/01/72).

2) Roubo de dois mimeógrafos e uma máquina de escrever do curso FISH, no Rio de Janeiro, em conjunto com a VAR-PALMARES e VPR. Pelo PCBR, participou Getúlio de Oliveira Cabral (24/01/72).

3) Assalto à delegacia do Ministério do Trabalho em conjunto com a ALN e VAR-PALMARES. Pelo PCBR, participaram Getúlio de Oliveira Cabral e José Bartolomeu Rodrigues (31/01/72).

4) Roubo de dois carros no Rio de Janeiro. Atividade em conjunto com ALN e VAR-PALMARES, possivelmente para a atividade que realizariam no dia 5 de fevereiro. Pelo PCBR, participaram Getúlio de Oliveira Cabral e Adair Gonçalves Reis (janeiro 1972).

5) Assalto a dois bancos em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Atividade conjunta com VAR-PALMARES e ALN. Pelo PCBR, participaram Getúlio de Oliveira Cabral e Valdir Sabóia (25/02/72).

6) Assalto ao banco Territorial, em Bonsucesso, Rio de Janeiro. Ação conjunta com o MR-8 e VAR-PALMARES sendo que pelo PCBR participaram Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Fernando Augusto da Fonseca (abril/72).

7) Assalto ao Banco Novo Mundo, no Bairro da Penha, Rio de Janeiro. Ação Conjunta com a VAR-PALMARES. Pelo PCBR, participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de

Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro e Valdir Salles Sabóia (setembro/72).

8) Assalto ao Banco Itaú-América, na rua Marquês de Abrantes, Botafogo, Rio de Janeiro. Ação em conjunto com VAR-PALMARES. Pelo PCBR, participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro, Valdir Salles Saboia e José Bartolomeu Rodrigues Pinheiro. Levaram a quantia de 88 mil cruzeiros (outubro 72).

9) Assalto ao União de Bancos, em Jacaré, Rio de Janeiro, juntamente com a VAR-PALMARES, sendo que teriam participado pelo PCBR Fernando Augusto da Fonseca, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Valdir Salles Sabóia, Antônio Prestes de Paula, Getúlio de Oliveira Cabral e José Silton Pinheiro Gomes<sup>148</sup> (sem data identificada).

10) Assalto a uma casa de material de construção no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, Waldir Sales Sabóia, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza<sup>149</sup>.

11) Assalto a banco na avenida Brasil, juntamente com o MR-8 e VAR-PALMARES, sendo que pelo PCBR participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Valdir Salles Saboia<sup>150</sup> (sem data identificada).

No ano de 1973 continuaram as ações em conjunto, como: 1) roubo de um automóvel no Rio para a ação de justificação do delegado Otavinho. Ação conjunta com ALN e VAR-PALMARES. Participaram pelo PCBR Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio e Ranússia (fevereiro de 1973); 2) roubo de um carro para a ação que estava sendo preparada para dia

---

<sup>148</sup> No documento do CENIMAR, existe uma falha, aparecendo apenas José Sil. Seria o único nome dos militantes identificados que poderia se encaixar com essa inicial de nome e sobrenome. Além disso, o nome de José Silton Pinheiro aparece em outras ações militares. Levaram a quantia de 88 mil cruzeiros para as duas organizações.

<sup>149</sup> Em virtude da falha do documento do CENIMAR (documento apresentado parcialmente ilegível para a microfilmagem), não foi possível identificar o nome da empresa nem a quantia levada, constando apenas 350.

<sup>150</sup> Em função da falha no documento não foi possível identificar o banco, apenas que ficava na esquina da Rua Guilherme Maxwel.

14/03/73 juntamente com VAR-PALMARES. Ramires Maranhão do Vale e Vitorino participaram pelo PCBR; 3) assalto ao banco Francês e Brasileiro – POA, sendo que Ramires e Vitorino foram a Porto Alegre, onde fizeram a operação junto com a ALN e VAR-Palmares. O PCBR teria ficado com 21 mil e uma arma (14 de março de 1973); 4) roubo de jóias no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro. Ação conjunta com a ALN e VAR-PALMARES. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral. Para a ação foram utilizados dois carros, possivelmente roubados; 5) assalto e roubo de um automóvel Volkswagen no bairro Maria da Graça, Rio de Janeiro. Participaram Ramires Maranhão do Vale, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho<sup>151</sup>; 6) assalto a uma clínica na rua Paulino Fernandes, em Botafogo, dia 29/08/73. Participaram Ramires, Almir, Vitorino e Ranússia. Teriam levado 45 mil. A referência que a CENIMAR utiliza como prova seriam declarações de Ranússia, o que comprova que ela foi presa e assassinada antes do teatro que foi montado, pois por óbvio que não teriam preso, pego as declarações dela e posteriormente liberado para que ela se encontrasse com seus companheiros posteriormente.

O quadro a seguir mostra o recrudescimento da repressão nesse período, principalmente nos anos de 1972 e 1973. Os assassinatos e processos que envolveram organizações de esquerda após essa data ou são muito dispersos ou estão vinculados a algum fato específico, como veremos adiante através dos dados disponíveis no *Arquivo Brasil Nunca Mais*.

---

<sup>151</sup> Os mesmos quatro militantes que serão assassinados em 27/10/73.

**Quadro 1** – Relação dos Mortos Oficiais e Desaparecidos no Brasil entre 1964 e 1983

ANO	MORTOS OFICIAIS	DESAPARECIDOS
1964	13	02
1965	01	---
1966	02	---
1967	01	---
1968	11	---
1969	18	01
1970	22	02
1971	33	16
1972	38	17
1973	28	41
1974	---	36
1975	03	08
1976	05	---
1977	01	---
1978	---	---
1979	05	---
1980	03	---
1981	---	---
1982	---	---
1983	01	---
TOTAL	185	123

Fonte: Brasil Nunca Mais. Elaborado pelo autor, 2022.

Podemos perceber por esse quadro que o final de 1973 pode ser considerado também a derrota da guerrilha urbana no Brasil<sup>152</sup>. Os dados sobre os desaparecidos políticos de 1974 e 1975 (os últimos do período) referem-se basicamente à Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B na região de Goiás. A própria ida para o Araguaia ocorreu em função da dificuldade dos militantes de esquerda de sobreviverem nas cidades, sem com isso ignorarmos a linha militar do PC do B, que privilegiava

---

<sup>152</sup> Ferraz identifica como sendo a última ação armada do PCBR a explosão de uma bomba em frente à loja da companhia aérea LAN-Chile, no centro do Rio. Segundo ele, não houve feridos e teria sido um protesto em relação à derrubada de Allende. Essa atividade deve ter sido realizada em outubro, mesmo mês em que serão assassinados, mas não conseguimos identificar a data (FERRAZ, 2021, p. 172).

o campo como principal terreno da luta política através da concepção maoísta. Classificamos em dois tipos principais os assassinatos praticados pela repressão a partir de 1975: aqueles organizados pela extrema direita no país, que desejava a volta da linha dura ao poder (como os assassinatos de Vladimir Herzog em 1976, Santo Dias da Silva, em 1979, e Lyda Monteiro da Silva, em 1980), e assassinatos de lideranças sindicais, como o de Margarida Alves, em 1983, e o de Wilson Pinheiro, em 1980. Também haverá o “Massacre da Lapa”, em 1976, como consequência da Guerrilha do Araguaia, em que dirigentes do PC do B serão assassinados.

Nesse contexto, a saída do país dos principais dirigentes de todas as organizações de esquerda, embora muito angustiante para alguns, na medida em que criava sentimento de culpa em relação aos companheiros que não tinham condições de ir para o exílio, colocava-se como uma necessidade de sobrevivência das estruturas partidárias. No caso do PCBR, a Executiva do Comitê Central no exterior era composta por Bruno Maranhão, Apolônio de Carvalho e Renê de Carvalho. Ainda faziam parte da direção Nancy Mangabeira, Antônio Prestes de Paula e Bruno Dauster, entre outros. Muitos debates ocorreram nesse período, não somente relacionados a questões novas para os latinoamericanos, que se deparavam com novas elaborações políticas, associadas principalmente a questões de gênero e questões comportamentais, como também a um debate mais crítico frente ao fenômeno denominado stalinismo.

Contribuições como “A Crise do Movimento Comunista”, de Fernando Claudín, membro do PC Espanhol, foram importantes no questionamento à ideia de partido único e a algumas concepções autoritárias presentes, muitas vezes, naquelas organizações que seguiam de forma automática à linha soviética. Influência grande teve, também, toda a reflexão autocrítica sobre o vanguardismo e militarismo que tomava conta das organizações de esquerda da América Latina, influenciadas pelo pensamento de Régis Debret e Che Guevara. Muitas vezes, o limite entre uma autocrítica sobre o contexto em que se deu a luta armada, e o próprio abandono das teses

marxistas que embasavam a luta política no momento, não ficava muito claro.

Os dirigentes e militantes do PCBR que se exilaram na Europa ainda iriam ser protagonistas de inúmeros debates e disputas políticas entre si, como o próprio questionamento interno sobre a necessidade de retorno ao país e de reorganização do PCBR, como de fato irá ocorrer no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando da fundação do Partido dos Trabalhadores. Com o retorno de algumas pessoas ao Brasil, a partir da Anistia e a reorganização de outros militantes, que nunca chegaram a sair, novas situações e até mesmo ações políticas irão ocorrer. Algumas delas de grande impacto sobre a opinião pública e sobre a conjuntura política, como a tentativa de assalto a um banco na Bahia, em 1986, por membros dessa organização<sup>153</sup>.

Esse segundo momento irá encerrar-se, quando o PT, no seu primeiro Congresso, em 1991, aprimorou a regulamentação de suas tendências internas, algo que já vinha sendo debatido desde o 5º Encontro Nacional, em 1987.

No entanto, como a situação política desse período era profundamente distinta da anterior, não só do ponto de vista da conjuntura, mas como do próprio período da luta de classes, a análise sobre a ação do PCBR, bem como a de sua linha política, teria de ser estudada sob novas perspectivas: início da redemocratização, existência de um partido legal de massas do qual os militantes do PCBR participavam, ressurgimento de movimentos de massas já nos marcos da legalidade.

Optamos, portanto, por não desenvolver, no presente trabalho, este outro período da atuação do PCBR<sup>154</sup>, por

---

<sup>153</sup> Militantes do PCBR (reorganizado) assaltaram um banco na Bahia dia 11 de abril de 1986. Os militantes presos foram José Wellington, Cicero Barbosa da Silva, Jari José Evangelista, Telson José Crescêncio, Antônio Prestes de Paula e Marcos Wilson Reale (os quatro últimos, já falecidos; Marcos Wilson era filho de Rubens Lemos, fruto de seu primeiro casamento). Para maiores informações a respeito desse assalto, ver TORRES, Lucas P. M. Estratégias de uma esquerda armada: militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980. Salvador: EDUFBA, 2017.

<sup>154</sup> Parte da atuação do PCBR já durante o período da redemocratização do país também é tratada em Torres (2017).

entendermos, em primeiro lugar, que deveríamos considerar outras referências históricas para desenvolvê-lo. Em segundo lugar, por se constituir em um período histórico mais recente, as fontes de pesquisa ainda estão presentes, diferentemente do período dos anos 1970, quando inúmeras pessoas que participaram daquele momento histórico já não estão vivas e quando o tipo de ação desempenhada naquele contexto, na maioria das vezes, não está documentado. Deixamos, por isso, o estudo desse outro período para uma pesquisa posterior.

## Capítulo VI

### O PCBR e a Questão de Gênero

Embora percebendo que este capítulo “quebra” um pouco a disposição do presente trabalho, acreditamos que a investigação sobre a forma como as relações pessoais e de gênero eram tratadas no interior da organização que estamos estudando nos ajuda também a entender o conjunto de elementos que compõem a história do PCBR.

A tradição hegemônica no movimento comunista internacional, até pouco tempo atrás, entendia o papel da mulher eminentemente como um agente da luta de classes<sup>155</sup>. Não entendia que as questões específicas da mulher<sup>156</sup> pudessem ser discutidas além da dicotomia entre explorados *versus* exploradores. Nesse sentido, o PCBR não conseguiu fugir a essa regra. Na introdução de uma cartilha produzida pelo PCBR que reproduzia um discurso do líder marxista angolano Samora Machel, é apresentada uma visão sobre a luta das mulheres que reflete tal concepção. Esse texto afirma que “não existe

---

<sup>155</sup> É importante não vincularmos de forma mecânica as posições dos partidos comunistas e do pensamento hegemônico da esquerda com o pensamento de Karl Marx, e nem mesmo com o conjunto das organizações que se reivindicam do marxismo e/ou até mesmo de pensadores que se colocam nessa perspectiva.

<sup>156</sup> Não só as questões de gênero, como também étnico-raciais, orientações sexuais, etc. Essas temáticas começaram a ser debatidas de forma muito incipiente no período analisado (em função dos movimentos de contracultura da década de 1960). No entanto, levou alguns anos após a ditadura para que alcançassem uma dimensão importante no debate nacional.

antagonismo entre homem e mulher; o que existe é antagonismo entre mulheres e homens explorados e mulheres e homens exploradores” (MACHEL, 1972).

Como podemos notar, a diferenciação entre homens e mulheres é percebida como uma falsa polarização que tende apenas a ocultar o grande conflito que ocorre entre os homens e mulheres explorados(as) e entre homens e mulheres exploradores(as). Não se observa nada que se refira à especificidade das lutas das mulheres.

Curiosamente, o texto difundido já reproduzia uma outra linha de entendimento, talvez nem mesmo percebida pelos que o editaram. Samora Machel, em um pronunciamento durante a I Conferência das Mulheres Moçambicanas, em 1972, pensou essa problemática em uma dimensão que ia além da mera luta de classes. Deixou clara essa posição em diferentes momentos, ao afirmar, por exemplo, que não existe revolução sem a libertação das mulheres.

Genericamente falando, as mulheres são os seres mais oprimidos, humilhados e explorados na sociedade. A mulher é explorada até pelo próprio homem explorado, golpeada pelo mesmo homem ferido pela palmatória, humilhada pelo homem pisado pelo chefe e pelo colono. [...] Como pode triunfar a Revolução sem a libertação das mulheres? Será possível libertar-se do sistema de exploração mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode banir apenas parcialmente a exploração e a opressão, não se pode arrancar a metade do joio, sem que este volte a crescer novamente. (MACHEL, 1972)

O autor explicita sua crítica àquela concepção mais ortodoxa do marxismo que coloca como secundária a luta pela libertação das mulheres.

Há pessoas entre nós, como o movimento bem sabe, que pensam que deveríamos dedicar todos os nossos esforços contra o colonialismo, e que a tarefa de emancipar a mulher é, portanto, secundária, porque dividiria nossas forças [...] a emancipação da mulher não é um ato de caridade, o resultado de uma atitude humanitária ou

compassiva. A libertação das mulheres é uma necessidade fundamental para a Revolução, garantia de sua continuidade e pré-condição para sua vitória. O objetivo principal da Revolução é destruir o sistema de exploração e construir uma nova sociedade que libere as potencialidades dos seres humanos, reconciliando-os com o trabalho e a natureza. Este é o contexto no qual surge a questão da emancipação das mulheres. (MACHEL, 1972)

Essa visão limitada sobre a opressão da mulher por parte do PCBR só irá sofrer modificações a partir da experiência do exílio, quando, principalmente na França, começaram a surgir grupos de discussão entre as mulheres, e é o momento em que o debate sobre o feminismo começa a tomar corpo. Essa não é uma situação apenas do PCBR, mas do conjunto das organizações da esquerda brasileira. De certa forma, o exílio é o grande aprendizado sobre o feminismo, e a volta dos exilados ao Brasil, com a anistia, é o início de um acúmulo teórico mais sistemático das lutas feministas em nosso país.

Em função das concepções de fundo, também nessa questão haverá profundas divergências sobre as questões de gênero, o que irá implicar, inclusive, diferentes formas de organização das mulheres para lutar por seus direitos.

Mesmo assim, ainda haverá muitos conflitos entre as mulheres e suas organizações no período do exílio. Dentro do PCBR (embora não apenas nessa organização), a participação das mulheres em grupos de discussão sobre questões de gênero era mal vista. Não só no debate sobre a problemática das mulheres, mas também o próprio estudo teórico, em geral, era visto como um desvio das funções de um militante revolucionário. Havia uma intensa atividade de militância mesmo no exterior. O PCBR editava na França uma revista chamada *Révolution Brésilienne*, além de um jornal que era feito a partir de reconstituições políticas. Existia ainda o trabalho de arrecadação de fundos para a organização e auxílio – especialmente através de cursos e treinamentos – a militantes de outros continentes, particularmente na Ásia e África. Susana Maranhão lembra: “O PCBR era a organização mais fechada para o estudo, achava que era um absurdo, que tinha mil tarefas para

fazer no exterior e que estudar era uma perda de tempo (MARANHÃO, 2004).

Além disso, sempre sobravam para as mulheres os trabalhos domésticos, na divisão das tarefas dentro das habitações onde moravam diversos militantes. Afora a existência de piadas relacionadas não só às mulheres, como também aos homossexuais.

Susana Maranhão sentiu pela primeira vez o machismo quando se prontificou a assumir a função de motorista no assalto a um banco na Bahia, preparatório do sequestro ao embaixador, e não foi atendida, mesmo sendo uma boa motorista e tendo boa pontaria<sup>157</sup>.

No geral, dentro dos grupos de esquerda, a participação de mulheres na direção das organizações foi sempre inferior à sua participação dentro de seus respectivos grupos.

Mas o contexto da clandestinidade colocava outros problemas de ordem pessoal relacionados a questões comportamentais. O direito à gravidez, por parte das mulheres que estavam vivendo clandestinamente ou, até mesmo, o direito de conviver com seus filhos, no caso daquelas que já os possuíam, era um debate muito forte. Essas vinculações aumentavam os riscos de identificação e tornavam os militantes mais indefesos, eis que a repressão, em alguns casos, também se utilizou da prática de tortura em crianças para, com isso, atingir os pais.

Rubens Lemos, preso e torturado, viveu momentos de angústia quando os torturadores acenaram com a possibilidade de atingir seu filho, o que criou pânico em sua esposa e colocou-a contra ele.

Preso, e na presença de Isolda, sua segunda esposa, entregaram-lhe um documento para assinar, no qual ele renegaria toda sua luta e seria libertado. Rubens respondeu a eles: “Eu não assino nada. Os senhores já me prenderam e é a vocês que cabe provar se sou ou não culpado de alguma coisa”.

Um dos policiais, dirigindo-se à Isolda, falou:

---

<sup>157</sup> Ironicamente, a ação a que Suzana se refere foi justamente o assalto a banco onde o dinheiro foi deixado no local, embaixo do carro, por Theodomiro. Alguns dos depoimentos da época responsabilizam o fato à imperícia e afobamento do motorista da ação.

Está vendo? A senhora está aqui por causa dele. A senhora está entregando pérola aos porcos. Ele quer nos obrigar ao que não queremos, ou seja, trazer aqui o seu filho Bimbo (Rubinho). A senhora quer isso? (LEMOS, 2004)

Isolda entrou em pânico e, desesperada, chorando, pedia a Rubens que assinasse o documento. Ele não cedeu, mas relata a angústia vivida.

Foi um momento duro. Terrível. Eu que amava a todos, eu que cortara os pés, enfrentando perigos, apesar de todos os meus medos, para chegar a ela e meus filhos, surgia diante dela como um ser despido de qualquer sentimento. Os policiais conseguiram fazer, com perfeição, o jogo sujo. Com o coração pesado, mas com certeza mais firme, virei-me para Isolda: “Eles estão lhe jogando contra mim. Eles querem me degradar, mas eu não me degradarei. Não assino nenhum *arrependimento*. Eu quero, um dia, poder continuar olhando dentro dos seus olhos e nos olhos dos meus filhos”. Levaram Isolda para uma sala no andar superior. Fiquei lá embaixo. Sem ter o direito de chorar. Não podia, não devia revelar fraqueza. Isso é o que eles queriam. (LEMOS, 2004)

Outro tipo de drama era a separação das relações familiares, várias vezes definitiva, com que muitos se defrontaram. Quando Antônio Prestes de Paula voltou do exílio, em 1981 – alguns dos exilados, em função do tipo de acusação, não puderam voltar no início da anistia –, havia passado dezessete anos longe de sua mulher e de seus cinco filhos (somando clandestinidade, prisões e exílio). Embora ainda mantendo uma relação de companheirismo e amizade, percebeu que não podia mais continuar uma relação homem-mulher após tantos anos, e resolveu separar-se definitivamente. Seus filhos, adolescentes na época, ficaram frustrados e, durante muitos anos, praticamente até o final de sua vida, Prestes teve de enfrentar esse problema. Quanto a esse fato, embora Prestes tenha feito uma autocrítica de sua condição de pai, ao mesmo tempo tinha clareza do significado de sua vida.

Fiz autocrítica. Não fui um bom pai, eu abandonei tudo pela minha causa, joguei a família para cima, emprego, joguei tudo, mas não me arrependi porque eu acho que as pessoas não devem se arrepender daquilo que fazem, no sentido de que eu não lutei por nada que não fosse digno e sacrifiquei tudo no altar do patriotismo, da revolução, da transformação social, da construção de uma nova sociedade. Então, os valores pelos quais eu lutei vão amenizar um pouco a minha condição de homem que não soube manter a sua família e fiz opções que acabaram dissolvendo a família. Hoje estou num processo de resgate, e hoje eu não faria o que eu fiz. (PAULA, 2004)

No contexto vivido, a separação dos casais de militantes, em função do cumprimento de tarefas pela organização, era vista como algo normal, e a reivindicação de ficar junto ao(à) companheiro(a) era visto como um desvio pequeno burguês. Somente a partir de um certo momento (final de 1971, início de 1972) é que o PCBR adotou como política buscar conciliar a vida de casados com a militância. Procurou, então, distribuir as funções da atuação política, adequando-as aos relacionamentos amorosos entre os militantes, ou seja, distribuir tarefas em que os casais pudessem atuar de forma conjunta e conviver na mesma residência. Existe, inclusive, nas cartas trocadas entre casais que militavam na organização, referência explícita a essa política. A carta citada a seguir não tem assinatura.

Outra coisa é como você está encarando este momento de separação: acho que você sabe que o P. tem um [...] sobre isso que é a de unir os casais, então, a separação que a gente pode colocar dentro de perspectivas de haver futuro é a separação provisória e estritamente necessária das fases de recuo, como esta. (CARTA ...)

O casamento de Carlos Alberto Soares e Rosa Soares talvez seja emblemático desse distanciamento entre questões pessoais e políticas. Carlos Alberto, estudante de Geologia e militante do PCBR, casou-se com Rosa, estudante de Medicina e vinculada ao PCB. Antes do casamento, sem que Rosa soubesse, foi alugada uma casa que seria a residência dos dois

e, ao mesmo tempo, seria montado um esquema de ambulatório para os casos de ferimentos em ações militares. Haveria apoio de médicos, que também contariam com a colaboração de Rosa, mesmo que esta não soubesse dos planos.

No dia do casamento, que coincidiu com a morte de Costa e Silva, 17 de dezembro de 1969, durante a festa na casa de seus sogros, Carlos Alberto terminou com os festejos e levou Rosa para a nova casa. Em função da clandestinidade, nem os pais dele nem os de Rosa sabiam onde ficava. Ao chegar em casa, ao invés de desfrutarem da noite de núpcias, Carlos Alberto comunicou que tinha um compromisso naquela noite com o partido (um roubo de carro para uma ação posterior). Como imediatamente precisou viajar pela organização, só voltou para casa três ou quatro dias após o casamento. Esse fato, segundo Carlos Alberto, nunca foi esquecido por Rosa.

Mas, se é verdade que existia uma debilidade que cercava o debate sobre o papel da mulher, em função de questões até mesmo estruturais de nossa sociedade, não é verdadeira a ideia muitas vezes difundida de que os militantes de esquerda na época não tinham sensibilidade e desejo de viver e amar, em função de uma militância muito severa. Aliado a uma disciplina férrea, em que a vida dependia exatamente desse cuidado, também havia tempo para o amor e para a paixão. As cartas de vários militantes (não identificados)<sup>158</sup> refletem essa situação, como a que reproduzimos abaixo.

Companheira, irmã, amiga, amada, fui ao inferno e voltei nestes dois dias, dias de angústia e de solidão, dias em que eu me neguei e não acreditei em mim, dias de reencontro comigo mesmo, dias de tristeza, de dor, de insegurança [...]. Eu quero me entregar a você também, totalmente, integralmente, sem esperar nada, sem pedir nada, sem exigir nada. Também não sei se vou conseguir, se vou ter esse momento contigo, mas quero tentar, quero ser livre

---

<sup>158</sup> Algumas cartas puderam ser identificadas pelo autor. No entanto, entendemos que não seria ético colocar nomes sem a autorização dos(as) autores(as).

para isto também. (CARTA MANUSCRITA ASSINADA COMO “EU”)

Ou então, este outro fragmento de outra carta:

Minha querida, meu amor, eu estou tão [...] que passei a tarde chorando, [...] do hotel ficou todo molhado” 16 de janeiro de 71. (CARTA MANUSCRITA SEM IDENTIFICAÇÃO)

Entre o conjunto de documentos e cartas pessoais apreendidas pela repressão, talvez a maioria seja de cartas amorosas de parte de militantes para seus(suas) companheiros(as). Para Nancy Mangabeira,

Mais importante que os nomes era a intensidade com que a gente vivia aquelas relações. Uma intensidade dada pela própria perspectiva: a de saber que podia ser presa ou podia morrer a qualquer momento. Não só em termos de homem e mulher, de relação amorosa. Mas nas relações de amizade. Você se despedia de um companheiro num ponto e não sabia se ia voltar a vê-lo. Havia intensidade em cada instante. Não só porque fosse uma situação-limite, mas porque havia a comunhão de um ideal. Isso dava uma conotação diferente, que transcendia a relação em si. É um momento em que se forjam relações das quais a gente sempre se lembra. (MANGABEIRA, 1998, p. 358)

Para que possamos compreender esse aparente conflito, entre rígida disciplina e amor à vida e à liberdade, é necessária a compreensão do peso das utopias naquele contexto. A Revolução Cubana, a Revolução Argelina, a Guerra do Vietnã, a chamada Revolução Sexual, o Movimento Hippie, a Contracultura, o Maio de 68 na França e muitos outros movimentos que aconteciam no mundo criavam, também, um sentimento de força e de inevitabilidade das transformações sociais. Nancy Mangabeira consegue perceber nitidamente tais contradições

Havia valores. Não foi só uma história de dor, sofrimento, dissabores e desencontros. Foi uma história de alegrias,

de encontros, de construções e principalmente da ideia de que o importante era essa busca. Construir a nossa humanidade. Era isso que dava sentido a nossas vidas. Também apareceram atitudes e dimensões mesquinhas da nossa parte. Apesar desses ideais e valores, reproduzimos todas as relações de poder que também faziam parte do sistema. Com atitudes de uma dureza extrema. Vivemos algumas das melhores, mas também piores coisas do ser humano. Eram situações-limite. Vivem em companhia da morte, que a qualquer momento coloca tudo em outra dimensão. Todos os relacionamentos, toda a relação com a vida também. (MANGABEIRA, 1998, p, 459)

Outro depoimento importante que busca sintetizar o contexto, as contradições e o comportamento da época é o da Maria Dalva Bone. Para ela,

Grandes avanços conseguimos no PCBR no campo dos costumes. Hoje nos surpreendemos com o conservadorismo reinante na sociedade criada por nossos pais e ainda arraigada em nossas mentes. Vivíamos o tempo do amor livre e queríamos praticá-lo. Ele nos libertava da obrigação do casamento, que nos condenava a sermos escravas de um só homem, e nos permitia experimentar o sexo, pois éramos totalmente aprisionadas pelos desejos masculinos. Ao final dos anos [19]60 e início dos [19]70, quando o feminismo dava seus primeiros passos no cenário das esquerdas, permanecia, no entanto, a lembrança dos escritos de Che Guevara em sua “Guerra de Guerrilhas”, onde ressaltava o papel da mulher como boa cozinheira, boa costureira de uniformes, etc. Nunca como combatente. Era uma época de transição e no PCBR não poderia ser diferente. Lembro-me que em um dos congressos houve uma grande discussão sobre a insuficiência de aposentos para manter separados homens e mulheres. Mas prestem atenção: apenas dois sexos. Os mais avançados eram por misturar homens e mulheres no mesmo recinto. Estas, em sua maioria absoluta, trabalhavam na cozinha, não se misturavam e não participavam dos debates. Sofri muita discriminação de gênero na organização. Ironias e deboches eram frequentes para desqualificar minhas posições. Tenho sequelas destas atitudes até hoje. O

machismo dominava a estrutura orgânica. Os postos de comando eram, em sua quase totalidade, eram exercidos por homens. A mulher escalava poder dentro da organização quando se associava a um dos dirigentes. As que não eram “bancadas” por homens eram vistas como auxiliares e, por vezes, mundanas. A grande marca da liberação foi, sem dúvida, o amor livre, o que já era muito para a época. Foi também uma força motriz para as conquistas posteriores que mudaram profundamente o cenário referente à sexualidade e que hoje se refletem no reconhecimento LGBTQIA+ e na liberdade sexual de quem se assume como hétero. O PCBR não foi melhor nem pior, apenas refletiu avanços da época e se omitiu quanto a outros conservadorismos reinantes. O amor livre pavimentou o caminho para as conquistas atuais. A identidade de gênero tornou-se uma realidade. (BONE, 2022)

Esse depoimento de Dalva Bonet consegue sintetizar de forma bastante nítida as contradições que os/as militantes da época viviam. Por um lado, propunham a constituição de um novo mundo, de novas relações entre os homens e mulheres, de outro lado conservavam resquícios muito fortes de comportamentos machistas e preconceituosos. Mas, mesmo percebendo esses limites, entende que não podemos desconsiderar também os avanços conquistados por aquela geração. Fica evidenciado nessa fala um dos elementos constitutivos da dialética, qual seja, o de que toda a transformação também traz em seu bojo elementos de conservadorismo.

# Conclusão

O estudo sobre o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) visa a um resgate de parte da história de nosso país. Esta organização da esquerda brasileira surgiu oficialmente em 1968, quando começou a contribuir não só para o processo de luta contra o regime militar como para o debate teórico. Formado durante o período militar, buscou colocar em prática seus ideais de forma diferente das concepções da época.

Essa forma diferenciada tentava conciliar a ação junto ao movimento de massas com ações no terreno militar. O trabalho junto ao movimento de massas caracterizou-se por uma intensa propaganda político-ideológica (normalmente de modo semiclandestino) que buscava a organização do povo. Portanto, seus resultados não são imediatos. O massismo representava a estratégia de conquistar o poder sem o uso da luta armada. Por sua vez, o militarismo estabelecia a supremacia da ação armada sobre a ação política.

A presente obra, *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário: História e Concepções*, busca em parte resgatar um debate teórico dentro do pensamento marxista a respeito do papel das organizações partidárias. Nesse contexto, Lênin defendia a ideia de um partido fortemente centralizado, cuja elaboração política situava-se em sua direção. Rosa Luxemburgo, no entanto, contrapõe-se a essa teoria, visto que critica aquilo que considera como um excesso de centralismo político e defende a autonomia das massas. O projeto do PCBR buscava articular essas duas vertentes do pensamento marxista. Ao mesmo tempo, este trabalho pretende resgatar histórias de vida e de militância de pessoas que dedicaram suas vidas a uma atuação política revolucionária.

O PCBR nasceu meio ano antes do AI-5, ápice da repressão da ditadura militar. A organização surgiu a partir de uma crise dentro do Partido Comunista Brasileiro, decorrente do fato de o PCB submeter-se à posição assumida pela Internacional Comunista. Segundo esta, a revolução aconteceria no Brasil (e nos países do chamado Terceiro Mundo) através da busca de alianças com a burguesia nacional no combate ao imperialismo e da adoção de uma linha política de convivência pacífica entre os países imperialistas ocidentais e os países do bloco socialista. Vários militantes do “partidão” – como era chamado o PCB – não concordaram com essa estratégia e formaram outras organizações.

O conjunto de militantes que saiu do PCB não conseguiu unidade para construir uma única alternativa revolucionária no País. Muitos militantes, influenciados pelo “foquismo”, estratégia militar adotada na Revolução Cubana, formaram organizações como a ALN, MR-8 e outras. A perspectiva foquista negava a necessidade política da existência de um partido revolucionário (tanto é que nenhuma dessas organizações possui a referência a partido em suas siglas) e parte do pressuposto de que o fundamental é a organização de núcleos de revolucionários.

Já o PCBR não abriu mão da ideia de partido e defendeu, a partir das posições leninistas e maoístas, a posição de que é o partido quem deve conduzir as ações militares, quando estas se fizerem necessário, e não o contrário, como prega o foquismo.

Assim, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros militantes, após aprofundarem as divergências dentro do PCB, criaram a “Corrente Revolucionária” e fundaram o PCBR.

Há três características do PCBR que devem ser destacadas. A primeira delas diz respeito a seu próprio projeto político. Enquanto o conjunto de organizações de esquerda tinha concordância com a União Soviética (PCB e diversos agrupamentos dissidentes), com a China (PC do B, AP) ou com Cuba (ALN), o PCBR buscava independência em relação a esses países, não apenas a partir das estruturas materiais, mas, fundamentalmente, a partir de suas concepções. Quando a União Soviética

invadiu a Tchecoslováquia, por exemplo, o PCBR lançou um documento condenando a invasão, assunto tabu para grande parte da esquerda.

A segunda característica seria o posterior lançamento de uma nova matriz política, que é a proposta de criação das OIMs (Organizações Independentes de Massa), cujo pensamento central contrapõe-se diretamente a toda a tradição política vinculada à concepção stalinista da III Internacional, a qual estabelecia a exclusividade do partido como dirigente do processo de transformação social, não levando em consideração as contribuições dos movimentos de massa. O PCBR, ao resgatar a necessidade do partido em não assumir uma posição intervencionista em relação aos movimentos sociais, começou a romper com a concepção stalinista que governou a União Soviética de forma autoritária e reproduziu sua política na maioria dos países comunistas do mundo. Essa atitude não significava que o partido não devesse buscar influenciar e dirigir os movimentos sociais e de massa, mas que não pode, de forma autoritária e intervencionista, decidir os rumos dos mesmos sem a presença das massas no debate político e nos caminhos a seguir.

Para fazermos jus à história, precisamos reconhecer que a origem do intervencionismo nos movimentos sociais não teve seu começo com Stálin, mas o usamos como referência ao período em que mais se acentuou esse processo.

A terceira característica própria do partido em questão foi a posição tomada por este em relação ao debate que ocorria entre os agrupamentos de esquerda da época. De um lado, havia os “militaristas”, que pregavam a luta armada imediata e a preparação militar de todos os quadros partidários. De outro, os chamados “massistas” que, em diferentes organizações, contrapunham-se à luta armada como forma de batalha naquele momento e defendiam a necessidade de se acumular forças nos movimentos de massas a partir de bandeiras democráticas, ou seja, fazer um trabalho que desse resultado no futuro.

Nesse contexto, o PCBR buscou defender uma posição intermediária, reconheceu a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitou a política a essa esfera.

Assim, avaliava como necessária a existência de um trabalho paralelo entre ações militares e organização política dos movimentos sociais. A dinâmica da luta política, no entanto, fez com que, na prática, a opção militarista fosse preponderante.

A importância deste estudo situa-se no marco da organização de documentos e informações que se encontravam dispersos. Em função da escassez de bibliografias específicas sobre o partido, as entrevistas com ex-militantes contribuíram principalmente para o conhecimento de situações não publicizadas. Para a consecução do projeto, foram realizadas 30 entrevistas com ex-militantes do PCBR (ou com pessoas que de alguma maneira estiveram envolvidas com os acontecimentos em estudo), as quais foram transcritas. Buscamos consultar a bibliografia sobre o período militar (na sua grande maioria, memórias de ex-militantes) e, fundamentalmente, buscou-se resgatar documentos da época junto ao Arquivo Brasil Nunca Mais (UNICAMP/SP); Arquivo Público do Paraná e Arquivos do DOPS-Recife e outros espaços de memórias.

Com o transcorrer da pesquisa, ficou claro que não seria possível aproveitarmos todo o material disponível. Optamos, portanto, por resgatar apenas um período da vida dessa organização. Fixamo-nos no momento de seu surgimento até os dias em que a repressão política se intensificou e aniquilou quase a totalidade das organizações de esquerda em nosso país (1968-1973).

Documentos e depoimentos sobre o período posterior foram coletados sem que tivéssemos condições de organizar e analisá-los dentro do trabalho. Existe toda uma documentação sobre o período do exílio, em que os militantes passaram a tomar contato com um conjunto bem maior de elaborações e questionamentos aos quais não tinham acesso no Brasil. A assimilação da derrota não foi fácil, nem tranquila, para a maioria dos envolvidos nesse processo. Os inúmeros debates sobre a necessidade de retornar ao País e continuar a luta política fizeram-se presentes ainda por longa data. Com o tempo, os militantes começam a reorganizar suas vidas a partir de outras perspectivas. Muitos ficaram no exílio, onde se estabilizaram, do ponto de vista profissional e familiar. Outros

retornaram ao Brasil, mas não voltaram a participar da política. Alguns retornaram e redirecionam sua militância dentro da atuação de movimentos mais específicos (gênero, meio ambiente, por exemplo). Há, por fim, aqueles que voltaram para reorganizar o PCBR. Essa reorganização aconteceu já dentro de um novo contexto, ou seja, o surgimento do Partido dos Trabalhadores que, em suas origens, buscava constituir-se como uma alternativa plural e de esquerda. O PCBR, na sua reconstrução, passou a atuar dentro do PT como uma corrente interna, mas sem muita exposição pública, sendo que, em cada região, os militantes dessa organização estruturavam-se publicamente através de agrupamentos com nomes regionais. No início de 1986, um assalto a banco, em uma agência na Bahia, irá chamar a atenção de todo o País para a permanência dessa organização. Para alguns, era apenas a continuidade da luta anterior, para outros houve um equívoco político naquela ação. Alguns dirigentes do PT viram na ação uma infiltração da CIA ou de grupos de extrema direita que tentavam trazer problemas ao partido. Outros, ainda, viram essa ação como algo quixotesco e fora da conjuntura. Alguns ex-militantes simplesmente desconhecaram a continuidade do PCBR nessa ação e nos militantes que estavam se organizando. Enfim, existe uma grande quantidade de questões que não pudemos desenvolver neste trabalho, mas que consideramos importante serem resgatadas dentro da construção da história da esquerda brasileira.

Agradecemos a todas as pessoas que se dispuseram a contribuir com informações e material, o que foi fundamental para viabilizar esta obra. Sabemos que nem todas as informações foram utilizadas, como de alguma forma tivemos de fazer certas escolhas. Toda pesquisa que se apoia na história oral (embora não só) possui alguns limites, principalmente no que se refere a fatos acontecidos há mais de 50 anos. A partir do cruzamento de informações, muitas vezes tivemos de selecionar aquelas que nos pareciam mais fidedignas, na medida em que diversos militantes as confirmavam. Sabemos que este ainda não é um trabalho definitivo. Gostaríamos de socializá-lo, o quanto for possível, com todas as pessoas que viveram esse período e contribuíram com informações. A partir desse contato,

acreditamos que novas questões poderão surgir e outras deverão ser melhor esclarecidas.

Ao final, fica a sensação de que o trabalho, mesmo que ainda com lacunas, contribuiu para trazer a público um pouco da experiência vivida por militantes de uma das organizações armadas no Brasil – o PCBR.

# Nota Sobre Infiltrações e ou Delações no PCBR

Este é um tema importante, que não pode ser desconsiderado no conjunto do trabalho. Embora em nossa avaliação não precisasse constituir um capítulo próprio, entendíamos que necessitava de um tratamento diferenciado no conjunto do texto. Em função disso, resolvemos constituir uma espécie de “nota” que trouxesse algumas informações relacionadas aos processos de infiltração e ou traições dentro das organizações de esquerda e, no caso, especificamente dentro do PCBR.

É importante identificarmos que existem diferentes graus de responsabilidades e de perspectivas, no que diz respeito ao fato de militantes terem “aberto” informações que eventualmente levaram a prisões de outras pessoas vinculadas ao PCBR. Processo esse que sob nenhuma hipótese pode ser equiparado às infiltrações e/ou cooptações de militantes para colaborar com estruturas policiais. Já discutimos no corpo do trabalho o dilema que muitas vezes inquietou ex-militantes, qual seja, o fato de não resistirem às torturas e em maior ou menor medida terem repassado informações às estruturas repressivas da época. Angústia fruto da distância entre uma ação idealizada, principalmente por parte dos mais jovens, e ao mesmo tempo o confronto com a dor e a violência institucional.

A tortura aplicada não era apenas uma tentativa de obter informações, fruto de um “voluntarismo” dos agentes policiais. Era um instrumento científico, portanto, já testada em outras situações históricas. Em 2018, o presidente da França, Emmanuel Macron, reconheceu oficialmente que a França utilizou-se

de tortura na guerra da Argélia<sup>159</sup>, entre 1954 e 1962. As técnicas de tortura utilizadas pela França foram “exportadas” para os Estados Unidos que, através da Escola das Américas<sup>160</sup>, ensinou estas técnicas a militares e policiais de diferentes países da América Latina. Iniciou, portanto, o processo de “profissionalização” de torturadores e de uma aplicação científica de formas de obter informações a partir da tortura física e psicológica.

Este debate carrega duas dimensões importantes: uma é a distância entre as expectativas idealizadas de como os militantes da época reagiriam sob a tortura; outra, as condições reais do terror implementado de forma sistemática sobre os mesmos. Dificilmente alguém não “abriu” pontos e/ou informações. Inclusive porque a orientação não era não falar, mas aguentar o tempo necessário sem falar para que fosse possível desarticular os contatos e/ou aparelhos conhecidos pelos militantes presos. A falta de recursos materiais para desativar aparelhos e constituir outros em tempo hábil fez com que, mesmo respeitadas as regras de espera, estas não se mostrassem suficientes para evitar novas prisões e, conseqüentemente, novos processos de tortura para obtenção de informações por parte da repressão. Alguns dos entrevistados relataram o constrangimento de conviver na cadeia com outros prisioneiros, presos em função da não resistência deles frente à tortura. Foi necessário que se passasse alguns anos para que em geral os militantes da época percebessem que denunciar a

---

<sup>159</sup> A guerra da Argélia foi um processo de luta pela independência e descolonização deste país em relação à França, vitimando mais de 300 mil argelinos pela repressão francesa e 28 mil soldados franceses.

<sup>160</sup> A Escola das Américas foi criada pelos Estados Unidos após o final da Segunda Guerra, início da Guerra Fria. Localizada no Panamá, foi um espaço de treinamento militar para latino-americanos e norte-americanos. A partir da Revolução Cubana, em 1959, passou a se preocupar com treinamento anti-guerrilha no continente. Para pesquisar sobre o tema, ver MATTOS, Dyonisius Dias de. *A Infame Academia: A história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina (1959-1989)*. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de História da UFRGS. Porto Alegre/RS, 2013.

partir da tortura não era um demérito, mas uma condição humana. O que não significa que não tenha havido pessoas que não tivessem falado nada para os torturadores, principalmente entre os mais experientes, como vimos no caso de Mário Alves e Apolônio de Carvalho. Ou também que tivesse havido aqueles que falaram muito além do que seria razoável, informando detalhes de como funcionava a organização e delatando um número considerável de militantes. É possível perceber que os primeiros casos de militantes presos e torturados, e que de alguma forma “abriram” informações, foram os mais duramente criticados, seja por darem “início” ao processo de desmonte de estruturas e prisão de outros militantes, seja porque ainda era muito forte a mística de que revolucionários teriam de ser imunes às fraquezas humanas. Nesse caso, podemos identificar Salathiel (que será justificado por isso no futuro), Paranhos (que entregou informações que levaram à recuperação do dinheiro do primeiro assalto realizado no Rio e à diversas prisões ainda em 1969) e Rômulo (o primeiro membro – suplente – do Comitê Central a ser preso).

O processo de tortura não ficou restrito à dor física aplicada aos ex-militantes da época. Tinha uma dimensão psicológica também, na medida em que frequentemente havia ameaças a outros membros da família e/ou a pessoas com as quais possuíam envolvimento emocional (vide caso de Rubens Lemos). Era, portanto, muito difícil fazer escolhas, pois não sabiam até que ponto era blefe ou se as ameaças seriam efetivadas. A escolha, muitas vezes era entre saírem destruídos fisicamente ou moralmente (ou, em alguns casos, as duas situações concomitantes).

Embora seja possível percebermos diferenças entre os militantes quanto à capacidade de resistir à tortura, é importante fazermos uma distinção entre aqueles que não resistiram à dor e pressão psicológica e aqueles que foram infiltrados ou que em algum momento viraram informantes. O que nos remete a um verdadeiro “fantasma” das organizações de esquerda da época, que foi a necessidade que os militantes tinham de entregar sua própria vida à confiança que deveriam ter nos demais integrantes da organização. Alguns dos

informantes (ou *cachorros*, como eram denominados), foram descobertos em algum momento. Outros militantes da época foram acusados de forma injusta. E provavelmente outros tivessem cumprido esse triste e abjeto papel sem ser identificados até hoje.

Entre os casos que de forma ativa colaboraram com a repressão, existe também uma diferenciação que os próprios agentes da repressão identificaram. Na percepção dos órgãos policiais,

*infiltração* queria dizer claramente "plantar um agente na organização adversária" e *recrutamento* era "convencer um adversário a colaborar conosco". O recrutado, ensinava, corria o risco de ser detectado, quando poderia ser utilizado como agente duplo, "levando ao seu grupo as nossas curiosidades e trazendo-nos informes adrede preparados". (SOUZA, 2000, p. 478)

Entre os recrutados pela repressão o nome mais conhecido dentro do PCBR foi o de José Gersino Saraiva Maia, que encaminhou uma carta ao Ministro da Aeronáutica se dizendo arrependido e publicamente repudiou as atividades da esquerda, passando a colaborar com a repressão, segundo diversos depoimentos. Outro caso, de menor visibilidade e só identificado mais recentemente, foi o de Maria Teresa Ribeiro da Silva, que depois de sua prisão passou a receber uma determinada quantia em dinheiro para acompanhar e denunciar militantes do PCBR, especialmente Salathiel Teixeira Rolim, com quem mantinha relações muito próximas. A forma de remuneração para esses agentes que atuavam disfarçados ou tinham mudado de lado é reconhecida no depoimento do delegado de polícia Paulo Bonchristiano

Na nova fase, passamos a usar muita infiltração. As mulheres foram bastante empregadas nesse serviço [...] Havia dinheiro para isso e o Dops dispunha de uma verba secreta, cujo valor apenas seu diretor sabia. O Dops fazia um boletim reservado, com informações das mais variadas. (SOUZA, 2000, p. 403)

A mistura de sentimentos e percepções sobre as denúncias a partir das quedas, e a falta de informações confiáveis sobre o que realmente teria ocorrido, principalmente no período final das atividades das organizações armadas, fez com que os remanescentes planejassem outros justicamentos relacionados a ex-militantes que fizeram delações à polícia, no mínimo denunciando muito além do necessário para se livrarem da tortura. Nesse caso, não há indícios claros de que tivessem chegado à condição de informantes. No momento em que já se tornava evidente a falta de perspectivas a curto e médio prazo para a derrubada do regime militar, e quando o PCBR já estava bastante desarticulado, além do justicamento de Salathiel, dois outros casos foram planejados, mas por algum motivo não foram encaminhados.

Um desses casos foi o de Ramahiana Vagens Vaz. Segundo depoimento de Romildo Maranhão à Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, Ramahiana estava destinado a ser justicado pela organização

Ramahiana é citado no documento do I Exército, num alegado depoimento, interrogatório de Ranuzia, como sendo uma pessoa marcada para justicamento por conta de ter aberto nomes do PCBR no processo de prisão [...] Como Salathiel, ele estava destinado a ser justicado pela organização (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE, p. 62)

Outra situação similar é relatada por Maria do Socorro Diógenes em relação ao militante José Moreira de Lemos Neto. Segundo Diógenes,

Um dia os companheiros me procuraram para uma tarefa muito importante, e sigilosa. O PCBR iria realizar uma ação de justicamento. O militante José Moreira de Lemos Neto, Zeca, Magão, tinha saído do partido porque estava apaixonado por uma garota, queria casar e, para isso teria que voltar à legalidade (...) Os agentes da repressão aceitaram o acordo com uma condição: ele teria que falar tudo sobre o partido e entregar todos os militantes. O Zeca começou a participar de reuniões de delação com o delegado Ordolito. Incriminando muitos companheiros.

Contou que foi Ramires quem o recrutou para o partido, que ele liderava as ações de propaganda. Falou das ações armadas de propaganda e das expropriações a bancos, mas sem contar que ele também havia participado. Falou que discordava das ações, que boicotava, que muitas ações ele não realizava. Como diz o ditado popular, tirou o corpo fora, colocando a responsabilidade só nos outros militantes. O IV Exército percebeu a jogada e ordenou que ele fosse encaminhado ao DOPS – Departamento de Operações Políticas Sociais, onde ele teve que se revelar [...]. Não sei se o PCBR não realizou o justicamento do Magão por bom senso ou por falta de condições, devido à onda de prisões e perdas de companheiros importantes. (DIÓGENES, 2021, p. 66-68)

Na pesquisa sobre o PCBR, surgiram duas denúncias sobre infiltrações. Não foi possível identificar se tinham procedência ou quem seriam as pessoas envolvidas. Uma dessas denúncias aparece no livro *A Revolução Impossível*, de Luis Mir. Quanto à denúncia de Mir, não tivemos condições de confirmar, na medida em que em nenhum depoimento ou documento analisado existe algo que possa dar sustentação. Trata-se da denúncia de que

A queda e morte dos cinco militantes da VPR no município de Paulista, próximo a Recife – Eudaldo Gomes da Silva, Pauline Reichstul, José Manoel da Silva, Soledad Barret Viedma e Evaldo Luis Ferreira de Souza -, atribuída ao cabo Anselmo, não foi obra sua. Dois investigadores, recém-formados, jovens, foram preparados para infiltrar-se. Um deles apossou-se da identidade de um preso do PCBR, que não era muito conhecido, cuja colaboração fora acertada. Fleury alugou um apartamento e ele foi enviado para o Recife. Esse investigador chegou a dirigente do PCBR em Pernambuco. Com certeza, Anselmo não foi a peça chave dessa operação. Mas, graças a ele, pegamos o fio da meada. Ele marcava os pontos, não prendíamos, seguíamos. Levantamos os aparelhos, casas de apoio, a infraestrutura que tinham e onde estavam. (MIR, 1994, p. 639)

Na segunda denúncia já é possível identificarmos uma possibilidade de rastreamento de informações. Trata-se daquela feita por Alex Polari em seu livro *Em Busca do Tesouro*, no qual relata sua participação na tentativa de sequestro do embaixador alemão. Segundo ele,

A ação estava toda estruturada. O único problema que desconhecíamos era que a Frente de Libertação Nacional, ora liderada pelo ex-major Joaquim Pires Cerveira e encarregada de parte da infraestrutura da organização, estava infiltrada de cima a baixo pelos órgãos de inteligência militar. Duas dessas infiltrações, conhecidas como “pai” e “Arthur”, conseguiram entrar na ALN, impedir um novo sequestro que seria feito logo após o do alemão, em agosto de 1970, derrubar quatro militantes da ALN, entre eles Bacury. Ainda por cima reaparecer em início de 1971 no PCBR e ser responsável pela queda de militantes e dirigentes dessa organização. Identificamos os dois agentes provocadores, mas Geraldo, direção do PCBR, os avisou da “suspeição” levantada. Não permitiu que “Pai” e “Arthur” fossem justicados pela Frente de Organização. Geraldo foi preso em seguida ao seu aviso. (POLARI, 1982, p. 186)

Embora, quanto a “Pai”, não tivéssemos nenhuma pista, no caso de “Arthur” já foi possível identificarmos, em função de inúmeras referências possíveis de serem combinadas. A primeira questão sobre “Arthur” é que, quando foi levantada a suspeita, possivelmente tivesse havido uma confusão com outro militante do PCBR, posteriormente foi assassinado, que era Getúlio Cabral, codinome Arthur<sup>161</sup>.

---

<sup>161</sup> Bruno Maranhão comentou, em conversa informal com o autor, no início dos anos 1990, que surgiu uma denúncia, a partir da suspeita de infiltração de uma pessoa conhecida como Arthur, de que Getúlio Cabral poderia ser um elemento infiltrado. Informação em que a organização não acreditou. Pelo seu histórico de atuação até o momento em que foi assassinado pela ditadura, podemos concluir que não era o “Arthur” denunciado como informante.

O “Arthur” sobre o qual foi levantada a suspeita tratava-se de Paulo Artur de Souza Jacobina, um dos dirigentes do MR-26<sup>162</sup>, organização gaúcha inicialmente vinculada à Brizola.

Paulo Arthur de Souza Jacobina – causador de quedas na VPR, MAR e PCBR-PE. Paulo Arthur atualmente trabalha como torturador no DOPS de Porto Alegre (quedograma, item 32). (MIR, 1994, p. 483)

Carlos Alberto Telles Franck, em entrevista ao autor, referiu-se a um grupo político que tinha uma atuação restrita ao município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Esse grupo denominava-se Frente de Ação Revolucionária Popular (FARP), sendo que em determinado momento esse grupo regional se vinculou ao MR-26. Segundo Franck, ele foi uma das pessoas deslocadas do estado para o Paraná, onde começaram a articular um trabalho junto com o PCBR. Ele teria ficado de caseiro em um aparelho que iria receber um conhecido dirigente nacional do PCBR (possivelmente Apolônio de Carvalho). O grupo 26 de Março tinha como seu principal dirigente nesta articulação com o PCBR o major Joaquim Pires Cerveira (como vimos anteriormente, no episódio sobre a participação de Jorge Medeiros do Vale como financiador da guerrilha). Uma das pessoas destacadas para participar dessa articulação no Paraná juntamente com Franck foi justamente Paulo Artur.

Os dois acabaram designados para atuar em Curitiba, no Paraná, articulados com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Libertadora Nacional (ANL) e a VPR. Depois, tomaram rumos diferentes, até que o destino os reuniu no cárcere, em Porto Alegre, no outono de 1970. (ETCHICHURY, 2010, p. 71)

---

<sup>162</sup> A organização denominada Movimento Revolucionário 26 de Março era composto basicamente por apoiadores de Brizola, muitos vinculados à Brigada Militar e de alguma forma aos chamados Grupos dos 11. Foi o MR-26 que iniciou um dos primeiros, se não o primeiro movimento armado, no Brasil quando, em 1965, ocupou o município de Três Passos, episódio conhecido como a Guerrilha de Três Passos. Seu principal dirigente foi o coronel Jefferson Cardim. Posteriormente, todos foram presos, mas a organização continuou existindo por mais alguns anos.

Carlos Alberto Telles Franck também esteve com Artur Paulo no Uruguai (não sabemos se antes ou após a atuação no Paraná).

Outro que partilhou o exílio uruguaio com Artur Paulo foi Carlos Alberto Telles Franck [...] Franck também estava no MR-26 [...]. No exílio, soube que Artur Paulo fora mandado ao Uruguai, porque estaria na iminência de ser preso no Rio Grande do Sul. Não desconfiou, afinal, a história era plausível, comum a vários outros, [...]. No final da década de 1960, Artur Paulo cumprira a fase de se introduzir entre os militantes de esquerda exilados no Uruguai. Ao chegar à Ilha do Presídio, iniciou a segunda etapa, como informante do DOPS. (ETCHICHURY, 2010. p. 71-72)

Segundo Etchichury, Paulo Artur foi além de informante, pois com o tempo participou das atividades de tortura. Além de Carlos Alberto Tejera de Ré e Larte Meliga, que foram torturados por ele, Artur Paulo foi acusado de ser informante também nos livros de memórias de Jorge Fischer, *O Riso dos Torturados*, e de Índio Vargas, *Guerra é Guerra, dizia o torturador*<sup>163</sup>.

Ex-integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), como Carlos Alberto Tejera De Ré e Laerte Meliga, dizem que foram torturados por Artur Paulo na sede do DOPS. Asseguram que o infiltrado servia na equipe do delegado Pedro Seelig – o mais atuante repressor no estado. Dispensara o *Maneco* da oposição à ditadura; adotara a alcunha de inspetor Eduardo. (ETCHICHURY, 2010, p. 68)

É possível que Artur Paulo, a partir de sua infiltração nas atividades no Paraná, pudesse ter algum papel nas quedas que houve naquele estado. No entanto, dificilmente sua atuação

---

<sup>163</sup> Embora Índio Vargas não fale em nenhum nome em seu livro, toda a descrição combina com a de Fischer e de Carlos Alberto Tejera de Ré. Índio Vargas fala de sua reação ao ouvir os relatos de presos que foram torturados por Artur Paulo. “Saí deprimido e fui para a cela escrever minhas notas. Não me animei a lançar o nome do tipo no papel – e ainda hoje mantenho a mesma posição. Repugna-me” (VARGAS, 1985, p. 148).

causou grande estrago ao PCBR, pois sua ação ficou mais restrita ao Rio Grande do Sul, onde a organização não tinha nenhuma base partidária ativa. Outras informações a respeito de infiltrações de policiais na direção do PCBR em Pernambuco ainda precisam ser melhor checadas, na medida em que não existe nenhuma informação que dê suporte a essa suspeita. O caso de Artur Paulo é um tipo de infiltração externa ao PCBR, que poderia ter obtido êxito no cruzamento de alguma informação, mas que não teve nenhuma participação orgânica que pudesse ter levado à uma grande quantidade de quedas, como foi o caso de outras prisões e delações ocorridas.

## Abreviaturas e Siglas

AI – Ato Institucional  
AI-5 – Ato Institucional n. 5  
ALA – Ala Vermelha  
ALN – Aliança Libertadora Nacional  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
AP – Ação Popular  
BA – Bahia  
CC – Comitê Central  
CE – Ceará  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina  
CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos)  
COLINA – Comando de Libertação Nacional  
CORRENTE – Corrente Revolucionária de Minas Gerais  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPM – Comando Político Militar  
DCE – Diretório Central de Estudantes  
DF – Distrito Federal  
DI – Dissidência  
DI-DF – Dissidência do Distrito Federal  
DI-GB – Dissidência da Guanabara  
DOI/CODI – Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
ES – Espírito Santo  
EUA – Estados Unidos da América  
FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional  
FBT – Fração Bolchevique Trotskista  
FLN – Frente de Libertação Nacional  
FLNE – Frente de Libertação do Nordeste  
FREP – Frente Revolucionária Popular  
FUEC – Frente Unida dos Estudantes do Calabouço  
GB – Guanabara  
GO – Goiás

GPR – Governo Popular Revolucionário  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática  
IC – Internacional Comunista  
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais  
IPM – Inquérito Policial Militar  
MA – Maranhão  
MAR – Movimento de Ação Revolucionária  
MCR – Movimento Comunista Revolucionário  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MEL – Movimento Estudantil Libertário  
M3G – Marx, Mao, Marighela e Guevara  
MG – Minas Gerais  
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular  
MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
MR-26 – Movimento Revolucionário 26 de Março  
MRM – Movimento Revolucionário Marxista  
MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OBAN – Operação Bandeirantes  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OIM – Organizações Independentes de Massas  
OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PA – Pará  
PB – Paraíba  
PC – Partido Comunista  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCR – Partido Comunista Revolucionário  
PCRA – Partido Comunista Revolucionário Argentino  
PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
PE – Pernambuco  
PI – Piauí  
POC – Partido Operário Comunista  
POLOP – Política Operária  
PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista

POSDR – Partido Operário Social Democrata Russo  
PR – Paraná  
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
REDE – Resistência Democrática ou Resistência Nacionalista  
Democrática e Popular  
RJ – Rio de Janeiro  
RN – Rio Grande do Norte  
RS – Rio Grande do Sul  
SP – São Paulo  
UC – União de Comunistas  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional de Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USAID – United States Aid For Development  
USP – Universidade de São Paulo  
VAR – Vanguarda Armada Revolucionária  
VAR-P – Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares  
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária



## Referências

ALI, Tariq; EVANS, Phil. *Conheça Trotski*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

ALMEIDA, Luciano de. *A Esquerda em Questão. Do Socialismo Científico ao Anarquismo*. Natal: Coojornat, 1991.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Editora Idade Nova, 1966.

\_\_\_\_\_. *68 Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais. Um Relato para a História*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Projeto Brasil Nunca Mais. Um Perfil dos Atingidos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

ARRUDA, Diógenes. *A Educação Revolucionária do Comunista*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*. Documentos do Comitê Brasileiro pela Anistia - Secção do Rio Grande do Sul, 1984.

\_\_\_\_\_. *Relatório Azul. Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS, 1994.

\_\_\_\_\_. *Relatório Azul. Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS, 1995.

\_\_\_\_\_. *Relatório Azul. Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do RS, 1996.

ASSIS, Chico de *et al.* *Onde Está meu Filho? História de um Desaparecido Político*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

BAFFA, Ayrton. *Porões do SNI. O Retrato do Nosso Monstro de Cabeça Oca*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.

BAQUERO, Marcelo. *A Vulnerabilidade dos Partidos Políticos e a crise da Democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

BARBOSA, Alexandre de Oliveira. *Os caminhos da esquerda socialista carioca na década de 1960: o PCBR no Rio de Janeiro (1968-1970)*. 2020. 126f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2020.

BARREIRAS, Francisco. Falam os “terroristas”. In: *Revista Isto É*, n. 132, 4 de julho de 1979. p. 12-17.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Editora Alfa -Ômega, 1976.

BATISTA, Estanislau Fragoso. *Cantata de um anistiado... Para depois...* São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BENEVIDES, Maria Vitória. *Governo Kubitsckek: Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BERG, Creuza. Mecanismos do Silêncio. *Expressões artísticas e censura no Regime militar (1964-1984)*. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2002.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto, Portugal: Editora Afrontamento, 1975.

CABRAL, Reinaldo; LAPA, Ronaldo. Desaparecidos Políticos - Prisões, Sequestros e Assassinatos. Vol. II, *Série Brasil de Nossos Dias*. Rio de Janeiro: Edições Opção e Comissão Brasileira pela Anistia, 1979.

CADERNOS AEL. *Tempos de ditadura*. (Arquivo Edgard Leuenroth). Campinas, UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, nº 14/15, 2001.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981.

CAPITANI, Avelino Biden. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1997.

CARONE, Edgar. O Movimento Operário no Brasil: 1964-1984. *Coleção Corpo e Alma do Brasil*. São Paulo: Editora Difel, 1984.

BEDINELLI, Talita. Da Casa de Horrores do Ceará aos navios-prisões do Sul do país. *Jornal El País Brasil*. São Paulo, 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418209313\\_141438.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418209313_141438.html)>. Acesso em: 13/03/2022.

CARVALHO, Apolônio de. *Vale a Pena Sonhar*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

CARVALHO, Luis Maklouf. *Mulheres que Foram a Luta Armada*. São Paulo: Editora Globo, 1998.

CARVALHO, Renée France de. *Uma vida de Lutas*. Organização Marly de Almeida Gomes Vianna, René Louis de Carvalho, Ramón Pena Castro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

CASO, Antonio. *A Esquerda Armada no Brasil 1971/1987. Coleção Temas e Problemas*. Portugal: Moraes Editores, 1976.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi. Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.

\_\_\_\_\_. *O caso eu conto como o caso foi. Memórias Políticas*. Vol. 2. Recife: Editora Guararapes Ltda, 1980.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do Exílio. Brasil 1964/19???. 1 de muitos caminhos*. São Paulo: Editora Livraria Livramento Ltda, 1976.

CAVALHEIRO, Aimoré Zoch. *A Legalidade, o Golpe Militar e a Rebelião dos Sargentos*. Porto Alegre, RS: AGE, 2011.

CERRONI, Umberto; MAGRI, Lúcio; JOHNSTONE, Monty. *Teoria marxista del partido político. Cuadernos de Pasado y Presente nº 7*. México, 1978.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Partido Político. Coleção História e Política nº 15*. Livraria São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

CHAGAS, Carlos. *Resistir é Preciso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e Integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CLAUDIN, Fernando. A Crise do Movimento Comunista. Vol. 1. A Crise da Internacional Comunista. *Coleção Luta de Classes*. São Paulo: Global Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. A Crise do Movimento Comunista. Vol. 2. O Apogeu do Stalinismo. *Coleção Luta de Classes*. São Paulo: Global Editora, 1986.

COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997.

COMISSÃO DA VERDADE DA UFRN. Relatório Final. 2015, 490 páginas. Disponível em:  
<https://comissaodaverdade.ufrn.br/documento.php?id=168057618> Acesso em 25/01/2022

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO – IEVE, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS - RJ e PE. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Companhia Editora de Pernambuco – CEPE. Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DOM WALDIR CALHEIROS (VOLTA REDONDA/RJ). Relatório Final (2013-2015), 2015, 589 páginas. Disponível em:  
[http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com\\_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/Volta%20Redonda/Relatorio%20Final%20CMV%20VR.pdf). Acesso em: 13/02/2022.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NA ARGENTINA. *Nunca Mais*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

COMISSÃO PELOS DESAPARECIDOS POLITICOS BRASILEIROS - FAMILIARES, AMIGOS E EX-MILITANTES DA AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA. Onde estão?: desaparecidos políticos brasileiros. São Paulo: Edição dos autores, 1983. Fonte:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/38999>

CÔRTEZ, Joana. *Dossiê Itamaracá: Cotidiano e Resistência dos presos políticos da penitenciária Barreto Campelo (Pernambuco, 1973-1979)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

COSTA, Geraldo Adjailson de Lima. *Em defesa da liberdade: "A história de vida de José Adeildo Ramos"*. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008.

CROZIER, Michel. *O Fenômeno Burocrático*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1969.

\_\_\_\_\_. *A Sociedade Bloqueada*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1970.

CUNHA, Maria de Fátima. *Eles Ousaram Lutar. A Esquerda e a Guerrilha nos anos de 60/70*. Londrina: Editora UEL, 1988.

DEUTSCHER, Isaac. Trotski. *O Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

DIAS, Luzimar Nogueira (Org.). *Esquerda Armada (Testemunho dos Presos Políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro)*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

DIÓGENES, Maria do Socorro. *Amor, luta e luto no tempo da ditadura*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2021.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

DUVERGER, Maurice. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1968.

ESCARIZ, Fernando. Por que Theodomiro Fugiu. *Coleção Passado e Presente nº 16*. São Paulo: Global Editora, 1980.

ETCHICHURY, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto; MARIANO, Nilson. *Os Infiltrados: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura*. Porto Alegre: AGE, 2010.

FALCÓN, Gustavo. *Do reformismo à luta armada: a trajetória política de Mário Alves - 1923-1970*. Salvador: EDUFBA/Versal editores, 2008.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979)*. 2008. 326f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2008.

FARIA, Lia. *Ideologia e Utopia nos anos 60. Um olhar feminino*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997.

FARIAS, Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERRAZ, Lucas. *Injustiçados: execuções de militantes nos tribunais revolucionários durante a ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FERRER, Eliete (Org.) *68: a geração que queria mudar o mundo (Relatos)*. Brasília. Ministério da Justiça, Comissão da Anistia, 2011.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres: Militância e Memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Maicon Mauricio Vasconcelos. *Nos interstícios do golpe: resistência da juventude em Pernambuco à ditadura civil-militar brasileira (1964-1972)*. 2014. 214f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2014.

FERNANDES, Heloisa. Os militares como categoria social. *Série Global Universitária n. 6*. São Paulo: Global Editora, 1978.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004

\_\_\_\_\_. *O Grande Irmão – da Operação Brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FON, Antônio Carlos. *A História da Repressão Política no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 1979.

FRANCO, Augusto de. *Autonomia e Partido Revolucionário*. Goiânia: Editora Ferramenta, 1985.

FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário: 1964-1984*. Vol. 1. São Paulo: Editora Novos Rumos Ltda, 1987.

FREIRE, Alípio; VENCESLAU, Paulo de Tarso. Jacob Gorender (entrevista). In: *Revista Teoria e Debate n. 11*. São Paulo, agosto de 1990.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granvile (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo: Editora Scipione Cultural Ltda., 1997.

FREIRE, Marcos. *Oposição no Brasil, Hoje*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

FREITAS, Alípio de. *Resistir é preciso (memórias do Tempo da Morte Civil do Brasil)*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GARCIA, Fernando Coutinho. Partidos Políticos e Teoria da Organização. *Coleção Educação Universitária*. São Paulo: Editora Cortez e Moraes, 1979.

GASPARI, Elio. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *As Ilusões Armadas. A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Sacerdote e o Feiticeiro. A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. *Coleção Tudo é História n. 29*. 7ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. *Série Revisão n. 27*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987.

\_\_\_\_\_. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1998 (edição revista e ampliada).

GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Toopbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2012.

GUIMARÃES, Ruy. Mário "dignidade" Alves, Presente! In: *Revista Brasil Revolucionário n. 30*. São Paulo, maio/junho e julho de 2002. p. 54-55.

GUSMÃO, Sérgio Buarque de. Comunistas. José Duarte e Apolônio: em cena outra vez. In: *Revista Isto É*, 14 de novembro de 1980. p. 20.

GURGEL, Antonio de Padua. *A Rebelião dos Estudantes. Brasília, 1968*. Brasília: Editora UNB, 2002.

HARNECKER, Marta. *O sonho era possível*. A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HELLER, Milton Ivan. *Resistência Democrática. A Repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 1988.

IANNI, Octávio. Marx. *Coleção Grandes Cientistas Sociais n. 10*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. As estratégias de desenvolvimento. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog*. 3ª edição. São Paulo: Global Editora, 1979.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. Lamarca: o capitão da guerrilha. *Coleção Passado e Presente n. 20*. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. Marighella: o inimigo número um da ditadura militar. *Sol e Chuva*. São Paulo: Editora Casa Amarela Ltda, 1997.

\_\_\_\_\_. *Galeria F. Lembranças do mar cinzento*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2000.

\_\_\_\_\_. *Galeria F. Lembranças do mar cinzento – Segunda parte*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

\_\_\_\_\_. *As asas invisíveis do Padre Renzo*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2002.

JUNIOR, Edmilson Alves Maia. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1968)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

KECK, Margarete E. *PT: A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LANGGUTH, A. J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978.

LASSWELL, Harold; LERNER, Daniel. *As elites revolucionárias*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LÊNINE, V. I. *Partido proletário de novo tipo*. Lisboa: Edições Avante, 1975

\_\_\_\_\_. *Um passo em frente, dois passos atrás*. Biblioteca do Marxismo-Leninismo. Lisboa: Edições Avante, 1978.

\_\_\_\_\_. A falência da II Internacional. *Série Materialismo Histórico*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas*. Volume 3. Editora Alfa-Ômega: São Paulo, 1980.

LÊNINE, V. I.; LUXEMBURGO, Rosa. *Partido de Massa ou Partido de Vanguarda: polêmica Rosa/Lênin*. São Paulo: Editora Nova Stella, 1985.

LÊNINE, V. I. *Que Fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1986.

\_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. *Do corpo insepulto à luta por Memória, Verdade e Justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro*. 2019. 239f. Tese (Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista, Bahia, 2019.

LINZ, Juan. Regimes Autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburgo. Vida e Obra*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1999.

LOWY, Michael (org.). *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MACIEL, Ayrton. *A História Secreta (Prontuários do DOPS)*. Recife: Edições Bagaço, 2000.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAIA, José Gervino Saraiva. [**Correspondência**]. Destinatário: Ministério da Aeronáutica. [s.n.], 5 jul. 1971, 6 p. Carta de "arrependimento" de José Gersino Saraiva Maia.

MAIA, José Gervino Saraiva. [**Correspondência**]. A vitória de um terrorista - mensagem aos jovens. Destinatário: ????. [s.n.], jul. 1971, 11 p. Carta de "arrependimento" de José Gervino Saraiva Maia e documentação das forças militares sobre o caso.

MAIA JUNIOR, Edailson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAKLOUF, Luis *et al.* *Pedro Pomar*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

MANDEL, Ernest. *A Teoria Leninista da Organização*. Lisboa: Edições Antídoto, 1975.

MARTINS, Eder Alexandre. *A gênese de um mito: a trajetória de José dos Reis Garcia*. 2009. 69f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e de Comunicação, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2009.

MARTINS, Eloy. *Tempo de Cárcere*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

MARTINS, João Roberto Filho (Org.). *1968 faz 30 anos*. São Carlos: EDUFSCar, Campinas: Mercado de Letras, 1998.

MARTINS, Roberto Ribeiro. Anistia: Um balanço. In: *Encontros com a civilização brasileira n. 8*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979. p. 187 a 207.

MARX, Karl. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In: *Karl Marx/Friedrich Engels – Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Editora Alfa Omega [s.d.]. p. 83-92.

\_\_\_\_\_. O Capital. *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. In: *Karl Marx/Friedrich Engels – Obras Escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Editora Alfa-Omega [s.d.]. p. 13-47.

\_\_\_\_\_. 1. *Crítica ao Programa de Gotha*. In: *Karl Marx/Friedrich Engels - Obras Escolhidas*, vol. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega [s.d.]. p. 203-234.

MATTOS, Dyonisus Dias de. A infame academia: a história da Escola das Américas sob a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina (1959-1989). 2013. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, 2013.

MASSERONI, Vinicius de Oliveira. *Vozes da Revolução: historiografia e memórias dos militantes da luta armada brasileira (1968-1984)*. 2020. 282f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2020.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Isabel. *Corações Vermelhos. Os Comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MELLO, Paulo Marcelo Medeiros de Albuquerque. *Ação Libertadora Nacional – ALN: trajetória de um grupo de militantes em Pernambuco (1968-1970)*. 2020. 271f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. São Paulo: Editora Senzala [s.d.].

MIR, Luis. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1984.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e Desaparecidos Políticos durante a Ditadura Militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Boitempo Editorial, 1999.

MORAES, Denis de; VIANA, Francisco Prestes. *Lutas e Autocríticas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo Ltda., 1984.

MORAES, João Quartim de et al. (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. O Impacto das Revoluções, vol. I. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *História do Marxismo no Brasil. Teorias e Interpretações*, vol. III. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a Moral Comunista. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, 1979, v. 3, n. 1.

MOTTA, Fernando C. Prestes. O Que é Burocracia. *Coleção Primeiros Passos, n. 21*. São Paulo: Editora Brasiliense: 12. ed., 1981.

NETO, Joviniano Soares de Carvalho. *A polêmica que a (pena de) morte perdeu: os campos sociais e a cobertura do caso Theodomiro pela imprensa de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.) PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958 -1979). *A Questão Social no Brasil, n. 7*. São Paulo: LECH - Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. O PCB em São Paulo: Documentos (1974-1981). *A Questão Social no Brasil, n. 9*. São Paulo: LECH - Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Org.). *Carlos Marighella. O Homem por trás do Mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

NUNES, Geraldo. *Calabouço*. São Paulo: Editora Avante, 1980.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de; SAHD, Fábio Bacila; CALCIOLARI, Silvia. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPaz, 2014

OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ONOFRE, José. *Sobra de Guerra*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1992.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa -Omega Ltda, 1984.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. *Relatório Final*. Paulo Giovani Antonino Nunes et. al. João Pessoa: A União, 2017.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Tchecoslováquia: Análise dos aspectos Políticos, Econômicos e Culturais da crise de agosto. (Posição do PCB sobre invasão da Tchecoslováquia pela

URSS). In: *Revista Civilização Brasileira*. Caderno Especial n. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, setembro de 1968.

PATARRA, Judith Lieblick. *Iara*: reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2. ed., 1992.

PERNAMBUCO. Secretaria da Casa Civil. Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara. *Relatório Final: 2001/Volume I*. Secretaria da Casa Civil. Recife: CEPE, 2017.

PIRES, Yolanda Avena. *Exílio*: Testemunho de Vida. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2001.

POLARI, Alex. *Camarim de Prisioneiro*. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. *Em Busca do Tesouro. Uma ficção Política Vivida*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1982.

PONTES, Paulo. *Memórias da resistência na ditadura e depois*. Recife: MMM Produtos Culturais, 2018.

PROJETO ORVIL (A Verdade Sufocada). [s.n.], s.d. (assinado como: Coordenador da equipe e equipe de pesquisa e redação. 953 páginas. Disponível em: [https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil\\_completo.pdf](https://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf) Acessado em: 18/08/22, 953 páginas.

RECH, Hildemar Luiz; FREITAS, José Vicente de (Orgs.) *Teoria da Organização nos Clássicos e uma incursão na Filosofia Política Contemporânea*. Rio Grande: Editora FURG, 1991.

REIS, Daniel Aarão Filho; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da Revolução. Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

REIS, Daniel Aarão Filho *et al.* *Versões e Ficções: o sequestro da história*. Editora São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

REIS, Daniel Aarão Filho; MORAES, Pedro de. *68: a paixão de uma utopia*. 2. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Octávio. *Por que eu traí. Confissões de Cabo Anselmo*. Série que país é este? São Paulo: Global Editora, 1984.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

SACCHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das Bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SALES, Jean Rodrigues (Org.). *Guerrilha e Revolução: A luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

SALLUM, Jr. Brasília. *Transição política e crise de Estado*. In: Revista Lua Nova, n. 32. CEDEC, 1994.

SANTOS. Paulo de Tarso. *64 e outros Anos*. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

SCHILLING, Flávia. *Querida Família*. Porto Alegre: Editora CooJornal, 1978.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Ditadura Militar no Brasil: a vez e a voz dos perseguidos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. Disponível em:

<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/201/68/741-1?inline=1> . Acesso em: 18/08/2022.

SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SERRA, José. As Desventuras do Economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento. In: COLLIER, David. *O Novo Autoritarismo na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil (Origens, Cisões e Propostas)*. 2ª ed. (revisada e ampliada). São Paulo: Proposta Editorial, [s.d].

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1968)*. 2009. 342f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SILVA, Justina Ivã de A. Estudantes e Política. *Estudo de um Movimento (RN, 1960 -1969)*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SILVA, José Wilson da. *O Tenente Vermelho*. 2. ed. Porto Alegre: Tchê Editora Ltda, 1987.

SILVA, Luiz Gabriel da Silva. *Ditadura em Curitiba? Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático*, Curitiba, CRV, 2021.

SILVA, Marcília Gama. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS/PE (1964-1985)*. 2007. 266f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

SILVEIRA, Êder da Silva. *Por que Ele? Educação, Traição e Dissidência Comunista na trajetória de Manoel Jover Teles, o “Manolo”*. Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários. Memórias da Guerrilha Perdida*. 13. ed. São Paulo: Global Editora, 1980.

\_\_\_\_\_. *Roleta Chilena*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.

SORIANO, Francisco. *A grande partida: anos de chumbo*. Rio de Janeiro: F. Soriano, 2010.

SOUZA, Percival de. *Eu, Cabo Anselmo*. São Paulo: Editora Globo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Autópsia do Medo*. São Paulo: Editora Globo, 2000.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Ousar Lutar, Ousar Vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*. Salvador: EDUFBA, 2013.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1971.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: Visões Críticas do Golpe*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

TORRES, André. *Exílio na Ilha Grande*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

TORRES, Lucas P. M. *Estratégias de uma esquerda armada: militância, assaltos e finanças do PCBR na década de 1980*. Salvador: EDUFBA, 2017.

TORRES, Raquel Mundim. Relatos de Viagem de brasileiros à URSS na Guerra Fria: por uma tipologia possível (1950-1963). *Anais XXIX Simpósio Nacional de História (AHPUH)*. Brasília, 2017.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: O diálogo é a violência. Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

VALLI, Valli. Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho. *Coleção Visões e Revisões, n. 4*. Rio de Janeiro: Philobiblion Livros de Arte Ltda, 1986.

VARGAS, Indio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1985.

\_\_\_\_\_. *Momentos perfeitos no tempo da ditadura*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

VASCONCELOS, José Geraldo. *Memórias do Silêncio. Militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: UFC Edições. 1998.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou. A aventura de uma geração*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Gilney Amorim. *131-D. Linhares: Memorial da Prisão Política. Comitê Brasileiro pela Anistia. Movimento Feminino pela Anistia*. Minas Gerais: Editora História, 1979.

VINHAS, Moisés. *O Partidão. A luta por um partido de massas - 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres: Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo: Editora Ática, 1994.

## REVISTAS E JORNAIS

Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 5, 1º abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte I. *Dos sertões de Pixoré para o Chile de Allende*.

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 4, 2 abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte II. *Fugindo ao cerco até o encontro com Djalma Maranhão*.

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 7, 3 abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte III. *Jango me disse: “Os militares não entregam o poder tão cedo”*.

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 15, 4 abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte IV. *Três dias e três noites de perigo na Cordilheira*.

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 7, 6 abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte V. *Na Polícia Federal: ali começa a “Operação Terror”*.

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 6, 7 abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte VI. *“Ele vai ver que aqui não adianta ser macho”*.

Jornal Diário de Natal, Natal, p. 5, 8 abr. 2004. Rubens Lemos: Memórias do Exílio. Parte Final. *Minha morte havia sido decretada, mas eu fui “salvo pelo gongo”*.

Jornal Diário de Pernambuco, 11/05/71 – 2º caderno.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1990. Ex-preso diz que foi inquirido por Sócrates.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1990. *Ministério da Aeronáutica. Nota Oficial*.

*Jornal El País Brasil*, São Paulo, 10 dez. 2014. BEDINELLI, Talita. *Da Casa de Horrores do Ceará aos navios-prisões do Sul do país*. *Jornal El País Brasil*, São Paulo, 10 dez. 2014. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418209313\\_141438.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418209313_141438.html). Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

*Jornal Em Tempo*, São Paulo, n. 93, p. 10, 5 a 12 dez. 1979. GARCIA, Marco Aurélio. *PCBR: da formação à tentação militarista (a trajetória do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)*.

*Jornal Em Tempo*, São Paulo, n. 94. p. 14, 13 a 19 dez. 1979. GARCIA, Marco Aurélio. *O PCBR na agonia do militarismo*.

*Jornal Em Tempo*, São Paulo, n. 80, p. 12, 6 a 12 set. 1979. GARCIA, Marco Aurélio. *PC não contava com o golpe de 64*.

*Jornal Em Tempo*, São Paulo, p. 11, 24 maio-7 jun. 1984. *Minoria impõe monolitismo. Balanço da reunião do Diretório Nacional do PT*

*Jornal Estado da Guanabara* [197-]. Arrependidos repudiam o PCBR (sobre a prisão de Carlos Alberto e Marcelo Mello).

*Jornal Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jan. 1990. *Jornalista acusa futuro ministro de tê-lo interrogado no DOI-CODI em PE*.

Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 25 jan. 1990. *Ministro divulga nota em defesa de Monteiro.*

Jornal Folha de Londrina, Londrina, p. 6, 24 jul. 1991. *Um Paranaense viaja nas memórias do Exílio* (entrevista com Beluce Bellucci).

Jornal Movimento, São Paulo, n. 223, p. 8-9, 8a 14 out. 79. *Partidos Comunistas.*

Jornal O Globo, Recife, [197-]. *Profissionais do terror presos em dois "aparelhos".*

Revista Afinal, São Paulo, p. 11-12, 21 maio 1985. *Justiça pela metade - ainda falta punir quem matou Mário.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 1, p. 23-24, out. 1989. ALVES, Mário. *Dois Caminhos da Reforma Agrária.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 1, mar. 1989. *Mário Alves: Revolucionário e Comunista.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 4, p. 42, fev. 1990. MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Mário Alves, Presente.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 7, p. 5-14, dez. 1990. MARANHÃO, Bruno. *Estratégia para um Brasil Revolucionário.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 10, p. 35-38, maio/jul. 1992. PAULA, Antônio Prestes de. *Os presos políticos da Bahia, 6 anos depois.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 12, p. 33-35, abr./jun. 1993. NASCIMENTO, Cláudio. *Mário Alves e a Revolução Antipassiva.*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 20, p. 21-36, nov. 95/jan. 96. FILGUEIRAS, Otto. *Guerreiro da Grande Batalha: A História de Mário Alves*.

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 22, p. 39-44, jan./mar. 1997. OLIVEIRA, Franklin Jr. *Anos 60: Ajustando Contas*.

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 30, p. 54-55, maio/junho/julho 2002. GUIMARÃES, Ruy. *Mário "dignidade" Alves, Presente!*

Revista Brasil Revolucionário, São Paulo, n. 30, p. 56-60, maio/jun./jul. 2002. MELLO, Marcelo Mário de. *Descobrendo Mário Alves*.

Revista Caros Amigos, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 16-22, abr. 1997. EMILIANO, José. *A Fuga Histórica. Reportagem sobre a Fuga de Theodomiro Romero dos Santos*.

Revista Caros Amigos, São Paulo, n. 50, maio 2001. EMILIANO, José. *A morte de um combatente e a violência na Bahia*.

Revista Isto É, São Paulo, n. 115, p. 30-36, 7 mar. 1979. ROSSI, Clóvis. *A Repressão Acusada*.

Revista Isto É, São Paulo, n. 132, p. 12-17, 4 jul. 1979. BARREIRAS, Francisco. *Falam os "terroristas"*.

Revista Isto É, São Paulo, n. 140, p. 4-8, 29 ago. 1979. CARVALHO, Ricardo. *Repressão e Mortes. Encontrado: um corpo*.

Revista Isto É, p. 84-90, 5 dez. 79. *Os PCs sentam à mesa*

Revista Isto É. São Paulo, p. 50-53, 10 set. 1980. WEFFORT, Francisco. *A Polônia de cada um*.

Revista Isto É, São Paulo, n. 554, p. 24-30, 5 ago. 1987. São Paulo, n. 143, p. 20-25, 19 set. 1979. DAVID, Ricardo; CAVALCANTI, Enock. *Terrorismo: Outra Face da Violência*.

Revista Isto É, n. 537, p. 24-27, 8 abr. 1987. *Longe do ponto final*.

Revista Isto É, n. 1194, p. 60-61, 19 ago. 1992. *Na Própria carne*.

Revista Isto É, São Paulo, n. 1421, p. 14-15, 15 a 21 dez. 1996. *Relatório Bomba*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 6, p. 17-37, abril/maio/junho/1989. VENCESLAU, Paulo de Tarso; REIS, Daniel Aarão. *Apolônio de Carvalho (entrevista)*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 9, p. 64-68, jan./fev./mar. 1990. CARVALHO, Apolônio. *Momento de Exclusão*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 11, p. 20-36, ago. 1990. FREIRE, Alípio; VENCESLAU, Paulo de Tarso. *Jacob Gorender (entrevista)*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 22, p. 47-58, 3º trim. 1993. FREIRE, Alípio; CARVALHO, Carlos Eduardo; NOGUEIRA, Rose. *Idealina Fernandes Gorender (entrevista)*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 23, p. 60-64, dez 93/jan./fev. 1994. ARANTES, Maria Auxiliadora. *Clandestinidadade nos anos 60 e 70*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 23, p. 48-59, dez. 1993-jan./fev. 1994. POMAR, Valter; MELLEIRO, Waldeci. *Maria Augusta Capistrano (entrevista)*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 24, mar./abr./maio 1994. POMAR, Valter. *Otaviano Alves da Silva (entrevista)*.

Revista Teoria e Debate, São Paulo, n. 27, p. 52-53, dez 94/jan.-fev.1995. SISTER, Sérgio. *Fazendo arte na cadeia*.

Revista Veja, São Paulo, p. 20-21, 4 jun. 1969. *A Subversão no Presídio*.

Revista Veja, São Paulo, n. 686, 28 out. 1981. *Trilha aberta: Justiça culpa a União pela morte de Mário Alves*.

Revista Veja, São Paulo, p. 20-22, 23 abr. 1986. *O revólver do PCBR*.

Revista Veja, São Paulo, 9 dez. 1987. p.111. *Sentença inédita. TRF condena União pela morte de desaparecido*.

## **DOCUMENTOS FOTOCOPIADOS DE ÓRGÃOS POLICIAIS E MILITARES**

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA AERONÁUTICA (CISA).  
Relatório Especial de Informações (REI) n. 3, 26 mar. 1986.

CENTRO DE OPERAÇÕES E DEFESA INTERNA (CODI) – I  
Exército.

Agência Central, 1867 – identificador de CODI (em 01/04/70)

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO PARANÁ.  
DOPS/PR. Depoimento de José Reis Garcia, 16 abr. 1969, 14 p.

Depoimento de Arno Giesen, 14 de outubro de 1975, Topografia 300, Dossiê 0477, paginas 5,6,7e 8– (não identificado onde o depoimento estava sendo prestado).

DEPOIMENTO de Jorge Medeiros Valle, 18 jul. 1969, 9 p.(não foram identificadas maiores informações).

Ficha corrida de Rosa Maria Viana de Castro, 30 out. 1979 1 p. (não foram identificadas maiores informações).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DE CURITIBA. Departamento de Polícia Federal. Informe número 051. Depoimento de Elinor Mendes Brito, 11 out. 1968, 3 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Quartel do Primeiro Batalhão de Polícia do Exército (PR). Depoimento de Maria Joaquina Marques Dias, 23 fev. 1970, 2 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Informação 136/70/E2/4 RM, 1970.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Relatório do IPM do PCBR 1970 – Confidencial –1Ex – EM 2ª Seção – Informação nº 781/71 SC. Rio de Janeiro (GB), 13 maio 1971.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ. SSP/PR. Depoimento de Vitório Sorotiuk, 11 ago. 1966, 11 p.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ. SSP/PR. Depoimento de Nésio Jacques Pereira, 10 jan. 1970, 4 p.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ. SSP/PR. Depoimento de Olien Lustoza de Moraes, 19 jan. 1970, 3 p.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SNI. Bahia. Inquérito 73/70/Bahia – Polícia Federal. 1870

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SNI. CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA (CENIMAR). Rio de Janeiro. 14 mar. 2003.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SNI. Agência Goiânia. Relatório sobre o PCBR produzido em 1983.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SNI 1983 – SNI/Goiânia – 25/01/83 – relatório elaborado pelo CISA/RJ

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI) – Ag. Central, número 062/84 – identificador de SNI – Agência Central – Informação número 062/16/AC/84: 05 SET 1984: INIFILTRAÇÃO COMUNISTA NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS DOS ESTADOS GOVERNADOS PELA OPOSIÇÃO.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. SNI/NANI – inf. 052/70 – identificador de SNI – informação nº 052/SNI/NANI/1970 – SNI/ARJ - ACE 1670 – 17/03/70

## **RELATÓRIO BRASIL NUNCA MAIS**

BRASIL NUNCA MAIS, 051<sup>164</sup>, [s.n.].

BRASIL NUNCA MAIS, 223, [s.n.].

BRASIL NUNCA MAIS 329, [s.n.].

BRASIL NUNCA MAIS, 641. [s.n.].

## **DOCUMENTOS DO PCBR**

A CONSTRUÇÃO do Socialismo: poder proletário e poder popular - texto teórico. [s.n.], s.d., 12 p.

I CONFERÊNCIA Nacional do PCBR. Resolução Política. [s.n.], abr. 1968, 19 p.

VI CONGRESSO. Conferência Estadual da Guanabara. Rio de Janeiro, jun. 1967, 34 p.

---

<sup>164</sup> O número corresponde ao número do arquivo junto ao acervo do Brasil Nunca Mais.

- A ALTERNATIVA Revolucionária. Rio de Janeiro, junho 68, 7 p.
- A CRISE atual e como superá-la - 1ª parte. [s.n.], jan. 1979, 3 fls.
- A CRISE atual e como superá-la - 2ª parte. [s.n.], s.d., 9 p.
- ALGUNS Conceitos da Tática e Estratégia da Guerra Revolucionária e Guerrilha Urbana (do ponto de vista da sua dimensão militar). [s.n.], data, 16 p.
- A LUTA contra os desvios de direita e de esquerda. Apreendido em dez. 1970, Apucarana (PR), 3 p.
- AOS COMUNISTAS Revolucionários de São Paulo. Comissão Provisória PCBR. São Paulo, 1968, 2 p.
- A QUESTÃO das Finanças. [s.n.], d.d., 4 p.
- A QUESTÃO Internacional. [s.n.], out. 1985, 3 p.
- A RECONSTRUÇÃO em Novas Bases. PCBR, Documento 3 das teses [s.n.], ago. 73, 24 pp.
- A REVOLUÇÃO, o Partido e a Luta de Massas. [s.n.], s.d., incompleto, 8 p.
- ARMAS. Variações sobre a utilidade de certas armas. [s.n.], incompleto, s.d., 6 p.
- ASSISTÊNCIA. Apreendido em PE em 1970, 10 p.
- ATA da Reunião do Comitê Regional. PCBR/NE. [s.n.], s.d., 2 p. (Incompleto)
- ATUALIDADE das Ideias de Lênin. In: Classe Operária n. 40, abr. 1970.

AUTOCRÍTICA, [s.n.], s.d., 10 p.

A VANGUARDA Armada nas Cidades (um roteiro para a ação).  
Local, s.d., 11 p.

BALANÇO da periclitante situação do Brasil. Análise dos erros  
em uma operação militar. [s.n.], s.d., 3 p. (manuscrito)

CADERNO BRASIL REVOLUCIONÁRIO, n. 1. [s.n.], mar./abr.  
1983, 72 p.

CAMINHO e Caráter da Revolução Brasileira (E.M.). [s.n.], s.d.,  
14 p.

CARTA de preso político à organização, Recife, 18 out. [197-]

CIRCULAR orientando militantes a se comportarem dentro de  
uma fase de recuo político. Apreendido em São Paulo, 3 dez.  
1970, 1 p.

CIRCULAR. Resolução de Conferência Nacional. Apreendido em  
1970, [s.n.], 4 p.

COMITÊ CENTRAL DO PCBR. Voto nulo, [s.n.], out. 1970, 2 p.

COMUNICADO para o caso de negarem a detenção de Mário  
Alves. Documento preparado para o sequestro do cônsul japonês  
ou americano<sup>165</sup>. [s.n.], 1970, 11 p. (manuscrito)

COMUNICADO a ser enviado quando do sequestro do cônsul.  
[s.n.], s.d., 9 p.

CONSIDERAÇÕES sobre o documento da AP. "Mais uma vez a  
Ditadura tenta encobrir seu verdadeiro caráter com a [...] das

---

<sup>165</sup> Como estavam sendo articulados os dois sequestros, (Salvador e Recife), o documento produzido seria utilizado na primeira ação que desse certo.

eleições". Restritas à Campanha do Voto Nulo. C.R. PCBR/NE, out. 70, 6 p.

EMANCIPAÇÃO da Mulher. Texto introdutório do PCBR e texto de Samora Machel. [s.n.], [1969-1972], n.p. (mimeo.)

ESCLARECIMENTO aos militantes, aos aliados, aos revolucionários, às pessoas de esquerda em geral sobre o comportamento de um ex-militante do partido. PCBR/NE. [s.n.], s.d., 6 p.

ESTATUTO do PCBR. [s.n.], ago. 1969, 12 p.

GUATEMALA/GUERRILHA. Boletim 3 da Luta Armada. Publicações do PCBR. Nordeste, junho de 1969, 30 p.

INFORMES [...] político-ideológicos da segurança revolucionária. Apreendido em [s.n.], fev. 1970, 2 p.

INTEGRAÇÃO e Luta. Programa chapa para UEP (Cândido Pinto) e DCE/UFPE (Carlos Henrique Maranhão). Pernambuco, out. 1968, 10 p.

MISTURAS que se pode fazer facilmente em casa. Explosivos. [s.n.], s.d., 5 p.

Movimento Luta Estudantil. [s.n.], (panfleto), set. 1969, ano I, n. 1, 1 p.

NOTAS. Instruções sobre explosivos. Apreendido em São Paulo, s.d., incompleto, 6 p.

NOTAS Provisórias. Material militar. Apreendido em São Paulo, s.d., 14 p.

O ADIAMENTO do Encontro Nacional. [s.n.], s.d., 27 p.

O CAMINHO armado e as peculiaridades da realidade nacional (esboço da linha militar). PCBR/NE, jun. 1969, 26 p.

O CAMINHO Armado e as peculiaridades da realidade nacional. [s.n.], s.d., 30 p.

O CARÁTER da Revolução Brasileira. [s.n.], s.d., 17 p.

O COMUNISTA Revolucionário. *Porque lutam os comunistas revolucionários*. II Congresso Nacional PCBR. [s.n.], s.d., 12 páginas. especial.

O COMUNISTA Revolucionário. II Congresso Nacional PCBR. Resolução. Parte 3. O Caminho da Revolução Brasileira passa por uma Guerra Popular Prolongada. [s.n.], s.d., 10 p. n. especial.

O DESENVOLVIMENTO Capitalista no Brasil. Documento n. 1, PCBR. [s.n.], julho de 1970, 9 p.

O DOUTRINARISMO de Direita e a Participação no Parlamento Ditatorial. [s.n.], [1974 ou 1976], 4 p. (Resposta ao texto "O Esvaziamento do voto nulo").

O ESVAZIAMENTO do Voto Nulo. [s.n.], [1974 ou 1976], 6 p.

O MOMENTO Político em que se dão as eleições. [s.n.], [ca. 1976], 4 p.

O MOMENTO em que se dão as eleições. São Paulo, jul. 1978, 20 p.

O QUE querem os Comunistas Revolucionários. II Congresso. Resolução [s.n.], [ca. 78], 16 p.

O PARTIDO Marxista-Leninista e o conceito de Militante, [s.n.], data, 4 p.

O P. no R<sup>166</sup>. Apreendido em Natal, 1970, 2 p.

ORGANIZAÇÕES Independentes e Autônomas dos Trabalhadores. Seminário. [s.n.], s.d., 5 p.

ORIENTAÇÃO básica para o encaminhamento da Luta Armada (Esboço de política de organização e delineamento do caminho armado). [s.n.], s.d., 7 p.

OS ENSINAMENTOS de Mao-Tse-Tung e a Guerra Revolucionária no Brasil – Raul Villa (codinome de Éder Sader). [s.n.], out. 1968, 18 p.

OS PRINCÍPIOS do Partido Marxista Leninista. Apreendido em São Paulo em fev. 1970, 11 p.

OS PRINCÍPIOS fora do lugar. Gaspar, [ca. 1977], 6 p.

OS PROBLEMAS de estrutura e a luta armada no Brasil. Anotações para um esboço de esquema. Nordeste, set. 1968, 11 pp.

O PROGRAMA da Revolução Popular – FREP. [s.n.], s.d., p. (mimeografado)

OS ENSINAMENTOS de Mao-Tse-Tung e a Guerra Revolucionária no Brasil – Raul Villa (codinome de Éder Sader). [s.n.], out. 1968, 18 p.

PARA ESTUDO e debate interno - o caminho armado e as peculiaridades da realidade nacional (outro formado do documento militar - algumas notas de rodapé – comparar). [s.n.], s.d., 14 p.

---

<sup>166</sup> A letra *P* significa Partido e a letra *R* não conseguimos identificar, mas dentro de um contexto de clandestinidade deveria referenciar alguma região ou área de atuação.

POLÍTICA de Organização. Documento n. 9. [s.n.], jul. 1970, 14 p.

POLÍTICA de Organização. Apreendido em 1970, [s.n.], 15 p.

POLÍTICA de Organização - O Balanço da Reconstrução. [s.n.], s.d., 3 p.

POR UM partido marxista-leninista. [s.n.], s.d., 5 p.

PUEBLO/PODER. Santiago de Chile, Oct. 1971, 24 p. (Publicação dos exilados do PCBR no Chile).

RAÍZES Ideológicas de nossos erros. Comitê Central. [s.n.], ago. 1969, 11 p.

RAÍZES ideológicas dos nossos erros. Apreendido em São Paulo em 1970, 21 p. (manuscrito).

REENCONTRO histórico ou simples mistificação? [s.n.], maio de 1968, 12 p.

RELAÇÃO de nomes que seriam trocados pelo cônsul americano. Recife, 1970, 2 p.

RELATÓRIO de nossa atividade no campo. Pernambuco, 1967, 3 p.

RELATÓRIO do III Seminário. [s.n.], s.d., 6 p.

RELATÓRIO da Reunião do Núcleo - A importância do NE na construção do projeto socialista. [s.n.], s.d., 6 p.

RESOLUÇÃO. Comissão Executiva Nacional do PCBR. [s.n.], junho 1968, 5 p.

RESOLUÇÃO. Comitê Central do PCBR. Linha de Massas VI. [s.n.], jul. 1970, 20 p.

RESOLUÇÃO. Executiva Comitê Central PCBR. Frente Única. [s.n.], ago. 1969, p.

RESOLUÇÃO do CC sobre o trabalho militar. [s.n.], s.d., 2 p.

RESOLUÇÃO do Comitê Central do PCBR. Política de organização. Documento n. 9. [s.n.], jul. 1970, 12 p.

RESOLUÇÃO Política. Comitê Central do PCBR. [s.n.], jul. 1968, 4 p.

RESOLUÇÃO. Por que lutam os Comunistas Revolucionários. [s.n.], s.d., 11 p.

RESOLUÇÕES. Conferência da Mooca. Combater o "esquerdismo". São Paulo, 1963, 1 p.

ROTEIRO para controle. [s.n.], s.d., 3 p. (anotações)

SOBRE a Política de Organização. [s.n.], ago. 1969, 15 p.

SUGESTÕES à Direção Nacional sobre o balanço da nossa prática. Apreendido em São Paulo, 1970, 8 pp. (manuscrito).

TESES de Janeiro. Resoluções. [s.n.], jan. 1972.

TESES sobre a construção do Partido Revolucionário. [s.n.], s.d., 4 p.

UMA QUESTÃO Ideológica. [s.n.], maio 1968, 4 p.

## DOCUMENTÁRIOS SOBRE MILITANTES DO PCBR

MARCOS MEDEIROS – Codinome Vampiro. Diretor: Vicente Duque Estrada. Local, 2018. Documentário de 84 minutos. Disponível em: <https://vimeo.com/530022302> . Acesso em: 23/01/2022

GALERIA F: Vida Clandestina. Diretor: Francisco Russo. 2016. Disponível em: <https://globofilmes.globo.com/filme/galeria-f/>. Acesso em: 23/01/2022

## CARTAS PESSOAIS APREENDIDAS PELA REPRESSÃO (manuscritos)

DANIEL. **[Correspondência]**. Destinatários: Baixo e Paula. [s.n.] 1970.

EU. **[Correspondência]**. Destinatário: Amor. [s.n.], 22 jun. 1970.

EU. **[Correspondência]**. Destinatário: Companheira, irmã, amiga, amada.[s.n.], 26 jun. 1970.

LIDIA. **[Correspondência]**. Destinatário: Baixinho. [s.n.], 31 ago. 1968.

MAGO. **[Correspondência]**. Destinatário: Minha filhinha. [s.n.], s.d.

MARQUINHO. **[Correspondência]**. Destinatário: Soninha. [s.n.], 18 jan. 1968.

MQ. **[Correspondência]**. Destinatário: B b. [s.n.], abr. 1969.

PAULA. **[Correspondência]**. Destinatário: Tomás, [s.n.], s.d.

SEM REMETENTE. **[Correspondência]**. Destinatário: Renata, [S.l.], s.d.

SEM REMETENTE. **[Correspondência]**. Destinatário: Mago. Recife, s.d.

SEM REMETENTE (assinatura não identificada). **[Correspondência]**. Destinatário: Amor. [s.n.], 1970.

SEM REMETENTE. **[Correspondência]**. Destinatário: Meu amor. [s.n.], 16 jun. 1970.

SÍLVIA. **[Correspondência]**. Destinatário: Tânia, [s.n.], 1970.

## **JORNAIS DO PCBR (MIMEOGRAFADOS)**

A LUTA, local, n. 6, set. 1968, 12 p.

LUTA, [s.n.], no I, n. 2, 1968, 2 p.

LUTA DE CLASSES, Pernambuco, ano I, n. 1, out. 1968, 8 p.

LUTA DE CLASSES, [s.n.], no II, n. 4, ago. 1969, 29 p.

LUTA DE CLASSES, [s.n.], ano III, n. 5, jul. 1970, 11 p.

LUTA ESTUDANTIL, Pernambuco, n. 1, nov. 1970, 8 p.

NOVOS RUMOS, Pernambuco, ano I, n. 1, Resolução Pol. Conf. Nacional PCBR (CE/PE), s.d., 12 p.

O COMPANHEIRO, [s.n.], n. 7, maio 1969, 4 p.

O ISQUEIRO, jornal da Guanabara, (órgão do C.E. da G.B – PCB.) [S.l.], s.d., mimeog. 10 p.

O ISQUEIRO, Guanabara, ano 3, n. 40, jun. 1968, 6 p.

O ISQUEIRO, Guanabara, ano 3, n. 41, jul. 1968, 6 p.

O ISQUEIRO, Guanabara, ano 3, n. 42, s.d., 8 p.

O ISQUEIRO, Guanabara, [S.l.], s.d., 9 p.

O ISQUEIRO, Guanabara, Um Reencontro Histórico, 9 jun. 1968, 16 p.

O ISQUEIRO PROLETÁRIO (extra), Guanabara, ago. 1968, 4 p.

O TRABALHADOR, Pernambuco, ano I, n. 1, jan. 1968, 4 p.

O TRABALHADOR, Pernambuco, ano I, n. 2, ago. 1968, 5 p.

O TRABALHADOR, Pernambuco, n. 4, 1969, 4 p.

O TRABALHADOR, Pernambuco, ano II, n. 5, s.d., 5 p.

O TRABALHADOR, Pernambuco, ano II, n. 6, 1969, 4 p.

POR ONDE COMEÇAR, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, 1968, 8 p.

RESISTÊNCIA POPULAR, [s.n.], ano I, n. 1, dez. 1969, 2 p.

RESISTÊNCIA POPULAR, [s.n.], n. 3, fev./mar. 1977, 10 p.

SEARA VERMELHA, Rio de Janeiro, jul. 1968, 4 p.

VANGUARDA, apreendido em out. de 1969 em São Paulo, 11 p.

VANGUARDA, PCBR/Nordeste, maio 1971, 10 p.

## **PESSOAS ENTREVISTADAS PARA A PESQUISA SOBRE O PCBR<sup>167</sup>**

- Aldemir Lemos - Natal/RN (2004) (fita n° 08)  
Allan Kardek - Goiânia/GO (2003) (fita n° 01)  
Álvaro Caldas - Rio de Janeiro/RJ (2003) (fita n° 25)  
Antônio Prestes de Paula - Salvador/BA (2 sem numeração e data)  
Apolônio de Carvalho - Rio de Janeiro/RJ (2003) (fitas n° 22/24)  
Bacurau - Goiânia/GO (2003)  
Bruno Maranhão - São Paulo/SP (2004) (fita n° 11)  
Carlos Alberto Franck - Pelotas/RS (2004) (fita n° 15)  
Carlos Alberto Soares - Recife/PE (2004) (fita n° 13)  
Claudio Gurgel - Niterói/RJ (2004) (fita n° 28)  
Claudio Nascimento - Florianópolis/SC (2003) (fitas n° 19/20)  
Dalva Bonet - entrevistada através do meet (28/04/22)  
Elinor Brito - Rio de Janeiro/RJ (2003) (fitas n° 26 e 27)  
Francisco de Assis - Recife/PE (2004) (fita n° 12)  
Irapuã Fernandes Rocha - Natal/RN (2004) (fita n° 3)  
Jacob Gorender - São Paulo/SP (2004) (fitas n° 16 e 17)  
José dos Reis Garcia - Blumenau/SC (2003) (fita n° 14)  
Juliano Siqueira - Natal/RN (2004) (fita n° 6/7)  
Lúcia Alves - Niterói/RJ (2004) (fita n° 21)  
Luciano de Almeida - Natal/RN (2003)  
Luis Alves - Natal/RN (2003) (22/08/05 – 2 fitas)  
Marcelo Mário de Mello - Recife/PE (2003)

---

<sup>167</sup> Na época das entrevistas, as mesmas não foram datadas, no entanto, quase todas foram realizadas entre os anos de 2002 e 2005, Em alguns casos foram feitos contatos posteriores para elucidar algumas dúvidas.

Mirna - Goiânia/GO (2003)  
Paulo Farias - Goiânia/GO (2003) (fita n° 01)  
Renée de Carvalho - Rio de Janeiro/RJ (2003) (fitas n° 22 e 24)  
Sérgio Sister - São Paulo/SP (2004) (fita n° 29)  
Susana Maranhão - São Paulo/SP (2004) (fitas n° 07 e 10)  
Vitório Sorotiuk - Curitiba/PR (2003) (fita n° 18)  
Walmir Barbosa - Goiânia/GO (2003) (fita n° 01)

PONTES, Paulo. **Paulo Pontes:** entrevista [8 abr. 2000]. Entrevistadores: Sandra Regina Barbosa da Silva, Fábio Carvalho da Hora e Muniz Ferreira. Salvador: BA, 2000.

PAULA, Antônio Prestes de. **Antônio Prestes de Paula:** entrevista [4 ago. 2001]. Entrevistadora: Sandra Regina Barbosa da Silva. Salvador: BA, 2001.

PAULA, Antônio Prestes de. **Antônio Prestes de Paula:** entrevista [2004]. Entrevistador: Aparecido Dias. Cascavel: PR, 2004.

## **LOCAIS ONDE OS DOCUMENTOS FORAM COLETADOS**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR/RN  
DOPS DE PERNAMBUCO  
ARQUIVO NUNCA MAIS – UNICAMP  
DOCUMENTOS COLETADOS JUNTO A EX-MILITANTES  
GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/SP  
GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ



# Anexo I

## Cronologia das Ações Vinculadas ao PCBR

### 1967

Set/67 - Conferência Regional do PCB do RJ (preparatório ao VICongresso do PCB). Encontro que criou a Corrente Revolucionária

01/10/1967 - Definição pela criação do PCBR (última reunião da Coordenação Nacional da Corrente Revolucionária)

dez/67 - VI Congresso do PCB (já sem a participação dos dissidentes e com a expulsão dos que já tinham se retirado do partido)

### 1968

28/03/68 - Assassinato de Edson Luis no Calabouço (RJ)

11/12/abril/68 - I Congresso do PCBR (sítio na serra da Mantiqueira)

Abril/68 - Mário Alves lança um documento intitulado "Reencontro histórico ou simples mistificação"? Em resposta ao documento de Jover Teles

Divulgação do documento “um reencontro histórico” lançado por Jover Teles propondo o ingresso dos militantes do PCBR no PC do B<sup>168</sup>

Junho/68 - Ingresso no PCBR de um grupo de militantes vindos da AP da Guanabara

2ª quinzena/julho/68 - Primeira reunião do CC do PCBR

Set/68 - Segunda reunião do CC do PCBR: constituição do Comando Político Militar Nacional (CPMN) (Bruno Maranhão; Nicolau Tolentino; Getúlio Cabral e Juliano Siqueira

13/10/68 - Queda do Congresso de Ibiúna (PCBR participou com chapa)

21/06/68 - Invasão na Tchecoslováquia pela URSS (PCBR pronunciou-se contra)

24/09/68 - Assalto à Cia. Manufatora de Tecidos do Norte – Fábrica Tacaruna, Olinda

17/12/69 - Prisão de Mauro Daisson Otero Goulart, Vítório Sorotiuk, e outros militantes do PCBR do movimento estudantil do PR no Congresso Regional da UNE na Chácara do Alemão

## **1969**

14/04/69 - José dos Reis Garcia é preso acusado de tentar assaltar a agência do Banco do Brasil de Telêmaco Borba no PR

---

<sup>168</sup> Esta é a data da divulgação deste documento em um jornal interno do PCBR da Guanabara. No entanto, o documento foi apresentado para o debate antes de abril que foi quando Mário Alves escreveu a resposta ao mesmo.

28/04/69 - Atentado contra Cândido Pinto (presidente da União Pernambucana de Estudantes - UPE). Ficou paraplégico com o atentado.

05/05/69 - Comitê Regional do PCBR de PE deslocou-se para João Pessoa (PB) e roubou o Banco da Lavoura uma valise com depósitos da Companhia Souza Cruz (primeira atividade desse tipo no Nordeste).

11/05/69 - Chegada de Cuba de Getúlio Cabral e Sérgio Rolim que foram fazer treinamento militar

26/05/69 - Fuga da Lemos de Brito (presos do período anterior em função da Revolta dos Sargentos (Prestes, Adeildo, Capitani, Marco Antônio e outros)

27/06/69 - Vitório Sorotiuk condenado a 1 ano e 6 meses de prisão (juntamente com outros militantes do ME do Paraná)

07/07/69 - Volta da última viagem que Jorge Medeiros do Valle fez à Europa Prisão de Jorge Medeiros do Valle.

12/07/69 - Depoimento de Jorge Medeiros do Valle para a polícia.

18/07/69 - Mário Alves volta de uma viagem à Cuba onde foi buscar ajuda financeira e treinamento de quadros (na volta Mário assume a Secretaria Política no lugar de Apolônio - jul/ag/69).

03/08/69 - Maria Tereza Ribeiro da Silva é presa em um aparelho e passa a colaborar com a repressão visando capturar Salatiel e outros. Recebeu um valor mensal para virar informante.

08/08/69 - Ação armada de propaganda em uma fábrica em Recife. Dia da morte do Che. Pixação, panfleteação e discurso de Marcelo Mello. Fábrica de tecidos Macaxeira/PE

28/08/69 - Prisão de Sérgio Rolim (filho de Salatiel)

07/09/69 - Tentativa de destruir o palanque do 7 de Setembro em Recife Francisco de Assis trouxe a dinamite de Fortaleza (avenida Visconde da Boa Vista)

10/10/69 - Assalto à transportadora de dinheiro da Souza Cruz em Olinda (morreu Nilson Lins, Gerente da firma Cornélio de Souza e Silva. Segundo site Ternuma, foi em 31/10/69 e pela aeronáutica foi 31/12/69).

22/10/69 - Prisão de militantes de Catolé da Rocha (PB) que foram ao Morro Capimaçu e ficaram 5 dias fazendo treinamento militar. Foram presos Ariosvaldo da Silva Diniz; Ubiratan Cortez Rocha e Francisco Alves Dantas. Os demais eram menores de idade. Ao total o inquérito envolveu 19 pessoas.

26/11/69 - Repressão identificou que Salathiel viajou do Rio para São Paulo e Curitiba em um automóvel JK verde, placas 5575 (informação repassada pela infiltrada Maria Tereza Ribeiro da Silva).

Fins nov/69 - Um grupo do PCBR fez treinamento militar na Ilha do Cabrito (RJ), sendo Prestes de Paula o instrutor.

1ª quinz/dez/69 - Roubo de 4 carros que seriam utilizados no roubo ao Banco Sotomaior (RJ).

17/12/69 - Assalto à agência do Banco Sotomaior na Avenida Brás Pinna, Penha, RJ.

18/12/69 - Estouro do aparelho de Prestes de Paula, fugiu pelos fundos (na fuga matou o soldado Elias dos Santos)

19/12/69 - Tentativa de assalto ao Banco Financiar em Guararapes (PE). Iriam realizar a operação no dia seguinte, mas perceberam movimentação do da ALN no local e se retiraram.

23/12/69 - Interrogatório dos presos do BR na PB (Rômulo, Eric, Eraldo e Marcos Guilherme)

24/12/69 - Tentativa de assalto à fábrica TACARUNA (Recife).

## **AÇÕES REALIZADAS EM 1969 SEM IDENTIFICAÇÃO DA DATA<sup>169</sup>**

- Tentativa de assalto a um posto de gasolina na Av. Rosa e Silva, Recife, Pernambuco.

- Assalto a “Farmácia e Pronto-Socorro Jaime da Fonte” em Recife, Pernambuco.

- Assalto contra o Banco Financial no município de Jaboatão, Pernambuco.

- Assalto ao Banco Real e de Crédito de Minas Gerais, em Niteroi

## **1970**

05/01/70 - Prisão de Raimundo Teixeira Mendes

11/01/70 - Prisão de Salatiel Teixeira Rolim

12/01/70 - Prisão de José Corrêa Filho – motorista do CC (provavelmente)

12/01/70 - Prisão de Romeu Bertol e Suely Penha Rodrigues (provavelmente)

---

<sup>169</sup> Como no relatório do CENIMAR não aparece a data específica das ações, não podemos afirmar que todas elas foram realizadas pelo PCBR. Como alguns militantes desta organização se deslocaram para a ALN, é possível que nem todas estes assaltos tivessem sido realizados em nome do PCBR.

13/01/70 - Prisão de Apolônio (quando foi à casa de Romeu Bertol) - preso em sua casa de madrugada, as 3 horas da manhã

14/01/70 - Assassinato de Marco Antônio da Silva Lima e prisão de Angela Camargo Seixas

14/01/70 - Prisão Olien Lustoza de Moraes (PR) apreendido no mesmo dia 2 mimeógrafos roubados do DCE da UFPR.

15/01/70 - Prisão de Maria Joaquina Marques Dias (PR).

12 a 16/01/70 - Prisão de Miguel Batista, Olivier e outros de outras prisões do Paraná no mesmo período: Arno Gielsen, Carlos Frederio Marés, Ruth Ribeiro Lima, Licinio Lima, Diva Ribeiro Lia. Prisões em São Paulo decorrentes das quedas de janeiro

16/01/70 - Prisão de Mário Alves de Souza Vieira

16/01/70 - Prisão de Aytan Miranda Sipahi (SP)

17/01/70 - Prisão de Sérgio Sister (SP)

17/01/70 - Prisão de Adilson Odair Citelli (SP)

20/01/70 - Prisão de Jacob Gorender (SP), preso quando foi à casa de Aytan Sipahi que já estava preso.

20/01/70 - Prisão de Juliano Siqueira e Nicolau Tolentino (Jason) ao aparelho de Apolônio sem saber que já estava preso)

20/02/70 - Prisão de Nésio Jaques Pereira (PR)

28/01/70 - Prisão de Maria Dalva Leite de Castro Bonet

13/02/70 - Assalto ao Banco da Lavoura de MG – Icarai, Niteroi

24/02/70 - Prisão de José Carlos Tórtima

28/02/70 - Prisão Álvaro Caldas (Rio, Banco Bamerindus, via seu carro) - Nas 48 horas anteriores à prisão de Álvaro, uns 30 militantes do PCBR, simpatizantes e parte do MR-8 foram presos. Era a 3ª queda Generalizada.

28/02/70 - Prisão de René de Carvalho (preso meia hora antes de Álvaro, levados no mesmo carro)

29/02/70 - Prisão de Raul de Carvalho (um dia depois de René)

02/03/70 - Prisão de Bruno Dauster Magalhães e Silva

16/03/70 - Assalto ao carro pagador do London Bank em Fortaleza/Ceará

31/03/70 - Prisão de Luciano de Almeida (em Recife)

14/04/70 - Prisão do Major Joaquim Pires Cerveira (que havia articulado ações com o PCBR no Paraná).

24/05/70 Roubo de um taxi (aero wyllis, 1968) que foi utilizado a um assalto

25/05/70 - Assalto ao Banco da Bahia, no bairro Liberdade (Salvador)

12/06/70 - Roubo máquina de escrever e mimeografo fac. Educ. do CE

17/06/70 - Prisioneiros são libertados em troca do embaixador alemão. Destino para a Argélia (entre eles Apolônio pelo PCBR)

22/06/70 - Tentativa de roubar um Volkswagen - ten. Aeronáutica Matheus Levino dos Santos, o qual reage e morre (Praia de Boa Viagem, em Recife).

Junho/70 - Elaboração dos documentos de julho de 1970 na Bahia (praia de Itaparica)

16/07/70 - Presos Nancy Mangabeira, Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho e Vera Maria Rocha Pereira.

01/09/70 - Transferência de Theodomiro para Salvador (data da chegada)

11/09/70 - Assalto B.B. de Maranguape, Ceará.

15/10/70 - Pichação em Fortaleza – prisão de alguns militantes

27/10/70 - Prisão de Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos) e Paulo Pontes da Silva (André) - dique do Tororó)

28/10/70 - Outras prisões em consequência dessa queda em Salvador: Prisão de Alberto Emanuel de Freitas Santos (padre).

28/10/70 - Prisão de Gervasio Rodrigues da Silva (Edinho)

28/10/70 - Prisão de Renato Santos Pita (Pita)

28/10/70 - Prisão de Marcos Dantas Loureiro (Nestor)

28/10/70 - Prisão de Paulo Roberto Alves (Ricardo)

28/10/70 - Prisão de Vera Lucia Teixeira Gonçalves (Verinha)

29/10/70 - Prisão de João Luiz Silva Ferreira (Enio, Juca e Lula)

29/10/70 - Prisão de Dirceu Régis Ribeiro (Ronaldo)

29/10/70 - Prisão de Wellington Renato de Araújo Freitas

03/11/70 - Prisão de Carlos Henrique Leal do Nascimento (Raul)

29/11/70 - Prisão de Carlos Alberto Vinicius de Mello Nascimento em Pato Branco/PR (possivelmente preso com ele Elinor Brito)

07/12/70 - VPR sequestra o embaixador suíço Giovanni Buches

## **1971**

07/01/71 - Incidente no Ceará. Foram a um ponto com a FLNE

Jan/71 - Roubo de 4 veículos Volkswagen no Rio de Janeiro juntamente com a VPR.

16/01/71 - Nancy Mangabeira, Elinor Brito, Bruno Dauster, Rene Louis de Carvalho e Marco Antonio Maranhão Costa (com mais 65 pessoas de outras organizações), são trocados pelo embaixador suíço.

30/01/71 - Prisão de Odijas Carvalho de Souza e Lylia da Silva Guedes (aparelho em praia de Maria Farinha)

08/02/71 - Assassinato de Odijas Carvalho (dia 06 levado para hospital militar de PE, morrendo dia 08 na tortura)

05/02/71 - Prisão de Mário Miranda de Albuquerque (preso quando chegava em Maria Farinha procurando Odijas)

06/02/71 - Telegrama encaminhado para os dirigentes reunidos em Pirangi avisando de quedas ocorridas no estado (Mário Miranda e Odijas)

07/02/71 - Prisão de Maria Yvone Ribeiro Pires (esposa de Odijas); Carlos Alberto Soares, Claudio Gurgel e Rosa Barros Soares (todos presos em Natal em um ônibus)

09/03/71 - Preso Marcelo Mário de Mello (consequências de Pirangi) - preso em Nísia Floresta- RN – sozinho em uma palhoça

16/03/71 - Presa Maria Luiza Nobre (possivelmente por participar de manifestação contra chegada de Médici em Natal) (outra versão é que essa prisão teria ocorrido 16/04/71)

18/03/71 - Theodomiro é condenado à morte e Paulo Pontes à prisão perpétua

20/03/71 - Rubens Lemos chega no Chile depois de uma longa viagem com escalas (Rio, São Paulo, Uruguai, Argentina e Chile)

04/06/71 - Prisão de Irapuã Fernandes Rocha (Natal) - (autuado em 22/04/71)

05/07/71 - Carta de Gersino Maia Saraiva, entrando na lista dos “arrepentidos”.

24/09/71 - Assalto a uma Kombi de transporte de valores juntamente com a VAR-PALMARES e ALN. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral (para a ação foram roubados 2 carros anteriormente)

28/08/71 - Assalto à agência do Banco Itaú América, na Tijuca, Rio de Janeiro. Ação organizada pelo MR-8, PCBR, ALN, VPR e VAR-PALMARES. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral.

## **1972**

05/01/72 - Decretada prisão de Gersino Saraiva Maia

07/01/72 - Tentativa frustrada de assalto à Souza Cruz no Ceará

10/01/72 - Assalto ao posto do Detran (Departamento de Trânsito), no Rio de Janeiro. Em conjunto com a VAL-PALMARES. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral e Valdir Salles Sabóia.

24/01/72 - Roubo de 2 mimeógrafos e uma máquina de escrever do curso FISC no Rio de Janeiro. Em conjunto com a VAR-PALMARES e VPR. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral

31/01/72 - Assalto à delegacia do Ministério do Trabalho. Em conjunto com a ALN e VAR-PALMARES. Pelo PCBR participaram Getúlio de Oliveira Cabral e José Bartolomeu Rodrigues.

Janeiro/72 - Roubo de dois carros no Rio de Janeiro. Atividade em conjunto com ALN e VAR-PALMARES. Possivelmente para a atividade que realizariam no dia 05 de fevereiro. Pelo PCBR participaram Getúlio de Oliveira Cabral e Adair Gonçalves Reis

05/02/72 - Assassinato marinheiro inglês Paulo A. Guthberg no Rio de Janeiro. Atividade conjunta com ALN, VPR E VAR-PALMARES. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral

25/02/72 - Assalto a 2 bancos em São Cristóvão no Rio de Janeiro. Atividade conjunta com VAR-PALMARES e ALN. Pelo PCBR participaram Getúlio de Oliveira Cabral e Valdir Sabóia.

07/03/72 - Prisão de Ramahiana Vaz Vargens e Dalva Bonet no Rio (Ramahiana sabia onde Benevides estava e seu depoimento na auditoria militar de resultou um documento de 46 páginas com detalhamentos, croquis, etc). Terceira prisão de Dalva.

08/03/72 - Morte de Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides e sua mulher Miriam Lopes Verbena (acidente forjado perto de Caruaru/PE). Luis Alberto era funcionário Banco da Guanabara e tinha sido deslocado para o Nordeste por estar muito visado.

09/03/72 - Ezequias Bezerra da Rocha vai a Caruaru ver o carro e os corpos

09/03/72 - Prisão de Maria Adozinda Monteiro da Costa (irmã de Miriam Verbena - apelido Dosa)

10/03/72 - Prisão de Ezequias Bezerra da Rocha (preso dia 10 e assassinado na madrugada do dia 11, depois de morto amarram seu corpo em pedras e jogaram em um açude, mas o corpo apareceu)

11/03/72 - Prisão de Guilhermina Bezerra da Rocha. Presos em função do caso Miriam Verbena

13/03/72 - Prisão de Aloizio Gonçalves da Costa (casado com Dora)

19/03/72 - José Gersino entrega uma lista com mais de 40 nomes de militantes do PCBR

28/03/72 - Prisão de Romildo Maranhão

03/04/72 - Prisão de Sônia Maria de Arruda Beltão (esposa Romildo)

04/04/72 - Prisão de Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral

04/04/72 - Prisão de Sonia Coutinho (quando a polícia chegou, Prestes de Paula fugiu do cerco, mas deixou pertences em seu apartamento que a polícia pegou (Prestes estava refugiado lá)

04/04/72 - Prisão de Maria do Socorro Diógenes

14/04/72 - José dos Reis Garcia é libertado

Abril/72 - Assalto ao banco Territorial, em Bonsucesso, Rio de Janeiro. Ação conjunta com o MR-8 e VAR-PALMARES. Pelo PCBR participaram Getúlio de Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Fernando Augusto da Fonseca

Set./72 - Assalto ao Banco Novo Mundo no Bairro da Penha, Rio de Janeiro. Ação conjunta com a VAR-PALMARES. Pelo PCBR participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro e Valdir Salles Sabóia.

out./72 - Assalto ao Banco Itaú-América na rua Marquês de Abrantes, Botafogo, RJ. Ação em conjunto com VAR-PALMARES. Pelo PCBR participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro, Valdir Salles Saboia e José Bartolomeu Rodrigues de Souza.

10 ou 13/12/72 - Prisão de Edmilson Vitorino de Lima (em função da tortura, levou ao ponto de Luis e Adeildo)

17/12/72 - Prisão de Luis Alves e Anatólia

17/12/72 - Prisão de José Adeildo Ramos

18/12/72 - Prisão de Severino Quirino de Miranda (Caruaru) e José Henrique de Souza Filho em Palmares (PE) (decorrente da prisão de Luis Alves e demais)

19/12/72 - Transferência de Luis Alves, Anatólia, Adeildo e os demais presos em Gravatá para o DOI CODI de Recife

26/12/72 - Prisão de Fernando Augusto da Fonseca (Sandália, preso em Recife). Preso exatamente uma semana depois de Luis Alves e demais no mesmo ponto, em um domingo Adeildo viu Fernando Augusto da Fonseca sendo torturado e morto no DOI CODI

29/12/72 - Assassinato de Valdir Sales Sabóia e Lourdes Maria Wanderley Pontes (assassinados na casa onde estavam, foto mostra Valdir deitado em uma cama com furos de bala – versão da polícia é que houve tiroteio – JB dá notícia das mortes apenas dia 17/01/73)

29/12/72 - Assassinato de José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Getúlio de Oliveira Cabral e Fernando Augusto da Fonseca (montagem de um “teatro macrabo” como se tivesse havido um tiroteio quando alguns já estavam mortos. (José Silton, José Bartolomeu e Getúlio foram presos antes de Fernando). O Jornal do Brasil dá a notícia das mortes dia 17/01/73. Aparecem os corpos carbonizados ao lado de um automóvel.

### **AÇÕES REALIZADAS (PROVAVELMENTE EM 1972) MAS SEM DATA IDENTIFICADA<sup>170</sup>**

- Assalto ao União de Bancos, em Jacaré, Rio de Janeiro. Juntamente com a VAR-PALMARES. Participaram pelo PCBR Fernando Augusto da Fonseca, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Valdir Salles Sabóia, Antônio Prestes de Paula, Getúlio de Oliveira Cabral e José Silton Pinheiro Gomes<sup>171</sup>

- Assalto a uma casa de material de construção no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral, Waldir Sales Sabóia, José Silton Pinheiro e José Bartolomeu Rodrigues de Souza<sup>172</sup>

---

<sup>170</sup> As informações estão em um documento do CENIMAR e em cada uma delas aparece a fonte das mesmas, em alguns poucos casos (datas) são matéria de jornais e no que diz respeito a valores e nomes envolvidos são declarações de militantes presos e torturados. A não informação das datas (ou meses no mínimo) pode ser decorrente da falta de memórias ou deliberadamente houve ocultação de informações para evitar um mapeamento mais preciso por parte da repressão

<sup>171</sup> No documento do CENIMAR, existe uma falha, aparecendo apenas José Sil. Seria o único nome dos militantes identificados que poderia se encaixar com essa inicial de nome e sobrenome. Além disso o nome de José Silton Pinheiro aparece em outras ações militares. Levaram a quantia de 88 mil cruzeiros para as duas organizações.

<sup>172</sup> Em virtude da falha do documento do CENIMAR (documento apresentado parcialmente ilegível para a microfilmagem), não foi possível identificar o nome da empresa nem a quantia levada, constando apenas 350.

- Assalto a banco na avenida Brasil juntamente com o MR-8 e VAR-PALMARES, sendo que pelo PCBR participaram Fernando Augusto da Fonseca, Getúlio de Oliveira Cabral e Valdir Salles Saboia<sup>173</sup>.

## **1973**

13/01/73 - Luis Alves e Anatália são transferidos do DOI-CODI para o DOPS/PE

22/01/73 - Assassinato de Anatália de Souza Alves de Mello

18/02/73 - Salatiel (já tinha saído da prisão) procura Maria Tereza (informante)

24/02/73 - Roubo de um automóvel no Rio para a ação de justicamento do delegado Otavinho. Ação conjunta com ALN e VAR -PALMARES. Participaram pelo PCBR Ramires Maranhão do Vale, Almir Custódio e Ranússia Alves Rodrigues.

25/02/73 - Morte do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr. (Otavinho), do DOPS/SP. Em conjunto com ALN e VAR-PALMARES. Ranússia e Ramires teriam participado, sendo que Ranússia estava no esquema de apoio médico se alguém ficasse ferido.

26/02/73 - Maria Tereza Ribeiro da Silva solicita aumento da contribuição dos órgãos policiais e escreve que está atuando ao Conselho Nacional de Mulheres e que acompanha o Cerveira e Salatiel, diz que Salatiel tinha procurado ela a 8 dias. Propõe-se a buscar informações dos exilados no Chile.

---

<sup>173</sup> Em função da falha no documento não foi possível identificar o banco, apenas que ficava na esquina da Rua Guilherme Maxwel.

Março/73 - Roubo de um carro para a ação que estava sendo preparada para dia 14/03, juntamente com VAR-PALMARES. Ramires Maranhão do Vale e Vitorino participaram pelo PCBR

14/03/73 - Assalto ao banco francês e brasileiro – POA. Pelo PCBR participaram Ramires e Vitorino em ação conjunta com a ALN e VAR Palmares.

14/04/73 - José dos Reis Garcia é libertado depois de 4 anos na prisão.

22/07/73 - “Justiçamento” de Salatiel Teixeira Rolim no bar Escorrega

73/data indefinida - Roubo de jóias no bairro de Copacabana, Rio de Janeiro. Ação conjunta com a ALN e VAR-PALMARES. Pelo PCBR participou Getúlio de Oliveira Cabral. Para a ação foram utilizados 2 carros, possivelmente roubados.

73/data indefinida - Assalto e roubo de um automóvel Volkswagen no bairro Maria da Graça, Rio de Janeiro. Participaram Ramires Maranhão do Vale, Ranússia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho<sup>174</sup>.

29/08/73 - Assalto a uma clínica na rua Paulino Fernandes, em Botafogo Participaram Ramires, Almir, Vitorino e Ranússia. A referência que o CENIMAR utiliza seria declarações de Ranússia, o que comprova que ela foi assassinada antes do teatro que será montado posteriormente.

05/09/73 - Prisão de Rubens Lemos que tinha vindo clandestino do Chile e deveria voltar levando uma pessoa do CC. Era o contato do BR e com a direção no exterior

Set./73 - Assassinato de Túlio Roberto Cardoso Quintiliano (preso no Brasil será assassinado no Chile após o golpe)

---

<sup>174</sup> Os mesmos 4 militantes que foram assassinados em 27/10/73.

08/10/73 - Início da vigília da polícia sobre Ranússia e os demais militantes que serão assassinados.

Out/73 - Colocação de uma bomba na Companhia Aérea LAN-CHILE, sem feridos.

27/10/73- Prisão e assassinato de Ranússia Alves Rodrigues, Vitorino Alves Moitinho; Ramires Maranhão do Vale e Almir Custódi de Lima (vinham sendo seguidos desde o dia 08/10/73, laudos emitidos dia 28/10/73. Laudos confusos em relação às mortes. Corpos carbonizados dentro de um carro na praça Sentinela, em Jacarepaguá/Rio de Janeiro).

## Anexo II

### Nomes Vinculados ao PCBR - Identificados Pelo SNI e Outras Fontes

<b>NOMES</b>	<b>CODINOMES</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>FONTE</b>
Abelardo Baltar		Preso	Relatório do SNI 1983 <sup>175</sup>
Abiasafe Xavier de Brito		Preso	Relatório C.E.V./PE <sup>176</sup> , 2017
Acácio Araújo			PONTES, 2018
Adair Gonçalves Reis (RJ) <sup>177</sup>	Léo, Leônidas, Risadinha, Robson, Sorriso, Sorriso do Calabouço	Exilou-se no Chile até 1982	BNM <sup>178</sup> 559 – Ação Penal 1684
Adauto Trigueiro Bezerra	Emílio da Mata	Preso * 40 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Adão Manuel Pereira Nunes			BNM 317 – Ação Penal 33/72
Ademir Joel Cardoso (Londrina/PR)			BNM 282 – Ação Penal 616/72
Adilson Odair Citelli (SP)	Oliveiros, Peninha	Preso	BNM 011 – Ação Penal 34/70

---

<sup>175</sup> Sempre que constar “Relatório do SNI 1983”, trata-se de um documento fotocopiado no início dos anos 2000 na UNICAMP, arquivo Brasil Nunca Mais, sendo que o documento não continha maiores informações na página de rosto ou no seu interior, além de um conjunto de nomes e codinomes em ordem alfabética e relacionados ao PCBR.

<sup>176</sup> C.E.V. significa Comissão Estadual da Verdade e ao lado vem junto o nome do estado, no caso Pernambuco.

<sup>177</sup> Em algum momento se desligou do PCBR e foi militar na VPR.

<sup>178</sup> A sigla BNM significa Brasil Nunca Mais (BNM). São documentos que estão no Arquivo Edgar Leuenroth sob guarda da UNICAMP, sendo que atualmente estão digitalizados. O projeto Brasil Nunca Mais foi uma pesquisa realizada pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, revelando os documentos provenientes de processos judiciais junto ao Superior Tribunal Militar. Os números ao lado da sigla BNM correspondem ao número do arquivo e o número e ano da Ação Penal referente ao processo analisado. Pode ser pesquisado em:

<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

Affonso Henriques Guimarães Correa	Andrade	Preso 02/03/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Agem Príncipe Lascasas			BNM 317 – Ação Penal 33/72
Airton Correa de Araújo	Clóvis	Preso	Diário de Pernambuco, 11/05/71 – 2º caderno
Albecir Lóia (irmão de Anátalia) (PE)			Relatório C.E.V/PE, 2017
Alberto Emanuel Rodrigues da Silva	Padre	Preso 28/10/70	Inquérito 73/70/BA Polícia Federal
Alberto Gentili Filho (PR)	Aldo, Artur	Preso 18/12/69	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Alberto Magno Godin de Vasconcelos	Octacilio Queiroga	Preso* 46 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Alberto Vinicius Melo do Nascimento (CE)	Olavo, Xanha, André, Andrade de Lima, Claudio, Vitor	Preso de 70 a 79. Condenado a perpétua	BNM 179 – Ação Penal 95/70
Alcides Tertuliano da Silva Junior		Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Alcides Valença			PONTES, 2018
Alcir Henrique da Costa <sup>179</sup>		Preso 29/01/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Aldemir Lemos (RN)			Entrevista de Aldemir Lemos ao autor
Aldo da Silva Vieira			BNM 212 – Ação Penal 19/71
Alexandre Borba			SORIANO, 2010
Alexandre Camacho			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Alex Santiago	Moreno		Auto de qualificação de Natur de Assis Filho
Aliete Silva de Lira		Preso	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Almir Custódio de Lima	Otávio	Assassinado	PONTES, 2018
Aloizio Gonçalves da Costa		Preso	C.E.V/PE
Aluisio Marques dos Santos			BNM 317 – Ação Penal 33/72

---

<sup>179</sup> Embora conste na relação do SNI, segundo Dalva Bonet, era do PC do B. Poderia ter pertencido ao grupo que saiu do PCBR e foi para o PC do B ou engano dos órgãos de repressão.

Aluizio Sobreira (PB) <sup>180</sup>			Relatório C.E.V./PB, 2017
Alvamar Costa de Queiroz			BNM <sup>181</sup> 641 – Ação Penal 6971
Alvaro Arthur do Couto Neto e Lemos		Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Álvaro Machado Caldas (RJ)	Armando	Preso 28/02/70	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Amélia Maria Mayall Guylain			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Ana Bursztyn Miranda		Presa <sup>182</sup>	CARVALHO, 1998, p.281
Ana Cecilia Jacome			PONTES, 2018
Ana Lúcia de Souza Melgaco <sup>183</sup>		Liberdade controlada	Relatório do SNI 1983
Ana Maria de Souza Fontela	Mariana	Presa	Relatório do SNI 1983
Ana Maria Nacinovic Corrêa <sup>184</sup>			CARVALHO, 1998, p. 283
Ana Maria Medeiros da Fonseca			Relatório do SNI 1983
Ana Maria Muller			Depoimento de Marcelo Mello ao autor (por meet, fev./2022)
Ana Maria Zaher		Presa	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Anatália de Souza de Melo Alves	Marina, Tânia Maria Lucia dos Santos	Assassinada	PONTES, 2018
Ângela Camargo Seixas (RJ)	Cristina, Walquiria	Presa 20/01/70	BNM 317 – Ação Penal 33/72

<sup>180</sup> Aliado do PCBR no M.E. participou do processo do Congresso da UNE de Ibiuna, delegado na fase regional.

<sup>181</sup> Documentos extraídos do Arquivo Brasil Nunca Mais (BNM), do Arquivo Edgar Leuenroth sob guarda da UNICAMP. Essa pesquisa foi realizada pelo Conselho Municipal de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo revelando os documentos provenientes de processos judiciais junto ao Superior Tribunal Militar. Os números ao lado da sigla BNM correspondem ao número do processo analisado. Pode ser pesquisado em:  
<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

<sup>182</sup> Presa no Congresso da UNE, não identificamos se foi presa posteriormente por vínculos com o PCBR.

<sup>183</sup> Indiciada por abrigar em sua casa Abigail Paranhos, não sabemos se teve outros envolvimento com o PCBR

<sup>184</sup> Desligou-se (não identificamos a data) do PCBR e vinculou-se à ALN, sendo assassinada em São Paulo.

Ângela Maria Cunha Neves <sup>185</sup>	Joana	Preso 28/01/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Angélica Gentilli			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Anildo Alves de Melo		Preso	Relatório C.E.V. /PE, 2017
Anita de Moraes Slade	Laura, Suely	Preso na GB 01/03/70	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Antônio Leite de Carvalho	Cabrito	Preso 26/02/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Antônio Carlos Nunes de Carvalho		Preso 02/01/70	CODI – I Exército Agência Central - 1867
Antônio Leopoldo Meira			BNM 212 – Ação Penal 19/71
Antônio Medeiros			Depoimento Claudio Nascimento ao autor
Antônio Mello – jorn. RN			Depoimento de Irapuã Rocha ao autor
Antônio Paulo Terra Huckert (sind.met. RJ)			BARBOSA, 2020
Antônio Prestes de Paula	Alfredo, Arquimedes, João	Exilado Chile e França	CALDAS, 1981
Antônio Soares de Lima Filho (PB)	Help, Lúcio	Preso (6 meses)	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Antônio Soares de Medeiros Sobrinho			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Apolônio Pinto de Carvalho (RJ)	Alceu Lima	Trocado por embaixador – Argélia e depois França	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Ariosvaldo da Silva Diniz (PB)	Ari	Preso	Relatório C.E.V. Paraíba
Aristeu Muniz de Oliveira	Maurilio, Murici	Preso 04/03/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Armando Teixeira Frutuoso <sup>186</sup>	Juca		GORENDER, 1987

<sup>185</sup> Segundo Dalva Bonet, Ângela e seu esposo Arthur Jader da Cunha Neves eram vinculados à AP sem nenhuma militância no PCBR. A confusão dos órgãos de informação possivelmente seja pelo fato de a prisão de Dalva e Abigail Paranhos ter ocorrido na casa deles. No momento tinham rompido com a AP e estavam iniciando discussão com o PCBR segundo registros policiais.

<sup>186</sup> Saiu do PCBR junto com a dissidência organizada por Jover Teles, indo para o PC do B.

Arnaldo Agenor Bertone (Londrina/PR)		Exilado Chile	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Arno André Giesen (PR)	Souza, Carlos	Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Artemis Alpha de Melo			NILMÁRIO, p. 384
Arthur Beltrame Ribeiro <sup>187</sup>			Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)
Arthur Cantalice	Ataliba		Relatório C.E.V./PE, 2017
Arthur Montessor			Relatório do SNI 1983
Arthur Muller			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Artur Jader da Cunha Neves <sup>188</sup>	João	Preso 28/01/72	CODI – I Ex. ACE 1867
Augusto César Farias Costa		Preso	BNM 548 – Ação Penal 52/70
Augusto Henrique Maria D'oreille Olivier (RJ)	Álvaro	Preso 27/02/70	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Aurélio Baird Buarque Ferreira		Preso	FERRER, 2011
Avelino Biden Capitani <sup>189</sup>	Rubens	Preso	COSTA, 2008
Avelino Leôncio Pereira Gomes		Preso	SNI – Ag. Central, número 062/16/AC/84 (05/09/84)
Ayrton Corrêa de Araújo (PE)	Clóvis	Preso	DIÓGENES, 2021

<sup>187</sup> Também aparece em alguns apontamentos como Arthur Baltazar Ribeiro, (lista do SNI), provavelmente a mesma pessoa.

<sup>188</sup> Segundo Dalva Bonet, Arthur e sua esposa Angêla Maria Cunha Neves eram vinculados à AP sem nenhuma militância no PCBR. A confusão dos órgãos de informação possivelmente seja pelo fato de a prisão de Dalva e Abigail Paranhos ter ocorrido na casa deles. Os dois elaboravam a lista de torturadores e pessoas assassinadas, (das que conseguiam informações), e repassavam para Maria Tereza Moraes Porciúncula (que trabalhava no Itamaraty). Esta, por sua vez, repassava para Rosiska e Miguel Darcy (que na época era cônsul em Genebra, na Suíça). Os dois foram afastados do Itamaraty, sendo que Maria Teresa também foi presa e torturada. Darcy só voltou ao Itamaraty após a anistia.

<sup>189</sup> O Capitani participou de um assalto a banco junto com o PCBR no Rio. Proveniente do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), como Antônio Prestes de Paula; Marco Antônio da Silva Lima, José Adeildo Ramos e outros que se vincularam ao PCBR. No caso de Capitani, mesmo participando inicialmente de algumas ações com essa organização, não chegou a criar vínculos orgânicos.

Aytan Miranda Sipahi (SP)		Preso	BNM 011 – Ação Penal 34/70
Brasília Carlos Limeira Ferreira			BNM 641
Beluce Belluci (Londrina/PR)		Exilado no Chile	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Bernardo Karam			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Bruno Costa de Albuquerque Maranhão (PE)	Tião, Paulo, José Rodrigues (França), Augusto (França)	Exilado Chile e França	Relatório do SNI 1983
Bruno Dauster Magalhães e Silva	Leopoldo, Afonso, Vitório	Preso 02/03/70 trocado pelo embaixador suíço	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Caetano de Oliveira Cintra		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
Cândido Pinto de Mello (PE)	Hilton, Bicudo	Preso	VENTURA, 1988
Cândido Mendes			BARBOSA, 2020
Carlos Alberto Soares (PE) <sup>190</sup>	Vitor, Toinho, Álvaro, José Duarte Dutra	Condenado a prisão perpétua. Preso de 71 a 79	BNM 118 – Ação Penal 30/71
Carlos Alexandre Lapa de Aguiar		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
Carlos Aranha (jorn. Correio da Paraíba) <sup>191</sup>			Relatório C.E.V./PB, 2017
Carlos Eduardo C. Pereira			Relatório SNI Goiânia, 1983 <sup>192</sup>
Carlos Eduardo Reszak Ulup	André, Leo, Lourenço	Preso 01/03/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549

<sup>190</sup> Na lista do SNI aparece o nome de Carlos Alberto Soares Rodrigues de Souza. Provavelmente confusão da polícia, pois só é conhecido em todos os depoimentos Carlos Alberto Soares. Em nenhum outro momento apareceu o sobrenome Rodrigues de Souza. Poderia ser também alguma confusão com um possível nome “frio”. Carlos Alberto ficou preso durante 3 anos isolado dos demais prisioneiros.

<sup>191</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos, mas não consegui localizar a fonte.

<sup>192</sup> Como esse relatório é de 1983 falando sobre iniciativas de militantes em reorganizar o PCBR no Brasil, não sabemos exatamente se todos os nomes listados já tinham sido militantes na década de 70 ou se eram novos militantes que estavam participando da discussão sobre a reconstrução do PCBR.

Carlos Frederico Clach		Preso	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PR) <sup>193</sup>		Preso depois vai para o Chile	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Carlos Henrique Leal Nascimento (BA)	Painho, Raul	Preso	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Carlos Henrique Costa Maranhão de Albuquerque (PE)			Entrevista de Bruno Maranhão ao autor
Carlos Luiz Felipe	Tadeu	Preso 25/02/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Carlos Otávio Camacho de França	Alexandre	Preso	BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Carlos Roberto Ribeiro de Sá (PB)	Carlinhos		Relatório C.E.V./PB, 2017
Carmen Cynira de Leite de Castro Schueller (PE)	Gisele, Lúcia	Preso <sup>194</sup> 28/02/70	Relatório C.E.V/PE, 2017
Célio Miranda de Albuquerque (CE)		Preso	BNM 345 – Ação Penal 20/71
César Ronald Pereira Gomes			SNI – Ag. Central, número 062/16/AC/84 (05/09/84)
Cesário Clementino			Depoimento de Luis Alves ao autor
Cetímio Vieira Zagabria (PR)	Ernesto	Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Cezildo			PONTES, 2018
Chulanit Terepíns <sup>195</sup>		Preso	Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)
Claudio Araújo Nascimento	Tipo	Preso em 73	Entrevista de Claudio Nascimento ao autor
Claudio Pierreck		Preso	Relatório do SNI, 1983
Claudio Roberto	Conrado, Lorena, Breno	Preso	BNM 118 – Ação Penal 30/71

<sup>193</sup> Depoimento sobre sua militância e prisão pode ser encontrado em HELLER, 1988, p.319/322.

<sup>194</sup> Presa no Congresso da UNE, posteriormente foi presa por abrigar em sua casa Prestes de Paula e Paranhos. Segundo Dalva Bonet nunca chegou a ser militante do PCBR.

<sup>195</sup> Tinha sido fiadora do apartamento em que Gorender morava, não tinha vínculos orgânicos com o PCBR.

Marques Gurgel			
Claudio Ribeiro			Entrevista de Claudio Nascimento ao autor
Claudio Teles de Azevedo			FARIAS, 2007
Clovis Carilo Figueiredo		Preso 02/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Clóvis Cazumba de Lira		Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Creston Portilho			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Cristiano Parreiras Horta Penido		Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Damião de Souza Ferraz			IBM 619 – Ação Penal 262-71 C
Davi Farias (CE)			FARIAS, 2007
Davino Miguel da Rocha			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Déa da Silva Pereira (PR)	Helena	Preso	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Deise Deffune (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Deonisia Zimowski (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Dilma Borges Vieira (esposa Mário Alves)			GORENDER, 1987
Dirceu Régis Ribeiro (BA)	Ronaldo, Poeta	Preso	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Diva Ribeiro de Lima (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Dulce Chaves Pandolfi (PE) <sup>196</sup>			MELO, 2020, p. 146
Edilson Rodrigues Martins		Preso	Relatório do SNI, 1983
Edilson Romariz Machado		Preso	BNM 641
Edla Maria de Souza Silveira			Relatório do SNI, 1983
Edmilson Borges de Souza			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Edmilson Jacinto Corrêa (Londrina/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72

<sup>196</sup> Participou da chapa para o DCE da UFPE quando Carlos Henrique Maranhão foi eleito presidente.

Edmilson Vitorino de Lima (RN)	Alex, Francisco Cariri	Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
Edinaldo Miranda de Oliveira (PE)	José	Preso em Recife	Depoimento a Samarone Lima de Oliveira – Tortura Nunca Mais/PE e Ayrton Maciel em A História Secreta, pg. 46
Edir Inácio da Silva		Preso	C.M.V <sup>197</sup> , de Volta Redonda – Relatório Final (2013-2015), 2017
Eduardo Ferreira Lima	Carlos, Firmo, Guerra, Manoel, Serpa e Tom	Preso* 40 meses – foi para o Chile	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (PB)	Carlos, Lulu	Preso e absolvido	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Elena Maria Rodrigues Valle		Presa 03/03/70	CODI – I Exército Agência Central - 1867
Elenaldo Celso Teixeira		Preso	Relatório do SNI, 1983
Eldson Fontes Vital (PB)			Relatório C.E.V./PB / Site de Waldir Porfirio
Elia Meneses Rola		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
Eliane Salgado	Claudia	Presa 27/02/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Elinor Mendes Brito (RJ)	Saul, Rocha, Moisés Valter Rubem Limdyer (identidade utilizada no PR)	Preso e trocado por embaixador suíço	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Elizabeth Suga (Maringá/PR)		Presa	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Elizabeth Paim			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Elza Pereira Corrêa (Londrina/PR)	Neuza	Presa	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Elzenobio Wagner Pereira Coqueiro (BA)			BNM 212 – Ação Penal 19/71
Emília Rosa da Silveira Tortima	Maria, Helena	Presa 25/02/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Eraldo Fernandes dos Santos <sup>198</sup>	Fernandes, Hugo	Preso (40 meses)	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Eric Jemmer Rosas	Pablo	Preso e absolvido	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Erkki Juhani Larson (SP)		Preso	BNM 011 – Ação Penal 34/70

<sup>197</sup> Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda/RJ (C.M.V.)

<sup>198</sup> Nos documentos do CENIMAR aparece o nome Heraldo Fernandes dos Santos

Ezequias Bezerra da Rocha (PE)		Assassinado	PONTES, 2018
Fabiano Adalberto de Almeida Neto			BNM – 156 – Ação Penal 61/72
Fátima Miranda Brayner (BA)			PONTES, 2018
Fabiano de Almeida Lemos		Preso	FERREIRA, 2014
Fernando Augusto da Fonseca	Fernando, Gil, Sandália, Magrão, Comprido	Assassinado	BNM 612 – Ação Penal 23/71
Fernando José Bastos Macambira			BNM 092 – Ação Penal 44/72
Flávio Alves Dantas (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Flora Abuu Henrique da Costa			SNI – Ag. Central, documento número 062/16/AC/84 (05/09/84)
Francisca Abigail Barreto Paranhos (RJ)	Ângela, Adalgisa, Carolina, Marta, Biga	Presa 28/01/70	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Francisca Trigueiro Gomes (PB)			SCOCUGLIA, 2019
Francisco Alves Dantas	Chiquinho Cacheado	Preso	Relatório C.E.V. / PB, 2017
Francisco Aurélio de Araújo (de Mossoró)			BNM 329 – Ação Penal 42/70
Francisco Barreto (PB) <sup>199</sup>			Relatório C.E.V./PB, 2017
Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho (PE)	Daniel, Ricardo, Assis Magrinho, Mago <sup>200</sup>	Preso de 70 a 79	BNM 179 – Ação Penal 95/70
Francisco das Chagas Dias Monteiro	Fábio, João	Preso	Relatório do SNI, 1983
Francisco Eduardo Pires de Souza	Augusto	Preso 02/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Francisco de Paula Barreto Filho		Preso e absolvido	BNM 649 – Ação Penal 70/69

<sup>199</sup> Delegado ao Congresso da UNE de Ibiuna na fase regional, aliado do PCBR. É possível que seja o mesmo Francisco de Paula Barreto Filho indiciado como envolvido com o PCBR. Na dúvida mantivemos os dois nomes.

<sup>200</sup> Em alguns momentos o codinome Mago aparece vinculado a Francisco de Assis e em outros documentos vinculados à Ramires Maranhão.

Francisco Ferreira Dantas	Bastos		BNM 051
Francisco Soriano de Souza Nunes	Zé	Preso	Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Franklin Dario da Silva		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
Frederico Guilherme de Araújo Lopes	Fred	Preso	Relatório do SNI, 1983
Frederico José Menezes de Oliveira	Crispim, Fred, Heitor e Xu		BNM 91 – Ação Penal 6/71
Galdino Moisés Oliveira (PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Genival Luis da Silva		Preso	C.M.V. Volta Redonda, Relatório Final (2013-2015)
Geraldo Fernandes Pignaton (ES)			SORIANO, 2010
Geraldo Ferreira dos Santos	Gorki	Preso	BNM – 156 – Ação Penal 61/72
Geraldo Jorge Sardinha			FARIAS, 2007
Geraldo Magela Soares Vermelho (PR)		Preso	OLIVEIRA, 2014
Geraldo Nunes (RJ, Calabouço)			NUNES, 1980
Geraldo Seixas Patricio (sind. metal. do Rio)		Preso	BARBOSA, 2020
Geraldo Soares Silva	Átila		SILVEIRA, 2016
Germana Correia Lima		Presa	Relatório C.E.V./PB, 2017
Gervásio Rodrigues da Silva (sapateiro BA)	Edinho	Preso	Inquérito 73/70/BA Polícia Federal
Getúlio de Oliveira Cabral	Arthur, Gustavo, Feio. Soares, Camilo, Gogó, Tasso <sup>201</sup>	Assassinado	BNM 612 – Ação Penal 23/71
Gildásio Fausto Araújo			Relatório C.E.V./PB, 2017
Gilney Amorim Viana <sup>202</sup>	Ari, Augusto	Preso	Relatório do SNI, 1983

<sup>201</sup> Em alguns documentos aparece codinome Tasso e em outros Tarso.

<sup>202</sup> Embora seu nome apareça em relatório da polícia possivelmente sua vinculação tivesse sido apenas na Corrente Revolucionária (grupo que rompeu com o PCB) pois sua militância foi dentro da ALN e não identificamos nenhuma atividade do PCBR com sua participação.

Giordana Tenório Fontes			PONTES, 2018
Grivaldo Tenorio <sup>203</sup>		Preso	MELO, 2020.
Guilhermina Bezerra da Rocha <sup>204</sup> (casada com Ezequias)		Presa	Relatório C.E.V./PE, 2017
Hamilton França		Preso	Relatório do SNI, 1983
Helena Boaventura Neto	Hilda		SILVEIRA, 2016
Helena Moreira Serra Azul		Presa	Relatório do SNI, 1983
Helena Mota Quintela		Presa	FARIAS, 2007
Helenita Matso Sipahi (SP)		Presa	Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)
Henrique Roberto Sobrinho (MG)	André		BNM 282 – Ação Penal 616/72
Hilária Zimowski (Maringá/PR)		Presa	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Idealina Silva Fernandes (esposa Gorender)			BNM 011 – Ação Penal 34/70
Idoina de Souza Rangel	Ana, Márcia		Relatório do SNI, 1983
Inaldo Batista dos Santos			Relatório SNI, 1983, Goiânia
Irapuã Cortez Costa (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Irapuã Fernandes da Rocha (RN)	Taka Hiroshima	Preso	BNM 641 – Ação Penal 69/71
Isaías Ferreira de Lima		Preso 15/01/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Isolda Maria Carneiro Melo			Relatório C.E.V./PE, 2017
Ivaldevam Coutinho Calheiros (PE)		Preso	Relatório C.E.V/PE, 2017
Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni			Relatório SNI, 1983, Goiânia
Ivo de Miranda Moura		Preso 17/02/70	CODI – I Ex. ACE 1867

<sup>203</sup> Foi preso quando já estava na ALN.

<sup>204</sup> Em alguns documentos aparece o nome de solteira, Guilhermina de Souza Bezerra. Também presa no Congresso da UNE em Ibiúna, além da prisão posterior por ocasião da morte de Miriam Verbena e Benevides.

Ivonilde dos Santos de Lima e Souza			BNM 641
Iza Marinho da Silva		Presa 28/02/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Izabel Guimarães de Abreu	Mônica, Marisia	Presa 27/02/70	BNM 317 – Ação Penal 33/72
Jacob Gorender (SP)	Sabino Gonçalves <sup>205</sup> Walter Arnold Weber Geraldo Heller Fernandes	Preso	BNM 011 – Ação Penal 34/70
Jader Nunes de Oliveira <sup>206</sup>			Depoimento Romildo Maranhão
Jamildo Conserva Tavares			BNM 294 – Ação Penal 60/71
Jane Augusta da Silva			PONTES, 2018
Jarbas Amorim	Jair, Ribas, Bruno		SILVEIRA, 2016
Joaquim Almeida (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
João Adolfo Abreu Moura (CE)			FARIAS, 2007
João Alves Gondim Neto (CE)		Preso	BNM 294 – Ação Penal 60/71
João Alves Moreira			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
João Alberto Pereira da Costa			CISA (Aeronáutica). Relat. Esp. De Inform. (R.E.I.) n° 3, 26/03/86, - n° 63852058.
João Bosco de Araújo Teixeira	Gustavo		PONTES, 2018
João Brito (PR) <sup>207</sup>			
João Carlos Tortima			SNI – Ag. Central, documento número 062/16/AC/84 (05/09/84)
João Damasceno de Lima Neto	Xinquê		BNM 051 e BNM 641

<sup>205</sup> Sabino era como assinava documentos e era conhecido no PCBR, os outros nomes eram identidades falsas.

<sup>206</sup> Por ocasião de sua morte, Romildo Maranhão elaborou um pequeno texto lembrando da militância em conjunto na faculdade de engenharia da UFPE, afirmando que Jader foi quem levou as posições do PCBR para o Congresso de Ibiuna. Jader consta na relação dos delegados pernambucanos presos no Congresso de Ibiuna.

<sup>207</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos mas não consegui localizar a fonte.

João de Deus da Silva (sind. met. RJ)			BARBOSA, 2020
João Dias dos Santos Vilhena	Chico	Preso 27/02/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
João Florêncio Junior		Preso	BNM – 156 – Ação Penal 61/72
João Francisco			Claudio Nascimento em depoimento ao autor
João Gondim (PE)			Relatório C.E.V/PE, 2017
João Gualberto			PONTES, 2018
João Luiz Silva Ferreira (BA)	Ênio, Juca, Lula	Preso 28/10/70	BNM 91 – Ação Penal 6/71
João Maurício de Andrade Baltar	Gida	Preso* 24 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
João Maurício Branco Sette			Relatório do SNI, 1983
João Roberto Aguiar (jornalista RN)			Depoimento de Irapuã Rocha ao autor
João Roberto Costa do Nascimento <sup>208</sup> (PE)	Roberto Peixe	Preso	MELO, 2020
João Salustiano Neto (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
João Teixeira de Carvalho (sind. met. Rio)			BARBOSA, 2020
Jonas Rufino de Paiva			BNM 329 – Ação Penal 42/70
Jorge de Aguiar Leite			SCOCUGLIA, 2019
Jorge Emílio Bonet Guillayn	Gerson, Vicente	Exilado	BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Jorge Medeiros do Valle	Setenta, Bom Burguês, Wagner, Américo		<a href="https://documentosrevelados.com.br/trajetoria-de-um-ex-funcionario-do-banco-do-brasil-que-financiava-a-resistencia-a-ditadura/">https://documentosrevelados.com.br/trajetoria-de-um-ex-funcionario-do-banco-do-brasil-que-financiava-a-resistencia-a-ditadura/</a>
José Adeildo Ramos	Chico, Francisco, José Alves Ribeiro, Garcia, Lino	Preso	COSTA, 2008
José Aparecido Sforni		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72

---

<sup>208</sup>Vice Presidente da União Pernambucana de Estudantes (UEP) que assumiu quando seu presidente, Cândido Pinto foi baleado por grupos paramilitares.

(Maringá/PR)			
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	Tropi,Tropicalista, Negro	Assassinado	BNM 632 – Ação Penal 93/70
José Bonifácio Cabral Junior			SNI – Ag. Central, documento número 062/16/AC/84 (05/09/84)
José Carlos Avelino da Silva			Relatório SNI, 1983
José Carlos Brandão Monteiro (RJ)	Jordão	Liberdade controlada	FÁLCON, 2008
José Carlos de Almeida			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
José Carlos Tortima (RJ)	Inácio	Preso 25/02/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
José Cidallino	Dedé de Cidalino		Relatório C.E.V./PB, 2017
José Corrêa filho	Jurandir	Preso	BNM – 33 – Ação Penal 20/70
José Costa Barros			BARBOSA, 2020
José Crespins <sup>209</sup>			Relatório do SNI, 1983
José de Lima Soares (PB)	Intelectual		Relatório C.E.V./PB, 2017
José dos Reis Garcia (PR)	Felipe	Preso	BNM 175 – Ação Penal 531/70
José Duarte dos Santos			Relatório SNI, 1983
José Emilson Ribeiro da Silva (PB)	Clementino, João, Miguel, Selva, Valério, Suetônio	Preso* 64 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
José Ferreira de Matos			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
José Florêncio Filho		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
José Gersino Saraiva Maia (PB)	Rivelino, Riva	Preso, arrependido, colaborou com a repressão.	BNM 294 – Ação Penal 60/71
José Henrique da Fé			BNM 329 – Ação Penal 42/70
José Henrique de Souza Filho	Biu	Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
José Honório da Silva			BNM 179 – Ação Penal 95/70
José Ivanildo Alves Machado		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
José Leandro Soares (PB)			Relatório C.E.V. PB, 2017
José Lemos Filho (BA)	(Zeca)	Preso	PONTES, 2018

<sup>209</sup> É possível que seja confusão do SNI com o nome de José Terepins.

José Luis da Costa (CE)			BNM 092 – Ação Penal 44/72
José Machado Bezerra (CE)			BNM 092 – Ação Penal 44/72
José Maria Davatz (Londrina/PR)			Depoimento Arno Giesen ao autor
José Maria Galhasi de Oliveira	João Gomes		BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
José Maria Gomes da Silva	Pierre, Zezinho	Preso e absolvido	BNM 649 – Ação Penal 70/69
José Mendes de Souza		Liberdade controlada	Relatório do SNI, 1983
José Milton Barbosa (Ex sargento do exército)	Francisco Soriano <sup>210</sup>		SORIANO, 2010
José Moreira de Lemos Neto (CE)	Zeca, Magão	Preso	BNM 294 – Ação Penal 60/71
José Paulo Penido		Preso	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
José Paz	Neguinho		Relatório C.E.V./PE, 2017
José Pedro da Silva	Moraes	Preso	Relatório do SNI, 1983
José Renato de Melo	Jaime	Preso 25/02/70	CODI – I Ex. ACE 1867
José Ribeiro Conceição (PR)			Depoimento de Elinor Brito ao autor
José Rivalder Guimarães de Oliveira		Preso	Relatório SNI, 1983
José Soares			Relatório C.E.V./PB, 2017
José Silton Pinheiro Gomes	Gameleira, Soares	Assassinado	BNM 641 – Ação Penal 69/71
José Tarcísio Pires Trindade (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
José Terepíns <sup>211</sup>		Preso	Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)
José Toledo de Oliveira		Preso	Relatório do SNI, 1983
José Túlio de Oliveira Cabral			Relatório C.E.V./PE, 2017
José Vasconcelos	Vasco		Relatório SNI, 1983

<sup>210</sup> Com certeza Francisco Soriano não é codinome de José Milton. O que poderia ter provocado a confusão da polícia é o fato dos dois se conhecerem e terem militado conjuntamente.

<sup>211</sup> Não era militante, mas fiador da casa em que Gorender morava.

Josias Pires Ferreira <sup>212</sup>			Relatório C.E.V./PE, 2017
Josué Cabral de Lima			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Jovenildo Pinheiro de Sousa (PE)	Papa	Preso	BNM – 156 – Ação Penal 61/72
Juarez Sena			FARIAS, 2007
Juliano Homem de Siqueira (RN)	Zê Carlos Júlio Silva	Preso* 36 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Juliana da Rocha			FERREIRA, 1997, p. 175
Julieta Mendonça			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Jurandir Bezerra de Oliveira	Pecado		BNM 641
Jussara Ribeiro de Oliveira	Baixinha		Dados do SNI 1983
Juvêncio Batista dos Santos (Maringá/PR)	Maranhão	Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Karl Marx Guimarães Coelho		Preso	Relatório C.E.V./PE, 2017
Kenneth Jaguaribe <sup>213</sup> (PB)		Preso	Relatório C.E.V./PB, 2017
Laercio de Figueiredo Sotto Maior (Maringá/PR)	Professor	Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Lao Tsen de Araújo Dias <sup>214</sup>			FERRER, p. 289
Lauro Reginaldo da Rocha			Projeto Orvil, p. 261
Licínio Lima (Maringá/PR)	Arruda	Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Lilian Rose Shalders	Isa, Riva	Presa 01/03/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549

---

<sup>212</sup> Médico, aliado que auxiliava na aquisição de remédios, equipamentos e possivelmente atendimentos a militantes feridos.

<sup>213</sup> Aliado do PCBR no M.E., preso no Congresso de Ibiúna

<sup>214</sup> Em seu depoimento não deixa claro o tipo de relação que mantinha com o PCBR, embora fique claro a sua relação com os militantes do partido.

Lincoln Bicalho Roque <sup>215</sup>	Alberto, Rui <sup>216</sup>	Assassinado	SILVEIRA, 2016
Lindenberg Silva			BNM 641 – Ação Penal 69/71
Lourdes Maria Wanderley Neves	Luciana Ribeiro da Silva, Claudia, Gordinha	Assassinada	PONTES, 2018
Lourival Alves da Silva			BNM 329 – Ação Penal 42/70
Lúcia Lobato			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Luciano da Silva Almeida <sup>217</sup>	Lucas, Rinaldo, Janotão	Preso até 1980	BNM 272 – Ação Penal 67/70
Luciano Siqueira		Preso	Relatório C.E.V/PE, 2017
Luis Alves Neto	Maia, Lucas, José Andrade da Silva <sup>218</sup>	Preso	PONTES, 2018
Luiz Alberto da Costa Mariz	César, Olavo		Relatório do SNI, 1983
Luiz Alberto de Sá e Benevides	Bebeto, Otávio, Careca, Ezequiel, Barbosa, Adamastor, José Carlos Rodrigues	Assassinado	DIÓGENES, 2021
Luiz Carlos de Souza Cataldo	Décio, Ernesto, Leonardo	Preso	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Luiz Gonzaga da Silva (RN)	Gegê		Entrevista de Claudio Nascimento ao autor
Luiz Zizi de Oliveira (RJ)		Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Luiza Maria Nobrega			BNM 641 – Ação Penal 69/71
Lylia da Silva Guedes <sup>219</sup>		Preso com Odijas	BNM 118 – Ação Penal 30/71
Machado Bezerra (CE)		Preso	FARIAS, 2007
Manoel Amorim de Souza			FARIAS, 2007
Manoel Barreto da Rocha Neto			BNM 212 – Ação Penal 19/71

<sup>215</sup> Lincoln participou do PCBR, mas saiu quando o grupo de Jover Teles foi para o PC do B. Quando foi assassinado estava militando no PC do B.

<sup>216</sup> Possivelmente seu codinome no período que esteve no Comitê Central tivesse sido Rui, mas é apenas uma suposição por eliminação de outros nomes e codinomes dos que saíram do PCBR no racha que levou alguns membros do C.C. para o PC do B.

<sup>217</sup> Na época de sua prisão não estava mais no PCBR, estava se ligando à ANL. Mesma situação de Rholine.

<sup>218</sup> Este último nome era sua identidade falsa.

<sup>219</sup> Também aparece em alguns documentos como Lylia da Silva Galetti (Silva, 2007).

Manoel de Souza Teixeira	Leão	Preso 28/02/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Manoel Izaias de Santana			Relatório SNI, 1983 – Goiânia
Manoel Jacynto Corrêa (PR)	Fernando <sup>220</sup> , Marechal, J.M.	Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Manoel João da Silva <sup>221</sup>	Gutenberg	Preso	FALCÓN, 2008
Manoel Jover Teles	Manolo, Paulo		SILVEIRA, 2016
Manoel José de Souza			BARBOSA, 2020
Manoel Messias Pereira			Depoimento Claudio Nascimento ao autor
Manoel Moisés da Silva (GO)	João sem Terra		FARIAS, 2007
Manoel Pedro Paz (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Márcelo Mário de Melo (PE)	Amorim, Moreira e Sales, Andorinha, Guilherme	Preso de 71 a 79	BNM 118 – Ação Penal 30/71
Marcelo Nogueira da Cruz	Gerson, Horácio	Preso	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Márcia Domingos Canetti <sup>222</sup>			
Márcio Crato			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Marco Antônio da Silva Lima	Marcão	Assassinado	CALDAS, 1981
Marco Antônio Maranhão Costa	Ernani, Ernesto, Luiz Carlos	Preso no RJ, 25/02/70 libertado no sequestro do embaixador	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Marco Aurelio Borba	Gilson	Liberdade controlada	BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Marcondes do Espírito Santo <sup>223</sup>			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Marcos Antônio Afonso de Carvalho (BA)		Preso	BNM 212 – Ação Penal 19/71

<sup>220</sup> Fernando era o codinome utilizado no Comitê Central, os demais na região onde atuava (PR).

<sup>221</sup> Segundo Élio Gaspari, era caseiro de um aparelho do PCBR (A ditadura encurralada, p. 171).

<sup>222</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos, mas não consegui localizar a fonte. Foi abrigada por Ana Lucia Melgasso juntamente com Abigail e Sonia

<sup>223</sup> Não identificamos se é o nome e sobrenome ou se é uma pessoa do Espírito Santo que a repressão não tinha informação do nome completo.

Marcos Antônio Nascimento Pereira (PR)			Depoimento de José dos Reis Garcia ao autor
Marcos Campos da Silva			BNM 641
Marcos Dantas Loureiro	Nestor	Preso 28/10/70	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Marcos de Miranda Batista			Documento CENIMAR/RJ, 14/03/2003
Marcos Guilherme de Miranda Batista	Getúlio, Kleber	Preso* 24 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Marcos Antônio da Costa Medeiros (RJ) <sup>224</sup>	Vampiro	Exilado em Cuba	VENTURA, 1988
Marcos Valença			PONTES, 2018
Margarida Barbosa de Lucena	Marli	Liberdade controlada	Relatório do SNI, 1983
Mari (ou Marli) Teresa Linhares <sup>225</sup>			
Maria Adozinda Monteiro da Costa (PE)	Doza	Presa	Relatório C.E.V/PE, 2017
Maria América Gentile	Valentina		Relatório do SNI, 1983
Maria Célia Mascarenhas Magalhães			FARIAS, 2007
Maria da Fonseca Rodrigues (RJ)			BARBOSA, 2020
Maria da Glória lung	Linda	Presa 01/03/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Maria da Glória Midlej Silva	Góia		BNM 212 – Ação Penal 19/71
Maria da Graça Araújo (jornalista RN)			PONTES, 2018

---

<sup>224</sup> Concorreu à presidência da UNE no Congresso de Ibiúna. Como o congresso foi desarticulado pela repressão antes de iniciar os trabalhos, foram realizados minicongressos estaduais com os delegados locais que estabeleceram os votos dos respectivos candidatos e chapas para a direção da UNE.

<sup>225</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos, mas não consegui localizar a fonte.

Maria Dalva Leite de Castro de Bonet <sup>226</sup>	Adriana, Fernanda, Helena	Presa na GB 28/01/70 e exilada	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Maria de Nazaré Gama e Silva			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Maria do Carmo Tomaz		Presa de 73 a 75	CÓRTEZ, 2015
Maria do Socorro Diógenes (PE) <sup>227</sup>	Laura Maria Mendes	Presa	BNM 660 – Ação Penal 24/71
Maria Joaquina Marques Dias <sup>228</sup>	Claudia, Quina, Quininha	Presa	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Maria Julieta Mendonça Viana	Alice, Aurélia, Eva	Presa 28/01/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Maria Helena Malta <sup>229</sup>			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Maria Lúcia Dahl <sup>230</sup>			FERRER, 2011
Maria Lúcia Melgaço		Presa	Relatório do SNI, 1983
Maria Lucia Santana Cerqueira			BNM 212 – Ação Penal 19/71
Maria Luisa Nóbrega <sup>231</sup>			
Maria Luiza de Araújo Lins		Presa	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Maria Madalena Lacerda de Azevedo	Margarida		Relatório do SNI, 1983
Maria Noemi de Souza Vila Verde		Presa 01/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Maria Quintela de Almeida		Presa	FARIAS, 2007

<sup>226</sup> por razões culturais do Reino Unido e do Brasil, no primeiro é conhecida como Maria Bonet e no segundo como Dalva Bonet, guardando parte da sua identidade de solteira.

<sup>227</sup> Suas memórias e sua relação com Ramires Maranhão do Vale podem ser vistas em seu livro autobiográfico *Amor, Luta e Luto no tempo da ditadura*.

<sup>228</sup> Um longo depoimento de Maria Joaquina sobre sua militância e prisão pode ser encontrado em Heller, 1988.

<sup>229</sup> Segundo Dalva Bonet, Maria Helena era simpatizante do PCBR

<sup>230</sup> Não sabemos exatamente a relação com o PCBR. Era militante política e namorada de Marcos Antônio da Costa Medeiros que era militante do PCBR. Não deve ter sido militante da organização.

<sup>231</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos, mas não consegui localizar a fonte. Também aparece como Maria Luisa Nobre.

Maria Rita de Barros Ferreira		Presa	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Maria Suely Monteiro Caldas (RJ)	Catarina	Presa 28/02/70	BARBOSA, 2020
Maria Teresa de Lemos Vilaça (PE)	Adriana, Baixinha	Presa	MELLO, 2020
Maria Teresa Porciúncula de Moraes <sup>232</sup>		Presa 01/02/70	CODI - I Ex. ACE 1867
Maria Tereza Ribeiro da Silva (RJ) <sup>233</sup>	Renata, Lindolfo Correia, RK 33 <sup>234</sup>	Presa em um aparelho 08/69 (dia e ou 11)	FERRAZ, 2021
Maria Yvonedede Souza Loureiro <sup>235</sup>			BNM 118 - Ação Penal 30/71
Mário Admilson de Oliveira			BNM 619 - Ação Penal 262-71 C
Mário Alves de Souza Ferreira (PR)			Entrevista de Elinor Brito ao autor
Mário Alves de Souza Vieira	Martins Silva, Silveira, Vila	Assassinado	FALCÓN, 2008
Mário da Fonseca Rodrigues		Preso 01/03/70	BNM 689 - Ação Penal 1.549
Mário Miranda de Albuquerque (CE)	Zito, Tomáz	Preso, condenado a 34 anos	BNM 118 - Ação Penal 30/71
Martinho Batista dos Santos			Relatório SNI, 1983, Goiânia
Maurício Anízio de Araújo (PE)	Arueira, Rubens, Capoeira	Preso até 1979	BNM 91 - Ação Penal 6/71
Maurício Guilherme da Silveira	Honório		FERRER, 2011

<sup>232</sup> Possivelmente seja confusão dos órgãos de informação, pois segundo Dalva Bonet ela nunca chegou a ser militante do PCBR. Era funcionária do Itamaraty e com isso era o canal de repasse de informações dos militantes da esquerda (nome de torturadores, pessoas assassinadas, etc) para a Europa. Repassava pelo malote oficial para Rosiska e Miguel Darcy que na época era cônsul em Genebra, na Suíça. Quando o esquema foi descoberto, os dois foram afastados do Itamaraty e Maria Tereza foi presa e torturada.

<sup>233</sup> Após sua prisão aceitou ficar infiltrada no PCBR recebendo uma remuneração mensal. Continuou vinculada por 4 anos, embora nunca tivesse chegado a alguma posição de destaque.

<sup>234</sup> Estes eram os codinomes que os serviços de inteligência utilizavam para identificá-la como informante, e não nomes frios vinculados ao PCBR.

<sup>235</sup> Em alguns documentos aparece Yvone e em outros Ivone.

Maurício Paredes Saraiva (Londrina/PR)		Exilado Chile	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Mauro Dawson Otero Goulart (PR)		Preso	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Miguel Baptista dos Santos (RJ)	Rodrigo	Preso	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Miguel Pedro da Silva			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Milton Santos Filho			PONTES, 2018
Milton Caldeira			Min. do Exército IPM do PCBR 1970 – E M 2ª Seção (GB – 13/0571) – Informação nº 781/71 SC
Miriam Carvalho Ferro Costa			Relatório do SNI, 1983
Miriam de Carvalho <sup>236</sup> (era do RJ mas foi algumas vezes ao PR)		Presa	OLIVEIRA, 2014
Miriam Lopes Verbena	Chinesinha	Assassinada	PONTES, 2018
Mongeraldo Mello (jornalista RN)			Entrevista de Irapuã Rocha ao autor
Mônica Malta			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Myriam de Carvalho Nogueira			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Naíla de Assis Dória		Liberdade controlada	Relatório do SNI, 1983
Nancy Mangabeira Unger (RJ)	Joana, Paula, Andréia, Cristina, Vera e Maria <sup>237</sup>	Presa e trocada pelo embaixador suíço	BNM 179 – Ação Penal 95/70
Natur de Assis Filho (BA)	Maric	Preso	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Nazareno Carlos Gomes			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Nelson Serathiuk (PR) <sup>238</sup>		Exilado	HELLER, 1988

<sup>236</sup> É possível que seja a mesma Miriam Carvalho Ferro Costa, pois muitas vezes nos depoimentos não era identificado o nome completo.

<sup>237</sup> Maria é o codinome que aparece na lista dos presos que foram trocados pelo embaixador suíço.

<sup>238</sup> Nelson é irmão de Vitório Sorotiuk embora a diferença de grafia do sobrenome. Seu depoimento sobre militância e prisão pode ser encontrado em Heller, 1988, p. 322/328.

Nelson Tadeu <sup>239</sup>		Preso, exilado no Chile e depois Suíça	
Nésio Jaques Pereira (PR)	Joaquim	Preso	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Neusa Maria Messias da Cunha	Marina	Presa	Relatório do SNI, 1983
Newton Veloso Pimentel	Pistola	Preso* 48 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos	Jason, Vitor	Preso 15/01/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Noel Veras (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Noeli Corrêa de Melo			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Norival Trautwein (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Odijas Carvalho de Souza (PE) <sup>240</sup>	Hilton Alencar de Araújo, Carlos, Nequinho, Ciro, Baiano, Pedro	Assassinado	BNM 294 – Ação Penal 60/71
Olien Lustoza de Moraes <sup>241</sup> (PR)	Miguel, Piriri	Preso no PR	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Orivaldo Barreto (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Orosinda Maria Taranto Goulart	Mônica		Relatório do SNI, 1983
Osmundo Bezerra Duarte			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Otacílio Frutuoso Roque		Preso 01/03/70	Mín. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Otoniel Soares de Freitas			BNM 317 – Ação Penal 33/72
Palmiro Torres de Oliveira			BNM 317 – Ação Penal 33/72
Paula Maria Miranda Brayner (BA)			PONTES, 2018
Paulo Azevedo (PB)		Preso	C.E.V./PB

<sup>239</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos, mas não consegui localizar a fonte.

<sup>240</sup> Enterrado no cemitério de Santo Amaro (Recife) com o nome de Osias de Carvalho Souza.

<sup>241</sup> Depoimento sobre a militância e prisão de Olien pode ser pesquisado em HELLER, 1988, p. 336/341.

Paulo Coelho Pinheiro <sup>242</sup>	Henrique, Paulo		Relatório do SNI, 1983
Paulo de Almeida Amaral (Nova Iguaçu)	Kid	Preso 05/03/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Paulo Fernando Magalhães dos Santos	Moleque	Preso	BNM 345 – Ação Penal 20/71
Paulo Henrique de Almeida			PONTES, 2018
Paulo Henrique Medeiros Ferro Costa			Relatório do SNI, 1983
Paulo Henrique Moreira Lima		Preso	Relatório do SNI, 1983
Paulo Lincoln Leão Sampaio			FARIAS, 2007
Paulo Pixanga <sup>243</sup>			Relatório do SNI, 1983
Paulo Pontes da Silva	Afonso, André, Natanael, Nei	Preso	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Paulo Roberto Alves	Ricardo Pilar Carneiro	Preso 28/10/70	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Paulo Roberto dos Reis Marques			SNI – Ag. Central, documento número 062/16/AC/84 (05/09/84)
Paulo Sérgio Duarte			Informação de Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR do Rio
Paulo Sérgio Gramado Paranhos	Adalberto, Felipe, Reginaldo, Vitor, Vicente, Topo Gigio	Preso 17/12/69	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Pedro Amâncio Silva (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Pedro Coutinho de Almeida		Preso	Relatório do SNI, 1983
Pedro da Siva Polon (Londrina/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Pedro del Pichia (SP)			Entrevista de Sérgio Sister ao autor
Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral (PE)		Preso	Relatório C.E.V/PE, 2017

<sup>242</sup> O escritor Paulo Coelho Souza, parceiro de Raul Seixas na composição de músicas, foi preso acusado de pertencer ao PCBR na década de 70, passando inclusive por tortura. Só alguns anos mais tarde é que descobriu a confusão em função da semelhança de nomes

<sup>243</sup> Não sabemos se Pixanga é sobrenome ou apelido

Pedro Henrique Coelho			BNM 660 – Ação Penal 24/71
Pedro Oswaldo Monteiro de Almeida			BNM 619 – Ação Penal 262-71 C
Pedro Paulo Pinheiro			BNM 660 – Ação Penal 24/71
Perly Cipriano Fonseca (ES)	Pedro, Ramos	Preso até 79	SORIANO, 2010
Plínio Armando Baptista	Paulo	Preso 28/01/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Pura Lopes Cortez	Francisca	Presa	BNM 011 – Ação Penal 34/70
Raimundo José Barros Teixeira Mendes (RJ)	Alcides, Guilherme	Preso 23/12/69	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Ramahiana Vagens Vaz	Roberto	Preso no RJ	Relatório C.E.V./PE, 2017
Ramires Moacir Pozza (Maringá/PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Ramires Maranhão do Vale	Cristo, Mago, Maguinho, Zivaldo, Antônio Carlos Raeli	Assassinado	Relatório C.E.V./PE, 2017
Ramiro de Deus Bonifácio		Preso	Relatório SNI, 1983
Ranúzia Alves Rodrigues	Maria, Mirtes, Florinda, Maga <sup>244</sup>	Assassinada	PONTES, 2018
Raul de Carvalho	Orlando	Preso 27/02/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Regina Afonso (BA)			PONTES, 2018
Regina Martins da Mata			FARIAS, 2007
Renato José Afonso de Carvalho (BA)	Joel		BNM 91 – Ação Penal 6/71
Renato Mascarenhas <sup>245</sup>	Sérgio		
Renato Meyer			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Renato Ribeiro da Costa (Itambé/BA)	Roberto		BNM 91 – Ação Penal 6/71
Renato Santos Pita	Pita	Preso 28/10/70	Inquérito 73/70/BA Polícia Federal
Renato Viana Soares		Preso	Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)

<sup>244</sup> Em alguns documentos aparece como Maga em outros como Magra.

<sup>245</sup> Este nome apareceu em algum dos depoimentos mas não consegui localizar a fonte.

Renê Louis Laugeri de Carvalho	Almir, Hélio, Walter, Orlando	Preso 28/02/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Rholine Sonde Cavalcante (PE) <sup>246</sup>	Sérgio, André	Condenaçã o perpétua. Ficou preso até 1980	BNM 272 – Ação Penal 67/70
Ricardo Campos			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Ricardo César Sales da Nóbrega (BA)			PONTES, 2018
Ricardo Maciel da Costa	Mathias	Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Ricardo Torres de Carvalho		Preso	BNM 329 – Ação Penal 42/70
Rildete Alves Rodrigues (PE) (irma da Ranússia)	Mariana	Exilada	PONTES, 2018
Roberto Albergaria de Oliveira (BA)			BNM 212 – Ação Penal 19/71
Roberto Amaral (RJ) <sup>247</sup>			Depoimento de Paulo Farias ao autor
Roberto Mário da Silveira (PE)		Preso	BNM – 156 – Ação Penal 61/72
Rogério Ribeiro de Sá (PB)	Zeinho		Relatório C.E.V./PB, 2017
Roberto Ribeiro Martins			Projeto ORVIL, p. 261
Romeu Bertol (PR) <sup>248</sup>	Paulo, Marcos	Preso 12/01/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Romildo Maranhão (PE)		Preso	PONTES, 2018
Rômulo de Araújo Lima (PB)	Alan, Bordiga, Zé Ernesto	Preso	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Ronald Arantes Lobato		Exilado no Chile	Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Ronaldo Buarque de Holanda	Max		Nome informado por Dalva Bonet A partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Ronaldo (de Jesus) (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017

<sup>246</sup> No momento da prisão já não estava no PCBR, estava se vinculando à ALN. Ficou 3 anos em isolamento dos outros presos, mesma situação de Carlos Alberto Soares.

<sup>247</sup>Na época de sua indicação para Ministro da Ciência e Tecnologia no governo Lula apareceram diversas matérias comentando seu passado como militante do PCBR.

<sup>248</sup> Depoimento sobre militância e prisão de Romeu está em HELLER, 1988, p.341/345.

Ronaldo Dutra Machado (PE)		Preso* 24 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Ronaldo Goytacas Cavalleiro		Preso 06/03/70	CODI – I Exército Agência Central - 1867
Rosa Dalva Vieira Pinto			BNM 641
Rosa Maria Barros dos Santos			BNM 118 – Ação Penal 30/71
Rosa Maria Viana de Castro (PR)	Rosinha, Maria, Sara	Condenada à revelia a 2 anos	BNM 175 – Ação Penal 531/70
Rosalvo Vital Gonzaga dos Santos		Preso	Relatório do SNI, 1983
Rosana Alves Rodrigues	Telma		BNM 118 – Ação Penal 30/71
Rubens Alves Rodrigues			PONTES, 2018
Rubens Manoel Lemos (RN)	Teles, Túlio Lins Monteiro (no Chile) e Edson da Silva Teles	Preso	PONTES, 2018
Rudnei Amauri de Lima			Relatório do SNI, 1983
Ruth Ribeiro de Lima (PR)		Preso	BNM 282 – Ação Penal 616/72
Sadiel Lopes Moreira		Preso	BARBOSA, 2020
Salathiel Teixeira Rolim (RJ)	Guaracy, Júlio, Maurício, Penaforte, Roberto <sup>249</sup> ou Rubens	Preso 13/01/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Samuel Firmino de Oliveira	Gouvêa	Preso	Relatório do SNI, 1983
Sandra Maria de Araújo Fonseca (esposa de Sandália)			Relatório do SNI, 1983
Santino Rocha (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Seledino Nunes de Oliveira (PR)	Zé Maria	Preso no PR	HELLER, 1988
Sérgio de Azevedo	Frederico	Preso 03/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Sérgio Rosadas Theme	Primitivo		Relatório do SNI, 1983
Sérgio Sister (SP)	Batista, Carlos	Preso	BNM 011 – Ação Penal 34/70
Sérgio Teixeira Rolim (filho de Salathiel) (RJ)		Preso	Depoimento de Juliano Siqueira ao autor

<sup>249</sup> No depoimento à polícia de Jorge Medeiros do Vale, o mesmo identifica Salatiel como Roberto.

Severino Gomes da Silva	Poeta da Fome	Preso* 6 meses	BNM 649 – Ação Penal 70/69
Severino Quirino de Miranda (RN)		Preso com Luis Alves	Relatório C.E.V/PE, 2017
Silvério Gomes (RN)	Torres		Relatório do SNI, 1983
Silvio Renan Ulisséia de Medeiros (RJ)	Augusto, Cícero	Preso 27/02/70 (por 4 anos)	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Sirley Batista (Londrina/PR)	Esteves		BNM 282 – Ação Penal 616/72
Solange Baissman			Relatório do SNI, 1983
Sônia Coutinho Calheiros (PE)		Presa	Relatório C.E.V/PE, 2017
Sônia Hinds de Oliveira	Dora, Irma, Márcia, Regina, Virginia	Presa 27/02/70	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Sônia Irene Sílvia do Carmo (SP)	Helena	Presa	Jornal Diário da Noite (SP, 11/03/70)
Sônia Lúcia Pereira		Presa 04/03/70	CODI – I Exército Agência Central - 1867
Sônia Maria de Arruda Beltrão (PE)		Presa	Relatório C.E.V/PE, 2017
Sônia Maria Goulart Salles	Ana, Ângela, Renata	Presa 01/03/70	BNM 689 – Ação Penal 1.549
Sônia Rosadas Theme <sup>250</sup>		Presa 25/02/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Sônia Teles de Oliveira	Márcia	Pressa	SNI/NANI – inf. 052/70
Sueli Bertol (PR)		Presa	MARTINS, 2020
Suely Penha Rodrigues	Ana	Liberdade controlada	MARTINS, 2009
Suzana Helena de Brito Maranhão (PE)	João; Mônica (Chile) Maria Rodrigues (França), Sílvia	Exílio Chile e França	Entrevista ao autor
Tadeu Moacir Lima (Maringá/PR)			BNM 282 – Ação Penal 616/72
Tânia Marins Roque <sup>251</sup>			FERRER, 2011. p. 122
Tarcísio Patricio			Relatório C.E.V./PB, 2017
Teresa D'Angelo			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ

<sup>250</sup> Presa no Congresso da UNE de Ibiúna

<sup>251</sup> Tânia saiu do PCBR junto com o grupo que rompeu com Jover Teles e outras pessoas do primeiro Comitê Central.

Tereza Cristina de Siqueira Cavalcanti <sup>252</sup>		Presa. Exílio Chile e Canadá	FERRER, 2011
Tereza Wanderley Neves (PE)			Relatório C.E.V/PE, 2017
Theodomiro Romeiro dos Santos	Marcos	Preso na BA/ condenado à morte	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Thomaz Miguel Presburger		Preso fevereiro 1969	CISA (Aeronáutica). Relat. Esp. de Inform. (R.E.I.) nº 3, 26/03/86, - nº 63852058.
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano		Assassinado no Chile	MIRANDA, 1999
Ubiraci Cortez Costa (PB)			Relatório C.E.V./PB, 2017
Ubiratan Cortez Costa (PB)	Bira	Preso	Relatório C.E.V./PB, 2017
Ubiratan Vatutin Borges Kertsker		Preso	Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Valdir Sales Sabóia <sup>253</sup>	Jorge dos Santos Arnaldo, Rui, Severino, Arnaldo	Assassinado	PONTES, 2018
Valdizar Pinto do Carmo (SP)	Claudio	Preso	BNM 011 – Ação Penal 34/70
Valmir Costa	Luiz	Preso	Relatório do SNI, 1983
Valter Pinheiro (CE)			BEDINELLI, 2014
Vera Lúcia Carneiro Vital Brasil	Vânia, Vanda	Presa. Exilada no Chile	BNM 33 – Ação Penal 20/70
Vera Lúcia Teixeira Gonçalves	Verinha	Presa 28/10/70	Inquérito 73/70/BA Polícia Federal
Vera Maria Rocha Pereira	Verinha, Tânia	Presa e trocada pelo embaixador Suíço	BNM 179 – Ação Penal 95/70
Victor Hugo de Oliveira Cabral			Nome informado por Dalva Bonet a partir dos inquéritos do PCBR/RJ
Vilma de Marília Araújo Freitas	Telma	Presa 30/10/70	Inquérito 73/70/BA Polícia Federal
Vitorino Alves Moutinho	Paulo Sérgio, Tioba, Branco, Doido	Assassinado	PONTES, 2018
Vitorio Sorotiuk (PR)		Preso e exilado	HELLER, 1988
Vivaldo Dantas (RN)	Valfredo Coelho Freire		Depoimento de Luis Alves ao autor

<sup>252</sup>Posteriormente foi militar no PC do B

<sup>253</sup>Em alguns documentos aparece como Valdir e em outros como Waldir.

Wagner Braga Batista		Preso 02/03/70	CODI – I Ex. ACE 1867
Wagner Coqueiro			LIMA, 2019
Waldir Vicente de Barros (sind. metalúrgicos Rio)		Preso	BARBOSA, 2020
Waldomiro Eugênio Muniz Kwasinski		Preso 01/03/70	Min. do Exército Inf. 136/70/E2/4 RM
Washington Neves Rocha		Preso	Relatório do SNI, 1983
Wellington Renato de Araújo Freitas	Genésio	Preso	BNM 91 – Ação Penal 6/71
Wesley Macedo de Almeida (também aparece Bonfim)			SOUZA, 2013
Wilma de Marília Araújo Freitas	Telma	Presa	Relatório do SNI, 1983
Wilson Silva (PR)			Depoimento de Elinor Brito ao autor

Preliminarmente, são necessárias algumas informações para melhor compreensão dos critérios utilizados na elaboração da lista de nomes identificados com o PCBR. Nesta relação foram identificados/as 542 nomes, no entanto é necessário algum cuidado a observar.

Houve algumas confusões de identidades por parte da polícia, como o caso de Roberto Penaforte, que consta da lista do Serviço Nacional de Informações (SNI), mas que era o codinome de Salathiel Teixeira Rolim. Neste caso, excluimos o nome Roberto Penaforte. Outra confusão é entre Francisco Soriano de Souza Nunes (Zê) e José Milton Barbosa – para a polícia, o codinome deste seria Francisco Soriano. A imensa maioria das confusões é referente a codinomes utilizados no contexto da ditadura. Nomes falsos aparecem em número bem menor, já que era um processo mais complexo para registrar. O fato de pessoas terem sido indiciadas não é suficiente para comprovar sua existência, pois até mesmo um indivíduo identificado como “Jacaré”, que nunca foi identificado pela repressão, foi processado, o que virou inclusive motivo de chacota. É possível,

portanto, que exista mais algum nome na listagem do SNI em que tenha havido problemas na identificação.

Encontramos alguns codinomes que não conseguimos relacionar com nenhum nome, que tanto podem estar como podem não ter sido incluídos na lista de militantes, como Jacaré, Loka, La Salle, Milena, Pretinho, Euclides, Formigão, Baianinho e outros. Como em geral as pessoas militavam em espaços e locais distintos, era comum o uso de mais de um codinome, um para cada momento ou local de atuação, como aparece em alguns casos.

Outra confusão é que, em muitos casos, entre as mulheres, aparecem nomes de solteira em documentos da época e, posteriormente, em outros livros e depoimentos, constam sobrenome de casadas. Identificamos alguns casos que esclarecemos no rodapé, para evitar repetição, mas é possível que existam outros casos.

Alguns nomes listados tiveram envolvimento apenas circunstanciais, sem participação na estrutura orgânica do PCBR. Foram presas por terem sido fiadoras de algum aluguel, por parentesco, aliados, etc. Colocamos um rodapé explicando os casos em que identificamos situações desse tipo.

Iniciamos esta listagem reproduzindo todos os nomes envolvidos no inquérito do PCBR, organizados em um documento do SNI de 1983. No entanto, ao lado dos respectivos nomes, muitas vezes era omitida a situação dos presos, principalmente dos assassinados pela repressão. Dos 16 assassinados, apenas Mário Alves era considerado “morto”. A partir de outros depoimentos, relatos, publicações, etc., fomos complementando as informações, com nomes, codinomes, prisões, exílios, e outras circunstâncias. Para tornar mais fácil o acesso às fontes, fizemos uma pesquisa nos arquivos Brasil Nunca Mais (atualmente disponibilizado online). Neste caso, utilizamos preferencialmente a identificação com a sigla BNM, número do arquivo, número da ação penal e ano. Os outros documentos são fontes produzidas a partir de entrevistas, reportagens e/ou livros, bem como relatórios das Comissões da Verdade e documentos vinculados à repressão.

Em muitos casos, os militantes foram arrolados em mais de um inquérito. Portanto, são citados em mais de um documento junto ao arquivo Brasil Nunca Mais (BNM). Nestes casos, optamos por colocar apenas um como referência.

Chama a atenção o fato de o SNI estar elaborando este tipo de relatório ainda em 1983, que já era o início da redemocratização e em um momento em que as organizações de esquerda já tinham sido aniquiladas há quase uma década.

Em alguns casos, os/as militantes atuaram em mais de uma organização revolucionária, participando, portanto, apenas de um determinando momento do PCB. Normalmente em seu início, sendo que poucos meses após migraram para outros agrupamentos.

A fonte da informação de alguns poucos nomes não foi identificada. Possivelmente, a informação foi fruto de conversas informais, entrevistas e/ou leituras que não conseguimos localizar. Mesmo assim, resolvemos colocar os nomes. Inicialmente, quando a dissertação estava sendo construída, não existia a pretensão de colocar em anexo nomes de militantes e ou simpatizantes. Por isso, não havia a preocupação de registrar a fonte em algumas anotações. O mesmo ocorreu quando fotocopiávamos documentos, alguns deles de má qualidade para leitura e sem muita informação que pudesse levar à sua identificação, como data, localidade, etc. Isso de alguma forma veio a ser um limite das fontes utilizadas para a identificação da origem de alguns nomes citados.

## **Anexo III**

# **Pronunciamento do PCBR Sobre a Invasão da Tchecoslováquia**

1 – A invasão da Tchecoslováquia por cinco países do Pacto de Varsóvia, liderados pela União Soviética, é um ato de agressão que atenta contra os princípios do marxismo-leninismo e viola as relações de independência e igualdade entre os Estados socialistas.

O motivo básico alegado para justificar a invasão armada – defesa das conquistas do socialismo ameaçadas por uma contra-revolução – foi amplamente desmentido pelos fatos. Em vez de receberem apoio da classe operária tchecoslovaca, as tropas invasoras enfrentaram a repulsa unânime e dramática dos trabalhadores e do povo. Embora houvesse, realmente, na Tchecoslováquia, uma intensificação da atividade de setores reacionários e revisionistas, a classe operária não sentiu qualquer ameaça iminente, de origem interna ou externa, ao regime socialista – sendo, portanto, inteiramente injustificável a intervenção militar.

Na realidade, a violação da soberania do povo Tchecoslovaco foi ditada apenas pelos interesses do grupo dirigente burocrático da URSS e de outros países. A intervenção fêz-se para garantir o Poder aos elementos que haviam sido aliados do governo e serviam de instrumentos servis ao governo soviético. Ao determinarem a ocupação da Tchecoslováquia, estes revelam, mais uma vez, sua concepção “chauvinista” de grande potência, alheia ao marxismo-leninismo.

Este ato de força atenta, assim, brutalmente, contra as justas relações entre Estados e povos socialistas, desfigurando a essência do socialismo como sistema político e social. Ao mesmo tempo, serve de estímulo aos planos imperialistas contra

a independência e o direito de autodeterminação dos povos, em todo o mundo.

2 – A condenação veemente a esta ação agressiva não implica em qualquer solidariedade às tendências revisionistas e anti-socialistas que realmente grassam na Tchecoslováquia.

O movimento desencadeado contra as deformações de caráter burocrático e dogmático, representadas por Novetny e seu grupo, é legítimo na medida em que reflete as aspirações dos trabalhadores e do povo da Tchecoslováquia a uma verdadeira democracia socialista. No bôjo deste movimento, afloraram, entretanto, com força, posições oportunistas e reacionárias, ameaças à ditadura do proletariado; ao papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda.

A denúncia enérgica destas posições hostis ao socialismo e luta intransigente contra o liberalismo burguês eram e continuam a ser um dever irrecusável dos comunistas tchecos e eslovacos. Esta luta em defesa do Estado proletário na Tchecoslováquia deve, ainda, sem dúvida, contar com o apoio decidido de todos os governos socialistas e de todos os partidos Comunistas.

A invasão militar do Pacto de Varsóvia, no entanto, longe de solucionar o problema, contribui para torná-lo mais grave: sobretudo por que se faz em defesa de deformações burocráticas cuja existência constitui o estímulo principal às tendências anti-socialistas e revisionistas. O combate a tais tendências, nos países socialistas, só pode lograr êxito, se igualmente, forem superadas as concepções herdadas da época de Stálin.

Depois de toda a trágica experiência vivida pela URSS e outros países socialistas, não pode ter reconhecimento um socialismo em que as massas trabalhadoras não participem efetivamente do Poder, não tem liberdade de expressão e não exercem o direito de crítica.

O socialismo na Tchecoslováquia não pode ser defendido nem mantido por uma intervenção militar. Sua solidez depende do apoio da classe operária – e só terá este apoio se os trabalhadores o sentirem como uma conquista sua, não como uma imposição de origem interna ou externa.

3 – A alegação dos dirigentes soviéticos de que intervêm na Tchecoslováquia em defesa do sistema socialista e dos princípios marxistas-leninistas é uma explicação hipócrita.

Com efeito, cabe aos atuais líderes da URSS a responsabilidade histórica pelos maiores atentados cometidos contra o socialismo e os princípios revolucionários da classe operária. Os acontecimentos da Tchecoslováquia tem sua raiz e sua causa profunda nas desfigurações do marxismo-leninismo praticado pelos dirigentes soviéticos, quer se trate dos desvios dogmáticos e burocráticos herdados da época de Stálin – e conservados, no essencial, pela equipe de Brejnev e Kosiguin – quer das concepções revisionistas e oportunistas vigentes a partir do XX Congresso do PCUS.

Quando acusam os dirigentes tchecoslovacos de dividirem o campo socialista, os líderes soviéticos não podem ocultar a evidência de que são os maiores culpados por essa divisão – devido à sua conduta “chauvinista” de grande potência. Recriminam os tchecoslovacos por seus planos de aproximação com os países capitalistas, enquanto são eles – os dirigentes soviéticos – que propugnam a política de apaziguamento e conciliação com o imperialismo norte-americano. Censuram os tchecoslovacos pelo estreitamento das relações econômicas com os países ocidentais, mas são eles – os dirigentes soviéticos – que prestam ajuda técnica e financeira a ditaduras antipopulares, como a do Brasil.

A conduta do atual governo soviético é marcada pela tentativa de subordinar o movimento revolucionário mundial às conveniências da política externa oportunista da URSS. Sua concepção anti-leninista da coexistência pacífica é orientada para conchavos e concessões sem princípios aos imperialistas, sendo sua expressão mais evidente o condomínio soviético-americano da energia nuclear. Sua pretensa política de defesa da paz é uma tentativa de manter o status quo, em detrimento da luta revolucionária – e contribui para a desmobilização dos povos em face do imperialismo.

Que crédito merecem, pois, os dirigentes soviéticos, ao se apresentarem como defensores do socialismo e do marxismo-leninismo?

4 – Surgido da luta contra o revisionismo, o oportunismo e o burocratismo, o PCBR chama seus militantes a, juntamente com outras forças revolucionárias, levantar bem alto a bandeira do Socialismo, como expressão real da libertação do Homem e de uma sociedade onde existe a fraternidade entre os povos. A prática efetiva do internacionalismo proletário – exigência fundamental de nossa concepção do mundo – implica na existência de relações baseadas na independência, na ajuda crítica e na colaboração entre os partidos marxistas-leninistas e os Estados socialistas.

A invasão militar na Tchecoslováquia por cinco países socialistas é um fato de maior gravidade. Coloca ante cada Partido Comunista e cada militante revolucionário o dever de lutar intransigentemente em defesa do marxismo-leninismo, contra as concepções que tendem a desfigurá-lo e a substituí-lo pela mistificação revisionista.

Agosto, 1968 - A Comissão Executiva do Comitê Central do PCBR

## **Anexo IV**

### **A Organização Independente da Massa (OIMs)**

As organizações de vanguarda, para dirigirem o trabalho de massas, além de contarem com os seus próprios militantes, apoiam-se nos ativistas, que são a parcela mais avançada da massa. Entre os ativistas, constitui-se a rede de aliados das organizações de vanguarda e são selecionados os elementos para o recrutamento. Não há nem pode haver trabalho de massas contínuo sem esses dois elementos: a organização de vanguarda e o grupo de ativistas. A organização de vanguarda em determinado local de trabalho ou estudo, muitas vezes só possui um ou dois militantes – ou não possui nenhum. Para encaminhar o trabalho de massas neste local, terá que influenciar de início um grupo reduzido de ativistas, esclarecendo-os sobre as tarefas mais imediatas e orientando sua prática. Quando o grupo de ativistas se amplia, no desenvolvimento da prática, a organização se fortalece – unifica mais ativistas em torno da sua orientação para o trabalho específico, amplia a sua rede de aliados, faz recrutamentos. Desenvolve-se o trabalho de massas.

A ligação organização de vanguarda/ativistas/massa torna-se mais fácil, nas fases de liberdade política e de ascenso do movimento de massas: a faixa de trabalho legal é maior; o contato com a massa é mais direto; a repressão e o medo coletivo são menores; a existência do movimento de massas em desenvolvimento é um fator espontâneo de estímulo à organização da massa; em cada setor existe já uma liderança central, incorporando ativistas nos locais onde ainda não existem representantes das organizações de vanguarda nem movimento de massa organizado.

Nas fases de repressão de descenso, o contato vanguarda/ativistas/massa se dificulta; a faixa de trabalho legal é muito limitada; o contato com a massa é mais difícil e depende mais da rede de ativistas. É grande o medo coletivo; não existe movimento de massas em desenvolvimento como fator espontâneo de estímulo à mobilização de massa e dos ativistas em cada local.

Nos locais onde não existem elementos organizados nem ativistas, todo trabalho de massas depende de um mínimo de organização anterior, que se desenvolve no nível das parcelas avançadas, um trabalho entre “as cabeças”; um trabalho que consiste em formar a espinha dorsal para se atingir a grande massa. Quanto mais se aguça a militarização e a repressão, mais o fator organização cresce de importância no movimento de massas, mais o espontâneo perde terreno mais o trabalho de massas depende do núcleo dos elementos avançados.

No Brasil, o militarismo e a repressão recaem sobre o movimento revolucionário e as massas. Os *sindicatos* foram transformados em desdobramentos do aparelho de Estado ou em inofensivas entidades assistencialistas, invadidas por policiais, pelegos e reformistas. Nestas condições, para se mobilizar as massas na luta pelas suas reivindicações, a primeira condição é se possuir uma estrutura clandestina em cada local de trabalho ou estudo, formada pelos ativistas.

No Brasil, o movimento de massas só pode se organizar e se desenvolver a partir da força de massa que possua em cada local de trabalho ou estudo. Os movimentos gerais, abrangendo todo um setor ou parte dele, só poderão surgir se houver organização em pelo menos algumas unidades que compõem o conjunto do setor – fábricas, engenhos, fazendas, bancos, faculdades, colégios, etc...

A OIM – organização independente de massa – congrega os ativistas, os elementos avançados, em quem normalmente se apóia o trabalho das organizações de vanguarda e que são a base do dinamismo inicial do movimento de massas. Em cada local de trabalho e estudo, os elementos avançados, organizados por seções de fábrica, por engenho e por sala de aula, constituirão a

base orgânica que permitirá ao movimento de massas violentar o sistema militar vigente e se reestruturar.

A OIM inspira-se historicamente nas lutas travadas pelo proletariado na defesa do direito da livre associação. Noutras épocas as massas se organizaram nos sindicatos ilegais, contrariando as proibições burguesas. Hoje retoma-se a tradição repudiando-se os sindicatos fantasmas e organizando-se as OIMs.

A OIM é uma organização sindical ilegal, característica dos países onde predomina o sistema militarista. É a escolha do caminho da luta, em lugar da conformação cabisbaixa com as imposições da burguesia. A OIM é a síntese das experiências do movimento estudantil e das experiências operárias de Osasco e Minas. É o salto de qualidade e a autocrítica do movimento revolucionário no relacionamento com as parcelas avançadas da massa.

A OIM é a única forma de se fazer frente ao nível da repressão e de se superar o espontaneísmo que vem caracterizando o trabalho de massas no Brasil – e que é o responsável pelos constantes e desmoralizantes recuos.

Em cada classe, categoria ou camadas, a OIM congrega os elementos que se dispõem a reivindicar e lutar ilegalmente pelos seus interesses específicos, a partir dos seguintes aspectos:

- Luta contra a repressão no setor;
- Luta contra o aspecto econômico ou reivindicativo central (arrocho salarial, entre os operários; cumprimento das leis trabalhistas, entre os assalariados agrícolas; política educacional, entre os estudantes);
- Oposição aos pelegos;
- Organização de greves ilegais;
- Organização da autodefesa.

Estes são critérios para organização dos ativistas. E não se deve confundir a natural dificuldade em encontrar tais ativistas com a sua pretensa inexistência. Eles existem em todas as classes e camadas exploradas e oprimidas e estão dispostos

a se organizar dentro destas perspectivas. São encontrados, ou entre elementos que já atuaram antes ou depois de 1964, ou foram influenciados pelas lutas de massa de 1967/68 e pelo desenvolvimento das ações armadas, ou que surgem, naturalmente, como resposta à exploração e a opressão. São elementos avançados da massa, revoltados com a ditadura, e a partir dos quais se irradiará a organização das massas e a retomada das suas lutas.

*A OIM tem um caráter sindical.* Representa o sindicalismo revolucionário nas condições do Regime militarista. *É uma organização de massa ilegal.* Não deve ser confundida com os núcleos para-partidários ou núcleos de frente única. Tal confusão a estreitaria como *organização de ativistas* e revelaria um gritante sectarismo.

As OIMs não devem ser confundidas com as formas de organização momentâneas (Comando de Greve, Comissões Específicas). Tais organizações surgem numa mobilização e desaparecem na sua culminância. A OIM é uma organização constante, não momentânea, baseada nas parcelas avançadas. É mais estreita – é necessário que o seja – e deve-se lutar para que se mantenha sempre assim.

A OIM não é uma organização semi-legal. Tais entidades só existem, ou quando se apóiam em resquícios da legalidade burguesa, ou como reflexo do boicote à legalidade vigente nas épocas de ascenso: são as comissões para diversos fins, os comandos de greve, etc... que não são reconhecidas por lei, mas funcionam abertamente, apoiados na organização e na iniciativa das massas. Trata-se da legalidade de fato: a legalidade para a massa, conquistada à força, no fogo da luta contra a ditadura. Numa época de descenso como a que vivemos, falar em *organizações semi-legais* é admitir que elas poderiam existir a partir de já, sob os olhares complacentes da ditadura – o que é um grosseiro desvio de direita. Atualmente, só existem as entidades legais – os sindicatos pelegos, os grêmios e diretórios amordaçados – e as ilegais, as OIMs. O avanço da luta revolucionária poderá levar ao funcionamento semi-legal das organizações ilegais atualmente existentes, ou de outras que surjam. Mais isso é uma questão de futuro. E não se pode no

presente organizar as massas com as formas de organização do futuro.

As alterações institucionais e repressivas impõem ao movimento revolucionário a adotar novas formas de organização que expressam a relação vanguarda/ativistas/massas dentro das novas condições do momento. Todo o conservadorismo e todo o sectarismo neste sentido, só fazem atrasar o processo de mobilização da massa na defesa dos seus interesses e retardar o ritmo do movimento revolucionário.

A OIM é o núcleo-base do sindicalismo revolucionário renovado, que não respeita a legislação ditatorial nem seus sindicatos fantasmas. Como será a organização mais ampla do movimento sindical revolucionário – a direção dentro de um mesmo local dos diversos núcleos da OIM, entre diversas OIMs, a coordenação destas coordenações – é um problema para o qual os revolucionários devem estar alertas. Mas somente o desenvolvimento da prática poderá esclarecê-los. A persistência na organização da OIM e a justa posição diante dos sindicatos pelegos são as bases que asseguram a justiça dos futuros detalhamentos.

Atualmente, a principalidade do trabalho de massas deve ser a organização das OIMs em cada local de trabalho e estudo; a elaboração de *programas mínimos*, em nível de massa, dentro dos critérios da OIM; o início do trabalho de agitação ilegal; a preparação das primeiras batalhas reivindicatórias; a formação de militantes em cada setor de classe.

(in *Linha de Massas*, 1970, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)

## Anexo V

### Militantes do PCBR Assassinados

- . Marco Antônio da Silva Lima - 14/01/70
- . Mário Alves de Souza Vieira - 16/01/70
- . Odijas Carvalho de Souza (Maria Farinha/PE) - 30/01/71
- . Miriam Lopes Verbena (perto Caruaru/PE – acidente - 08/03/72
- . Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides (c/ Miriam) - 08/03/72
- . Ezequias Bezerra da Rocha \* - 11/03/72
- . Fernando Augusto da Fonseca (Sandália/preso em Recife) - 29/12/72
- . Valdir Sales Sabóia - 29/12/72
- . Lourdes Maria Wanderley Pontes - 29/12/72
- . José Silton Pinheiro - 29/12/72
- . José Bartolomeu Rodrigues de Souza - 29/12/72
- . Getúlio de Oliveira Cabral - 29/12/72
- . Anatólia de Souza Alves de Mello - 22/01/73
- . Túlio Roberto Cardoso Quintiliano \*\* - 13/09/73
- . Vitorino Alves Moitinho (morto no Rio) - 27/10/73
- . Ramires Maranhão do Vale - 27/10/73
- . Ranússia Alves Rodrigues - 27/10/73
- . Almir Custódio de Lima - 27/10/73

## **Anexo VI**

### **Às Mulheres Brasileiras<sup>254</sup>**

“Alertamos as nossas companheiras para o fato de que a emancipação das mulheres está intimamente vinculada ao cumprimento das tarefas básicas da libertação dos povos oprimidos e explorados. Apesar das diferenças entre os diversos países, a tarefa de todas as mulheres é lutar contra a exploração e opressão, das quais são vítimas, assim como seus maridos, filhos e irmãos.

Não existe antagonismo entre homem e mulher; o que existe é antagonismo entre mulheres e homens explorados e mulheres e homens exploradores.

No Brasil a exploração capitalista cada vez mais põe a nu este fato, proletarizando as mulheres dos operários, lançando-as nas fábricas e nas grandes plantações, explorando-as nas fábricas e nas grandes plantações, explorando-as mais descaradamente que aos homens.

Entretanto, se o papel da mulher na sociedade é cada vez mais importante, seu trabalho é desvalorizado, vítimas dos preconceitos difundidos entre o Povo, que querem fazer crer serem as mulheres inferiores e menos capacitadas ao trabalho que o homem.

As mulheres devem lutar até a morte contra estes preconceitos herdados de um passado de exploração e opressão. Devem começar pela desmistificação desta ideologia que tem como princípio dividir os trabalhadores, homens e mulheres.

---

<sup>254</sup> documento que o PCBR produziu e distribuiu com a discussão da época sobre o debate de gênero.

Para isso precisam, antes de tudo, ser boas revolucionárias e lutar sempre ao lado do Povo.

A liquidação da distinção entre os sexos só ocorrerá quando a mulher ocupar o seu lugar na Revolução, ao lado do homem, criando as condições para o surgimento de uma sociedade onde não exista divisões ou distinções sociais de qualquer espécie.

E, só quando a mulher conseguir mobilizar-se e lutar, será possível a Revolução:

“Assim como não pode haver Revolução sem a libertação da mulher, a luta pela libertação da mulher não pode triunfar sem a vitória da Revolução” (Samora Machel, A Emancipação da mulher, pg. 9-10).

As mulheres devem organizar-se e lutar, cumprindo a linha política correta da Revolução Popular.

As mulheres conscientes têm um grande papel a cumprir: através de seu exemplo e dedicação revolucionária devem unir as massas de mulheres oprimidas no cumprimento de nossa principal tarefa: a criação das condições necessárias para o início de nossa libertação da exploração e opressão; a luta armada.

As mulheres têm, pois, duas grandes frentes de luta, pela sua emancipação e pela libertação de todo o Povo explorado e oprimido: contra o inimigo físico, o patrão e o militar seu apaniguado; e contra o inimigo ideológico, que está em nossos pensamentos e ações diárias – os preconceitos, a apatia e a falta de convicção na Revolução.

**MULHERES BRASILEIRAS, UNI-VOS CONTRA OS INIMIGOS DO POVO!”**

## ANEXO VII<sup>255</sup>

Recife, 5 de julho de 1971.

Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica  
Márcio de Souza e Melo

Escrevo esta carta para manifestar a V. Ex. uma forma oficial e direta, o compromisso que assumi dias atrás, na oportunidade de uma entrevista à imprensa escrita e televisionada, com o povo brasileiro, com os exmo. Srs. Ministros, com sua Excia., o Exmo. Sr. Presidente da República Emilio Garrastazu Médici, de renunciar às minhas atividades numa organização terrorista, de repudiar as organizações e suas atrocidades, e ainda, de tudo fazer para ajudar o Brasil a extirpar este mal e arrancar para o desenvolvimento.

Esta minha expressão, esta franqueza de (...) é o reconhecimento autocrítico de cada (...) do passado, resultado de uma reflexão profunda que se molda e se projeta neste estado de consciência atual.

Cheguei a esta condição pelo caminho (...) como o personagem que motivado a fazer (...) antes, pelo caminho do mau, a fim de separar bem evidencialmente as duas idéias, estabelecendo um limite inconfundível. Acredito que isto não desmerece minha atual condição, ao contrário, fortalece-a, fortifica-a pois, tendo como base a minha experiência, a juventude permanecerá alerta, evitando ser iludida e não repetir os meus erros.

Fui conduzido a uma organização por um indivíduo que, para me iludir, aproveitou-se, unicamente do grau de amizade existente entre nós. Fui levado pelas circunstâncias do meio e pressionado por terceiros a praticar ações, as mais objetas, contra os direitos da pessoa humana. Fui esmagado como

---

<sup>255</sup> Transcrição da carta de Gersino às autoridades militares se arrependendo de sua militância e acusando as organizações de esquerda.

indivíduo e transformado, gradualmente, num verdadeiro (...). Presenciei jovens de diversas categorias sociais, sendo iludidos e arrastados pelo mesmo caminho. Presenciei jovens sendo seduzidas e levadas pelo desespero desta condição, a integrar os grupos terroristas. Presenciei o arrependimento de muitos, que não se entregam às autoridades, pela falsa imagem que fazem da prisão. E presenciei o desespero de muitos outros.

Não me recordo, confesso, de um só ato (...) pela organização em respeito à pessoa humana e em benefício ao povo, em defesa dos interesses da pátria. Antes pelo contrário. É o desrespeito pelo desrespeito, a traição pela traição, é o crime pelo crime. Por isso, é que procuram afastar jovens do convívio da família, da escola e da sociedade, desvinculando-os de todas e quaisquer responsabilidades social. Enfim, as esquerdas não passam de um antro de degeneração morais, se confundem a chantagem e o vício, a prostituição e o terror.

Devo dizer, para ser honesto, que não tinha consciência daquela realidade; que não sentia o peso e a gravidade dos atos que praticava, quanto mais o correr dos dias, o desperdício da juventude e o malogro de minha vida profissional.

Quando tive de refletir, de pensar, não foi difícil renunciar o passado. O arrependimento veio fácil, sereno, profundo e de coração. Procurei e encontrei forças para conservar-me à margem de tudo aquilo que era falso e equívoco. Mas o meu arrependimento não seria total, e eu não teria tido tanta coragem, se não fossem os oficiais da 1ª Zona e da 2ª Zona Aérea, que entendendo-me, deram-me o entusiasmo e o apoio necessário ao aprofundamento. Assim, pude manifestar periodicamente, este meu estado de consciência atual de modo que, a prisão tem para mim o significado e a importância que teve o (...) para o apóstolo São Paulo: simbologia de sua conversão. E desde então, eu tenho (...). Dai-me, meu Deus, a graça do arrependimento. E ainda: recebi na prisão, uma vez que (...) serve o exército, a lição da ordem, da responsabilidade e do amor à pátria. Por isso, é meu dever, refutar a imagem que os dirigentes das organizações divulgam dos presídios, pedindo que outros jovens se arrependam. Tenho sido muito bem tratado. Basta dizer, que as autoridades da 2ª Zona Aérea, deram-me a

oportunidade de passar 15 dias com a minha família em Natal, o que foi, para mim, motivo de grande alegria. Naquela oportunidade, consegui captar e traduzir, nas palavras de (...) Wassermann, o sentimento que se apoderava do coração de meus pais e de meus irmãos: “Se ainda queriam viver, era unicamente, para esperar o arrependimento e a volta do filho e irmão bem-amado que haviam perdido”. Eu transmiti-lhes meus atuais sentimentos e pude vislumbrar os seus olhos cheios de alegria. Sim, meus pais tinham razão. Eu não tinha sido destruído. E quando um homem não é destruído, nunca pode ser derrotado, afirma Ernest Hemingway.

Graças a Deus, portanto, estou vitorioso: para retomar meus estudos; para regressar à família e ajudar os meus pais a dar uma melhor condição de educação e de vida aos meus irmãos; para aconselhar aos amigos e aos jovens; para reintegrar-me à sociedade.

Desejo, arduamente, exercer com dignidade e retidão este processo de retificação. Como desejo, igualmente, viver esta época em que são dados os passos mais destemidos e decisivos em busca do desenvolvimento do Brasil, da moralização de suas instituições e princípios de civismo e da confiança do seu povo.

Sinto-me na obrigação de trazer, pelos tempos e transpor à V.V. Excias., as palavras proferidas por Shouthey em homenagem a Manuel da Nóbrega: “Não há ninguém a quem deva o Brasil tantos e tão permanentes serviços”.

Desejo que V. Excia. faça chegar ao conhecimento de Sua Excia. O Ilmo. Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, dos Excios srs. Ministros de Estado e às mãos de todos os brasileiros, os termos deste compromisso.

Desejo, ainda, que na franqueza deste compromisso, seja compreendido o esforço de reabilitar-me perante a sociedade, com sinceridade e com humildade de espírito.

Por último, em meu nome e em nome de minha família, às autoridades, o agradecimento sincero e de coração, pelo muito que tem feito por mim.

Respeitosamente,  
José Gersino Saraiva Maia

## **Anexo VIII**

# **Documento do PCBR Estabelecendo as Diferenças com o Coletivo de São Paulo da Corrente Revolucionária que Irá Criar a ALN**

Estamos certos de que os militantes revolucionários, que lutaram contra a farsa do VI Congresso, queriam e querem um Partido marxista-leninista revolucionário, isento de taras burocráticas, vivificando a democracia interna e pela direção coletiva responsável perante as bases. O que se propõe, porém, é não só a dissolução do Partido, como a constituição por um aglomerado, sem nome e sem programa, submetido à (...) de direção que, em matéria de irresponsabilidade unipessoal, nada fica a dever ao tão conhecido e repudiado prestismo. O chamado Agrupamento Comunista de São Paulo se manifesta contra a “teoria do foco”, mas é realmente nela que se inspira para decretar a dissolução do partido em São Paulo. Dado que a teoria do foco se desprestigiou, em virtude de seu fracasso prático, já não é possível defendê-la abertamente. Mas o liquidacionismo do Agrupamento se filia (...) as teses básicas desta teoria, quando afirma “a guerrilha é a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental”. E mais: “que o comando geral de toda a organização é a guerrilha, onde quer que ela esteja”.

*Os militantes revolucionários não podem aceitar, sem a mínima explicação autocrítica por parte de dirigentes responsáveis, a sucessão, praticamente sem intervalo, de posições essencialmente opostas: a primeira declarando o Partido*

*imprescindível à vitória da revolução; a segunda declarando o mesmo como um obstáculo a esta mesma vitória.*

Este documento, que, aqui, fraternalmente contestamos, repousa num dilema: o de que um Partido, qualquer que ele seja, impede a Atividade comunista e, em primeiro lugar, a preparação e o desencadeamento da luta armada. Um partido reformista, bajulador da burguesia, como é o de Prestes, impede, de fato, a atividade revolucionária e para isso que ele hoje existe. Mas um partido revolucionário, fiel ao marxismo-leninismo, é condição indispensável para que a ação revolucionária se dese e ganhe a direção conseqüente do proletariado (Documento intitulado Aos comunistas revolucionários de São Paulo, assinado pela Comissão Provisória de Organização do PCBR em São Paulo, início de 68).

## **Anexo IX**

# **Carta de Dilma Alves para a Mulher do Cônsul Aluísio Gomide Sequestrado pelos Tuparamos no Uruguai<sup>256</sup>**

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1970

Sra. Aparecida Gomide:

Todos conhecemos o seu sofrimento e a sua angústia. A imprensa falada e escrita focaliza, diariamente, o seu drama. Seu marido, um funcionário em serviço fora do País, foi seqüestrado, envolvido em acontecimentos de natureza política, a senhora não chora sozinha.

Mas do meu sofrimento, da minha angústia ninguém fala. Choro sozinha; não tenho os seus recursos para me fazer ouvir, para também dizer que “tenho o coração partido”, que “quero meu marido de volta”. O seu marido está vivo, bem tratado, vai voltar. O meu foi trucidado, morto sob tortura pelo 2º Exército, foi executado sem processo e sem julgamento, reclamo seu corpo; nem a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana me atendeu. Não sei o que fizeram com ele, onde o jogaram.

---

<sup>256</sup> A parte em negrito do texto se refere às partes que não foram publicadas pelos jornais da época.

Ele era Mário Alves de Souza Vieira, Jornalista. Foi preso dia 16 de janeiro do corrente, na Guanabara, pela polícia do 1º Exército, levado para o quartel de Pernambuco e (...) barbaramente empalado (penetração de um objeto no ânus - (...)) com um cassetete dentado, o corpo todo esfolado com uma escova de arame, (...) a prestar informações exigidas pelos torturadores do 1º exército e do DOPS. Os presos levados à sala de torturas, para limpar o chão cheio de sangue e de fezes, ouviram meu marido moribundo, sangrando pela boca o nariz, nu, jogado no chão, arfando, pedindo água e os torturadores militares em volta, rindo, não permitindo que fosse prestado socorro.

Sei que a senhora não tem condições de avaliar o meu sofrimento, porque a dor de cada um é sempre maior do que a dos outros. Mas espero que compreenda que as condições que levaram meu marido a ser torturado até a morte, e o seu a ser seqüestrado, são as mesmas. É muito importante saber que a violência-fome, que a violência-miséria, a violência-pressão, a violência-atraso, a violência-tortura leva à violência-sequestro, à violência-guerrilha e que é muito importante saber quem é que pratica a violência: os que criam a miséria ou os que lutam contra ela?

O seu desespero e sofrimento demonstram que seu marido era bom chefe de família, que faz falta, é muito importante em sua vida. Mário Alves também foi bom chefe de família, faz falta, tinha uma filha que ele adorava, era inteligente, culto, pessoalmente nunca magoou ninguém. Morreu pelos oprimidos e injustiçados, os sem voz e sem vez, lutou para que os recursos materiais e humanos imensos de nossa Pátria sejam aproveitados em benefícios de todos.

Desejo um feliz desfecho para a Senhora e os TUPAMAROS.

Dilma Alves

## Anexo X

### Número de Processos Envolvendo Organizações de Esquerda entre 1969 a 1972 e do PCBR por Estados<sup>257</sup>

NOME DAS ORGANIZAÇÕES	NÚMERO DE PROCESSOS
ALN	72
AP	38
PCBR	32
MR-8/DI-GB	32
VAR	32
VPR	30
PCB	28
PC do B	17
ALA VERMELHA	10
POC	07
COLINA	06
PCR	05
PORT	05
POLOP	04
PRT	04
REDE	04
FBT	04
CORRENTE	03
FLN	03
FLNE	03
MAR	03

---

<sup>257</sup> Dados extraídos do Arquivo Brasil Nunca Mais.

MEL	03
MOLIPO	03
MR-26	03
M3G	02
MRM	02
MCR	02
DI-DF	01
FALN	01
MRT	01
UC	01
ORGAN. NÃO IDENTIFICADAS	11
<b>TOTAL DE PROCESSO</b>	<b>342</b>

Fonte: Brasil Nunca Mais. Elaborado pelo autor, 2022.

Do total de processos identificados como sendo de alguma das mais de 30 organizações de esquerda do período<sup>258</sup>, (331), quase 10% são processos envolvendo o PCBR. Nesse conjunto de processos, mais de 400 pessoas foram arroladas nos mesmos, sendo que nem todas foram condenadas.

### **Distribuição dos Processos Envolvendo Militantes do PCBR Distribuídos por Ano e por Estados<sup>259</sup>**

	1969	1970	1971	1972
Paraná		2		
Rio de Janeiro		3	2	3
Bahia		4	1	
Ceará		1	3	1
Pernambuco		3	1	1
Rio Grande do Norte	1	1	3	
São Paulo		1		
Paraíba	1			
<b>Total de processos</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>5</b>

Fonte: Brasil Nunca Mais. Elaborado pelo autor, 2022.

<sup>258</sup> Algumas delas não tiveram processos encaminhados nesse período

<sup>259</sup> Dados retirados do Arquivo Brasil Nunca Mais

# **Anexo XI**

## **Linha Política do PCBR (ABRIL/1968)**

### **O Caráter da Revolução Brasileira**

A estrutura econômica do Brasil atual é essencialmente capitalista. O desenvolvimento do capitalismo conduziu, nas últimas décadas, à criação de uma indústria integrada de bens de consumo e meios de produção, ao crescimento do mercado interno e a um processo de urbanização relativamente acelerado. Formou-se uma burguesia que passou a ocupar, ao lado dos latifundiários, posições decisivas no aparelho de Estado; e um proletariado jovem e numeroso, sujeito às duras condições de vida e trabalho que caracterizam o capitalismo nos países atrasados. Entretanto, o Brasil não pode ser considerado uma economia capitalista plenamente desenvolvida. O crescimento econômico tem sido entravado e deformado, desde o início, pela dominação imperialista e pelo monopólio latifundiário.

O domínio imperialista nas relações de intercâmbio com o exterior, os investimentos diretos mediante a implantação progressiva de empresas estrangeiras, o endividamento progressivo através de empréstimos e financiamentos transformam num mito a independência econômica do país. O desenvolvimento capitalista no Brasil não é um desenvolvimento independente, mas profundamente vinculado e subordinado ao sistema de dominação imperialista. O controle estrangeiro de posições-chave do sistema industrial, comercial e financeiro conduz à transferência para o exterior de parcela importante da renda nacional e ao empobrecimento relativo do país. A dominação imperialista é, portanto, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária levou aos investimentos de capital e ao predomínio do trabalho assalariado ou do arrendamento capitalista em culturas importantes, sobretudo na região Centro-Sul. Todavia, em várias zonas do interior do Brasil, impera o latifúndio pré-capitalista, caracterizado pelas relações de trabalho semi-feudais e semi-escravistas, pela ausência de investimentos e de tecnologia moderna, pela baixíssima produtividade. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não se realiza mediante a supressão radical do latifúndio e das relações pré-capitalistas, mas com a conservação da grande propriedade latifundiária e sua penetração gradual pelas formas capitalistas de produção. O latifúndio mantém incultas enormes áreas, entrava a aplicação de capitais e de técnicas na agropecuária, freia a expansão do mercado interno e constitui, por isso, um sério empecilho ao crescimento das forças produtivas, tanto na agricultura como na indústria.

Em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista no Brasil mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. Nas condições brasileiras, o capitalismo foi incapaz de criar uma economia nacional independente e de superar radicalmente o atraso latifundiário. Em tais circunstâncias, a burguesia brasileira não exerceu e nem pode exercer, a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países, na época das revoluções burguesas.

Manifestam-se, sem dúvida, contradições entre setores da burguesia e o imperialismo na competição pelo mercado nacional e pelas fontes de matérias-primas. Tais contradições não podem traduzir-se, porém, numa luta consequente pela libertação nacional devido ao fato de que o próprio crescimento do capitalismo brasileiro se realiza através de uma dependência crescente ao sistema imperialista. Em vista da escassez de capitais e de tecnologia moderna, a burguesia e o Estado a seu serviço apelaram e continuam a apelar para os investimentos estrangeiros, que passaram a controlar os setores básicos da economia. As contradições entre a burguesia e o imperialismo

não têm caráter antagônico e podem ser resolvidas, ou pelo menos atenuadas, através de concessões mútuas dentro do processo de integração da economia brasileira no sistema imperialista. Em setores da burguesia média, não associados às empresas estrangeiras, existe certo potencial de oposição à dominação imperialista, fato que cumpre às forças revolucionárias levar em conta, em sua ação concreta. Mas o potencial de oposição desta parte da burguesia não vai além de reivindicações reformistas, geralmente muito tímidas, sendo incapaz de converter-se em ação revolucionária.

As contradições entre a burguesia e o latifúndio manifestam-se no fato de que o monopólio da terra entrava a livre aplicação de capitais na agricultura, além de restringir o mercado consumidor. Entretanto, a burguesia não busca superar tais contradições por meio de uma reforma agrária radical. Em vez de suprimir o latifúndio, o capitalismo conservador e sobrepõe-se a ele, introduzindo gradualmente na agropecuária os investimentos de capital, o trabalho assalariado e a técnica moderna, ao mesmo tempo que procura realizar no sistema agrário reformas parciais de conteúdo burguês.

A burguesia brasileira tornou-se classe dominante numa época em que o proletariado busca desempenhar um papel independente e o Socialismo torna-se fator decisivo no desenvolvimento social. Como classe exploradora, proprietária dos meios de produção, seus interesses opõem-se frontalmente aos das grandes massas trabalhadoras. Isso faz com que tenda a solucionar as suas contradições com o imperialismo e o latifúndio através de compromissos, e não por via revolucionária. A burguesia teme que a luta anti-imperialista e anti-latifundiária ultrapasse os limites de uma ação reformista e se converta numa revolução popular, na qual o proletariado e os camponeses tenderiam a desempenhar um papel autônomo e a pugnar por seus próprios interesses, ameaçando os privilégios capitalistas.

Os interesses de classe da burguesia levaram-na, assim, a estabelecer um compromisso com a velha classe dos latifundiários e a formarem ambas uma aliança que domina o poder do Estado, em estreita vinculação e dependência para com

o imperialismo. Quer sob a máscara de regimes democrático-representativos, quer sob a forma de ditaduras militares como a atual, o poder no Brasil tem sido exercido há dezenas de anos, por essa aliança das classes dominantes. O desenvolvimento capitalista não é capaz, portanto, de libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, da opressão e do atraso; e a burguesia -portadora das relações de produção capitalistas - não é uma força revolucionária. Nestas condições, a revolução brasileira não pode ser uma revolução democrático-burguesa, que tenha como objetivo a formação de um Estado nacional burguês e a expansão do capitalismo.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular, capaz de derrubar o poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho para o Socialismo. De vez que o imperialismo e o latifúndio constituem, do ponto de vista imediato, os principais obstáculos ao progresso do país, a revolução caracteriza-se, inicialmente, como uma revolução anti-imperialismo e anti-latifundiária. Em virtude, porém, para triunfar de modo conseqüente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas. Em primeiro lugar, só poderá ser conseqüente se nela o papel dirigente for desempenhado pelo proletariado, apoiado nos camponeses e em outras forças populares. Em segundo lugar, devido à estreita vinculação entre a burguesia brasileira, o capital imperialista e a propriedade latifundiária, não é possível adotar medidas radicais contra o imperialismo e o latifúndio, sem fortalecer, decisivamente e com novo caráter, o setor estatal da economia, e coletivizar uma grande faixa da agropecuária. Em tais condições, a revolução popular, coerente com sua natureza essencial e para eliminar o perigo de frustração de suas conquistas, terá que seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em revolução socialista.

A fim de realizar essas tarefas históricas, a revolução brasileira deverá mobilizar o imenso potencial revolucionário representado pelos operários industriais, que estão chamados a

desempenhar o papel dirigente, como a classe mais interessada na transformação radical da sociedade; pelos assalariados agrícolas, que sofrem uma brutal exploração nos latifúndios; pelas massas camponesas sem terra ou com pouca terra, composta de meeiros, arrendatários, sitiantes, agregados, posseiros, etc., cujas reivindicações só podem ser atendidas efetivamente por uma reforma agrária radical; pelos estudantes e intelectuais, cujas aspirações de liberdade e progresso se chocam com a realidade de opressão e de atraso do país; pelas camadas médias da população - empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesões, etc., que apesar de sua instabilidade característica, são na sua maioria oprimidas pelo atual regime.

O objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo Popular Revolucionário em cuja composição predominem as forças básicas da revolução. Cabe à classe operária assumir a direção do poder estatal revolucionário, para que este seja capaz de executar conseqüentemente o programa de transformações radicais na estrutura econômico-social do país, preparando a transição ao socialismo. Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

- Dissolução das forças armadas e de todo aparelho de repressão do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o pelo exército popular e pelas milícias populares armadas, que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder;

- Nacionalização das empresas estrangeiras pertencentes ou associadas ao capital monopolista estrangeiro e completa liberação do Brasil do domínio imperialista, no terreno econômico e político, com a anulação de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais;

- Reforma agrária radical que elimine a propriedade latifundiária, impulse o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos assalariados rurais e camponeses, através das seguintes medidas: distribuição em caráter individual e gratuito, de terras dos latifúndios atrasados e, em geral, das terras incultas adequadas à produção, entre os

camponeses sem terra ou com pouca terra; formação de fazendas coletivas nos latifúndios que constituem unidades econômicas e atingem alta produtividade; criação de cooperativas;

- Reconstrução econômica do país, mediante o controle pelo Estado Popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia, impulsionar a produção industrial e agrícola, ampliar o setor público e elevar o padrão de vida do povo trabalhador;

- Reforma radical e ampliação do sistema educacional, no sentido de estender a educação e a cultura às grandes massas do povo;

-Garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos do poder e o seu controle;

-Política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na defesa da soberania nacional e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariamente irrestrita às revoluções populares da América Latina.

Uma vez concretizadas estas tarefas, em seus aspectos essenciais, estarão criadas as condições para a passagem às transformações socialistas. O setor estatal da economia, consideravelmente ampliado com a nacionalização das empresas imperialistas e associadas ao imperialismo e com a formação de fazendas-coletivas na agricultura, tornar-se-á, sob o regime revolucionário, uma poderosa alavanca para a transição ao Socialismo. Controlando as posições-chave do sistema econômico, deverá o governo popular iniciar a planificação da economia nacional, em benefício das grandes massas do povo brasileiro.

A premissa política fundamental para a transição ao socialismo reside na direção do proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponês. Desempenhando o papel dirigente no poder revolucionário, a classe operária levará à prática as tarefas da revolução popular e passará em seguida, sem interrupção, às transformações de caráter socialista. O governo Popular Revolucionário será, portanto, um governo de

transição, dirigido pela vanguarda da classe operária, o que criará as bases para a passagem à Ditadura do Proletariado e à edificação do socialismo.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ocupa, neste processo, um lugar fundamental. É o aguçamento da luta de classe, provocado objetivamente pelo desenvolvimento do capitalismo, que permite ao proletariado tomar consciência de sua função hegemônica na revolução brasileira. Cabe, portanto, às forças revolucionárias, impulsionar as lutas da classe operária e combater qualquer tendência reformista ao se amainamento. A unidade e a organização do proletariado são condições decisivas para que possa cumprir seu papel dirigente.

O avanço do movimento revolucionário exige igualmente a mobilização das grandes massas trabalhadoras do campo. Nesse terreno, a preocupação fundamental do Partido deve estar voltada para a organização e as lutas dos assalariados agrícolas que, por sua condição proletária, constituem a base mais firme da revolução popular no meio rural. A luta contra o latifúndio atrairá também ao campo revolucionário os pequenos e médios lavradores, mas a revolução deverá apoiar-se fundamentalmente nos setores mais radicais e combativos, representados pelos camponeses pobres. A luta contra o latifúndio e pela reforma agrária radical não deve ser confundida com a luta pela supressão dos camponeses ricos, cuja neutralização, ao menos em parte, é possível no processo da luta pela vitória da revolução popular.

As camadas médias da população, por sua própria situação intermediária na sociedade não se comportam de forma homogênea em face do processo revolucionário. Os setores mais abastados inclinam-se para as posições mais reacionárias da grande burguesia e servem, como base de massa, ao imperialismo e à reação. Contudo, as camadas inferiores da pequena burguesia – setores que recebem salários, ordenados ou vencimentos fixos, trabalhadores por conta própria, pequenos proprietários, etc. – vêem-se constantemente ameaçados de proletarização e tendem a adotar posições revolucionárias. Sua participação na revolução popular exige que a classe

operária lhes abra a perspectiva de soluções radicais e, simultaneamente, trave uma luta adequada contra as oscilações que refletem sua posição social.

### **A Revolução Brasileira e a Situação Mundial**

A luta revolucionária do povo brasileiro insere-se numa época histórica caracterizada sobretudo pela passagem do capitalismo ao socialismo, em escala mundial, e pelo movimento de libertação dos povos oprimidos contra o imperialismo. As contradições mais importantes do mundo contemporâneo – entre o sistema socialista e o sistema imperialista, entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas, entre as nações oprimidas e o imperialismo, entre os diversos países imperialistas – estão profundamente entrelaçadas e influem umas sobre as outras, gerando o agravamento sem precedentes da crise geral do capitalismo.

Com a formação e a consolidação do sistema socialista, após a II Guerra Mundial, modificou-se radicalmente a correlação de forças entre o capitalismo e o socialismo. O impetuoso progresso dos países socialistas, no terreno econômico e militar; exerce uma influência considerável na situação internacional. O sistema socialista é um poderoso obstáculo à expansão do capitalismo e uma base de apoio decisiva dos povos que lutam por sua libertação. Isso não significa, no entanto, que o capitalismo mundial será destruído através da simples competição econômica e técnica com os países socialistas. A superioridade do regime socialista, demonstrada nos altos índices de desenvolvimento, serve de inspiração aos trabalhadores e aos povos do mundo capitalista. Mas o exemplo do socialismo não pode substituir a luta revolucionária, sem a qual o sistema imperialista não desaparecerá.

O centro das contradições do mundo contemporâneo encontra-se, atualmente, nos países da Ásia, África e América Latina, oprimidos e explorados pelo imperialismo. Estes países constituem o elo mais fraco da cadeia imperialista, e neles se acha o maior potencial revolucionário do mundo capitalista,

como o tem demonstrado as guerras populares de libertação que alcançaram a vitória na China, Coréia, Vietnã, Cuba, Argélia, e continuam sendo travadas em muitas regiões. Abalando os alicerces do sistema capitalista, a revolução anti-imperialista e popular que se realiza no chamado mundo subdesenvolvido é parte integrante da revolução socialista mundial. A derrota final do imperialismo e a vitória do socialismo em todo o mundo dependem, em grande parte, do resultado da luta revolucionária dos povos oprimidos, que constituem a grande maioria da humanidade. A revolução anti-imperialista dos povos oprimidos alcançará vitória, fundamentalmente, como fruto da luta de forças internas revolucionárias em cada país; e terá condições tanto mais favoráveis de vencer quanto maior for a ajuda internacionalista dos países socialistas e do proletariado dos países capitalistas desenvolvidos.

Em face do avanço do socialismo e dos movimentos de luta pela libertação nacional, o capitalismo monopolista luta por sua sobrevivência e intensifica a espoliação dos povos; ao mesmo tempo que redobra sua agressividade. Sob a hegemonia dos EUA, que se tornaram a maior potência imperialista, realiza-se a integração econômica do sistema capitalista mundial, com o objetivo de acelerar a concentração de capital e das forças produtivas, bem como a ampliação dos mercados. Na medida em que aumenta o grau de concentração monopolista, aguçam-se, porém, as contradições internas do sistema, impondo a necessidade de maior expansão imperialista. Esta se realiza mediante a exploração crescente dos países atrasados, sob a forma do colonialismo, ou de neocolonialismo, e por meio da militarização permanente da economia, utilizada a fim de manter e elevar o nível da produção.

Assim, o poderio do sistema socialista e os êxitos da luta de libertação dos povos, de um lado, debilitam o sistema imperialista e isolam cada vez mais o imperialismo norte-americano; mas, por outro lado, provocam o aumento da agressividade dos círculos militaristas dos EUA, que ampliam sua ação guerreira no Vietnã, intervêm pela força em outros países e tentam afogar em sangue as lutas populares no mundo inteiro.

Através de ações militares abertas ou de golpes de Estado e práticas neocolonialistas, empenha-se o imperialismo norte-americano em deter o movimento de libertação nacional e impedir a expansão da área socialista. Deste modo, conseguiu alterar em seu favor, temporariamente, a correlação de forças em algumas regiões do chamado mundo subdesenvolvido. A situação da América Latina é característica nesse sentido, com a generalização de ditaduras militares e governos autoritários com fachada democrático-representativa, ao mesmo tempo que na Ásia e na África se sucedem golpes de força sob inspiração imperialista. A escalada no Vietnã e o cerco da China Popular, lances calculados da estratégia global dos E.U.A., criam um perigo iminente de alastramento da guerra e de sua conversão em uma guerra mundial. Surgiu assim uma nova fase de agravamento sensível da situação internacional, de aumento da tensão e de agudos conflitos.

No movimento comunista internacional acentuaram-se graves divergências internas, desenvolvendo-se a luta para livrá-lo das concepções oportunistas, reformistas e revisionistas predominantes em suas fileiras nos últimos anos. Estas concepções materializaram-se, entre outras, em teses como do “caminho pacífico” da revolução, a da “vitória da revolução através de reformas de estrutura”, e da “possibilidade de conquistar-se um mundo sem armas e sem guerras, mesmo existindo o imperialismo”, etc., em teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PCUS e que afetaram profundamente o movimento comunista.

Os fatos desmentiram a ilusão de que os imperialistas se tornam menos belicistas e mais inclinados ao acordo na medida em que o socialismo se fortalece. Sofreu um rude golpe a concepção oportunista de uma coexistência pacífica idílica, conquistada apenas através de negociações e concessões aos imperialistas, ou exclusivamente por meio da competição econômica entre o capitalismo e o socialismo. Uma nova guerra mundial não é inevitável, mas só é possível impedi-la através da luta anti-imperialista de todos os povos do mundo. A política agressiva do imperialismo só poderá ser derrotada na medida que for enfrentada com energia pelos países socialistas,

apoiados em sua crescente força econômica e militar, na medida em que o sistema imperialista for desagregado pelas revoluções de libertação nacional dos povos oprimidos e em que se aprofundar a luta do proletariado dos próprios países imperialistas contra o domínio do capital monopolista. O imperialismo norte-americano não pode prosseguir em sua política belicista e neo-colonialista sem sofrer continuado desgaste, como se verifica pela vitoriosa resistência do povo vietnamita, pela crescente oposição que enfrenta nos países árabes, africanos e latino americanos; e pelo movimento de massas contra a guerra e o imperialismo que se avoluma dentro mesmo dos EUA, sobretudo entre a população negra. A luta pela paz funde-se, portanto, em última instância, com a luta contra o imperialismo. A política leninista de coexistência entre os Estados de regimes sociais diferentes é necessária para a construção do socialismo e para desmascarar a política agressiva do imperialismo. Entretanto, esta política só é correta quando implica uma aguda luta de classes no plano internacional, abrangendo os terrenos econômico, político e ideológico e não pode ser reduzida a uma simples competição econômica ou a relações de amizade e cooperação entre países capitalistas e socialistas. A coexistência não pode, muito menos, ser aplicada às relações entre países opressores e países oprimidos, ou entre as classes exploradoras e as classes exploradas. Seria uma capitulação vergonhosa ante o imperialismo exigir em nome da defesa da paz ou da coexistência pacífica, que os povos oprimidos cessem ou atenuem sua luta revolucionária, a pretexto de que as guerras locais possam conduzir a uma guerra mundial. Para os povos oprimidos, a forma principal de defender a paz é travar a luta armada revolucionária contra o imperialismo, como faz atualmente o heróico povo do Vietnã.

Paralelamente às ações agressivas em escala mundial, os EUA, intensificam sua intervenção na América Latina, que vive uma fase de graves conflitos e tensões entre os povos e os governos burgueses-latifundiários. O acontecimento de maior relevância no Continente consiste em que os povos de vários países iniciam uma nova etapa do movimento de libertação

nacional e começam a seguir o caminho da luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas. Este fato alerta o fracasso das tentativas de Washington, no sentido de obter uma retaguarda tranquila na América Latina mediante as pseudo-reformas da Aliança Para o Progresso. O grandioso exemplo de Cuba socialista, onde prossegue vitoriosa a construção de uma nova sociedade, inspira os povos latino-americanos à luta revolucionária. Com a intervenção armada na República Dominicana, as gestões no sentido da criação de uma força interamericana permanente e a participação direta de seus militares na luta anti-guerrilheira, os EUA, demonstram que não hesitarão em atacar qualquer povo da América Latina que se levante contra os governos fantoches. A perspectiva que se abre aos povos Latino-americanos, situados na retaguarda do país imperialista mais forte e agressivo, é, portanto, a de uma luta armada dura e prolongada, pontilhada de revezes parciais e imensos sacrifícios e não a de um caminho pacífico.

A necessidade de opor à estratégia do imperialismo norte-americano na América Latina uma estratégia comum dos povos levou os movimentos revolucionários do Continente à criação da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade); como organismo de frente única dessas forças. Essa estratégia é possível em face à existência de problemas fundamentais comuns nos vários países da América Latina: o domínio do imperialismo e dos governos burgueses latifundiários; a existência de estruturas industriais capitalistas ao lado de estruturas agrárias atrasadas; a presença de um proletariado jovem e de uma grande população camponesa; o subdesenvolvimento, o baixo nível de vida, e o atraso cultural; regimes políticos reacionários que excluem o povo do poder. Tais são os problemas que unem os povos latino-americanos numa luta comum. No entanto, é necessário levar em conta, obrigatoriamente, as condições peculiares de cada país, a elaborar-se a respectiva política revolucionária. As conclusões básicas da I Conferência da OLAS inspiram, portanto, todas as forças revolucionária do continente. A revolução brasileira é parte integrante da revolução latino-americana e deve conjugar-se à

luta revolucionária que os povos irmãos da América travam contra o inimigo comum.

### **O Caminho Revolucionário no Brasil**

A tomada de poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. Em vista do emprego sistemático da violência pela maioria dominante e da agressividade do imperialismo ianque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral, ou do jogo político convencional. Sempre que o povo brasileiro utiliza as liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos. “A democracia representativa” não passa, pois, de uma farsa que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista.

O caminho da revolução brasileira é, portanto, o da luta armada. No curso do processo revolucionário, será preciso coordenar várias formas de lutas de massas; pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais. As formas de ação pacíficas ou legais devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária terá que ser enfrentada com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo.

A guerra revolucionária no Brasil, será uma guerra do povo e para ela será necessário mobilizar amplas massas populares. As condições concretas do Brasil indicam que a guerra de guerrilhas é o meio mais adequado para começar e desenvolver a luta armada popular e para criar o núcleo inicial do exército revolucionário. Somos um país de grande extensão territorial, com regiões montanhosas e florestas tropicais que oferecem terreno propício à guerra irregular; no interior do país vive uma população de trabalhadores rurais e camponeses

sujeitos a brutal exploração e constituindo uma base social potencialmente revolucionária; de outro lado, o desenvolvimento desigual do capitalismo levou a que se constituíssem no centro sul do país e na faixa litorânea as grandes aglomerações urbanas que também representam um importante potencial revolucionário, os meios de transporte e comunicação, e o aparelho de repressão policial-militar de Estado. A realidade indica que a guerra popular no Brasil, em seu início, deve ter como cenário principal o campo. Ao mesmo tempo, é possível desencadear nas cidades diversas formas de luta armada, desde as ações de auto-defesa de massas até as guerrilhas urbanas e suburbanas.

Em condições como as do Brasil, não é possível esperar o surgimento de uma situação revolucionária em todo país para, somente então desfechar a insurreição armada. Num país extenso e desigualmente desenvolvido, onde é profundo o contraste entre as zonas urbanas e rurais, onde as diversidades regionais são marcantes, o processo revolucionário há de seguir também um caminho desigual. A guerra revolucionária deve ser iniciada nas regiões onde há condições favoráveis, estendendo-se em seguida a outras zonas do país. As guerrilhas atuarão como detonadoras de movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas de reação, galvanizando a consciência popular, acirrando todas as contradições do regime reacionário. Através de uma luta difícil e prolongada, chegará o momento em que a guerra popular abrangerá novas e extensas regiões, envolverá as populações das cidades e se alastrará por todo o país, destruindo os fundamentos do poder latifundiário-burguês.

A tarefa fundamental e imediata do movimento revolucionário no Brasil, consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido. O primeiro passo é a criação, sob a direção do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado.

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas, como tarefa principal, não exclue – mas, pelo

contrário, acentua - a necessidade de impulsionar o movimento de massas nas cidades e no campo. Em nosso país devido à existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas camponesas e trabalhadoras agrícolas. Ao mesmo tempo em que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe, portanto, às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura, e por transformações radicais na nossa sociedade. A luta de guerrilhas deverá entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas da classe operária, com ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes, dos trabalhadores e de todo o povo. Com a radicalização da luta, chegará o momento em que as massas urbanas sentirão a necessidade de recorrer também à violência para responder à violência da reação. A coordenação das ações de massas e as lutas armadas nas cidades, e da luta armada e ações de massas no campo é, portanto, indispensável para dividir e paralisar as forças repressivas, aprofundar a crise do regime reacionário e provocar a sua derrocada. Dentro dessa concepção - e ao contrário do que prega a chamada teoria do foco -, a luta armada não constitui um processo independente que se baste em si mesmo.

A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas, etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula. Por seu conteúdo social, deverá representar a grande maioria da nação, excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. Mas só poderá ser consequente se tiver por base um sólido núcleo de forças de esquerda. Estas forças devem unir-se para constituir o centro propulsor da frente

única, não permitindo que o movimento popular seja desviado dos objetivos revolucionários pelas vacilações da pequena burguesia. Neste sentido, a responsabilidade principal recai sobre o Partido marxista-leninista. Ao participar da frente única das forças populares, cabe-lhe preservar a independência de classe do proletariado nos terrenos ideológico, político e organizativo. Somente assim a classe operária poderá assumir o papel dirigente no movimento revolucionário, neutralizar as oscilações dos setores inconsequentes e conduzir firmemente a revolução a seus objetivos, preparando a transição ao socialismo.

A fim de pôr as massas em movimento e lançá-las contra o regime ditatorial, é necessário combinar acertadamente a luta pelas reivindicações imediatas com a luta pelo poder político. Os revolucionários não devem apenas agitar o programa da revolução, mas colocar-se à frente do povo e lutar por suas exigências mais sentidas em cada momento: lutar em defesa das liberdades democráticas, pela revogação dos atos da ditadura, pela libertação dos presos políticos e pela anistia, contra a opressão e o terror policial; pelos interesses vitais dos operários, contra a política de arrocho salarial, por aumento de salários e liberdade sindical; pelas aspirações dos trabalhadores agrícolas e camponeses, por uma verdadeira reforma agrária; pela solução dos problemas dos estudantes e de todas as camadas populares; pela resistência ao crescente domínio econômico e político do imperialismo norte-americano. Ao travarem essas lutas, porém, não devem ficar ao nível das reivindicações imediatas – mas elevar o grau de consciência política das massas, denunciando a dominação imperialista e da minoria latifundiária e burguesa como a causa da miséria, da opressão e do atraso do país, conduzindo o povo às batalhas revolucionárias contra a ditadura.

A acumulação de forças e a mobilização das massas exigem a combinação das formas legais e ilegais de luta e de organização. Obviamente, os revolucionários não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime reacionário. Devem dotar as organizações revolucionárias de uma sólida estrutura clandestina, preparando-se para uma luta árdua e prolongada,

assim como lançar mão de todas as formas de ação que impulsionem o avanço da revolução, ainda que contrariem a “legalidade” dominante. Entretanto, a necessidade de ligação com as massas impõe a utilização de todos os meios legais de luta, de propaganda e de organização, que forem viáveis nas condições da ditadura. Cumpre participar dos sindicatos e de outras organizações de massas, mesmo que se achem sob o controle reacionário; realizar movimentos reivindicatórios e campanhas políticas, com apoio nas possibilidades legais existentes; aproveitar ao máximo os meios de divulgação legais.

O critério fundamental de organização das forças populares deve ser o da organização pela base, isto é, a criação de organizações de massas nas empresas, fazendas, escolas, nos locais de trabalho e de residência. As organizações de cúpula são necessárias para a coordenação dos movimentos coletivos – mas o centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismos de base, diretamente vinculados ao povo. Nesse terreno, a atenção principal dos revolucionários deve voltar-se para o funcionamento de organizações operárias nas empresas e de organizações camponesas nas fazendas e nos povoados.

Sendo a ditadura militar a expressão do Poder burguês-latifundiário, a luta pela sua derrubada está indissolúvelmente ligada ao objetivo principal das forças revolucionárias - a formação de um governo popular que leve a termo a revolução e abra o caminho socialista de desenvolvimento. Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um governo popular revolucionário, e não a chamada “redemocratização” ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como o existente antes do golpe de abril. A luta pelas liberdades democráticas de grande importância na situação atual, não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários.

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa, mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação

e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional. Transferências de poder deste tipo, puramente formais, tem ocorrido no Brasil e na América Latina. Em face de tal eventualidade, cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar ao povo o conteúdo anti-popular do novo regime, proseguindo a luta pelos objetivos da revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista.

Condição essencial para que as forças revolucionárias travem uma luta consequente contra a ditadura é a sua independência diante da oposição latifundiário-burguesa; representada pelo MDB e pela “Frente Ampla”. Para as classes dominantes e o imperialismo, essa pusilânime oposição é útil, porque ajuda a manter a fachada democrática de regime militar, com um duplo objetivo: externamente, confere certa respeitabilidade democrático-representativa à ditadura. Internamente, contribui para represar sob formas legais a oposição, canalizando-a para o jogo político convencional – que a legislação reacionária torna inofensiva - e alimenta a falsa expectativa de uma mudança por via eleitoral. Oscilando entre o adesismo velado à ditadura e as declarações formais de fidelidade à democracia, esta oposição latifundiário-burguesa jamais poderá conduzir a uma luta consequente contra o regime militar, porque se acha vinculada aos mesmos privilégios de classe e teme, antes e acima de tudo, a revolução popular. As contradições secundárias entre ela e o governo ditatorial devem ser aproveitadas pelas forças revolucionárias, sempre tendo em vista acelerar a luta de massas contra a ditadura militar entreguista. Mas, ainda neste caso, deve ser evitada qualquer confusão entre a oposição popular e a oposição latifundiário-burguesa, cujo caráter conciliador é necessário desmascarar implacavelmente impedindo suas tentativas de assumir a direção do movimento de massas.

## **O Partido de Vanguarda Marxista Leninista**

A classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um partido de vanguarda, guiado pela teoria marxista-leninista e capaz de dirigir o movimento revolucionário de acordo com os interesses fundamentais do proletariado. Nestas condições, o que se coloca na ordem do dia é a reconstrução do partido da classe operária em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico.

A reconstrução do Partido não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, nem como uma tarefa administrativa. Há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve ser posta em função da luta. Ao contrário do partido oportunista, que se caracteriza por uma estrutura desligada da ação revolucionária, e que deve caracterizar o Partido de vanguarda é o fato de que a sua organização serve à revolução, sendo esta a finalidade primordial, a própria razão de ser do Partido.

O caminho a seguir para a reconstrução do Partido é determinado pelas tarefas políticas colocadas ante a classe operária. A reconstrução do Partido precisa ser realizada em estreita vinculação com a preparação e o desenvolvimento da luta armada, em função da qual devemos colocar a política de organização, a mobilização de quadros e a distribuição de recursos materiais. Não há, portanto, contradição entre a construção do Partido e a organização da guerrilha e outros tipos de luta armada, desde que esta seja considerada a tarefa principal do Partido para a tomada de poder. É indispensável por isso, combater as tendências liquidacionistas que se manifestam, com efeitos nocivos, em alguns setores dos comunistas brasileiros.

Ao emprendermos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que a tarefa política principal - a luta armada - só poderá ter êxito se for entrelaçada com o movimento de massas na cidade e no campo. A ação do partido no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas médias urbanas é de grande importância, não só para a ajuda direta às frentes

guerrilheiras como para desencadear lutas de massas – desde as mais elementares até a forma superior, a luta armada – que abalem a estabilidade de regime e preparem a sua derrocada. Daí a necessidade da estruturação partidária nas fábricas e nas minas, nos transportes e vias de comunicação, nas fazendas, nos bancos, nas escolas e nos quartéis, nos bairros operários e populares.

Os graves erros cometidos pela direção do chamado PCB colocam na ordem do dia o reexame das concepções ideológicas em que se baseava sua atuação política. Como consequência do próprio desenvolvimento econômico capitalista, o nacionalismo e o reformismo burguês ganharam força no Brasil e muitas de suas idéias penetraram na classe operária, não ficando imunes a elas os comunistas.

Com elas se relacionam, ainda hoje, as tendências burocrático-conservadoras que se exprimem na subestimação do caminho armado, na resistência à preparação do Partido para o cumprimento da tarefa básica da nova linha revolucionária e na manutenção das forças tradicionais de organização de luta. A reconstrução ideológica do Partido exige o seu pleno retorno aos princípios do marxismo-leninismo, deformados, ou abandonados sob a influência da ideologia burguesa. Este retorno a uma política de princípios não deve, porém, ser confundido com a aplicação dogmática das teses gerais do marxismo à situação brasileira. Impõe-se a pesquisa séria e constante da realidade nacional, o estudo das condições peculiares do país e a generalização de nessa prática, bem como o exame crítico das experiências do movimento comunista internacional, particularmente da luta revolucionária nos países subdesenvolvidos.

O combate simultâneo a tendências oportunistas e revisionistas e às tendências dogmáticas e sectárias deve ser encarado como tarefa permanente. Nas condições atuais, é necessário colocar em primeiro lugar a luta contra o revisionismo e o oportunismo que se revelam, sobretudo, no abandono dos princípios revolucionários do marxismo e na adaptação às concepções reformistas da burguesia, na teoria do chamado “caminho pacífico”, na transformação do movimento

operário e popular em caudatário do nacionalismo burguês e na conversão do Partido Comunista em partido social-democrata. Ao mesmo tempo, cumpre prosseguir a luta contra o dogmatismo, que se manifesta na incapacidade de levar à prática os princípios marxistas de acordo com as condições particulares do país, como também contra o sectarismo – que se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular antiimperialista.

A reconstrução orgânica do Partido objetiva torná-lo uma organização de vanguarda apta a dirigir a classe operária e o povo, a formar a consciência socialista nas massas, e a comandar o processo revolucionário. Com este fim, é indispensável eliminar a influência do reformismo – que desviou o Partido do seu leito natural, isto é, as massas trabalhadoras e populares, transformando-o numa organização amorfa e inconsciente, minada pelo liberalismo e adequada apenas à ação política de cúpula e à participação nas eleições.

Para construirmos uma organização marxista-leninista combativa e revolucionária, precisamos, em primeiro lugar, criar bases atuantes nas empresas industriais e de transportes, nas fazendas e bairros operários, seguindo uma política de concentração nos setores fundamentais do proletariado e da massa camponesa. As organizações partidárias devem dominar as regras da vida clandestina – mas, ao mesmo tempo, combinar o trabalho ilegal com o trabalho legal, evitando que o cumprimento rigoroso das normas indispensáveis de segurança feche o Partido dentro de si mesmo e o separem das massas. Sem afrouxar a vigilância contra a penetração de agentes do inimigo em nossas fileiras, é necessário recrutar para o Partido os melhores lutadores da classe operária e do povo, os mais conscientes, firmes e abnegados, cujas qualidades se revelem na própria luta.

A estruturação do partido revolucionário da classe operária requer a aplicação acertada do princípio do centralismo democrático. É necessário assegurar o exercício da democracia interna e garantir, dentro das normas partidárias, o direito de divergir e a luta de opiniões, educando os militantes, ao mesmo

tempo, no respeito às exigências da disciplina revolucionária consciente sem a qual o Partido não terá condições de atuar unido nem de resistir aos golpes do inimigo. Tem importância primordial, igualmente, a observância do princípio da direção coletiva, a qual exige o combate aos métodos mandonistas, caudilhescos e burocráticos. As condições de ilegalidade impõem, de outro lado, o máximo de estímulo à iniciativa das direções intermediárias e das bases, segundo uma política de descentralização que não deve afetar, no entanto, a unidade de orientação e o respeito às decisões dos órgãos centrais.

Ao iniciarmos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que as forças de esquerda revolucionária, no Brasil, estão hoje dispersas em várias organizações. Verifica-se, atualmente, um reagrupamento dessas forças sob o influxo das idéias revolucionárias e dos problemas concretos colocados pela própria ação. Em várias organizações surgem elementos e grupos que evoluem para o marxismo-leninismo, buscando na teoria e na prática o caminho da revolução brasileira. Partindo da compreensão de que é necessária a unidade da esquerda revolucionária, consideramos que o primeiro passo para alcançá-la é a ação conjunta. Através da ação comum, do diálogo franco e da luta de opiniões, será possível atingir a unidade ideológica, política e orgânica, nas fileiras do Partido, de todos os elementos que aceitam os princípios do marxismo-leninismo e defendam os interesses do proletariado.

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica que se trava no movimento comunista internacional. Esta polêmica expressa, no essencial, a luta entre os princípios marxista-leninistas e posições oportunistas e revisionistas. Nosso Partido considera-a necessária ao desenvolvimento do movimento comunista internacional e por isso não se omite em face delas, assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condenamos a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS, como o Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao Partido Comunista da China. Consideramos como profundamente nociva a atitude que

consiste em decalcar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico.

Nosso papel consiste em elaborar, de modo autônomo, a orientação revolucionária adequada às condições brasileiras, tomando como base os princípios marxistas-leninistas, a realidade contemporânea do mundo e as particularidades específicas de nosso país. Parte integrante do movimento comunista mundial, temos igualmente o dever de pugnar pela unidade dos partidos irmãos; mas esta unidade só pode ser efetiva se tiver como fundamento os princípios do marxismo-leninismo e a luta revolucionária contra o imperialismo.

Tais são os elementos básicos para a estruturação do partido de vanguarda da classe operária. A reconstrução ideológica, política e orgânica do Partido não se fará desligada da prática, mas no processo de aplicação da orientação marxista-leninista, na luta pela derrubada da ditadura, pela conquista de um Governo Popular Revolucionário, pela libertação nacional e pelo Socialismo.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - 1968

## Relação de Fotografias de Ex-Militantes do PCBR

### **ANTONIO PRESTES DE PAULA**

Ex sargento da Aeronáutica (cassado) e dirigente do PCBR.  
Foto depois da vinda do exílio



Antonio Prestes de Paula no período  
da clandestinidade. Foto da polícia



**RENATO AFONSO DE CARVALHO**  
(militante do PCBR na Bahia)  
Foto 1



**ADILSON ODAIR CITELLI**  
(militante PCBR/SP – preso Presídio  
Tiradentes)



**AYTHAN MIRANDA  
SIPAHI** (militante  
PCBR/SP – preso Presídio  
Tiradentes)



**SÉRGIO SISTER**  
(militante PCBR/SP – preso  
Presídio Tiradentes)

As memórias de Adilson, Aythan e Sérgio Sister foram publicadas no livro *Tiradentes, um presídio da Ditadura*

**APOLÔNIO DE CARVALHO** (fundador e dirigente do PCBR)  
Suas memórias foram publicadas no livro *Vale a Pena Sonhar*.



**APOLÔNIO DE CARVALHO** (ficha da polícia)



**RENÉE DE CARVALHO** – esposa de Apolônio e companheira de militância.  
Suas memórias foram publicadas no livro *Uma vida de lutas*



**RENE DE CARVALHO**  
filho de Apolônio e Renée e membro do Comitê Central do PCBR

## **THEODOMIRO ROMERO DOS SANTOS**



Com 18 anos, no julgamento que o condenou à morte. Todo o debate sobre sua pena está no livro *A polêmica que a (pena de) morte perdeu*



Na prisão Lemos de Brito



Como governador da Bahia, Waldir Pires (1986)



Com o Padre RENZO, na prisão



THEODOMIRO ROMERO DOS SANTOS e PAULO PONTES durante julgamento militar

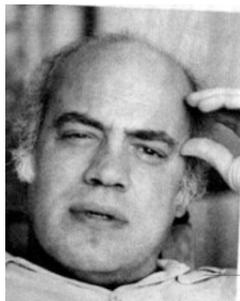
## **PAULO PONTES**



Condenado à prisão perpétua. Suas memórias foram publicadas no livro *Memórias da Resistência na ditadura e depois*

## **JORGE MEDEIROS DO VALE**

(O Bom Burguês), bancário carioca que desviou dinheiro do BB para o PCBR e outras organizações de esquerda



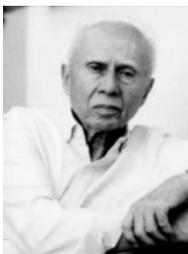
## **ÁLVARO CALDAS**



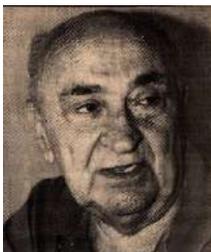
Jornalista carioca, ex militante do PCBR e autor do livro *Tirando o Capuz*



Após prisão e tortura



**JACOB GORENDER**, fundador e dirigente do PCBR juntamente com Mário Alves e Apolônio de Carvalho. Autor do livro *Combate nas Trevas* sobre o processo de organização da esquerda no período militar



**MIGUEL BATISTA DOS SANTOS** membro do 1º CC, preso em março de 1969



**PHILIP AGGE** – Ex agente da CIA que abandonou a agência e se casou com Angela Camargo Seixas (militante do PCBR/RJ)

**THOMAZ MIGUEL PRESSBURGUER**, membro do 1º C.C, preso em fevereiro de 1969



## **BRUNO MARANHÃO**



Dirigente do PCBR e membro do CC desde sua fundação



Candidato a senador de PE em 1982 e a prefeito de Recife em 1985



**SUZANA MARANHÃO**, esposa de Bruno e militante do PCBR

## **BRUNO E SUZANA MARANHÃO**



## VITÓRIO SOROTIUK



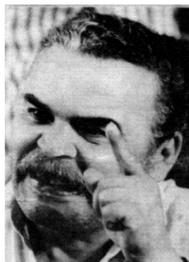
Militante do PCBR. Atuou no ME do Paraná e posteriormente foi para o exílio



Vitório Sorotiuk quando estudante



**MANOEL JACYNTO CORREA**, liderança camponesa e militante histórico do PCB no PR que aderiu ao PCBR



**RUBENS LEMOS**, jornalista, militante do PCBR e candidato ao governo do RN pelo PT em 1982

## **CARLOS ALBERTO SOARES**



Responsável pelo Comando Militar no Nordeste



Durante seu período de prisão



Durante greve de fome no Presídio de Itamaracá/PE

## **RHOLINE SONDE**



Ex-militante do PCBR na prisão (na época já militando na ALN)



Durante greve de fome no Presídio de Itamaracá/PE



**VERA MARIA ROCHA PEREIRA** em cartaz de PROCURADOS

**NANCY MANGABEIRA**



**FRANCISCO DE ASSIS BARRETO DA ROCHA FILHO**

Em cartaz de PROCURADOS



Durante seu período de prisão de ITAMARACÀ



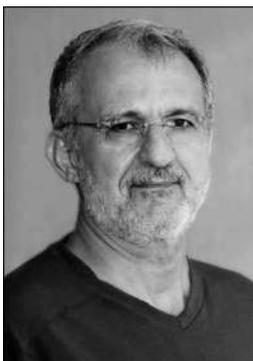
Vera Maria Rocha Pereira, Nancy Mangabeira e Francisco de Assis foram presos quando tentavam organizar o sequestro do embaixador do Japão em Recife/PE



**FRANCISCO DE ASSIS** (dirigente do PCBR no Nordeste)



**JOSÉ DOS REIS GARCIA**, primeiro militante do PCBR preso no PR em 1969



**MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE**, militante do PCBR/Ceará

## MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA

Jornalista e principal dirigente do PCBR, assassinado aos 47 anos de idade. Foi o primeiro desaparecido reconhecido oficialmente pelo Estado Brasileiro.



Durante viagem à China



**DILMA ALVES**, esposa de Mário Alves, ex militante do PCB e do PCBR



**DILMA ALVES VIEIRA**, (filha de Mário Alves) durante manifestação dos familiares de desaparecidos políticos



**RAMIREZ MARANHÃO DO VALE**, militante do PCBR assassinado aos 23 anos de idade



**ALMIR CUSTÓDIO DE LIMA**, militante do PCBR assassinado aos 23 anos de idade



**RANÚZIA ALVES RODRIGUES**, militante do PCBR assassinada



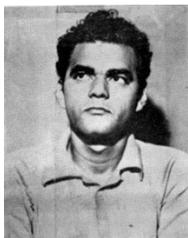
**RANÚZIA ALVES RODRIGUES**, morta pela ditadura em 1973 (ICE-RJ)



**VITORINO ALVES MOUTINHO**, assassinado

Almir Custódio de Lima, Ramirez Maranhão do Vale, Ranúzia Rodrigues e Vitorino Alves Moitinho foram assassinados em Jacarepaguá/RJ em 27 de outubro de 1973. Foram os últimos militantes do PCBR assassinados pela repressão.

## LUCIANO DE ALMEIDA



militante do PCBR, em fotografia na prisão em 31 de março de 1970. Publicou um livro intitulado *A esquerda em questão*, onde faz uma análise crítica sobre a atuação do PCBR. Saiu do PCBR e foi militar na ALN



Luciano de Almeida com sua companheira TEREZA VILAÇA (também militante) na Auditoria Militar



RHOLINE SONDE e LUCIANO ALMEIDA na Auditoria Militar



LUCIANO ALMEIDA, MARCELO MELO e FRANCISCO DE ASSIS na prisão

## **LOURDES MARIA WANDERLEY PONTES**



Lourdes Maria Wanderley Pontes foi assassinada.

## **FERNANDO AUGUSTO VALENTE DA FONSECA (Sandália)**

Membro do Comitê Central do PCBR. Assassinado em 1972 (ICE-RJ)



## **GETÚLIO DE OLIVEIRA CABRAL**



Membro do Comitê Central, preso e assassinado no DOI-CODI do RJ

Todos os militantes que aparecem nesta página foram chacinados em 1972 em um “teatro” armado pela repressão em retaliação pela morte do Sgt. Valder Xavier de Lima por Theodomiro Romero dos Santos. Os corpos apareceram em uma praça com o nome do Sgt. Valder e na data de aniversário de Theodomiro (29 de dezembro).

### **VALDIR SALES SABÓIA**



Militante do PCBR.  
Assassinado aos 22 anos.

### **JOSÉ SILTON PINHEIRO**



Militante do PCBR assassinado aos 24 anos

### **JOSÉ BARTOLOMEU RODRIGUES DE SOUZA**



Militante do PCBR morto aos 23 anos

### **MAJOR JOAQUIM PIRES CERVEIRA**



Nascido em Pelotas/RS, militar nacionalista que articulou ações com o PCBR no Paraná. É um dos desaparecidos políticos em Buenos Aires, vítima da Operação Condor.

## **MARCELO MÁRIO DE MELO**



Foi membro do Comitê Central,  
pernambucano



Marcelo Mário de Melo em cartaz de  
PROCURADOS



Marcelo Mário de Melo, foto mais  
recente

## **ALBERTO VINICIUS MELO DO NASCIMENTO**



Durante prisão de Itamaracá



Alberto Vinicius Melo do Nascimento em  
cartaz de PROCURADOS

## **JOSÉ GERSINO SARAIVA MAIA**



Militante do PCBR e um dos arrependidos que irá elogiar publicamente o regime militar e criticar as organizações de esquerda.

## **JOSÉ ADEILDO RAMOS**



Ex militante do MAR que juntamente com Prestes de Paula aderiu ao PCBR. Suas memórias foram publicadas no livro *Em defesa da Liberdade*.

## **CÂNDIDO PINTO**

Ex-presidente da União dos Estudantes de PE, que ficou paraplégico após um atentado da extrema direita.



## **CLAUDIO GURGEL**



(foto atual)

### **ROBERTO CIETO**

Preso comum que fugiu da penitenciária Lemos de Brito juntamente com integrantes do MAR e participou de ações com o PCBR. Assassinado em 1979 (IML-RJ)



### **EZEQUIAS BEZERRA DA ROCHA**



Assassinado aos 28 anos. Emprestou o carro para Luis Benevides e Miriam Verbena que morreram em um acidente automobilístico mal explicado.

### **MIRIAM LOPES VERBENA**

Assassinada



### **ALBERTO DE SÁ E BENEVIDES/MIRIAM VERBENA e EZEQUIAS**



### **ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO**



Membro do 1º CC, indo posteriormente com Jover Teles e outros para o PC do B. Desaparecido político desde 1975.

### **LINCOLN BICALHO ROQUE**



Assassinado. Participou da fundação posteriormente foi para o PC do B juntamente com Jover Teles e Armando Frutuoso

### **JULIANO HOMEM DE SIQUEIRA**



Militante do PCBR no RN (foto atual)

### **MARIA DO SOCORRO DIÓGENES**



Militante do PCBR e companheira de Ramires Maranhão. Lançou o livro de memórias *Amor, Luta e Luto na Ditadura Militar*.

## **BELUCE BELUCCI**



Militante do PCBR em Londrina/PR.

## **SALATHIEL TEIXEIRA ROLIM (Roberto Penaforte)**

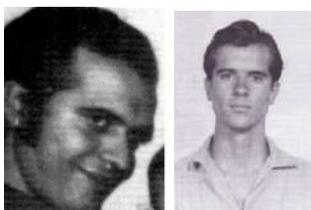


Foi integrante do primeiro Comitê Central do PCBR, assassinado por um grupo de militantes do PCBR que o acusaram de ser o responsável pela morte de Mário Alves.



Corpo do delegado de polícia **OTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JR.** (Otavinho). Era ligado ao DOI-CODI e foi morto em Copacabana por um comando militar composto por militantes do PCBR e outras organizações.

## **TÚLIO ROBERTO CARDOSO QUINTILHADO**



Militante do PCBR assassinado no Chile logo após o golpe que depôs Allende.

### **MARCO ANTÔNIO DA SILVA LIMA**



Criou, juntamente com Prestes de Paula e Adeildo Ramos (entre outros), o MAR. Posteriormente se vincularam ao PCBR Assassinado em 14 de janeiro de 1970.

### **ODIJAS CARVALHO DE SOUZA**



Preso, torturado e assassinado. Morto dia 8 de fevereiro de 1971.

### **ANATÁLIA DE SOUZA ALVES MELO**



Preso, apareceu morta aos 26 anos. Apesar da repressão ter justificado como suicídio, o seu corpo apresentava queimaduras nas genitálias, possivelmente para encobrir estupro.

## **LUIS ALVES**



## **LUIS ALVES E ANATÁLIA**



## **CLAUDIO NASCIMENTO**



Militante do PCBR no RN,  
posteriormente atuou no RJ já  
sem contatos com o PCBR.

## **MARCOS MEDEIROS (apelido Vampiro)**



Candidato à presidência da UNE no Congresso de Ibiúna pelo PCBR.



Marcos Medeiros na comissão que foi negociar com Costa e Silva durante as mobilizações de 1968

## **MARCO ANTONIO MARANHÃO DA COSTA**



Registro de MARCO ANTONIO MARANHÃO DA COSTA na polícia.

## **PRESOS DE ITAMARACÁ**



Entre eles Marcelo Melo, Francisco de Assis, Carlos Alberto, Alberto Vinicius e outros.

### **ANA MARIA BURSZTYN**



Fichada no Congresso de Ibiuna – militante do PCBR.

### **LYLIA DA SILVA GUEDES GALLETI**



Militante do PCBR.

### **ELINOR BRITO**



Presidente da FUEC (Frente Unida dos Estudantes do Calabouço) com Vladimir Palmeira na primeira foto.



### **JOVER TELES**



Com Herver Hoxha (presidente da Albânia) em 1969, logo após sua entrada no PC do B.

**MARIA DALVA BONET**



Antes de ser presa, militante PCBR no RJ.



Foto de 1982



**APOLÔNIO DE CARVALHO,  
VERA VITAL e MARIA  
DALVA BONET**



**LÚCIA ALVES, APOLÔNIO,  
RENÉE e MARIA DALVA  
BONET**

**VALDIZAR PINTO DO CARMO e  
SONIA IRENE SILVIA DO CARMO**



Militantes do PCBR/SP.

**VERA LÚCIA VITAL**



Militante do PCBR, carteira  
estudantil.

**PEDRO EUGENIO DE CASTRO TOLEDO CABRAL**



Militante do PCBR de PE



Momento da prisão de PAULO  
SÉRGIO PARANHOS no RJ (1969)

Uma obra sistemática sobre o “BR”(PCBR) fazia imensa falta na literatura sobre as organizações do “protesto armado”. A obra de Renato Della Vechia (fruto de dissertação de mestrado), vem preencher essa lacuna. A partir de entrevistas com ex-militantes e leituras de documentos importantes, Renato traça a história, a proposta política e a evolução do “BR”. Assim, aporta novos elementos, até então desconhecidos devido à ação clandestina e ao não acesso a documentos nos arquivos da repressão.

O PCBR em sua formação contou com a presença de militantes históricos da esquerda do Brasil, como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. O “velho” Apolônio nos legou seu testemunho em “Vale A Pena Sonhar”; Gorender, sua análise em “O Combate nas Trevas”. Mas, sobre Mário Alves “preso na noite de 16 de janeiro, Mário após uma noite de torturas hediondas, morreu com uma dignidade exemplar” (Apolônio de Carvalho), temos pouca literatura: a de Gustavo Falcon “Do reformismo à luta armada: A trajetória política de Mário Alves 1923-1970” e agora, em sua obra, Renato dedica páginas a Mário Alves, traçando hipóteses fundamentais para compreensão da vida e obra do bahiano de Sento Sé, preenchendo mais uma profunda lacuna. Valeu a pena sonhar!

Claudio Nascimento

